

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Carlos Alberto Borges da Silva

**A Revolta do Rupununi:  
Uma etnografia possível**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Professor Doutor José Luiz dos Santos.

Este exemplar corresponde à versão final da Tese defendida e aprovada em 15/12/2005, perante a Banca Examinadora.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Nádia Farage (UNICAMP)

---

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (UNICAMP)

---

Prof. Dr. Clodoaldo Bueno (UNESP)

---

Prof. Dr. Paulo José Brando Santilli (UNESP)

**SUPLENTES**

---

Prof. Dr. Ronaldo Rômulo M. De Almeida (UNICAMP)

---

Profa. Dra. Beatriz Perrone-Moisés (USP)

---

Profa. Dra. Dominique Galois (USP)

Campinas  
2005

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**Si38r**      **Silva, Carlos Alberto Borges da**  
**A Revolta do Rupununi: uma etnografia possível / Carlos**  
**Alberto Borges da Silva. - - Campinas, SP : [s. n.], 2005.**

**Orientador: José Luiz dos Santos.**  
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Etnologia. 2. Índios da América do Sul – Guiana.**  
**3. Índios da América do Sul – Venezuela. 4. Fazendeiros.**  
**5. Brasil – História – Revolta do Rupununi, 1969. I. Santos, José**  
**Luiz dos. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de**  
**Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**(cc/ifch)**

Palavras – chave em inglês (Keywords): Ethnology.

Indians of South America -  
Guyana.

Indians of South America -  
Venezuela

Farmers.

Brazil – History – Revolt of  
Rupununi, 1969.

**Área de concentração: Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber.**

**Titulação: Doutor em Ciências Sociais.**

**Banca examinadora: José Luiz dos Santos, Nádya Farage, Shiguenoli**  
**Miyamoto, Clodoaldo Bueno, Paulo José Brando Santilli.**

**Data da defesa: 15/12/2005.**

## RESUMO

A Revolta do Rupununi, acontecida em 1969, no sul da Guiana, foi um movimento armado preparado por fazendeiros com objetivo de criar um novo país na região. Apoiada pela Venezuela, que através do auxílio militar dado aos fazendeiros, anteviu a possibilidade de recuperar a *Zona en Reclamación*, a Revolta contou com a participação de alguns índios, principalmente aqueles tidos como parentes de H. P. C. Melville, o primeiro estrangeiro a criar gado no Rupununi. Depois de dois dias de iniciado o movimento, alguns fazendeiros, acompanhados por um grupo de índios, retiraram-se para a Venezuela na condição de exilados, outros fugiram para o Brasil ou foram capturados pela *Guyana Defense Force*, chamada por Forbes Burnhan, presidente da Guiana, para sufocar o movimento armado. A preparação, a organização, o desfecho e o fracasso do movimento explicam relações políticas e sociais densas entre a Venezuela e a Guiana, fazendeiros e índios, bem como revelam disputas étnicas conseqüentes da colonização britânica no país.

## ABSTRACT

The Revolt of Rupununi, happened in 1969, in the south of Guyana, it was an armed movement prepared by farmers with the objective of creating a new country in the area. Leaning to Venezuela, the military help the farmers that saw the opportunity to recover the *zona en reclamación*, the Revolt counted with the participation of some Indians, mainly those had as relatives of H. P. C. Melville, the first stranger to grow up cattle in Rupununi. Two days after the movement, some farmers, accompanied by a group of Indians, left for Venezuela as political exiles', others fled to Brazil or were captured by the Guyana Defense Forces, which were ordered by Forbes Burnhan, president of Guyana, to quell the armed movement. The preparation, the organization, the ending and the failure of the movement revealed the profound relationship regarding the political and social sphere between Venezuela and Guyana, also between the farmers and the Indians, as well reveals the consequent ethnic disputes to the British colonization period.

Dedico esta tese a todos  
aqueles que viveram os dias  
da Revolta do Rupununi

## SUMÁRIO

Introdução	09
<b>Capítulo I – Disposições sociais no Rupununi</b>	
1- Informações preliminares	25
2- O Rupununi District e a criação de gado	29
2.1 – Antecedentes	30
3- Plano geral do Distrito	35
3.1– Ecologia do Rupununi	37
3.2 - A criação de gado	40
3.3- O comércio de gado	44
4- Vinculações políticas	47
5 - Estruturas políticas no Rupununi nos anos que antecederam a Revolta	50
<b>Capítulo II – A formação da sociedade dos <i>mixed</i></b>	
1- A chegada de H. P.C. Melville ao Rupununi	55
2- O estabelecimento da família Melville	62
3- Os filhos de H. P.C. Melville	65
4- Ocupação das terras indígenas do Rupununi	70
5- Parentesco com indígenas	77
5.1- Rearranjos estruturais: fissuras nos laços familiares	81
<b>Capítulo III– A Revolta do Rupununi</b>	
1- A origem da Revolta	87
2- A preparação	88
3- Capacitação militar	95
4- Deflagração da Revolta	100
5- Retirada para a Venezuela e Brasil	104
6- Expressões de um jovem do Rupununi e as implicações das famílias Hart e Melville na Revolta	109
7- Repressão ao movimento revoltoso	112
8- Discurso de Burnhan pela rádio	118
9- Exílio na Venezuela	125
10- Imaginários sobre a Revolta	129
11- Estruturação dos remanescentes da Revolta do Rupununi	133
11.1- Guianenses em Roraima	134
11.2- Proscritos do Rupununi em Boa Vista e Bonfim	138
11.3- Exilados do Rupununi na Venezuela	141
<b>Capítulo IV – A Venezuela e a Revolta</b>	
1- Uma questão histórica	145
1.2- Posição da Venezuela ante a independência da Guiana	146
2- Nacionalização da demanda venezuelana sobre a região do Rio Essequibo	152
3. Radicalização da posição venezuelana	158
3.1- O caso Anacoco	159

3.2- O caso Taylhardat	160
3.2.1- Repercussões do caso Taylhardat	165
3.3- O Decreto da pretensão venezuelana sobre as águas territoriais das águas contíguas até a boca do Essequibo	166
4- A Revolta do Rupununi e a Venezuela: o ponto de vista da imprensa	167
5- Aspectos subjacentes à Revolta do Rupununi: a ação dos venezuelanos	170
6- A participação da Venezuela: apoio e recuo	178
<b>Capítulo V – A Guiana e os desdobramentos da Revolta</b>	
1- Informações preliminares	183
2- Cheddi Jagan e o PPP	184
3- Forbes Burnhan contra Cheddi Jagan	185
4- Ascensão de Burnhan e a independência da Guiana	188
5- A Era Burnhan: a guianização da Guiana	198
6- O Protocolo de <i>Puerto España</i> e os desdobramentos políticos provocados pela Revolta	200
<b>Conclusão – Apreciações sobre o Rupununi</b>	
1- A construção do movimento de inter-relações sociais no Rupununi: resultado de observações de campo	203
2- Possíveis ilações	214
3- Ameríndios do Rupununi: uma categoria étnica genérica para manipulação política	217
4- Uma última palavra	220
<b>Posfácio - Atualidade da Revolta do Rupununi</b>	
<b>Referências Bibliográficas</b>	229
<b>ANEXO 01 – Iconografia do Rupununi</b>	241
<b>ANEXO 02- Laudo de Paris</b>	249
<b>ANEXO 03- Memorandum Mallev-Provost</b>	253
<b>ANEXO 04- Acordo de Genebra</b>	257
<b>ANEXO 05- Protocolo de Puerto Espana</b>	261
<b>ANEXO 06- Carta de Dick Hart a militares venezuelanos</b>	265

## MAPAS E CROQUIS

<b>Mapa 01 - Guiana com as dez regiões administrativas</b>	<b>27</b>
CROQUI 01- Distribuição espacial de Lethen, em 1969	36
CROQUI 02- Localização das fazendas e aldeias do Rupununi, antes de 1969	42
CROQUI 03- Localização da área do Contestado	57
Mapa 03 – Regiões da Guiana reivindicada por países vizinhos	194

## QUADROS

<b>QUADRO 01- Das seções do Território Contestado entre Brasil e Grã-bretanha, atribuído pelas diferentes proposições às duas partes.</b>	<b>56</b>
QUADRO 02- Melville, Hart e outros em Boa Vista	140
QUADRO 3 - Proporção entre os grupos étnicos da Guiana	193



## INTRODUÇÃO

Lethen é uma pequena vila da República Cooperativa da Guiana, localizada à margem direita do Rio Tacutu, fronteira com o Brasil, a uma distância de 128 km de Boa Vista e a 700 km de Georgetown. Aproximadamente 22 mil pessoas vivem na região do *Upper Takutu-Upper Essequibo*, da qual Lethen é a capital, cuja população é de 3.000 pessoas, considerando Tabatinga e Cuvelt City, vilas anexas. Dos que vivem em Lethen, 40% são indígenas, excluindo a Missão St. Ignacio, que tem uma população de 1.600 pessoas, das quais 1.400 são indígenas<sup>1</sup>.

A economia da região do Rupununi depende basicamente do comércio com o Brasil, e a atividade econômica mais proeminente é a criação de gado. Mas este tipo de atividade pouco contribui para dinamizar a circulação de capital na região, o que aumenta ainda mais sua dependência dos produtos brasileiros e daqueles provenientes de Georgetown. Lethen não possui um plano urbano de disposição de casas e ruas; todos os terrenos pertencem ao Estado, e qualquer nova aquisição de lote, bem como a construção de novas casas, depende da autorização de um Conselho de Notáveis, formalmente constituído na estrutura de Estado da Guiana. Dispõe de um sistema termoelétrico precário para fornecimento de eletricidade - a hidrelétrica de Moco-moco, recentemente inaugurada, que deveria suprir a vila com energia elétrica confiável, encontra-se inoperante -, e um sistema de serviço telefônico, há pouco tempo instalado, que nem sempre está à disposição dos usuários. Só recentemente a ligação com Georgetown, antes feita apenas através de avião, passou a ser servida por ônibus e peruas, que utilizam a *Georgetown Road*, via de acesso entre a vila e Georgetown, passando por Annai, Kurupukari (quando atravessa o Rio Essequibo por balsa) e Linden (antiga Mackenzie, no Rio Demerara), em uma viagem que dura cerca de vinte horas.

---

<sup>1</sup> Ver: Census, Guyana, 2002.

Do outro lado, à margem esquerda, no Brasil, encontra-se a cidade de Bonfim, que em todos os aspectos contrasta-se com Lethen: possui plano urbano de disposição de casas e ruas, fonte de eletricidade estável interligada ao Sistema de Interiorização da Energia de Guri<sup>2</sup> e capital regular para investimentos básicos<sup>3</sup>. Sua ligação com Boa Vista é feita pela BR-401, que recentemente foi totalmente pavimentada. Com uma população total de 9.326 habitantes para todo o município<sup>4</sup>, fala-se, além do português, também o inglês em decorrência da forte presença de guianenses na cidade.

Mas nem sempre fora assim. Até 1968, Lethen era uma referência para o comércio em todo o vale do Rio Branco, sendo base para negócios ilegais que proviam Boa Vista com *whiskys*, perfumes, motocicletas, carros e batatas. A economia do Distrito do Rupununi – hoje *Upper Takutu e Upper Essequibo* - era dinamizada, principalmente, pelas fazendas de criação de gado, num momento em que a ligação com a capital, na maioria das vezes, era feita através de avião DC-3. Na época do apogeu do comércio com a capital, três vôos semanais eram necessários para suprir a demanda de carne dos armazéns de Georgetown e encomendas de comerciantes de Boa Vista. Bonfim, por sua vez, era formada tão somente por três ou quatro casas.

Naquela época, a elite social e política do Rupununi era constituída por pessoas envolvidas com a economia do gado, estando relacionada, primeiro aos índios em decorrência destes serem, em sua maioria, a mão-de-obra das fazendas, e segundo aos descendentes de europeus, principalmente portugueses, donos de armazéns em Georgetown. No geral, a posição social dos fazendeiros contrastava com as bases principais do poder na colônia, assentadas sobre uma

---

<sup>2</sup> Sistema de fornecimento de energia elétrica às cidades do Estado de Roraima, interligado à rede proveniente da Hidrelétrica de Guri, na Venezuela. A energia é recebida pela ELETRONORTE e distribuída para o interior através da CER – Companhia Energética de Roraima.

<sup>3</sup> Vindos do fundo federal de repasse aos municípios e emendas parlamentares, embora o município, como a maioria em Roraima, tenha nos repasses da União a única fonte de receita.

<sup>4</sup> Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima, 2004.

divisão étnica entre afroguianenses, indoguianenses<sup>5</sup>, especialmente, que se prolongou até a independência em 1966.

Contudo, um evento em particular viria mudar completamente a configuração política, social e cultural do Rupununi, culminando no exílio na Venezuela de grande parte dos fazendeiros, e na desarticulação das relações de subordinação a que os índios estavam submetidos: trata-se da Revolta do Rupununi, que envolveu duas famílias, os Hart e os Melville, cujo objetivo era o de criar um novo país na região, a *Republic of Rupununi*.

Este movimento aconteceu nos primeiros três dias do ano de 1969, tendo sido financiado pela Venezuela e organizado pelos criadores de gado, insatisfeitos com a política de Forbes L. S. Burnhan, então Primeiro Ministro da Guiana. A Venezuela financiou o movimento armado do Rupununi, no momento da radicalização de suas relações diplomáticas com a Guiana Britânica, objetivando recuperar a região do Rio Essequibo, reivindicada desde o Laudo de Paris de 1899.

O encontro da insatisfação dos fazendeiros do Rupununi com as demandas da Venezuela sobre a região do Essequibo está ligado, portanto, ao movimento que levou à Revolta do Rupununi. Os efeitos desta Revolta produziram significativas mudanças de ordem política, social e cultural na Venezuela, Guiana e parte do Brasil. Este trabalho pretende, assim, compreendê-la através de um exercício etnográfico que terá como base pesquisas exploratórias como forma de visualizar os fatores e as ocorrências que levaram ao desfecho do movimento e suas conseqüências posteriores.

Até o dia de hoje, poucos estudos se ocuparam em entender os aspectos desta Revolta. Um ensaio de Oswaldo Ramírez Colina<sup>6</sup> buscou

---

<sup>5</sup> As categorias étnicas afroguianense e indoguianense são frequentemente utilizadas na Guiana, principalmente por jornalistas e pesquisadores, embora os termos *black* e *west indians* são de uso corrente em situações não formais, quando um grupo se refere ao outro..

compreendê-la, tomando como base os depoimentos de Leandro Mora, Ministro do Interior da Venezuela naquela época, e Valerie Hart, considerada pelo autor do ensaio como a líder do movimento. Noutro, também um ensaio, de Nadia Farage<sup>7</sup>, o objetivo foi perceber a construção da memória social Wapixana relativo à Revolta. Farage aponta que os Wapixana ao se referirem à revolta, dentro de certa configuração simbólica com objetivo de não interferirem no andamento do presente, ordenarão certo falar sobre este movimento. Odden Ishmael<sup>8</sup>, do mesmo modo, dedicou um pequeno trecho sobre a Revolta no seu texto sobre a história da Guiana, todavia foi um exercício que refletiu muito mais a posição oficial do *People's Progressive Party* (PPP) sobre o assunto. Mais recentemente, o Coronel Pompeyo Torrealba<sup>9</sup> publicou um livro na Venezuela, *A un Siglo de Despojo*, que embora se concentre na justificativa da demanda venezuelana pela região do Essequibo, esclarece muito dos bastidores da Revolta, principalmente através de entrevistas com pessoas que estiveram envolvidas em sua preparação na Venezuela. Todavia, se o livro de Torrealba traz entrevistas importantes, não avançou muito no sentido de explicar os aspectos figurativos da Revolta, talvez pelo fato de o autor ser parte de um conjunto de venezuelanos que se organiza em comitês e grupos com vistas a recuperar o que é chamado na Venezuela de *Zona en Reclamación*. No geral, tais comitês e grupos, dos quais participam

---

<sup>6</sup> COLINA, Oswaldo Ramírez. *Guiana en 1969: la insurrección de Rupununi*. Disponível em <<http://www.monografias.com/trabajos/rupununi/rupununi.shtml>> . Acessado em 19 de agosto de 2004, 14:00.

<sup>7</sup> FARAGE, Nádia. *Rebellious Memories: The Wapishana in the Rupununi Uprising, Guyana, 1969*. In: WHITEHEAD, N. L. (Ed). *Histories and historicities in Amazonia*. University of Nebraska Press, Lincoln and London, 2003. A mesma autora analisa em algumas páginas, em sua tese de doutoramento, a relação dos Wapixana com os fazendeiros para explicar a presença deles no lado brasileiro da fronteira. Ver: FARAGE, Nádia, *As Flores da Fala: práticas retóricas entre os Wapishana*. Tese de doutorado. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

<sup>8</sup> ISHMAEL, Odden. *The Trail Of Diplomacy: A Documentary History of the Guyana-Venezuela Border Issue*, 1988, disponível no site [http://www.guyana.org/features/trail\\_diplomacy.html](http://www.guyana.org/features/trail_diplomacy.html), acessado em 12 de abril de 2003. Na mesma linha analítica circulam outros trabalhos na rede mundial, como o de TENNASSEE, Paul, disponível em [http://www.guyanajournal.com/race2\\_pt.html](http://www.guyanajournal.com/race2_pt.html), acessado em 10 de janeiro de 2003; o de LEE, Frantz. J.T., disponível em <http://www.franz-lee.org/files/coopguy.html>, acessado em 20 de dezembro de 2003; e o de CARRICO, Christopher, disponível em <http://archives.econ.utah.edu/archives/marxism/2003w42/msg00043.htm>, acessado em 20 de dezembro de 2003.

<sup>9</sup> TORREALBA, Pompeyo. *A un siglo del despojo*. Venezuela: Torre-Alba Editores C.A, 2003.

inclusive muitos intelectuais e pesquisadores, possuem uma visão profundamente nacionalista sobre o problema Essequibo.

Mesmo com muitas contribuições em geopolítica, antropologia e história, esses trabalhos não esclarecem as particularidades e muito menos os liames da Revolta, isto é, a conjuntura histórica específica em que ela ocorreu. Isso se deve em grande medida à dificuldade de se obter informações junto àqueles que a organizaram e prepararam seus desdobramentos, o que a tornou uma espécie de evento misterioso<sup>10</sup>: as pessoas, dentro do possível, sempre evitam falar sobre este assunto dado os aspectos traumáticos que a revolta provocou naqueles que dela participaram. Tal situação impôs a necessidade de o pesquisador, como nas monografias clássicas, aprender os códigos que marcam as relações interpessoais desse grupo (hoje, os exilados do Rupununi) para ser aceito por ele, ou seja, ter dele a confiança, neste caso muito importante para a obtenção de dados sobre o evento.

A forma fragmentada com que as informações sobre este assunto aparecem nos depoimentos orais fornecidos pelos revoltosos pode dar a impressão de não se avançar em nada, dando a idéia de que eles não têm muito que contar, porque além dos aspectos traumáticos que o evento lhes provocou, há ainda o fato de os verdadeiros “chefes” da Revolta não mais viverem: Richard Hart – Dick morreu em 1982, quando o avião em que pilotava caiu sobre a pista do aeroporto de Santa Elena do Uairén, na Venezuela; Jimmy Hart morreu num acidente automobilístico nos Estados Unidos, poucos anos antes; Harry e Elmond Hart, doentes, faleceram nos Estados Unidos; Maurice Mitchell, faleceu em 1983, em Ciudad Bolívar, Venezuela; Edward Melville faleceu no Canadá. Todos teriam sido de fundamental importância para se compreender a revolta nos seus interstícios, contudo não deixaram registros escritos (com exceção do diário de

---

<sup>10</sup> Na Guiana, por exemplo, todas as referências sobre o movimento, tanto as que se encontram na rede mundial como as impressas, não revelam seus interstícios e muito menos suas relações com a política venezuelana ou guianense. No geral, a Revolta é apontada como um movimento separatista de fazendeiros e índios do Rupununi, apoiados pela Venezuela. Essa análise superficial é uma consequência, sem dúvida, da distância política e social da região Rupununi com o restante da Guiana, na época da explosão do movimento armado.

Dick Hart) e não mencionaram a ninguém suas experiências. Valerie Hart vive na Flórida, mas pouco contribuiu com informações sobre o ocorrido nas duas entrevistas que tivemos.

No ano de 1996, Lawrence Hart, tido por aqueles que ouviram falar sobre a Revolta como um dos mais ativos revoltosos em 1969, tornou-se, na verdade, o primeiro a informar detalhes referentes àquele ano. Ele é filho de um fazendeiro, americano, Ben Hart (Basil Hart) que vivia no *Pirara Ranch*, onde a Revolta teve sua base e, sobretudo lugar de treinamentos rudimentares dados a alguns índios. Seus irmãos, de acordo com a sua opinião - Harry, o mais velho, casado com Valerie; Dick, Elmond e Jimmy - foram os responsáveis diretos pela deflagração do movimento armado, em associação com os mais próximos parentes seus, os Melville. De acordo com as opiniões de Hart, as duas famílias, a dele e a dos Melville, principalmente através de Teddy Melville, estiveram envolvidas diretamente na organização e preparação da Revolta do Rupununi.

Lawrence Hart, provavelmente, seja um dos poucos que sabe efetivamente de todos os passos da Revolta, sem, entretanto, ter participado de sua organização. Circulam ainda hoje versões entre aqueles que comentam sobre o ocorrido de 1969, que lhe dão uma aura heróica dizendo ter sido um dos mais obstinados revoltosos, responsável por dezenas de mortes na ocasião. Mas não há dúvida de que isso ocorre em função dos poucos e duvidosos registros existentes sobre o evento. Lawrence, na verdade, foi um personagem secundário na deflagração da Revolta e pouco sabia dos detalhes de sua organização. Por ser o último Hart vivo e ter participado diretamente da Revolta, cai sobre ele parte das responsabilidades daqueles dias.

Descendentes de H.P.C. Melville, os Melville eram proprietários de fazendas no Rupununi e estiveram diretamente ligados à inserção desta região ao restante da Guiana colonial. Com exceção da área da RDC – *Rupununi Development Company* - e as terras consideradas indígenas, eles ocuparam praticamente todo o restante com a criação de gado.

O primeiro Melville, Henry Colin Proudeau Melville, chegou ao Rupununi na ocasião em que a região era considerada neutra, dado o litígio entre Brasil e Grã-bretanha pela posse da região do Pirara. Casou-se com duas índias Atoraiú<sup>11</sup> e teve uma grande prole que deu origem aos fazendeiros do Rupununi. Durante o tempo da pesquisa estive em contato com os Melville remanescentes, tanto aqueles que vivem em Ciudad Bolívar, na Venezuela, especialmente os que diretamente participaram da Revolta, como os parentes que moram no Brasil; todos me passaram depoimentos escritos ou gravados.

As informações fornecidas por Lawrence Hart e os Melville deram-me uma imagem mais sólida da Revolta, abrindo-me as portas para outros contatos, do mesmo modo substanciais. Stanley Melville, por exemplo, cedeu-me quatorze fitas cassetes gravadas pelo padre Emmett Carrol, com depoimentos de seu pai, Edward Melville (Teddy), a respeito do Rupununi. Os depoimentos trazem informações sobre a organização e preparação da Revolta e detalhes como nomes e locais das reuniões preparatórias para o desfecho do movimento de 1969. Também, Sylvia Melville permitiu consultar o diário de seu marido, Frederich B. Green<sup>12</sup>, no qual se revelam pormenores genealógicos da família Melville. Outros Melville mais jovens, que eram crianças na época da Revolta, possibilitaram-me, através de seus depoimentos, construir uma representação de como era a vida no Rupununi.

---

<sup>11</sup> Sobre este grupo étnico, em 1883, Im Thurn identificou três subgrupos Wapiana: Wapiana verdadeiros e Atorai. O autor destaca ainda a semelhança entre Wapixana e Atorai. (Ver Ver: IM THURN, E. *Among the Indians of Guiana*. Londres, 1883, e Cf. também ARU. *The material culture of the Wapishana of the South Rupununi savannas in 1989*. Amerindian Research Unit, University of Guyana, 1992, p.2. Também Lucila Herman verificou a existência de subgrupos dialetais próximos da língua Wapixana: Wapixana, Vapidiana verdeiro, Karapivi (Karapia), Paravilhana, Tipekeari e Atoraiú (Ver: HERMANN, Lucila. "A Organização Social dos Vapidiana do Território do Rio Branco". In *Revista de Sociologia*, vol. VIII. nº 03 e 04. Farabee, do mesmo modo, diz que os Wapixana incorporaram vários grupos, como Karapieu, Ilieu, Tarewinpidian, Sapparas, Powisien, Inkerikub e Paravilhanas, através do intercasamento. Os Taruma e os Atorai teriam sofrido absorções constantes até serem reduzidos a números insignificantes. Cf. FARABEE, William C.. *The Central Arawaks*. University of Pennsylvania Museum, Anthropological Publications, 1918, vol. 9, p.14.

<sup>12</sup> GREEN, F. Barclay. *The Family of twailing Amanda Green s/d*.

Na Venezuela, principalmente em Caracas, contei com a colaboração do Coronel Pompeyo Torrealba, um estudioso e entusiasta da Questão Essequibo, que me apresentou ao General Yépez Daza, capitão do Exército Venezuelano na época da Revolta e que esteve envolvido no treinamento de pessoas do Rupununi em Tumeremo<sup>13</sup>. Torrealba tornou-se um importante informante a respeito das ações venezuelanas em relação ao financiamento, apoio logístico e treinamento de revoltosos.

Na medida em que se ampliava meu conhecimento sobre a Revolta, foi que me dei conta de que suas conseqüências não foram apenas de ordem material, isto é, a que implicou na perda da fortuna que os fazendeiros construíram no Rupununi, mas fundamentalmente existencial, por estar diretamente relacionada às conseqüências impostas pela vida no exílio. Tanto é verdade, que os depoimentos sempre tiveram uma forte carga emocional, e, neste aspecto, esta foi a parte mais proeminente da pesquisa porque levou a todos querer contar sua versão da história em torno do movimento de 1969.

Em especial, para me atrair definitivamente para dentro do mundo da Revolta, há dois anos, Lawrence Hart, sabendo de meu interesse pelo assunto, doou-me o diário político de seu irmão Dick. O diário possui 32 páginas escritas à mão, durante o ano de 1982, provavelmente quanto esteve vivendo em San Ignacio de Yuruani, e traz informações preciosas sobre a vida dos Hart e Melville na condição de exilados na Venezuela, sendo este provavelmente o único documento sobre a Revolta e a vida no exílio.

Em termos metodológicos, tanto o diário de Green como o de Dick Hart levaram-me a um novo olhar sobre a Revolta, uma vez que as memórias são geradas no contexto presente de quem a descreve, possuindo, portanto uma filtragem decorrente do tempo pretérito, ao passo que as anotações nos diários se distanciam deste contexto por terem sido escritas num período não muito distante

---

<sup>13</sup> Cidade venezuelana entre Santa Elena do Uairén e Upata, localizadas no sul do país.



de 1969, início da década de 80, fixando um ponto de vista não foi afetado pelo tempo.

Tudo isso se somou às informações dadas por Damásio Douglas, que fora o militar brasileiro designado para a região de fronteira do Brasil com Guiana, dois dias após o desfecho da Revolta. Foi ele quem também tirou fotografias que são as únicas ilustrações de índios buscando abrigo no que é hoje a cidade de Bonfim, em 1969. Douglas me colocou em contato com pessoas de Boa Vista que me passaram informações sobre a Revolta, e também foi um bom informante a respeito da retenção de um avião guianense no aeroporto desta cidade, e a conseqüente detenção de escoteiros roraimenses em Georgetown, dois dias após o fim do movimento.

No entanto, no deslindamento do problema uma questão se colocava: como descrever um movimento que só existe na memória daqueles que dele participaram? A abordagem etnográfica, neste contexto, pode-se mostrar muito eficiente, pois entre seus objetivos está a necessidade de se compreender como os homens constroem o mundo no sentido mais prático, e como esse mundo é representado pelos homens. Em suma, a etnografia permite explicar, consoante a Barth<sup>14</sup>, como é construída a vida social humana, ou ainda como os homens estarão diretamente afetando e interagindo através da “fixação de interesses”, que é muito complexa e em grande parte causal<sup>15</sup>. Por ser assim é que toda realidade sempre nos é revelada na sua complexidade, sendo geral e específica, universal e particular ao mesmo tempo.

Uma metodologia artesanal que tentasse captar essa realidade redundaria em fracasso, porque para ela ser compreendida, como sugere Geertz<sup>16</sup>, precisamos ser pragmáticos, adaptáveis, oportunistas e *ad hoc* nas

---

<sup>14</sup> BARTH, Fredrik. *Selected essays of Fredrik Barth*. London: Routledge & K. Paul Ltd, 1981, p. 14.

<sup>15</sup> LINTON, Ralph. *O homem: uma introdução à Antropologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1976, pp. 440-459.

<sup>16</sup> GEERTZ, Clifford. *O saber local; novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 104.

nossas relações com os outros. Se a realidade, portanto, é infindável, tríplice e múltipla na maneira como nos é oferecida, e única na maneira como se define sua trajetória, então as teorias com vistas a sua compreensão terão que ser negociadas e revisadas a todo o momento, sob o risco de não captar a densidade daquilo que se observa, e com isso não conseguir dar o salto para “a adivinhação do significado das coisas”<sup>17</sup>.

Esse esclarecimento preliminar é importante porque a Revolta do Rupununi foi um acontecimento sem registros; então as tentativas de sua reconstrução devem se dar, especialmente, através de informações fornecidas por aqueles que a viveram, podendo elas não ser um retrato fidedigno da realidade. Por isso, a Revolta do Rupununi não pode ser contada através de uma história linear uma vez que dela não se têm fontes documentais que ofereçam a possibilidade de estruturá-la cronologicamente. Então, a única maneira aberta para compreendê-la é pela descrição a partir da memória daqueles que a viveram ou dela se recordam, e que lhe dão um significado muito próprio.

Apesar de meio incertas em termos de uma pretensa positividade do conhecimento, as memórias são um eixo referencial que oferecem boas possibilidades de compreensão da Revolta, embora sejam representações ou interpretações que cada qual dos revoltosos construiu em torno do que viveu, sem dúvidas afetadas pelos desdobramentos que se seguiu à derrota do movimento. Conhecê-la, portanto, só é possível através do sentido atribuído às ações vividas por aqueles que dela participaram, sendo uma parte finita de uma realidade muito mais ampla, pois o que é contado sempre será tão só mais uma versão da realidade.

A maneira de entender o real como um processo amplo de conhecimento persistentemente aberto, chamado por Crapanzano<sup>18</sup> de “negociação da realidade”. Isso quer dizer que a produção de conhecimento

---

<sup>17</sup> Ainda GEERTZ. *A interpretação das culturas*. RJ: Zahar, 1978, p. 30.

<sup>18</sup> CRAPANZANO, Vincent. *Tuhami: portrait of a Moroccan*. Chicago e London: The University of Chicago Press, 1985, p. X.

sempre será uma recriação e que, portanto, não pode ser captada como algo fechado e restrito, uma vez que novos contornos como o pensamento e a imaginação, estarão modificando e transformando a realidade. Crapanzano vai mais além: diz que o conhecimento da realidade do Outro deve se dar sempre através da responsabilidade com as pessoas que se estuda, porque a escrita produz resultados de caráter político e ético, pela sua própria natureza, por ser sempre uma interpretação. Assim, seguindo uma sugestão dada Veyne<sup>19</sup>, que de certa forma está em consonância com o que aludiu Crapanzano, a posição de quem escreve deverá estar localizada entre o tempo real e o tempo vivido, pois aquele será sempre uma representação. Então, interpretação e representação são dois ganchos heuréticos que funcionarão nesta tese para compreender uma realidade que se mostrou evasiva, em função dos aspectos traumáticos que a Revolta produziu naqueles nela envolvidos, dadas as suas conseqüências sobre aqueles que a viveram, e também, por conseguinte densas e intensas, por estar relacionada a problemas político-históricos entre a Guiana e a Venezuela.

Não se quer com isso criar um cenário pessimista por conta de uma realidade que jamais será factual ou artesanal, como se está dizendo. O que se quer, é demonstrar que qualquer método explicativo sobre a Revolta não contemplará os aspectos que lhe são fugidios. Entendê-la através daquilo que é contado por aqueles que a viveram, coloca, portanto, um desafio bem mais instigante: trazer para o plano do antropólogo a impressão de vida demonstrada pelos que viveram as experiências da Revolta, e que hoje a interpretam dentro das conseqüências sociais e existenciais que passaram a fazer parte de suas vidas.

A preeminência de aproximar o método de observação antropológico do método de abordagem da história pode retratar, através da memória, aspectos comparáveis com a documentação e a escrita<sup>20</sup>, esclarecendo os interstícios

---

<sup>19</sup> Cf. VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. SP: Brasiliense, 1983.

<sup>20</sup> Neste caso, só para os esclarecimentos da reivindicação venezuelana sobre a região do Rio Essequibo e a definição das fronteiras entre Guiana e Brasil.

acerca da realidade. Montenegro<sup>21</sup> argumenta que a memória coletiva ou individual, ao re-elaborar o real, o faz através de uma construção imaginária e nos efeitos que essa representação provoca, social e individualmente. Essa representação pode inclusive redefinir certos padrões a respeito da concepção de tempo, como observou Farage<sup>22</sup> a respeito dos Wapixana. Também, como em Souza<sup>23</sup> e Lasmar<sup>24</sup>, serve para explicar a distribuição espacial de certos índios na região da Serra da Lua, próxima ao Rio Tacutu, e mesmo para compreender a dinâmica das forças políticas na Guiana e Brasil como determinante para a fixação espacial de grupos indígenas na fronteira entre esses dois países. .

Neste contexto, embora tendo sido um movimento de baixíssima intensidade, tendo como atores sociais principais tão somente duas famílias, a Revolta deve ser vista como um movimento importante (porém, não essencial) por definir a mobilidade de grupos indígenas, orientar os novos rumos da política na Venezuela depois da vitória de Rafael Caldera contra Raul Leoni, em 1968, e permitir a Forbes Burnham impor uma diretriz política à Guiana em consonância com seu projeto cooperativista.

No mais, a etnografia, pela sua própria natureza, possibilita aproximar depoimentos orais e fontes documentais, referenciais importantes para a reconstrução da realidade sobre a Revolta do Rupununi. Em alguns casos, as fontes documentais podem ser utilizadas tendo em vista determinados interesses. Joaquim Nabuco, por exemplo, a serviço do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, nos 18 volumes de suas memórias para a Questão Pirara, fez uma impressionante interpretação das fontes primárias sobre a ocupação portuguesa do vale do Rio Branco para defender os interesses do Brasil na região. Os britânicos tiveram os mesmos procedimentos para iguais objetivos com fim de

---

<sup>21</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 20.

<sup>22</sup> FARAGE, op. cit. 2003, p. 109.

<sup>23</sup> SOUZA, Márcio Alves de. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Muriru. In: FUNAI /BSB/ 3935/81.

<sup>24</sup> LASMAR, Edison Netto. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Moskow – RR. FUNAI /BSB/ 3438/81. Vol. II.

justificar a posse da região do Rio Rupununi. Na Venezuela, também se formou um grupo de *experts* que fez uso de extensas fontes documentais para legitimar o pleito venezuelano a respeito da área do Rio Essequibo. Mesmo que as fontes documentais possam ser uma tradução, são importantes para se apreender uma leitura histórica da realidade.

Os documentos, sobretudo fontes secundárias, consultados para o desenvolvimento deste trabalho, foram importantes para verificar as implicações da demanda venezuelana pela região do Rio Essequibo e para visualizar a consolidação na Guiana de grupos definidos etnicamente na organização social e política do país. Isso deve acontecer sem perder de vista que o processo dessa reconstrução pode operar também em relação à memória, que, de acordo com a sua própria condição, sempre estará em mudança, e dependendo da circunstância da investigação, até mesmo em conservação. Isso acontece porque os sujeitos são constantemente modificados pela realidade, reescrevendo sempre novas referências para a produção do real.

No final, o que se tem são múltiplas interpretações sobre uma mesma realidade, na qual cada uma delas estará relacionada a uma rede de interesses pré-definidos, envolvendo diferentes grupos de pessoas e diferentes contextos históricos. Tal pano de fundo histórico de disputas manteve continuidade nas tensões territoriais entre Venezuela e Guiana, as quais contextualizam a Revolta. Enfim, lembrando Clifford Geertz<sup>25</sup>, o pensamento deve ser visto etnograficamente, por ser uma descrição de um mundo que dota de sentido todas as coisas, significando que qualquer forma de compreensão da realidade será sempre vista de um determinado ângulo, que diretamente estará interferindo no resultado da pesquisa.

Assim, para cumprir o objetivo de se compreender a Revolta do Rupununi, esteve-se, sobretudo, sendo parte de um mundo que só pode ser deslindado a partir de dentro, isto é, a partir da maneira como um grupo de

---

<sup>25</sup> GEERTZ, op. cit., 2003, p. 227, onde especificamente se lê: “ele é (ou pelo menos deveria ser) um empreendimento histórico, sociológico, comparativo, interpretativo, e um pouco escorregadio”.

peessoas adaptou suas vidas a um dado contexto social, que quando alterado em decorrência de uma nova conjuntura política na Guiana, foi afetado pela perda de sua estabilidade funcional; e claro, também relacionando tudo isso com alguns documentos e fontes históricas.

Por fim, sem a ajuda dos Melville e dos Hart este trabalho não teria sido concluído. Agradeço especialmente a Stanley Melville, informante de todas as horas, que me apresentou a dimensão existencial de sua família. Também agradeço aos exilados na Venezuela: a Harold cujas informações foram muito úteis; fundamentalmente, tenho uma dívida de gratidão com Avarell Melville que por três longos dias me apresentou os aspectos militares da Revolta; a Bryan e a *Small John*, que são aqueles que melhor conseguiram entender a revolta pelo ponto de vista dos jovens nela envolvidos; agradeço a todos por dicas e opiniões valiosas. Também a Valerie Hart por se dispor a falar comigo, embora muito rapidamente, informando-me que a Revolta do Rupununi marcou a vida de todos que a viveram. Agradeço a Ian Melville, que em Georgetown me recebeu como um irmão e me apresentou ao *Amerindian Research Unit*, da Universidade de Guiana, onde consegui bibliografias valiosas para entender o país; ao Coronel Torrealba, meu anfitrião em Caracas, e ao General Yépez Daza, por me confiarem informações importantes sobre a organização e a preparação da Revolta em solo venezuelano. Agradeço, com muito carinho, a Severina Abreu Vasconcelos pelo empenho em revisar meu trabalho. Em especial, com todo o reconhecimento, a Lawrence Hart que me convidou a compreender o Rupununi nas suas múltiplas formas. Agradeço a Irene Hart por me colocar em contato com seus familiares nos Estados Unidos, a Carla, minha filha, que soube compreender e respeitar meus momentos de trabalho para estudos e escrita do texto; a Damásio Douglas pelas fotografias de Bonfim em 1969; a Juanita Hardy pelas fotos do Rupununi e informações sobre o Rupununi; a Sylvia Melville pelo diário de Frederick Green e dados sobre sua família; a Patrick Melville, por informações importantes sobre prisioneiros em Georgetown e fotografias sobre a destruição das casas dos fazendeiros do Rupununi pela GDF; a Sebastian Bacchus por me acompanhar em minhas andanças por Georgetown; ao professor Saturnino

Moraes Ferreira, em nome das Faculdades Cathedral, por me liberar durante seis meses da sala de aula e tolerar minhas freqüentes, às vezes longas, ausências para a pesquisa. Aos professores José Luiz dos Santos, orientador que me fez entrar para a maturidade da pesquisa científica desde a graduação, a Nadia Farage pela leitura de meu texto preliminar e pela persistência em me fazer enxergar a Revolta do Rupununi em todos os seus detalhes, a Shiguenoli Miyamoto pelos esclarecimentos sobre estudos das fronteiras do Brasil, especialmente a região Norte. Enfim, ao CNPq, por me conceder bolsa durante o doutorado; à UNICAMP, que me abrigou desde a graduação; e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o bom andamento deste trabalho. Se ele não é perfeito, a responsabilidade é exclusivamente minha.

A estrutura deste trabalho ficou dividida em cinco capítulos. No Primeiro, “Disposições sociais no Rupununi”, procura-se apresentar os personagens e as instituições em andamento no Rupununi. Esse esclarecimento preliminar visa descortinar a estrutura social da região para entender todos os aspectos da Revolta.

No Segundo Capítulo examina-se a “Formação da sociedade dos *mixed*”, para explicar como, após a definição da disputa fronteira, deu-se a chegada de Melville e a conseqüente instalação de uma base de produção capitalista no Rupununi, inicialmente através da extração da balata e depois pela criação de gado. A compreensão destas duas frentes econômicas levará ao entendimento do estabelecimento das fazendas e da relação com as populações indígenas da região, arregimentadas como mão-de-obra para o trabalho com gado. Compreender os meandros do estabelecimento dos estrangeiros no Rupununi permite entender os aspectos subjacentes à estrutura social criada por eles, a maneira como ela esteve inter-relacionada à da Guiana e o desencadeamento da Revolta.

Para o Terceiro Capítulo, verifica-se “A Revolta do Rupununi”, procurando entendê-la a partir dos relatos dos que dela participaram, desde sua

preparação, execução e desdobramentos posteriores que culminaram com o exílio de uma parte do grupo na Venezuela.

No Capítulo Quarto, “A Venezuela e a Revolta”, são examinadas as situações políticas da Venezuela para explicar como este país passou a dar suporte político e militar à Revolta, como consequência do jogo diplomático em torno da Questão Essequibo.

Já no Capítulo Quinto, “A Guiana e os desdobramentos da Revolta”, leva à compreensão da conjuntura política na Guiana, sobretudo após sua independência em 1966, que mostrando, por seu lado, a relação entre os seus diversos grupos étnicos e a maneira como o Rupununi tornou-se um problema atípico no contexto político desta época, desencadeando o movimento que levou à Revolta.

Na Conclusão, chamada de “Apreciações sobre o Rupununi”, o objetivo é entender como se estabeleceram as inter-relações entre fazendeiros e índios e os demais atores sociais envolvidos na Revolta. Ela tem o propósito de demonstrar que a Revolta foi resultado também da interrupção de uma determinada estrutura social em andamento no Rupununi, cuja compreensão possibilita visualizar a tessitura social presente na região, e, que no momento da Revolta, foi mobilizada para conquistar o apoio dos indígenas.



# CAPITULO I

## DISPOSIÇÕES SOCIAIS NO RUPUNUNI

### 1- INFORMAÇÕES PRELIMINARES

A atual Republica Cooperativa da Guiana, localizada entre o Suriname, Venezuela, Brasil e o Atlântico, ao Norte, é habitada por pouco mais de 705.803 habitantes, sendo que cerca de 80%, vivem na capital, Georgetown. Mais da metade da população é de origem indiana, e 31 a 35% são descendentes de negros africanos, trazidos para o país por holandeses a partir do século XVII, e por ingleses no início do século XIX. Do restante, 4% são de origem indígena, os chamados ameríndios, e outros grupos europeus e chineses<sup>26</sup>. Assim, a estrutura social no país é um reflexo das relações de interdependência entre os segmentos constituídos segundo uma ideologia étnica. Não há nenhuma instituição propriamente guianense que tenha conseguido plasmar os interesses dos grupos étnicos em nome de uma identidade nacional, levando a Guiana a se tornar um mosaico étnico que até o final dos anos sessenta balançava ao sabor das disputas políticas entre indoguanenses e afroguanenses, respectivamente representados pelo *People's Progressive Party (PPP)* e pelo *People's National Congress (PNC)*.

Os afroguanenses, em sua maioria, professam a religião anglicana e católica, os indoguanenses, por seu lado, são hindus ou muçulmanos, embora se encontrem hindus anglicanos e católicos, como afroguanenses muçulmanos, de

---

<sup>26</sup> Segundo estudos realizados pelo Inter-american Defense College, Department of Class XLIV, sobre a Guiana, "Indo-Guyanese constitutes 50 percent of the total population. Guyanese of wholly African descent makes up 36 percent of the population. Those listed as mixed ancestry category comprised individuals of partial African ancestry who were usually included in the Afro-Guyanese community. The Afro-Guyanese population in effect constituted 43 percent of the total population. The remainder of the population was composed of 4 percent Amerindians, and 3 percent of individuals of European or Asian descent". (Cf. Inter-american Defense College, Department of Class XLIV. Fort Lesley J. McNair, Washington D. C., 2004, p. 15).

acordo com as observações do Inter-american Defense College<sup>27</sup>. De maneira geral, indoguianenses e afroguianenses formam os dois maiores grupos étnicos da Guiana, que não obstante são distintos e interdependentes pelos vínculos políticos e econômicos mantidos entre si. Mas o que torna mais visível a divisão étnica no país é a distribuição espacial da população pelos bairros de Georgetown, onde os afroguianenses são a maioria: existem bairros ocupados preponderantemente por afroguianenses e bairros quase que exclusivamente habitados por indoguianenses. Do mesmo modo, a produção agrícola de arroz, sobretudo, está sob controle indoguianense, assim como os empregos públicos, principalmente os relacionados à segurança, são ocupados quase só por afroguianenses.

O sistema legal do país não estimula a divisão étnica, mas a complexidade que se tornou o problema dos grupos étnicos, deu-se, principalmente, depois dos anos cinqüenta, quando da luta pela independência em relação à Grã-bretanha, acentuando-se nos anos sessenta. Em Georgetown pode-se ver essa distribuição em andamento: no *Industrial District*, bairro onde vive um informante nascido no Rupununi e casado com uma descendente de indoguianenses, não existem afroguianenses; o lugar é preferencialmente ocupado por indoguianenses e outras etnias, com exceção dos afroguianenses. Se eventualmente um negro decidisse viver no bairro, em princípio não haveria nada que o impedisse, a não ser o pouco caso e o desprezo com que seria tratado pelos vizinhos, a ponto de tornar sua vida insuportável.

---

<sup>27</sup> A informação é a seguinte: "Some converts continue their Hindu or Muslim rituals in addition to participating in Christian services. Most Afro-Guyanese are Christians, although a few have converted to Hinduism or Islam. Some 52 percent of Guyanese are Christians, 34 percent are Hindu, and 9 percent are Muslims. Of the Christians, 65 percent are Protestant and 35 percent Roman Catholic. A number of Folk Beliefs continue to be practiced in Guyana. Obeah, an old religion of African origin, incorporates beliefs and practices of all the immigrant groups. Obeah Practitioners may be Afro-Guyanese or Indo-Guyanese, and members of all the ethnic groups consult them for help with problems concerning health, work, domestic life, and romance." (Cf. Inter-american Defense College, op. cit. p. 20).

Mapa 01 - Guiana com as dez regiões administrativas



Este esclarecimento é importante para se compreender a diferenciação étnica da Guiana, porque não existe uma segregação em andamento; não há um grupo étnico impondo-se sobre o outro, o que existe são relações de interdependência, determinando a ocupação de certos lugares da vida guianense, seja no sentido político e econômico, ou seja, ainda de ordem espacial, como por exemplo, o lugar dos grupos na ocupação dos bairros<sup>28</sup>. Portanto, essa divisão moldou o sistema social no país, implicando em certos tipos de relações que determinaram a estrutura e o ordenamento de cada etnia, afetando excessivamente a região do Rupununi, onde os habitantes, fazendeiros e índios, tiveram de se inserir neste arranjo social, gerando formas específicas de se comportar, entre si e com o restante da Guiana.

Somada a este complexo sistema social em andamento, a Guiana tem uma pendência territorial com a vizinha Venezuela<sup>29</sup> que já dura mais de um século, tendo experimentado fases de negociação diplomática, acordos bilaterais, acusações de incitamento armado a grupos guerrilheiros, espionagem e invasão armada. Por conta da estrutura social da Guiana baseada na divisão étnica, e da disputa territorial com a Venezuela, o antigo Distrito do Rupununi foi lançado a uma revolta armada no início do ano de 1969.

As conseqüências dessa Revolta implicaram o recrudescimento da divisão política na Guiana, fazendo o poder permanecer sob controle dos afroguianenses durante mais de 20 anos, em prejuízo ao PPP. Também influenciaram o andamento de uma conjuntura política na Venezuela, no momento em que o *Comite de Organización Política Electoral Independente* (COPEI), através de Rafael Caldera, passou a governar a Venezuela, em 1969, depois de quase dez anos de a *Acción Democrática* (AD) estar no poder. Tal situação,

---

<sup>28</sup> Hintzen argumenta que esta separação é de ordem econômica, contudo é constitutivo da sociedade guianense separar os espaços sociais entre os dois grupos étnicos, inclusive com ideais diferentes de nação, como sugere Baksh. (Cf. HINTZEN, Percy C. *The Costs of Regime Survival. Racial Mobilization. Elite Domination and Control of the State in Guyana and Trinidad*. Great Britain: Cambridge University Press, 1989; BAKSH, Ahamad. *Education and Some National Goals in Guyana*. Tese de Mestrado. Department of Sociology. University of Essex, 1999).

<sup>29</sup> O Suriname também reivindica parte do sudeste do país, entre os rios Novo e Corentine.

culminou, no início dos anos 70, na assinatura de um acordo de paz, o *Protocolo de Puerto España*, que praticamente congelou as disputas territoriais entre os dois países.

## **2- O RUPUNUNI DISTRICT E A CRIAÇÃO DE GADO**

O antigo Distrito do Rupununi era parte da atual República Cooperativa da Guiana, e ocupava mais de 25% da área total do país, sendo habitado, além de grupos indígenas Aruaque e Caribe, também por um pequeno número de fazendeiros, que não obstante detinha o controle de uma boa parte das terras do sul do país. O Distrito tinha esse nome em função do Rio Rupununi, um tributário do Essequibo, que forma, junto com o Corentine, duas importantes bacias na região. Os rios Maú e Tacutu - junto com o Cotingo e o Uraricoera - formadores do Rio Branco, desenham a linha de fronteira natural entre a Guiana e o Brasil. As savanas são predominantes nas margens do Rio Rupununi, Maú e Tacutu, contrastando com o restante do país que, exceto a região costeira, é densamente coberto por florestas.

Estima-se que em 1970, 14.200 indivíduos habitavam a região<sup>30</sup>. Desses, mais de 90% eram indígenas, o que significa dizer que em 1969, quando se deu a Revolta, os fazendeiros formavam um extrato social constituído de poucos indivíduos, seguramente menos de quinhentos, embora mantivessem a influência social e política em decorrência do comércio envolvendo a criação de gado. Todavia, a quantificação populacional no Rupununi era uma tarefa árdua em função da dificuldade de se estabelecer uma determinada população para uma aldeia, dada a característica migratória dos índios. Por outro lado, tais dados não devem compreender ainda os indígenas do sul do Distrito, sobretudo os Wai-Wai.

---

<sup>30</sup> Fonte: Loc Study, 1970.

## 2.1- ANTECEDENTES

Existe uma controvérsia sobre quem teria sido o primeiro a chegar à região do Rupununi, se foram os holandeses, portugueses ou espanhóis<sup>31</sup>. Certamente, o comércio efetivo na área do Essequibo só passou a ocorrer depois de 1621, com a criação da Companhia das Índias Ocidentais, que controlaria as colônias do Essequibo, Demerara e Berbice por quase 170 anos. No Rio Berbice, em 1627, os holandeses construíram um forte e se dedicaram à procura de minérios, plantio e comércio com os índios; em 1664, o primeiro engenho de açúcar foi estabelecido nos cursos das águas dos rios Cuyuni e Mazaruni.

Os três cursos d'água responsáveis pela penetração na Guyana foram os rios: Essequibo, o mais amplo, cujos afluentes provêm das fronteiras com a Venezuela e com o Brasil; o Demerara, e o Berbice, cujas fozes são situadas no litoral nordeste da Guyana. No rio Berbice (...) em 1927, holandeses resolveram construir um forte, explorar coleta, procurar minérios, plantar, e comercializar com os nativos. Os cultivos, como no caso do Essequibo, parecem que não tinham ainda grande projeção comercial<sup>32</sup>.

Em 1814 as três colônias foram formalmente cedidas à Inglaterra, para quinze anos depois serem unificadas com o nome de Guiana Britânica, situação que permaneceu até sua independência, em 1966. Naquela época a população da colônia era de 95% de brancos de origem européia, praticamente

---

<sup>31</sup> Nabuco, compulsando a Contra-Memória Inglesa, menciona o fato de que em 1745 os geógrafos obtiveram material que possibilitou uma revolução na cartografia da região. Naquele ano, Condamine fez uma viagem descendo o Amazonas, e como resultado elaborou um mapa com informações dadas por Nicolas Hortsman, empregado da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Horstman teria traçado um plano original que seguia o Essequibo, com descrições dos cursos deste rio e do Rupununi. Teria sido ele quem mencionara a ligação do Lago Amucu com os dois rios e o curso de água que se junta ao Rio Branco, e por conseqüência, ao Amazonas. Isto é, Horstman teria descoberto uma comunicação entre a bacia do Essequibo com a bacia do Amazonas. Condamine teria deixado essas informações à disposição de D'Anville que gerou um mapa que sugeria uma linha divisória entre as possessões portuguesas e holandesas na região, conhecida como Linha D'Anville (Ver: Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Org. NABUCO, Joaquim). *Second Mèmoire: La Preuve cartographique*. Paris: A. Lahure, 1903, pp. 7-9, (doravante MREB). Nabuco compara D'Anville a Schomburgk, sustentando que o primeiro foi verdadeiro, realista e imparcial, já o segundo favoreceu totalmente a Inglaterra para beneficiar-se de favores deste país.

<sup>32</sup> BARROS, Nilson C. C. *Paisagem e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul*. UFPE, 1995, p. 166.

significando a anglicização da Guiana<sup>33</sup>. Em 1834, deu-se a abolição do sistema escravocrata na Guiana, coincidindo com uma crise mundial de superprodução e declínio da proteção aduaneira dada ao açúcar, combinações que somadas arrasaram as plantações na Guiana<sup>34</sup>. Os ex-escravos passaram a migrar em massa para as cidades, abandonando as plantações, por, não estarem dispostos a trabalhar como assalariados dentro de um meio social que repudiavam, tendo também incorporado a noção de que o trabalho nas plantações era degradante e inconsistente com o estado de liberdade<sup>35</sup>.

Foram feitas tentativas de substituir a mão-de-obra escrava por europeus, inicialmente portugueses da Ilha de Madeira. No entanto, tais iniciativas tornaram-se malsucedidas porque os portugueses não se adaptaram à rotina dos plantios, e alguns deles acabaram migrando para outra atividade, o comércio, que até o período da independência da Guiana foi ocupado preponderantemente por eles. Provavelmente, sua posição marginal nos povoamentos levou-os a estabelecer com seus clientes uma relação exclusivamente comercial e assim prosperar, tanto que em 1851, dos 296 estabelecimentos comerciais em Georgetown, 173 pertenciam a portugueses<sup>36</sup>. A preponderância comercial dos portugueses na Guiana lhes renderia até rebeliões antiportuguesas, como a de 1856, que provocou perdas materiais e mortes. Serbin diz que essa rebelião deveu-se aos altos preços que os portugueses impunham às suas mercadorias, embora existisse também uma motivação religiosa, uma vez que os portugueses eram católicos e os africanos, devido ao processo de aculturação, haviam sido convertidos em protestantes<sup>37</sup>. Fundamentalmente os portugueses estavam mais próximos da elite anglo-saxã, fazendo acentuar uma diferença que era não só social, mas também baseada na cor.

---

<sup>33</sup> GIACALONE DE ROMERO, Rita. *Estudio histórico de la Guayana Británica ; del descubrimiento a la formación del movimiento independentista, 1499-1949*. Mérida, Venezuela: Corpo Andes, Fundacipol, 1982, p. 41.

<sup>34</sup> BARROS, idem, ibidem.

<sup>35</sup> GIACALONE DE ROMERO, idem, p. 62.

<sup>36</sup> Idem, p. 70.

<sup>37</sup> SERBIN, Andrés. *Nacionalismo, etnicidad y política en la República Cooperativa de Guyana*. Caracas: Bruguera, 1980, p. 111.

Na segunda metade do século XIX, de 1853 a 1879, entraram 14.000 chineses na Guiana, dos quais 6.300 permaneceram; os outros migraram para as ilhas do Caribe<sup>38</sup>, levando a administração colonial optar por atrair indianos que já estavam acostumados ao cultivo da terra nas Antilhas. Todavia, a presença cada vez maior de antilhanos, inflacionou o preço da mão-de-obra, dificultando posteriores contratações, que em alguns casos foram compensadas pela aquisição ilegal de escravos nos países que ainda mantinham o tráfico de negros. Tais medidas não resolveriam a escassez de mão-de-obra, e a Índia, então colônia da Grã-bretanha, apareceu como alternativa, quando indianos, desta vez vindos diretamente da Índia, foram trazidos para a Guiana através de contratos de trabalho de cinco anos, pressupondo que, depois de o trabalhador formar uma poupança, pudesse voltar à sua terra de origem. Mas isso nunca aconteceu de fato, e depois de denúncias contra o maltrato nas plantações, esse tipo de negócio passou a ser proibido, até que a partir de 1845, com a autorização de imigração da Índia, um grande fluxo de indianos passou a entrar no Caribe e na Guiana<sup>39</sup>. Ishmael aduz que só no ano de 1847, chegaram mais ou menos 7.000 indianos trazidos de Calcutá e Madras, principalmente<sup>40</sup>. Muitos desertaram das plantações, outros tantos se tornaram andarilhos ou passaram a viver na cidade.

Os imigrantes continuaram chegando também de Açores, Madeira, Cabo Verde, Malta, Índia, África e China, tanto que no final do séc. XIX, a Guiana já registrava uma população de mais de 340 mil imigrantes. Aqueles de origem indiana somavam quase 250 mil indivíduos<sup>41</sup>, estimulados, especialmente, pelo negócio com o açúcar que, depois da crise do início do séc. XIX, já no seu final, experimentou um fantástico crescimento na colônia, empurrado pelos bons preços

---

<sup>38</sup> GIACALONE DE ROMERO, op. cit. p. 70.

<sup>39</sup> Para o Inter-american Defense College, "Almost 240,000 East Indian indentured workers were brought to British Guiana by 1917. Although the great majority of the East Indian immigrant workers are from northern India, there are variations among them in caste and religion. Some 30 percent of the East Indians were from agricultural castes and 31 percent were from low castes or were untouchables. Brahmans, the highest caste, constituted 14 percent of the East Indians immigrants. About 16 percent were Muslims. The British plantation owners distrusted the Brahmans because they viewed them as potential leaders." (Cf. Inter-american Defense College, op. cit., 2004, p. 18).

<sup>40</sup> ISHMAEL, op. cit.

<sup>41</sup> NATH, Dwarka. *A History of Guyana*. London, 1975, pp. 4043



do produto no mercado internacional. Neste contexto, os quase 350 mil imigrantes eram uma quantia bastante significativa no total da população, sendo que hoje a Guiana tem um número de habitantes que não chega a 800 mil indivíduos.

Assim, a Guiana tornou-se um país pluriétnico; e se é certo dizer, em momento algum, conseguiu plasmar os grupos étnicos numa nacionalidade guianense, implicando em rivalidades e animosidades constantes, baseadas em duas importantes forças políticas, a dos indoguianenses e a dos afroguianenses, que diretamente fornecerá as bases para uma revolta no Rupununi, que ficou à margem deste processo.

Durante o andamento da ocupação da Guiana, não houve iniciativas no sentido de penetração em direção ao interior, que ficara resguardado como um espaço misterioso, povoado apenas por índios. Tanto que se se verificar a participação dos índios na economia da Guiana, a conclusão é a de que em nenhum momento eles foram inseridos no processo produtivo até o séc. XX; antes, principalmente, durante a colonização holandesa, os índios eram soldados, batedores, guias e aliados, mas em momento algum agente econômico de grande importância, a ponto de poder despertar o interesse da colônia. A verdade é que o interior e os índios eram tidos como inviáveis do ponto de vista econômico; somente aventureiros se arriscavam a enfrentá-los, e o Rupununi, até o início do século XX, era tido como uma região brasileira, alheia aos interesses britânicos.

O início do séc. XX inaugurou uma tímida penetração em direção ao interior, subindo os cursos dos rios Mazaruni, Corentine, Berbice, Demerara e Essequibo. No entanto, esse tipo de ocupação só passou a se tornar mais efetiva e constante, em função da demanda do látex, que coincidiu com a queda dos preços do açúcar, cacau e café, ocasião também em que pela solução da Questão Pirara, o Rupununi passou a fazer parte da Guiana.

Quando os ingleses começaram a cultivar a *Hevea Brasiliensis* no oriente, também alguns plantios passaram a ser realizados na Guiana, uma vez que a variedade de látex mais encontrada era a Manilcara, a balata, considerada

de qualidade inferior. A balata foi também muito explorada nas cabeceiras do Rio Anauá, no Brasil, mas noutro lado da fronteira, sua exploração se estendeu por toda a base da serra do Acarai e pelas cabeceiras do Essequibo, e também em algumas matas localizadas nas margens do Rupununi, posto que sua cabeceira encontra-se numa região de savanas. A coleta da balata deu um incipiente alento econômico à região, e os índios foram sistematicamente utilizados como coletores.

Embora o extrativismo da balata tenha inserido o sul da Guiana na economia da colônia, não obstante era uma iniciativa tímida, porém suficiente para fixar as primeiras famílias que estiveram envolvidas na Revolta do Rupununi. A hinterlândia da Guiana só passaria a ser objeto de planificação com vistas à sua inclusão na economia da colônia, em 1939, quando refugiados judeus da Europa, a partir de um consórcio americano-britânico, passaram a ser convidados para explorar economicamente a região, embora jamais o plano chegasse a ser efetivado. Barros alude que, cinco anos antes, em 1934, “o governo britânico havia solicitado à ‘Liga das Nações’, que apontasse uma comissão para estudar as possibilidades de colonização do distrito do Rupununi, com assírios”<sup>42</sup>, entretanto nenhuma das iniciativas redundou em sucesso. Por esse tempo, em função da Segunda Guerra Mundial, os produtos tradicionais produzidos nas áreas costeiras, perderam mercado forçando a reorientação da produção para o cultivo do arroz com vistas à exportação. Segundo Barros, somente o açúcar resistiria a esta crise na agricultura guianense, competindo, em termos de importância econômica, com o arroz<sup>43</sup>.

Embora as diretrizes econômicas ainda estivessem restritas à região costeira, outras atividades, como as relacionadas à mineração, sobretudo de

---

<sup>42</sup> HILLS, Theo L. The Interior of British Guyana and the myth of el dorado. *Canadian Geographer*, vol. 2, 1961, pp. 30-41; e HOLDRIGDE, Desmond. Na investigation of the prospect for white settlement in British Guyana. In: *Geographical Review*, Vol. 29, n. 04, oct., pp. 622-642, 1939, apud BARROS, op. cit. p. 174.

<sup>43</sup> Idem, p. 75. O mesmo autor assevera que essa reorientação da agricultura para a produção do arroz, por ser financiada e gerenciada pelo Estado, acabou criando uma situação de dependência nos produtores, em que a “população [passou] a ver o governo como o provedor de cada necessidade que tinha”, e que de acordo com Barros, serviria à implantação do socialismo na sociedade do *plantation*, no pós-independência” (Ver: p. 176).

bauxita, e à exploração de madeira passaram a exercer forte influência na economia da colônia a partir dos anos 50. A região do Rupununi, que nesta ocasião tinha sua economia baseada exclusivamente nas fazendas de gado, atividade que, no entanto, contribuiu para a inclusão do interior às demandas econômicas da colônia.

A criação de gado restrita às savanas estava voltada exclusivamente para o corte, característica que serviu para pressionar as terras indígenas nas savanas do Rupununi e levar os fazendeiros a estabelecer um tipo de aliança baseada no parentesco, que garantiria mão-de-obra às fazendas<sup>44</sup>. No momento em que aconteceu a Revolta do Rupununi era esse o sistema de relação social em andamento na região.

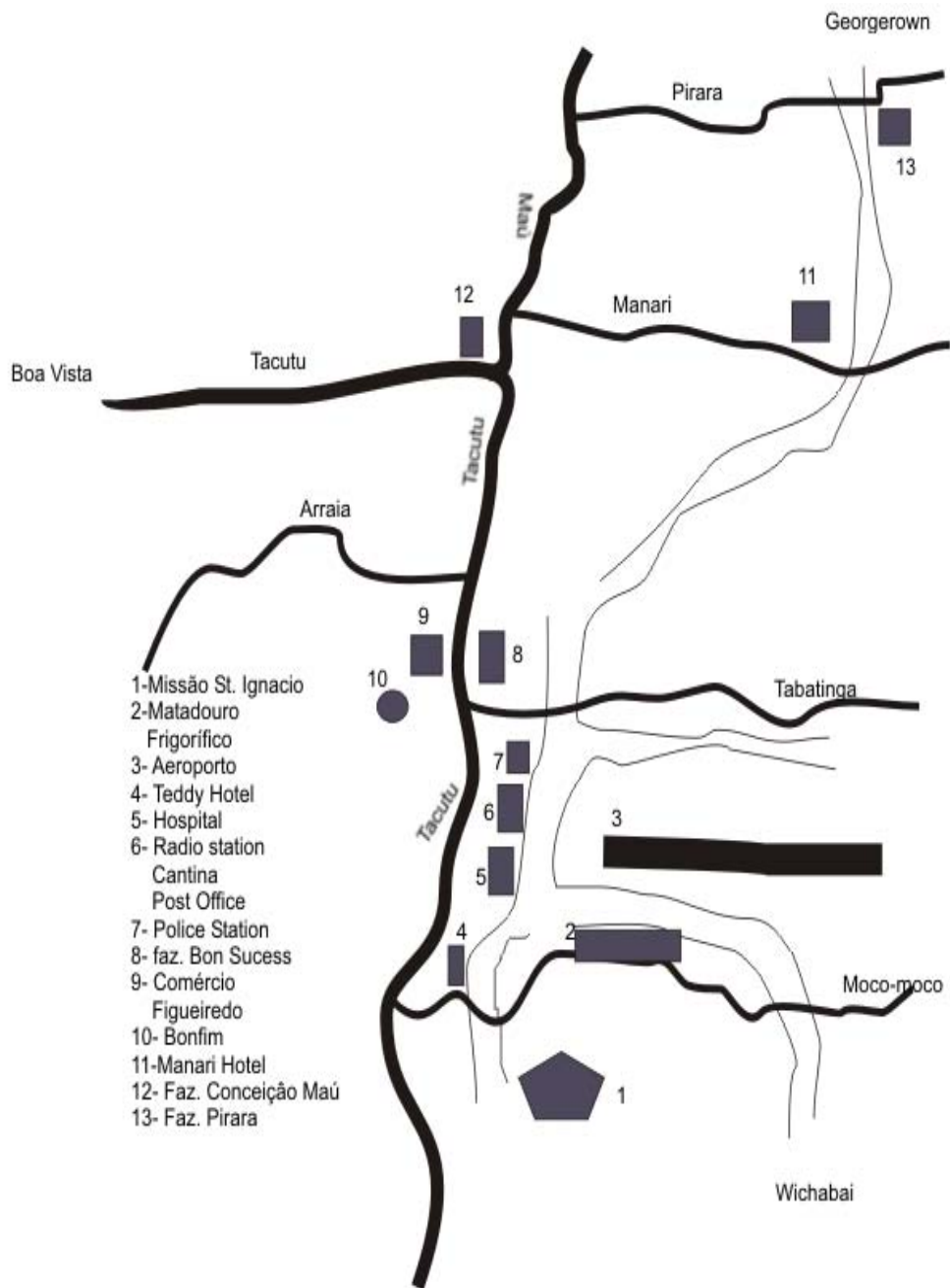
### **3 – PLANO GERAL DO DISTRITO**

No Rupununi, havia os índios nas aldeias, os fazendeiros e vaqueiros nas fazendas, e os habitantes de Lethen, capital do Distrito, uma vila formada por um conjunto de casas espalhadas por trilhas esburacadas, empoeiradas e sinuosas. Lethen tinha um hospital, um matadouro, um hotel, correios, aeroporto, um posto administrativo e um outro policial. No Annai e em Good Hope, por serem locais de pouso de aviões, ficava uma guarda avançada formada por não mais que quatro soldados; o sul da região, após as cabeceiras do Rupununi, era praticamente uma área vazia, coberta por florestas densas e habitadas nas extremidades com o Brasil por índios de diversas etnias.

---

<sup>44</sup> FARAGE, op. cit. p. 111.

**CROQUI 01- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE LETHEN, EM 1969.**



Os índios constituíam-se na população mais expressiva do Rupununi, e viviam nas chamadas *Villages*, aldeias espalhadas pelas margens dos rios e igarapés. Distribuía-se, fundamentalmente, por um conjunto de nove grandes aldeias: Annai, Makuxi e Karasabay, ocupadas por índios Macuxi; Shea, Sawariwao, Sand Creek, Aishalton, Karaodanawa e Achiwib, por sua vez, ocupados por índios Wapixana e Atoraiú; os primeiros são falantes Caribe, os segundos, Aruaque<sup>45</sup>. Podiam ser encontrados também vivendo em Lethen, seja por motivos de trabalhos, tratamento de saúde ou ainda em função da missão católica St. Ignacio, localizada logo após o Igarapé Moco-moco.

### 3.1- ECOLOGIA DO RUPUNUNI

Durante o inverno, período chuvoso que vai de meados de março até setembro, os rios transbordam e igarapés que antes estiveram seco em decorrência do verão, seis meses em que praticamente não há chuva, enchem-se de água mudando a paisagem das savanas<sup>46</sup>, juntando seus murmúrios aos de pássaros migratórios que se banqueteiam com uma infinidade de peixes, crustáceos e insetos trazidos pelas águas. Na época que vai até 1969, o gado das fazendas engordava em função da germinação de gramíneas e da abundância de água, sendo deixado livre nos campos, quando o gado buscava os rios e os igarapés perenes onde a água baixava, mas se mantinha em nível suficiente para suprir a sede. Este padrão ecológico foi muito importante para o sucesso da criação de gado no Rupununi

Os solos da região do Rupununi, e por extensão, de todo o vale do Rio Branco, que repete o mesmo padrão ecológico, não possuem qualidades

---

<sup>45</sup> Os indígenas que viviam no sul do Distrito são pouco importantes para o andamento das observações aqui colimadas, por não terem estado em contato permanente com os fazendeiros.

<sup>46</sup> Em termos gerais, a paisagem do Rupununi, aquela influenciada pelas savanas, não se distingue muito dos lavrados da bacia do Rio Branco. Peter Riviere, sobre os lavrados, diz que "... the savanna is crisscrossed by small streams whose courses are marked by lines of *buriti* plants... The nature of this area changes abruptly with the seasons. The streams, which during the dry season contain only a small trickle of water, become raging torrents in the wet seasons and vast areas of the savanna become inundated". In: RIVIÈRE, *The forgotten frontier*. Holt, Rene Hart and Winston, Inc., 1972, pp. 9-10.

adequadas para a agricultura por serem demasiado arenosos, brancos e secos no verão, devido a total falta de chuva<sup>47</sup>. Por isso, as áreas com terras mais férteis são aquelas localizadas nas margens dos rios e igarapés perenes, como também toda a faixa de terras ocupadas pelas matas de transição para a floresta. O pasto para os rebanhos dependia, então, das chuvas de inverno para alagar as terras antes secas.

Algumas milhas ao sul de Lethen, até próximo de Wichabai desdobra-se a imponente serra do Cuano-Cuano, assim como os brasileiros a chamam, ou Kanaku para os guianenses. O enorme escarpado de cor azulada, às vezes, coberto por uma suave nuvem branca, mais parece um titã querendo rasgar o céu, compreendendo um amontoado granítico que cobre boa parte das savanas, estendendo-se ainda para além do Rupununi em direção ao Rio Essequibo. Seu relevo é mais baixo se consideradas outras unidades morfoestruturais como o Monte Roraima e a Serra Pacaraima, embora se encontre esculpida em rochas do Grupo Roraima. As extensões ao longo da serra são ainda formadas por savanas, constituídas por escarpados e cristas marcadas por encostas ravinadas, com extensos falhamentos que condicionaram a evolução das formas de relevo e a rede de drenagem na região.

Nas savanas, de solos profundos e lixiviados, devido a algumas restrições quanto à acidez e à baixa quantidade de material orgânico, inúmeras lagoas são formadas. Algumas dessas lagoas são drenadas parcialmente por igarapés ou rios próximos durante o inverno, enchendo-se de gramíneas<sup>48</sup> que muito servem ao bem-estar do gado, sendo intercalados por arvoredos ciliares que seguem seus cursos, por ilhas úmidas salpicadas de buritis. Na época de

---

<sup>47</sup> Ver: BARROS, op. cit, p. 174. Porém, mais recentemente, com a correção do solo tem-se conseguido índices de produção de grãos melhores do que outras regiões do Brasil, nas margens dos principais rios do vale do Rio Branco. Além do arroz, também uma frente de produtores de soja vem se estabelecendo no vale do Rio Branco, vindo do sul do Brasil e região Centro-Oeste, inclusive planejando o desenvolvimento dessa atividade na região do Rupununi, apostando na pavimentação da ligação Boa Vista-Georgetown.

<sup>48</sup> Ver esta definição em PIREZ, J. M. e PRANCE, G.T. The vegetation typis of the brasilian Amazon. In PRANCE, G. T. et LOVEJOY, T. E. *Key environments Amazonia*. Pergamon Press. Oxford, 1985, pp. 109-145

estiagem, entre outubro a março, as lagoas perdem água, secando ou limitando-se a núcleos brejosos.

Os principais rios, que cortam e influenciam a forma de ocupação das terras da região, são o Rupununi e o Tacutu, originários do sul do país, área coberta por savanas ou matas densas das proximidades da serra do Acarai. Algumas léguas à esquerda do Rupununi, servindo como fronteira natural entre Guiana e Brasil, encontra-se o Rio Tacutu que avança até somar suas águas às do Rio Maú, inclinando-se à esquerda, para em seguida agigantar-se, somando suas águas às do Cotingo e Uraricoera, dando origem ao Rio Branco. Tanto o Rupununi como o Tacutu recebem tributários, chamados de igarapés, que na época de inverno vicejam espalhando suas águas pelas savanas transformando-as, em muitos pontos, num campo inundado e cheio de vida selvagem.

Na ocasião do verão o gado perdia peso e recuava-se aos cinturões de matas ciliares, onde a água ainda escorria por valas morosas ou locais com água empoçada, que mesmo barrenta, matava a sede. Mas o estabelecimento do gado, tal como nos lavrados do Rio Branco, deveu-se, principalmente, aos lagos perenes, aos igarapés que mansamente escorriam por fendas na terra, rodeados de arvoredos persistentemente verdes e aos rios que nunca secavam, senão apenas perdiam o viço no verão. O Tacutu, por exemplo, ainda se apequena numa infinidade de poços d'água, permitindo atravessar vários de seus trechos a pé. Em função de tais características, embora possua solos brancos e arenosos, a região mostrou-se muito apta para a criação de gado.

O gado foi levado para o Rupununi em consequência de esta atividade ter sido começada no vale do Rio Branco no séc. XVIII, por iniciativa de diretrizes oficiais da época, culminando com criatórios nas Fazendas Nacionais<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> No final do século XVIII, a ocupação do Rio Branco assumiu uma feição empresarial com a criação das chamadas Fazendas Reais, origem das Fazendas nacionais. Inicialmente, foram instaladas três delas: São Marcos, São Bento e São José. Estavam localizadas acima do lugar onde hoje se encontra a cidade de Boa Vista. O objetivo era garantir a posse do vale do Rio Branco, através da criação de gado. As fazendas deveriam servir para suprir com carne as áreas do rio Negro e Amazonas, voltadas para o extrativismo e roças (Cf. BARROS, op. cit. p. 47). Em

Mesmo antes da solução do litígio entre Brasil e Grã-bretanha pela posse da região do Pirara, já havia incipientes criatórios na região com gado dessas Fazendas, estabelecidos em terras tradicionais indígenas. A forma de criação de gado nas savanas do Rupununi exigia grandes extensões de terras, estabelecendo um padrão de ocupação que já estava em vigência no vale do Rio Branco, em que as áreas de perambulação indígena eram ocupadas com o gado.

O sistema de *lease agreement* em vigência na Guiana tornou-se, via de regra, eficiente para assegurar este padrão de ocupação. Bastava comprovar que as terras não estavam cedidas para outra pessoa e não incidissem sobre nenhuma aldeia para assegurar sua posse. Como não havia impedimento para sua transferência para terceiros, a possibilidade de a propriedade ser negociada ou ampliada estava aberta. Era comum uma família ter mais de uma área ocupada ou mesmo distribuir as terras como herança entre os filhos. Esta forma de ocupação fundamentalmente estava baseada na grande propriedade, por conseqüência, na ocupação de amplas quantidades de terras, na pecuária ultra-extensiva e na exploração da mão-de-obra indígena.

### 3.2- A CRIAÇÃO DE GADO

Um total de onze fazendas - as maiores -, mais a *Rupununi Development Company*<sup>50</sup> resumiam todos os criatórios de gado na região do Rupununi, ocupando perto de 2.405.550 acres, em 6.000 milhas quadradas das savanas. Do montante de 43.000 cabeças de gado registrado em 1958<sup>51</sup>, 25.000

---

1885, Coudreau havia contado nos campos do alto Rio Branco, 32 fazendas; as fazendas nacionais possuíam 20.000 cabeças de gado e 4.000 cabeças de cavalo, enquanto Boa Vista era pequena vila com 20 casas cobertas de palhas (COUDREAU 1887: 257-258).

<sup>50</sup> A *Rupununi Development Company*, também conhecida como Fazenda Dadanaua, era uma sociedade anônima dividida em ações, no qual os Melville, filhos dos dois casamentos de H.P.C Melville com índias Atorad, tinham uma parte do total das ações pelo fato de a base do plantel da companhia ter sido formada por animais que pertenciam à família. Outra parte das ações estava distribuída entre investidores da própria Guiana e do Canadá, através do *Royal Bank of Canada*. Depois da Revolta, a companhia, assim como as fazendas, entrou em colapso e deixou de funcionar.

<sup>51</sup> Pela área costeira se espalhavam 130.000 cabeças de gado. Ver: *INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT*. The economic development of British Guiana. Oxford, London: John Hopkins Press, 1953, p. 174



pertenciam à companhia, e, aproximadamente, uma cabeça de gado era criada em cada milha quadrada, ao preço de \$2.00<sup>52</sup>. Em termos quantitativos, era pouco gado para grandes extensões de terra, mas tal distribuição estava relacionada à qualidade do solo.

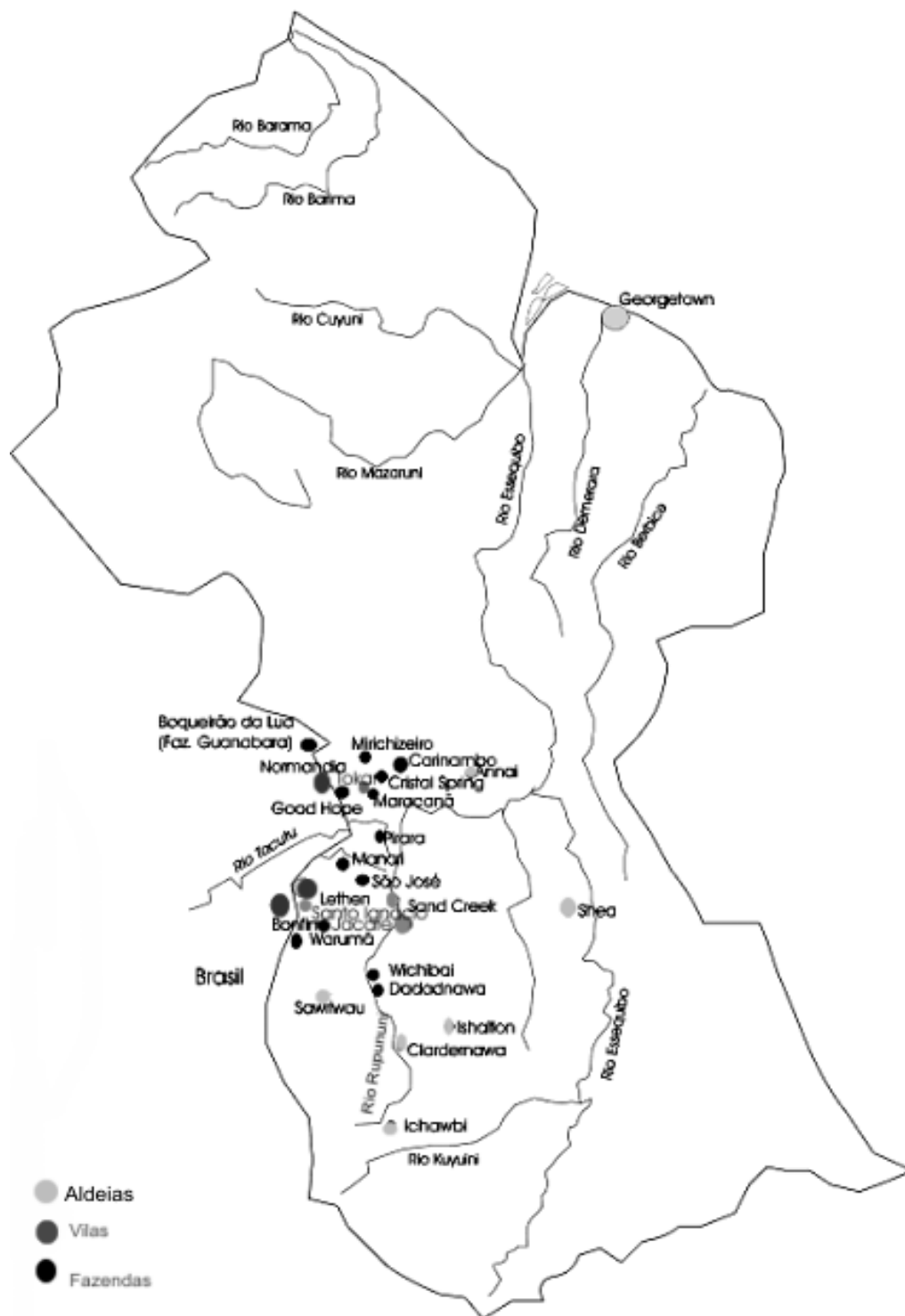
Todas as terras das savanas, como em toda a Guiana, eram *crown lands*, cada lote não podia ter uma extensão maior do que cinqüenta milhas quadradas, embora uma mesma fazenda pudesse ter vários lotes. Cada lote era alugado ao preço de \$15 ao ano, durante 05 anos; quando cumpridas certas exigências, renovava-se o contrato por mais 21 anos<sup>53</sup>. Dadanawa, sede da *Rupununi Development Company*, Manari, Good Hope e Pirara eram as que ocupavam maiores extensões de terras, todas com mais de cinco lotes cada, e conseqüentemente criavam mais gado. Wichabay, embora criasse algum gado, era a base para a produção e comercialização de balata, e somente depois da falência deste tipo de atividade, o gado passou a ter-lhe alguma relevância, porém jamais chegou a se constituir numa grande fazenda. As outras, Jacaré, São José, Maracanã, Cristal Spring, Carinambo, Mirichizeiro, Roi Coro, Montain View e Jauari eram bem menores, restritas à margem das cinqüenta milhas quadradas, algumas até funcionavam como retiros - *out station* - das maiores. Seguramente, eram a *Rupununi Development Company* e os Hart que possuíam mais gado; Teddy, personagem importante na Revolta, possuía dois lotes, Warumã e São José, por conseqüência bem menos gado; seus negócios estavam voltados à prática do comércio e ao Hotel em Lethen.

---

<sup>52</sup> *INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT*. The economic development of British Guiana. Oxford, London: John Hopkins Press, 1953, p. 175.

<sup>53</sup> *Idem*, *ibidem*.

**CROQUI 02- LOCALIZAÇÃO DAS FAZENDAS E ALDEIAS DO RUPUNUNI ANTES DE 1969**



O modelo de ocupação das terras, que permitia a aquisição de vários lotes, criou a grande propriedade fundiária e a forma ultra-extensiva de criação do gado. O fato de nas savanas do Rupununi desenvolver-se um tipo de ocupação da terra muito parecida com aquela do vale do Rio Branco, deveu-se à profunda influência da estrutura social em andamento na região de fronteira com a Guiana - entre o Tacutu e o Maú no lado brasileiro - sobre a vida social no Rupununi. O padrão alimentar, por exemplo, tendo a farinha e a carne-de-sol como principais alimentos, foi “importado” dessa região do Rio Branco em função deste ser o lugar com que mais os fazendeiros do Rupununi tinham mais contato. Isso se dava em decorrência dos vários criatórios no lado brasileiro, estimulando um constante intercâmbio entre os dois lados, inclusive através de casamentos e compadrios. Na realidade eram mais fáceis os relacionamentos com essa região do Brasil do que propriamente com qualquer outra da Guiana. Antes da chegada dos aviões, era freqüente a ida de fazendeiros para comprar e vender em Manaus, descendo o Rio Branco no período de inverno, uma viagem preferível ao risco e aventura pelo Rio Essequibo e suas cachoeiras traiçoeiras.

As fazendas do Rupununi arregimentavam os indígenas como mão-de-obra, no entanto, a relação contratual distinguia-se do padrão recorrente no vale do Rio Branco: os índios recebiam salário pelo trabalho como vaqueiro e não a sorte<sup>54</sup> como ocorria no Brasil. No Rupununi, além do pagamento em dinheiro pelo trabalho com o gado<sup>55</sup>, os tuxauas eram premiados com certo número de reses por permitirem o uso de suas terras como pastagens, possibilitando-lhes a formação de pequeno rebanho. De certa forma, este sistema mostrou-se muito eficiente por possibilitar ao gado avançar sobre terras indígenas e inserir o índio como vaqueiro nas fazendas.

---

<sup>54</sup> Sistema pelo qual, a cada quadro reses nascidas, uma era dada como pagamento ao vaqueiro. Ver: RIVIERE, Peter. *The forgotten frontier*. Holt, Rene Hart and Winston, Inc., 1972, p. 87.

<sup>55</sup> Pude verificar que em alguns casos o uso do dinheiro não era direto, isto é, havia índios que não recebiam o salário em espécie senão consumiam mercadorias que correspondiam ao valor do salário nas bodegas, muitas vezes dos próprios fazendeiros. No Pirara, por exemplo, havia uma loja que vendia desde tecido até querosene.

Todavia o mecanismo mais eficiente para legitimar a presença de fazendeiros em terras indígenas foram os laços de parentescos decorrentes de casamentos estratégicos com as mulheres das aldeias, vinculando os fazendeiros aos índios e facilitando a exploração das terras e mão-de-obra destes. A posse e a ampliação das áreas de pastagens tornaram-se possíveis por essa aliança com os indígenas espalhados por dez aldeias entre os rios Tacutu e o Rupununi, envolvendo bem mais do que simplesmente a contratação para a condição de vaqueiros e o pagamento feito com gado.

Assim, as fazendas maiores eram aquelas onde estavam concentrados os núcleos familiares Melville e Hart. As menores, em muitos casos, tornaram-se desdobramento das maiores quando eram passadas como heranças para os filhos. Todavia, a base social, econômica e familiar eram as grandes fazendas, nelas encontravam-se as capelas, pista de pouso para avião, casas mais confortáveis com eletricidade, fogões a querosene, empregados domésticos, galpões e hangares. Invariavelmente, eram construídas com tijolo e não com adobe, como as menores. Esse tipo de relação possibilitou a formação de núcleos de criação de gado, relacionando as fazendas maiores, geralmente onde viviam os pais, com as fazendas menores, habitadas pelos filhos casados ou aparentados, fazendo com que as fazendas maiores se tornassem o centro das decisões administrativas e econômicas em relação à criação e à comercialização do gado. A partir deste arranjo administrativo é que se estabeleceu a criação de gado de forma mais racional.

### **3.3- O COMÉRCIO DE GADO**

Pouco antes da Segunda Guerra Mundial, foi criada a *Guyana Meeting Market* com objetivo de disciplinar a comercialização da carne de gado, antes feita pela *Cattle Trail*, trilha por onde o gado era levado até o Rio Berbice, e dali para Georgetown. A viagem era demorada, geralmente mais de dois meses, exigindo paradas constantes para o gado beber água, pastar e descansar. Com o tempo, por volta dos anos vinte, na trilha foram criados rudimentos de hotéis para

pernoitar e alimentar o gado. Mesmo assim, havia muito prejuízo com a morte e perda de peso de reses durante a viagem.

A criação da *Guyana Airways*, que passou a ligar o Rupununi ao litoral por avião, fez com que a comercialização de carne de gado se desse em patamares mais eficientes, permitindo a *Guyana Meeting Market*, empresa responsável pela compra e distribuição da carne em Georgetown, estabelecer um matadouro e um frigorífico em Lethen, requisitar empregados e determinar uma quantia em peso a ser abatida semanalmente. Muitos dos Melville tornaram-se funcionários no frigorífico.

A *Rupununi Development Company*, a RDC, como se tornara conhecida, era responsável pelo envio da maior quantidade de carne para Georgetown através da *Guyana Meeting Market*; as demais fazendas participavam com uma cota bem menor, contudo muito significativa por garantir certa concentração de capital em mãos de fazendeiros, tornando-os bem mais do que simples criadores de gado por fazer deles os *Cattle Barons*, como assim os chamou Forbes Burnhan durante o período da Revolta<sup>56</sup>.

As relações de propriedade e capital entre os fazendeiros, a RDC, a *Guyana Airways* e a *Guyana Meeting Market* foram importantes para o estabelecimento das bases capitalistas na região do Rupununi, consolidando a criação de gado e, diretamente, afetando as terras indígenas requeridas como pastagens para o rebanho. O sistema funcionava da seguinte maneira: a *Guyana Meeting Market* estabelecia uma quantia em peso que os fazendeiros e a *Rupununi Development Company* deviam suprir durante a semana. Através de um avião cargueiro, a carne era levada para a capital com vistas à comercialização. O dinheiro da venda era depositado em contas bancárias dos fazendeiros, que de tempo em tempo ocorriam à capital para usá-lo, ou ainda pago em cheque a ser descontado em Lethen.

---

<sup>56</sup> Possivelmente, uma referência à chamada *Johnson County War*, ocorrida em 1892, no território de Wyoming, que indispôs grandes criadores de gado, os *cattle barons*, contra pequenos criados. (Ver: GAGE, Jack R. *The Johnson County War Is a Pack of Lies (The Barons Side)*. Flintlock Publishing Co: Cheyenne, WY, 1967).

Na viagem para o Rupununi, o avião trazia mercadorias compradas por eles ou por brasileiros do Vale do Rio Branco<sup>57</sup>. Esta forma de comercialização se intensificou em torno dos anos cinqüenta e sessenta, quando, durante a semana, os aviões pousavam três vezes para descarregar mercadorias e carregar carne. Isso não implica dizer que se tenha desenvolvido no Rupununi um sistema sofisticado de criação de gado, a criação continuou a ser extensiva e a qualidade do gado pouco foi melhorada durante aquele tempo. Algumas fazendas, como a *Good Hope*, de Cesar Gorinsky, sequer quantificavam e cuidavam do gado que possuíam, deixando-o exclusivamente ao cuidado de índios vaqueiros nas savanas. Apenas a *Rupununi Development Company*, conhecida como Dadanawa, mantinha rebanho em melhores qualidades. No geral, nas outras fazendas, o gado era o chamado pé-duro, pequeno e rústico, criado solto nas savanas.

O gado solto não requeria muita mão-de-obra, impondo apenas a necessidade de vaqueiros para recolhê-lo quando necessário, vaciná-lo e cuidar para que parasitas não extinguissem sua saúde. No geral, eram criados ao léu das savanas, encontrados sob árvores sombrias durante o dia quente, e à noite perto de igarapés, poças ou rios que os acariciavam com o frescor. As famílias com muitos filhos costumavam ser mais bem sucedidas neste tipo de negócio porque eles podiam ser envolvidos como vaqueiros, dispensando a contratação de peões; mas, quase sempre, eram vaqueiros contratados que cuidavam do gado.

Por último, é preciso dizer que a criação de gado jamais assumiu patamares muito significativos na economia da Guiana, ainda assim criou um grupo social que pela maneira de falar (o inglês falado no Rupununi tinha ligeiras diferenças com aquele falado na área costeira), de se comportar (o modo de vida era especialmente o brasileiro do vale do Rio Branco) e de ter no gado a base de sua vida social, distinguia-se do restante da Guiana.

---

<sup>57</sup> O comércio com a Guiana parece ter sido fundamental para Boa Vista naquela época, quando a região tinha contato com o restante do Brasil, preferencialmente por avião, uma vez que não havia estrada para fazer a ligação outros Estados. Os brasileiros praticamente compravam tudo de Georgetown, quando não havia alfândega para fiscalizar as transações comerciais nas fronteiras.

#### 4- VINCULAÇÕES POLÍTICAS

Os guianenses estavam divididos em dois grupos distintos, os indoguanenses e os afroguanenses, divisão que moldava uma estrutura comum, com vistas a interesses políticos. Nos anos 50, o PPP (People's Progressive Party) era o partido que comportava os interesses desses grupos, quando o objetivo era a independência da colônia. Somente no final desta década que houve a cisão política, e o PNC (People's National Congress) foi criado para expressar a vontade dos afroguanenses. O funcionamento da estrutura social na Guiana deixava evidente a distinção entre grupos étnicos, mas neste contexto os brancos eram uma minoria, embora fossem dominantes em função da colonização.

Quando se começou a discutir a independência da colônia, a UF (United Force) despontou como partido para representar os interesses daqueles que desejavam a manutenção do *status quo* colonial. Justamente, estavam vinculados a este partido, os que tinham negócios lucrativos na Guiana: chineses, portugueses e outros europeus. Os fazendeiros, devido aos contatos com negociantes brancos em Georgetown, passaram a se aproximar deste partido e a expressar seus ideais no Rupununi. De maneira geral, eles se identificavam com o sistema colonial em vigência na Guiana visto que dele se beneficiavam. Através da participação na UF, estavam mais próximos dos brancos do que dos afroguanenses e indoguanenses, a ponto de Teddy Melville ter sido eleito por este partido, entre quatro deputados, para o mandato de 1961 a 1964.

Havia contatos próximos entre as famílias D'Aguiar e Silva (descendentes de portugueses, negociadores de diamantes, empresários donos de armazéns em Georgetown), com os fazendeiros, seja pelas atividades bancárias, seja ainda através do comércio. As mercadorias que chegavam ao Rupununi através dos aviões vinham dos armazéns portugueses, que davam crédito aos fazendeiros garantindo-lhes a compra do que necessitavam. Tudo isso levou a uma estreita relação dos fazendeiros com aqueles que detinham o poder

econômico em Georgetown - europeus, seus descendentes ou chineses -, excluindo-os do contato com outros grupos étnicos.

Os fazendeiros estavam, assim, integrados ao sistema econômico e político mais amplo da Guiana através dos brancos dominantes, não dos afroguianenses e dos indoguianenses. O contato deles com esses grupos étnicos era muito esporádico no Rupununi e ocorria somente quando necessitavam utilizar os serviços públicos. Isto é, os afroguianenses e indoguianenses estavam presentes no Rupununi somente nos serviços públicos, nos correios, na polícia e na parte administrativa da região. Não formavam um grupo social que pudesse confrontar-se ou interligar-se à estrutura social no Rupununi.

Quando se diz que os fazendeiros viam na UF a expressão de seus interesses na colônia, em momento algum se quer afirmar que eles formavam uma força política consistente dentro deste partido. Os fazendeiros não estavam imbuídos dos ideais políticos da UF em toda a sua extensão. Apenas viam que este partido era o mais simpático em relação àquilo que julgavam ser mais adequado para a Guiana. A UF era absolutamente pró-colonialista, e os fazendeiros viam na continuidade do sistema colonial a permanência de seus negócios. A independência, dada as posições ideológicas do PPP e PNC, significaria um rumo incerto, porque no fundo todos esses partidos eram, para os fazendeiros, duvidosos em relação ao futuro das fazendas. A UF, neste contexto, significava continuidade e segurança política.

Por este ponto de vista, os afroguianenses e os indoguianenses eram tidos como fonte de perigo em função da ideologia do PPP, e por extensão, também do PNC. Cheddi Jagan, representante do PPP, era visto como comunista perigoso que ameaçava a segurança dos negócios nas fazendas. Forbes Burnhan, embora tenha governando junto com o UF, da independência até 1968, sempre fora considerado com desconfiança pelos fazendeiros. Somado a isso, em função da trajetória de Burnhan e de tudo o que ele representou para os



fazendeiros, os afroguianenses eram vistos com muito preconceito<sup>58</sup>. Durante pesquisa de campo, pude verificar que é unanimidade entre os guianenses exilados a depreciação moral e política de Burnhan, tido como comunista e racista por todos aqueles que contam a história da Revolta. Sobre esse assunto, Dick Hart registrou a seguinte opinião em seu diário:

Since the advent of Burnhan, Guyana has become a deeply racist country. As soon as the rigid hold that Burnhan now has become broken, race riots, murder, looting, and binning will breakout.

Dessa forma, os fazendeiros do Rupununi estavam interligados à estrutura social da Guiana através da minoria branca. Esta integração se dava pela comercialização da carne de gado, embora possa se dizer também que ela tenha sido iniciada com a balata, no início do século XX, embora, por essa época, essa produção fosse incipiente e não tinha a mesma complexidade da criação de gado. Foi a carne transportada nos aviões que fez a riqueza dos fazendeiros, possibilitando-lhes viver em casas confortáveis e enviar filhos para estudar na capital ou mesmo fora da Guiana. Este sistema, baseado na criação de gado, no ponto de vista dos fazendeiros, só poderia ter continuidade dentro do sistema colonial ou de acordo com a ideologia dos brancos da Guiana, representada na UF; as ideologias políticas do PPP e do PNC, dentro deste contexto, significaria uma ameaça aos seus privilégios como criadores de gado.

As inter-relações e as configurações organizatórias dos fazendeiros do Rupununi à estrutura social da Guiana envolviam os índios, embora não houvesse uma expressão exclusivamente indígena a ponto de significar uma outra força inter-relacionando-se com as demais, algo que só vai se solidificar após a Revolta através da criação de um partido exclusivamente indígena<sup>59</sup>. O que havia era uma estrutura social na qual os fazendeiros interligaram-se aos índios pela criação de gado, conseqüentemente utilizando-os como mão-de-obra e

---

<sup>58</sup> Os Hart, sobretudo, viam-nos com muita reserva, segundo depoimentos de Lawrence Hart, não se sentando com eles à mesma mesa de refeição, por exemplo.

<sup>59</sup> Ver: SERBIN, Andrés. *Nacionalismo, etnicidad y política en la República Cooperativa de Guyana*. Caracas: Bruguera, 1980.

explorando suas terras tradicionais como pastagens, amparados pelo casamento de H.P.C. Melville com mulheres indígenas.

Este sistema levou aos índios o modo de vida dos fazendeiros: primeiro, pelo uso da língua inglesa para comunicação, embora as línguas indígenas continuassem a ser faladas; segundo, pela prática da criação de gado que os transformou em vaqueiros; por último, pela adoção de novos costumes em sua cultura, sobretudo pela religião cristã trazida pelas missões da igreja católica para dentro das aldeias<sup>60</sup>. Certamente existiam fortes laços comunitários nas aldeias para suportar a clivagem fazendeiro e índio, mas estes novos costumes foram sentidos cada vez mais, fazendo com que o comportamento dos fazendeiros passasse a influenciar suas vidas.

A análise situacional interpondo fazendeiros e índios não é parte dos objetivos deste trabalho, embora se evidenciem relações conflitivas ou mesmo divisões sociais produzidas por este tipo de relação. A inter-relação entre fazendeiros e índios levou a estes últimos muitos valores dos primeiros, entre eles a convicção de que os ideais da UF em defesa da manutenção do *status* colonial era a mais correta diante daquilo que ofereciam outros partidos. É preciso lembrar que este raciocínio não pode ser generalizado para todos os índios da Guiana, senão unicamente àqueles que diretamente estavam vinculados aos fazendeiros através da criação de gado. Serão exatamente estas relações que irão envolver os índios na Revolta em defesa dos interesses dos fazendeiros do Rupununi.

## **5 - ESTRUTURAS POLÍTICAS NO RUPUNUNI NOS ANOS QUE ANTECEDERAM A REVOLTA**

Nas páginas precedentes examinou-se a estrutura social do Rupununi para apontar como ela está inter-relacionada à divisão étnica na Guiana.

---

<sup>60</sup> Ver por exemplo: o livro de viagem de HENFREY, Colin. *The Gentle People: a journey among the Indian tribe of Guiana*. London: The Travel Book Club, 1964, especialmente os capítulos, III e IV, também RILEY, Mary. *Guyanese History, Makushi Historicities, and Amerindian Right*, in WHITEHEAD, N. L. (Ed). *Histories and historicities in Amazonia*. University of Nebraska Press, Lincoln and London, 2003, pp. 141-159, RIVIERE, Peter. *The forgotten frontier*. Holt, Rene Hart and Winston, Inc., 1972, esp. pp. 30-31.

Pretende-se mostrar agora como esta estrutura esteve organizada no momento em que explodiu a Revolta.

A estrutura produtiva que se foi definindo na região permitiu aos descendentes de Melville estabelecer contatos com as principais bases de poder na colônia, e assim dar consistência a um sistema de relação política baseado na sustentação do *status quo* colonial. Pode-se dizer que em níveis mais amplos, a situação assim definida levou os fazendeiros de origem *mixed*<sup>61</sup> a manter posições políticas e econômicas que os colocavam como grupos étnicos distintos daqueles predominantes na colônia: indoguianenses e afroguianenses. Em termos mais estritos, a maneira como os estrangeiros (que se casaram com as filhas de H.P.C. Melville) se estabeleceram na região, deu origem a certas categorias sociais para diferenciá-los dos indígenas: havia os fazendeiros e sua família, de um lado; o empregado nas fazendas ou nas casas e vaqueiros índios, de outro lado; e, ainda, os índios nas aldeias, que invariavelmente poderiam ser requisitados como mão-de-obra.

Paul Hardy - hoje presidente do GAP (Guyana Action Party), partido muito atuante no Rupununi, e um dos netos de Teddy Melville – considera que a relação dos fazendeiros com os índios expressava claramente um modelo de coexistência no qual os indígenas estavam submetidos a uma relação de subordinação:

Havia uma hierarquia social no Rupununi: nós e os índios. Quando criança vi meus parentes falarem com os índios, chamando-os de amigos, de *panare*, mas havia limites. Tinha aqueles que podiam entrar na casa dos fazendeiros, aqueles que podiam ficar na porta e aqueles que tinham de ficar bem longe, bem pra fora (Paul Hardy)

Falar a língua indígena e se dizer parentes seus em decorrência dos casamentos de H.P.C. Melville funcionava como um facilitador na relação de

---

<sup>61</sup> *Mixed* é a maneira como os remanescentes da Revolta do Rupununi se identificam etnicamente nos momentos atuais. É provável que em tempos anteriores à Revolta havia uma relativa aproximação étnica com os brancos da Guiana Britânica em função de particularidades sociais, como a condição de fazendeiros e fornecedores de carne para os mercados da colônia, fazendo-os se identificar com o colonizador britânico, porém a condição de exilado, dada a conjuntura social específica de suas vidas, levou-os a se definirem como *mixed*.

interesses sobre suas terras. Todos os filhos de H.P.C aprenderam a falar Atoraiú (Atorad, como eles se referem) com suas mães, prática importante para se definir certo tipo de relação com índios, assegurando o estabelecimento dessa família no Rupununi e a legitimação da condição de parentes indígenas.

Em certa ocasião, um Melville na Venezuela relatou sua estranheza pela maneira como os brasileiros se relacionavam com os índios. Para ele era inadmissível o que havia se tornado a disputa entre fazendeiros e índios em torno da demarcação de terras em Roraima. Na Guiana, segundo ele, em momento algum se desconhecia o direito do índio à terra; dizia que não se ocupavam as terras que os índios mencionavam ser deles, simplesmente porque se estaria criando uma disputa desnecessária, uma vez que eles autorizavam a presença do gado e dele zelavam por conta das vantagens, compensações dadas com cabeças de gado, prática um tanto distinta do modelo adotado nos lavrados do vale do Rio Branco, segundo seu ponto de vista:

Hoje eu estranho a maneira como os brasileiros se relacionam com os índios em Roraima. Na Guiana meu pai sabia agir muito bem. Ele conhecia os tuxauas, então falava com eles para que, se cuidassem do gado e não os comessem, eles próprios poderiam ir tendo seu rebanho. Assim não havia conflito, e os índios por querer ter gado como os fazendeiros, permitiam que eles ficassem nas malocas sem nenhum problema (Bryan Melville).

Tal posição reflete a anuência dos índios com os fazendeiros Melville em relação ao avanço das fazendas sobre suas terras. Eram sem dúvida relações de subordinação, porém marcadas por outros vieses de interação, dados pelos vínculos de parentesco, que serviram para desenvolver no Rupununi relacionamentos específicos entre fazendeiros e índios: os primeiros podiam ser vistos como amigos pelos segundos.

Mas qualquer que seja a análise sobre este assunto, não se duvida que essa relação implicou o apoio de alguns indígenas ao projeto da Revolta. Todavia, teria sido este sistema de subordinação uma consequência da política da colônia em relação aos índios? Serbin, estudando o assunto, argumenta que os índios da Guiana foram conformados a uma ideologia colonial, não unicamente na

região do Rupununi, mas também em outros pontos da Guiana. Assim o autor se refere:

En el marco de la rebelión de Rupununi se pusieron de manifiesto algunos de los aspectos de una ideología étnica ameríndia que reivindicaba la especificidad de la étnia ameríndia em Guyana, frente a la otros grupos étnicos y, especialmente, frente a los afro-guianenses. Sin embargo, la diferenciación por oposición a estos últimos ya los indo-guianenses no implicó un cuestionamiento claro con respecto al grupo europeo, considerado por los ameríndios como el único capaz de mejorar su situación<sup>62</sup>.

Embora não caiba aqui um exame detalhado dos motivos da naturalização da relação de subordinação com os brancos por parte dos índios da Guiana, podendo ela ter sua origem no processo de evangelização ou até mesmo na ideologia protecionista dos britânicos, inaugurado na Guiana por Schomburgk<sup>63</sup>. A verdade é que este modelo, ainda de acordo com Serbin, implicou o apoio indígena à UF, que inclusive chegou a apresentar candidatos ameríndios nas eleições de 1964<sup>64</sup>. Tal situação levou não só o apoio indígena à Revolta, baseado na sustentação da posição dos fazendeiros diante de Burnhan, como também a uma ideologia antiafroguianense e antiindoguanense, cujo reflexo se fez sentir profundamente no Rupununi, quando Burnhan decidiu impor um projeto de ampla guianização à guiana<sup>65</sup>, nos moldes de uma sociedade

---

<sup>62</sup> Serbin, idem, p. 74.

<sup>63</sup> Nabuco explica que em 1941, o Governador do Demerara enviou uma ordem para expulsar os brasileiros do Pirara, e nomeou o Inspetor Geral de Polícia, William Crichton, que trouxe uma carta ao Comandante brasileiro de fronteira, com uma ordem expressa para abandonar o Pirara, por ele ser um ocupado por tribos independentes que reclamava a proteção da Grã-Bretanha. (Cf. Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Second Mémoire*, p. 66). Também, segundo Ojer, essa preocupação com o destino dos índios já havia sido manifestada também por Hillhouse, que falava dos grillhões, dos crimes e outras barbaridades cometidas contra aqueles “que viviam melhor no estado de natureza selvagem” (OJER, Pablo. *Robert Schomburgk: explorador de Guayana y sus líneas de frontera*. UCV. Inst. de Estudios Hispano-americanos, Caracas, 1949, p. 39). O que um autor e outro têm em comum é a menção do maltrato aos indígenas usada pelos ingleses para justificar a Linha Schomburhk.

<sup>64</sup> Idem, p. 72.

<sup>65</sup> A prática da guianização foi amplamente utilizada durante os anos 50 pela *Civil Service Association* (CSA), tendo por objetivo garantir postos profissionais para indianos e africanos da Guiana. Ver: LUTCHMAN, H. A.. *Interest Representation in the Public Service: A History of the Guyana Public Service Association*, 1973. Para Smith, a guianização surgiu como resposta específica ao colonialismo, como demanda de uma classe média de não-europeus pela igualdade e para alcançar posições no sistema social, servindo para refletir também descontentamentos da

cooperativa, sem latifúndios como os do Rupununi. Os fazendeiros se viram acuados e afrontados por essa nova diretriz política, e a Revolta foi a resposta mais imediata.

Stephen Grant Baines, em recente pesquisa na região do Rupununi, verificou a decepção dos indígenas guianenses em relação ao presente e ao futuro político da Guiana<sup>66</sup>, especialmente decorrente da falta de perspectiva social e econômica em função dos problemas estruturais vividos pelo país. Não há dúvida de que Baines encontrou reminiscências das antigas relações sociais no Rupununi, sobretudo diante do fracasso da política de guianização de Burnhan.

---

classe mais baixa com objetivo de alterar as bases pelas quais a sociedade foi integrada no passado. SMITH, Raymond T. *British Guiana*. London: Oxford University Press, 1964 p. 198.

<sup>66</sup> BAINES, Stephen Grant. Indianidade e nacionalidade na fronteira Brasil-Guiana. In: *Série Antropológica*, 360, Brasília, 2004.

## **CAPÍTULO II**

### **A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DOS *MIXED***

#### **1 A CHEGADA DE H. P.C. MELVILLE AO RUPUNUNI**

Até então se analisou a estrutura social em andamento no Rupununi anterior à Revolta para mostrar como se deu a inter-relação dos fazendeiros com os demais segmentos da sociedade guianense. Passa-se agora a enfatizar o processo histórico que deu origem à família *mixed* na região, bem como os mecanismos sociais usados para que eles pudessem se estabelecer sobre terras tradicionais indígenas.

A respeito desse assunto pode-se contar unicamente com informações esparsas e muito específicas provenientes de viajantes ou missionários. Nabuco poderia ser uma fonte razoável, pois em suas Memórias, escritas para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, menciona a relação de MacTurk com H.P.C. Melville, pouco antes da solução do Contestado<sup>67</sup>, mas sem oferecer pistas sobre o estabelecimento dos Melville na região. O diário de Frederick Green traz alguns aspectos sobre a família Melville, como sua forma de vida, casamentos e seu descenso na Guiana, mas com muitas limitações em termos de informação específicas, pelo fato de Green tê-lo escrito na década de oitenta, ocasião em que era *commissioner* em Lethen. Fora isso, tem-se apenas notícias dadas por parentes, invariavelmente marcadas por um tom heróico, às vezes até mítico sobre a saga desta família na região do Rupununi.

Segundo os relatórios de Nabuco, depois do acordo de 1842, o território do Rupununi passou a ser considerado uma região fronteira em contestação, tendo sido deixado exclusivamente aos índios, embora exploradores britânicos tenham penetrado na área em 1858, principalmente para exploração

---

<sup>67</sup> Região localizada entre os Rios Cotingo, Rupununi e Tacutu, que se tornou objeto de disputa entre a Grã-bretanha e Brasil, sendo submetido a arbitramento internacional em 1904. Ver: MREB. *Second Mémoire*. La prétension Anglaise. Paris: A. Lahure, 1903, pp. 239-264.

mineral. A partir de 1860, dois a três comerciantes ingleses passaram a se estabelecer na região para explorar minerais ou para fazer comércio com os índios. Nabuco, para justificar a insignificância do número de comerciantes, cita Henri Coudreau, que ao passar pela região, encontrou índios que não sabiam expressar mais do que duas palavras em inglês<sup>68</sup>. Por conta da presença desses ingleses na região, o Presidente da Província do Amazonas, Pimenta Bueno, visitou-a, em 1888. Depois de informado a respeito desta visita pelo padre in Thurn, os Britânicos protestaram ao Brasil.

**QUADRO 01- DAS SEÇÕES DO TERRITÓRIO CONTESTADO ENTRE O BRASIL E A GRÃ-BRETANHA, ATRIBUÍDO PELAS DIFERENTES PROPOSIÇÕES ÀS DUAS PARTES (\*).**

Superfície total do território contestado objeto da arbitragem do Rei da Itália: 33.200 Km<sup>2</sup>.

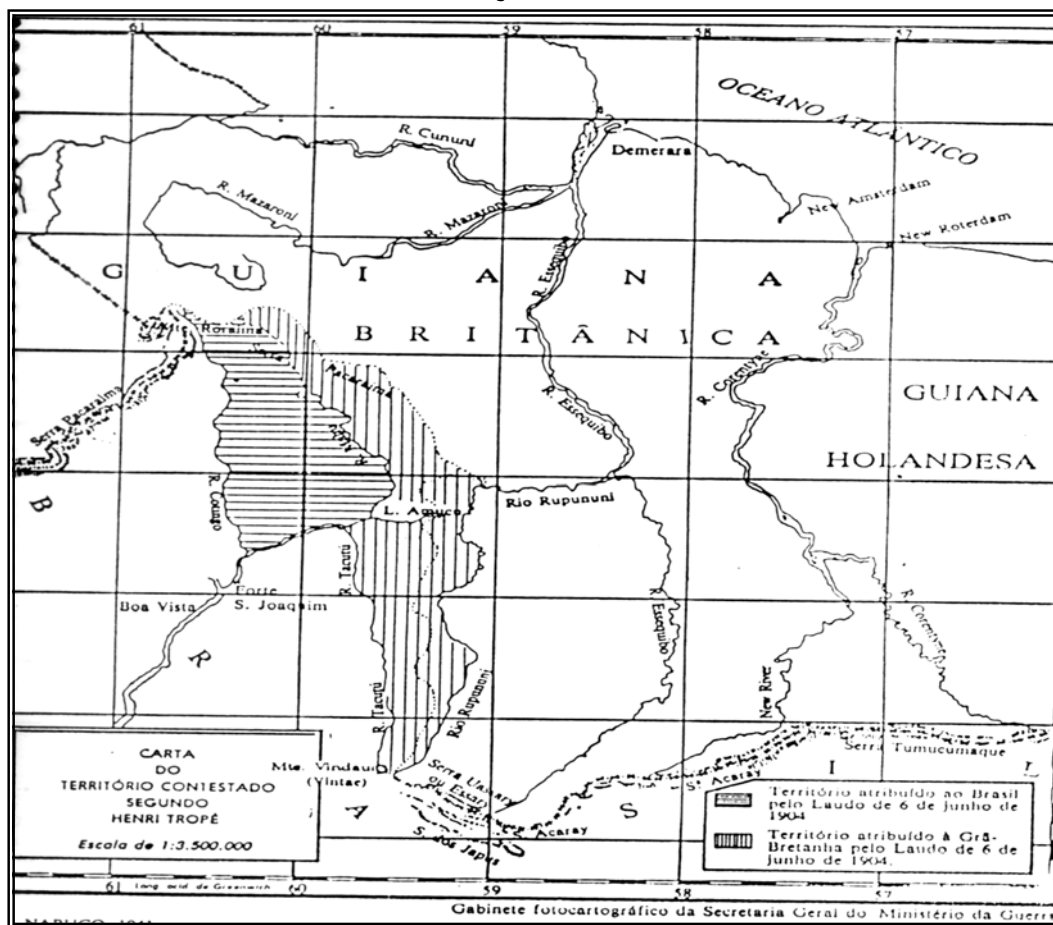
	<b>Seção atribuída ao Brasil</b>	<b>Seção atribuída à Grã-bretanha</b>
Proposta de Schomburgk (1840) Pretensão Inglesa		33.200 Km <sup>2</sup>
Proposta brasileira de M. Araújo Ribeiro (03/11/1843)	33.200 Km <sup>2</sup>	
Proposta Inglesa de Lord Aberdeen (15/11/1843)	8.800 Km <sup>2</sup>	24.400 Km <sup>2</sup>
Proposta Inglesa de sir T. Sanderson (12/10/1891)	8.800 Km <sup>2</sup>	24.400 Km <sup>2</sup>
Proposta Brasileira de M. Souza Corrêa (15/03/1897)	30.500 Km <sup>2</sup>	2.750 Km <sup>2</sup>
Proposta Inglesa de Lord Salisbury (22/04/1897)	8.800 Km <sup>2</sup>	24.400 Km <sup>2</sup>
Proposta Inglesa de Lord Salisbury (24/05/1898)	16.410 Km <sup>2</sup>	16.790 Km <sup>2</sup>
Proposta brasileira de M. Souza Corrêa (30/11/1898)	27.400 Km <sup>2</sup>	5.800 Km <sup>2</sup>
Última proposta Inglesa (23/10/1900)	22.930 Km <sup>2</sup>	10.270 Km <sup>2</sup>
<b>Sentença arbitral do Rei da Itália</b>	<b>13.570 Km<sup>2</sup></b>	<b>19.630 Km<sup>2</sup></b>

(\*) Fonte: Fauchille, 1905.

<sup>68</sup> Idem, pp. 186-187. Nas observações de H. Coudreau, em 1787, a região ainda estava praticamente abandonada: as povoações do baixo Rio Branco contavam com 931 habitantes, sendo 165 em Santa Maria, 215 para o Carmo, 244 para São Felipe, 286 para conceição e 221 para São Martinho. (COUDREAU, op. cit. pp. 257-258.).



### CROQUI 03- LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DO CONTESTADO



Fonte: Nabuco, 1941.

Pelas observações constantes na Memória e Contra-Memória Britânicas, e nas Memórias do Brasil, organizadas por Nabuco, o território contestado encontrava-se ocupado por brasileiros e britânicos. No dia 05 setembro de 1901, o ministro inglês no Rio de Janeiro, Sir Henry Neville Dering, informou ao ministro do Exterior do Brasil, D'Olyntho de Magalhães, que algumas famílias brasileiras estavam estabelecidas na parte sudoeste da Serra Cuano-Cuano (Kanakú). O governo decidiu enviar um funcionário para a região para avisá-los de que se encontravam sobre território reivindicado pela Grã-bretanha<sup>69</sup>, papel que teria sido desempenhado por MacTurk. H. P. C. Melville, provavelmente, deve ter chegado em 1891, quando já existiam brasileiros vivendo

<sup>69</sup> LAPRADELLE, A. de e POLITIS, N. *L'Arbitrage anglo-brésilien de 1904*. Paris: V. Giard & E. Brière, 1905, p. 24.

às margens do Rio Tacutu. Independente do fato de os britânicos se encontrarem a leste e não a oeste do Tacutu é certo que havia fazendeiros e comerciantes, negociando, especialmente com índios, circulando e vivendo na região.

Nabuco constatou 51 localizações habitadas por brasileiros na região de influência do Tacutu e mais 07 na região do Rupununi<sup>70</sup>, justamente para provar que a região já não era ocupada exclusivamente por índios. A frequência de acusações de violação do território do Contestado, somada a visita do Presidente da Província do Amazonas, foram os motivos para a vinda de MacTurk<sup>71</sup>, funcionário britânico da colônia e protetor dos índios, à região, que se tornaria fundamental para o futuro do Rupununi por desencadear o estabelecimento da família Melville.

Segundo a Memória Britânica<sup>72</sup>, citada por Nabuco, MacTurk partiu do Mazaruni para a fronteira brasileira em 1897 e chegou no dia 16 de dezembro à foz do Quimata (próximo do que hoje é Annai). No lugar, ele convocou uma assembléia de índios e declarou a todos, britânicos, e disse que a sua prioridade era protegê-los contra os brasileiros. Depois de nomear um dos índios capitão, seguiu pelo Tacutu até chegar à residência de Pedro Level, um venezuelano, onde tomou uma canoa e chegou à residência de Melville, a fazenda Tawar-row ou Dadad, permanecendo do dia 01 até o dia 09 de janeiro de 1898. Nessa ocasião visitou os estabelecimentos ao norte do Tacutu e recebeu uma petição em que brasileiros solicitavam a jurisdição britânica, a concessão formal de terras e proteção contra o roubo de gado. No dia 07 de janeiro daquele ano, MacTurk reuniu os índios em Dadad, acompanhados de todos os fazendeiros do lugar, e declarou que a parte leste do Tacutu, justamente a região sob litígio, estaria sob

---

<sup>70</sup> MREB. *Second Mémoire*, Vol. I, pp.199-202.

<sup>71</sup> Michael MacTurk nasceu em Liverpool, em 1843. Mudou-se, quando jovem para a Guiana Britânica para ser plantador de cana-de-açúcar no Essequibo, tendo sido indicado em 1872, como *Revenue Officer and Assistant Surveyor of Essequibo*, e posteriormente *Comissary of Taxation*. Em 1878, o governo colonial da Guiana o indicou como *Special Magistrate and Superintendent of Crown Lands and Forests in Essequibo*. MacTurk chegou a escrever um livro intitulado *Essay and fables in the vernacular*, com informações coletadas durante suas viagens pelo interior da Guiana. Suas aventuras renderam-lhe as medalhas da Ordem de St. Michael e St. George.

<sup>72</sup> MREB. *Second Mémoire*, pp. 240-241.

as leis britânicas. Como em Quimata, nomeou ainda tal Ambrose, capitão e oficial de paz em Dadad. Assim, estabeleceu um posto na margem oriental do Tacutu e indicou H. P. C. Melville como *postholder*, administrador da região. Na Memória Inglesa, consta ainda que as assinaturas da petição, em sua maior parte, foram firmadas pelo próprio Melville, segundo Nabuco.

A viagem de MacTurk à área contestada levou os ingleses a fazerem uma reclamação formal ao governo brasileiro a respeito da presença de gado à leste do Rupununi, a que os brasileiros, através do Ministro Souza Corrêa, respondem não se tratar de um território britânico, uma vez que ainda corria o litígio. Ao mesmo tempo, o ministro pediu explicações ao Governo de Sua Majestade sobre a presença de MacTurk na região, ao que ele chamou de invasão de funcionários subalternos da colônia, e sobre o estabelecimento de postos da administração colonial britânica na área em litígio. A resposta britânica deu-se através de M. Chaberlain, que telegrafou ao Governador do Demerara, em 25 de fevereiro de 1898, indicando que o *postholder* fosse retirado do Danad, o mais rapidamente possível<sup>73</sup>.

Após a partida de MacTurk, Melville viajou a Manaus para negócios, como fazia com certa regularidade, pois também comercializava gado, que era transportado em batelões a partir de Boa Vista. Em Manaus, foi interrogado pelo chefe de polícia sobre a presença de MacTurk no Rupununi, cujo depoimento foi publicado no diário de Manaus, *O Rio Negro*, em 17 de fevereiro de 1898:

Aos nove dias do mez de Fevereiro do anno de mil oito centos noventa e oito, nesta cidade Manãos, capital do Estado do Amazonas, na Chefatura de Segurança Pública, presente o Desembargado Chefe de Segurança publica do mesmo Estado, Doutor Guido Gomes de Souza, compareceu o cidadão Henri Melville, súbdito inglez, de trinta e tres annos de idade, fazendeiro da margem do rio Tacutú e ahi residente. Interrogado, disse que, ha cinco annos é fazendeiro no Rio Branco, no lugar "Arara", margem do Tacutú, considerado terreno neutro, e que pagou sempre impostos em Bia Vista e bem assim têm feito todos os moradores da mergem do tacutú; e que dia primeiro do corrente anno um commissionado inglez de nome Michael Mc Turk foi até a margem

---

<sup>73</sup> Idem, pp. 239-264.

do Tacutú nas casas dos fazendeiros ahi estabelecidos e *declarou que daquelle dia em diante tinham de obedecer a Lei Britânica e hasteou no logar o pavilhão de bandeira civil colonial; que o referido commisionado de Inglaterra prometteu mandar demarcar e dar direito sobre as terras que elle declarante occupa bem como os outros fazendeiros do logar, e declarou mais que assim procedia o governo afim de dar protecção aos referidos moradores; que elle declarante, que tem pago até impostos às autoridades brasileiras, vê-se agora obrigado a pagar ao governo inglez, em vista da intimação feita pelo commisionado; que no dia primeiro deste anno recebeu elle declarante a nomeação do governo inglês de Post-Holderque lhe foi entregue pelo commisionado inglez; que o vice-consul do Brasil, Ernesto Mattoso, pode melhor dar esclarecimentos sobre o assunto; que ele declarante fazendeiro do lugar há cinco annos; e só no dia primeiro do corrente anno foi que viu fluctual no logar a bandeira ingleza, a qual se acha colocada em um grande mastromandado alli fincar pelo commisionado Michael Mac Turk.... (destaques no original)<sup>74</sup>.*

Para colocar em execução as instruções para a retirada dos postos, MacTurk veio pela segunda vez à região do contestado, saindo de Rockstone, pelo Essequibo e no dia 10 de março chegou a Quimata; no dia 26 de março esteve em Dadad, tendo cumprido seus objetivos até o dia 15 de abril. Justamente nessa ocasião, os brasileiros estavam estabelecendo um posto na embocadura do Tacutu para assegurar a ocupação do lugar.

MacTurk ainda retornou à região pela terceira vez, em 06 de novembro de 1899, para capturar um criminoso brasileiro que havia fugido para a área em litígio, chegando ao Pirara em 02 de janeiro de 1900. Mas MacTurk, de acordo com Nabuco, não deixou de fazer uma última provocação aos brasileiros: quanto passava pelo Leste do Tacutu parou porque viu uma bandeira brasileira numa árvore em Waricapooroota, na casa de um brasileiro de nome Pasqual. Chegando à casa, o brasileiro fugira; então, içou a bandeira britânica e passou a noite no local, sem ser minimamente incomodado. No seu relatório, a respeito do ocorrido, MacTurk escreveu o seguinte:

Les Brésiliens sont en trian de s´emparer lentement, mais sûrement, de la rive droite du Takutu. Leurs fonctionnaires se rendent dans la contrée et la déclarent une partie de Brésil, tandis qu´on se moque de moi et

---

<sup>74</sup> MATTOSO, Ernesto. *Limites da República com a Guyana Inglesa*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1898, pp. 19-20.

des d'autres fonctionnaires du Gouvernement de la colonie et qu'on nous traite en personnages sans importance, qui ne font que jaser et qui n'ont point d'autorité. Il faut se rappeler que ne sont qu'à moitié civilisés, et qu'ils ignorent la procédure lente et circonspecte de la loi anglaise. Si n'est que pour inspirer le respect, le Gouverneur devrait faire observer ses ordres et manifester, d'une façon évidente, son intention d'imposer et maintenir son autorité<sup>75</sup>.

Outra vez o governo brasileiro dirigiu protestos contra as posições de MacTurk na área do Contestado, pelo fato de ele ter mandado construir, depois de sua chegada do Cotingo, um grande edifício que seria destinado às tropas da colônia na sua próxima expedição, anunciada para o ano corrente<sup>76</sup>. No final de julho de 1900, Lord Salisbury escreveu ao governo brasileiro dizendo que os incidentes com MacTurk não subtrairiam a neutralidade da região. Por essa linha de raciocínio, a disputa com a Venezuela, que culminou com o Laudo de 1899, seria, portanto, parte de um outro processo que não envolveria o Brasil.

No governo de Rodrigues Alves, em 1904, o resultado do arbitramento do Rei Italiano, Victor Emanuel III, foi a cessão da região do Cotingo para o Brasil, e a margem direita do Tacutu até o Rupununi aos britânicos, que assim ficaram com a maior porção de terra e obtiveram uma saída para o Amazonas. Isso se deu numa circunstância externa em que o Brasil havia saído vencedor na Questão do Amapá, em 1900, e assinado o Tratado de Petrópolis, em 1903, arrebanhando a parte meridional do Acre<sup>77</sup>. Talvez, por conta dessa situação, não houvesse grande interesse do governo brasileiro em contestar os resultados do arbitramento do rei italiano. Depois de resolvido o Contestado, os britânicos passam a se estabelecer definitivamente no Rupununi.

---

<sup>75</sup> MREB. *Second Mémoire*, Vol. I. p. 256.

<sup>76</sup> NJ. *Second Mémoire*. Vol. II, p. 125 e ss

<sup>77</sup> FOLHA DE SÃO PAULO 1997: 182-183.

## 2 O ESTABELECIMENTO DA FAMÍLIA MELVILLE

H. P. C Melville<sup>78</sup> era filho de um diácono anglicano na Jamaica, cuja origem se remetia a uma família escocesa. Não querendo seguir o caminho do pai, teria chegado à área do Essequibo por volta de 1890, atraído por histórias sobre ouro na Guiana. Depois de ter ficado doente no decorrer da viagem, quando alcançou o Rupununi, foi salvo por um grupo de índios Atoraiú que o adotou e depois lhe deu duas irmãs, Mary e Janet<sup>79</sup>, como esposas, que com ele passaram a viver em casas diferentes<sup>80</sup>.

A verdade, é que H.P.C. era aventureiro, assim como o era todos estrangeiros que se estabeleceram no Rupununi na ocasião do litígio, e certamente estava em busca de fortuna fácil numa região com grandes espaços devolutos de milhares de léguas. O casamento com mulheres indígenas teria tido a finalidade de facilitar seu estabelecimento na região. Tudo indica que jamais alcançou o sucesso esperado com o ouro, voltando-se para uma atividade em franca ascensão no vale do Rio Branco: a criação de gado, embora tenha também se envolvido na exploração da balata.

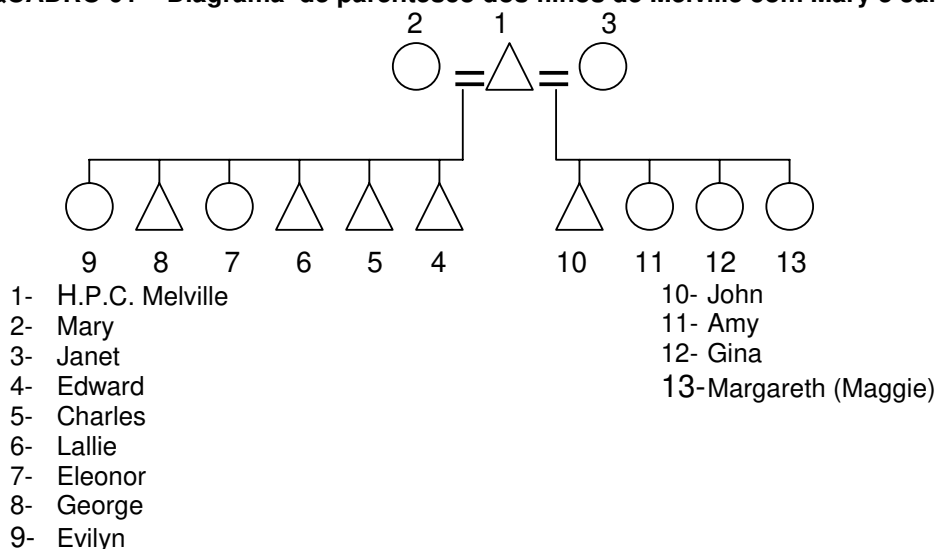
---

<sup>78</sup> Todas as informações referentes aos Melville foram consultadas no manuscrito de Frederick. Barclay Green, *The Family of twailing Amanda Green* s/d.

<sup>79</sup> Janet aparece fotografada por Attenborough, no livro *Zoo-quest to Guyana*, que traz passagens que mostram o lado heróico e até mítico dos Melville e dos Hart no Rupununi. Ver: ATTENBOROUGH, David. *Zoo-quest to Guyana*. London: Lutterworth Press, 1956. O outro, que do mesmo modo relata a vida dos Melville e dos Hart no Rupununi, é o livro de WAUGH E. *Ninety-Two Days: A Journey in Guyana and Brazil*. Harmondsworth: P. Books, 1987.

<sup>80</sup> Essa é uma leitura direta da saga de H.P.C. no Rupununi. Existe uma outra versão mais mítica que real, que diz ter sido ele acometido por uma doença grave, levando-o a escolher morrer no Rupununi, que havia conhecido através de leituras de relatórios do governo inglês, escrito por Schomburgk durante suas viagens pela região. Chegando ao lugar foi curado por indígenas, e por ser bom atirador recebeu duas índias como esposas.

**QUADRO 01 – Diagrama de parentesco dos filhos de Melville com Mary e Janet**



O casamento com duas índias Atoraiú possibilitou-lhe estabelecer alianças com os índios, iniciando um sistema de relações de subordinação que já se encontrava em andamento no vale do Rio Branco<sup>81</sup>. Seus negócios com o gado iniciaram-se no Brasil, na fazenda Arara, localizada na Serra da Lua, região próxima ao Dadanawa, seu primeiro estabelecimento. O gado já estava presente no Rupununi através de estabelecimentos brasileiros, pelo menos foi essa informação que Nabuco encontrou na Memória Inglesa<sup>82</sup>. Na verdade, depois da falência das Fazendas Nacionais no Rio Branco, o gado ficou disperso pelos lavrados, servindo para fazer fortuna de fazendeiros particulares na região, abrindo-lhes a necessidade de avançar sobre terras indígenas.

Depois do litígio entre o Brasil e a Grã-bretanha, Melville transferiu o gado para a fazenda Dadanawa, outro estabelecimento seu. Pouco antes, em 1892, segundo Green, Melville teria adquirido um rebanho de 300 cabeças de gado pertencente a Guillaume de Roy, um colono da região<sup>83</sup>. Em dezembro de 1918, vendeu cerca de 15.000 reses para a *Rupununi Development Company*,

<sup>81</sup> RIVIERE, Peter. *O indivíduo e a sociedade na Guiana*. São Paulo: Edusp, 2001; DINIZ, Edson Soares. *Os índios Makuxi do Roraima*. Marília: Coleção Teses: 09, FFCL de Marília, 1972.

<sup>82</sup> O relatório de Nabuco para Ministério das Relações Exteriores do Brasil, diz: “ Il a obtenu de cex qu'on nomme Rancheros, dont la majorité se compose de sujets bréliens...”. MREB., *Second Memoire*, Vol. I. p. 242

<sup>83</sup> O mesmo nome aparece em MREB., *Second Memoire*, Vol. I, p. 183.

que havia sido formada com um capital de \$100.000,00 e 15.000 ações. Melville tornou-se um dos acionistas da companhia e seguramente a maior fortuna da região. Green diz que Melville chegou a ter 50.000 cabeças de gado, número que ele próprio toma como um exagero de seus informantes.

Seus negócios tornaram-se mais fáceis, devido ao fato de os ingleses terem interesses em viabilizar a economia da região. Em 1901, por exemplo, o Marquês de Lansdown comunicou ao ministro das Relações Exteriores do Brasil em Londres, o propósito de uma concessão industrial, que o governo inglês pretendia estabelecer na Guiana Britânica, e que afetaria o território neutralizado<sup>84</sup>. Por volta do final da segunda década do século passado, a criação de gado no Rupununi havia prosperado tanto que foi aberta a *Cattle Trail*, como mencionado anteriormente. Os contatos com MacTurk renderam-lhe a indicação de *Land Officer*<sup>85</sup> e *Traveling Magistrate*<sup>86</sup>, em 1905, um ano depois de, definitivamente, os britânicos passarem a, oficialmente, ter direitos sobre o Rupununi. Em 1911, ele foi apontado como o primeiro *Commissioner of the Rupununi*<sup>87</sup>.

Ainda seguindo os relatos de Green, Melville, tendo ficado muito doente no início do ano de 1921, foi convencido a viajar a Inglaterra para tratamento, na companhia da senhorita Ethel Barkly, que era enfermeira. Com ela, casou-se e não retornou mais à região. Depois de seu falecimento, numa data em que não se tem precisão, os seus bens ficaram com a esposa inglesa. Um dos Melville no Rupununi, John, tentou recuperar a fortuna do pai nos tribunais, mas jamais teve sucesso. Quando Ethel faleceu, John Melville empenhou-se numa luta judicial para que as posses do pai no Rupununi permanecessem com a família do Rupununi, e não com a viúva, conseguindo recuperar parte das cotas que pertenciam a H.P.C. Melville, distribuindo-as entre os filhos.

---

<sup>84</sup> Idem, p. 157.

<sup>85</sup> Responsável pelas chamadas *Crown Lands da região do Rupununi*.

<sup>86</sup> Espécie de juiz *ad hoc* itinerante.

<sup>87</sup> Algo como prefeito, escolhido para aplicar recursos e coletar impostos, bem como encaminhar as necessidades da região para a administração colonial.



### 3- OS FILHOS DE H.P.C. MELVILLE

Melville teve ao todo 10 filhos, sendo quatro com Janet e seis com Mary. Quando chegou ao Rupununi, devido a informações de que no alto Tacutu fazendas de gado prosperavam, passou a ocupar o lugar chamado Dadanawa. Em seguida, apossou-se de um ponto acima do Igarapé Sawariwao, onde formou a Fazenda Arara, no Brasil, com a finalidade de criar gado que em sua totalidade eram remanescentes das Fazendas Nacionais. Em relação a esta última, chegou a recolher impostos à Intendência Municipal de Boa Vista<sup>88</sup>.

Em 1898, depois do caso trazido por MacTurk, Melville abandonou a fazenda no Brasil e passou a viver no Dadanawa, levando com ele o gado. Foi por essa época, no período em que estava entre a Dadanawa e a Arara, ele se casou com Janet e Mary, que acompanhavam um grupo Atoraiú que viera trabalhar no Dadanawa. Melville escolheu Janet como esposa, com a condição de que a outra irmã também ficasse. Parece não ter havido, segundo a memória daqueles Melville que comentam sobre o assunto, nenhum motivo especial para que ele tomasse as duas irmãs como esposas, a não ser a preferência delas em se permanecerem próximas. Casamento, vale dizer, sem relação alguma com a cosmologia Wapixana, que envolvia a uxorilocalidade, a prestação de serviço do genro para o sogro e a consangüinidade<sup>89</sup>.

Com Janet, Melville teve quatro filhos: John, Amy, Gina e Magareth. Com Mary, seis: Edward Eyre, Charles, Harry, Eleonor, George e Evelyn. John Melville casou-se com Diva Veras, uma família do Brasil e teve treze filhos; Amy casou-se com um Americano, Ben Hart<sup>90</sup>; com ele, Amy teve sete filhos. Depois do casamento, Hart recebeu de H. P. C. Melville o Pirara, comprando depois a Mansu, de John Ogoivie. Um dos filhos de Hart me revelou que Basil (Ben Hart)

---

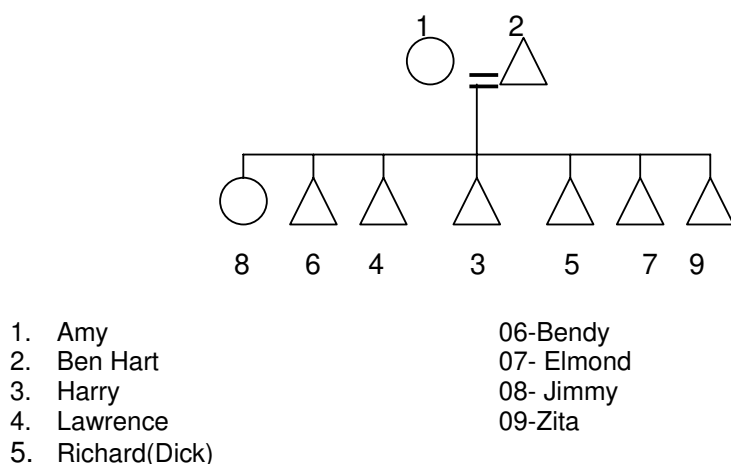
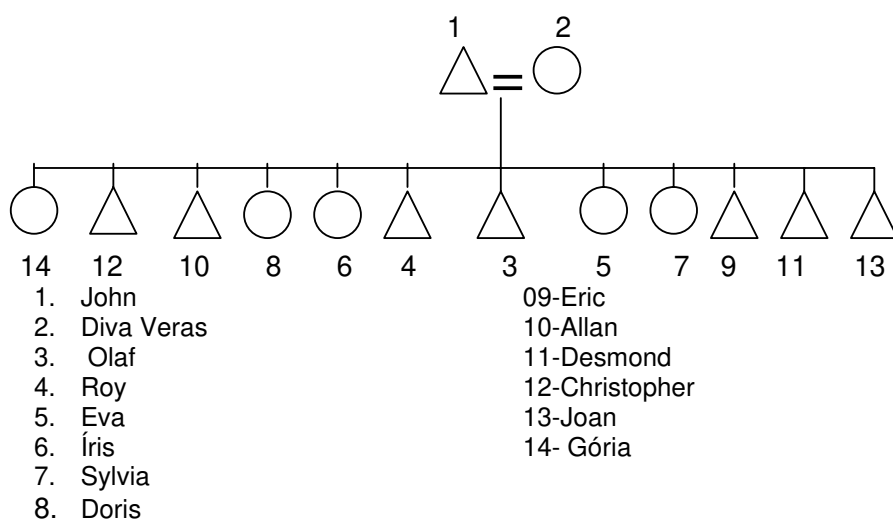
<sup>88</sup> Idem. *Second Memoire*. Vol. II., TABLES: " Du livre de registre des marques, signes et cachetes du bétail et des chevaux des habitants du Município de Boa-Vista du Rio Branco" .

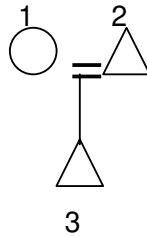
<sup>89</sup> Ver: FARAGE, 1977, pp. 23-24.

<sup>90</sup> Ben Hart estivera trabalhando na Ferrovia Madeira-Mamoré e se aventurara a explorar os garimpos do Cotingo, quando em 1909, informado da situação política do Rupununi, vendo-a favorável, estabeleceu-se no Mansu em sociedade com John Ogoivie, que logo em seguida passou a se dedicar à comercialização de balata.

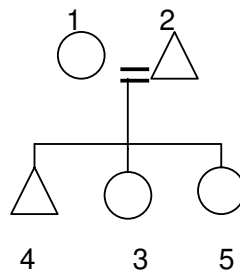
era maçom, como assim também o era H.P.C. Melville. A afinidade ideológica entre os dois teria estimulado Hart a permanecer no Rupununi, mas essa é uma história que não se pode confirmar. Dina casou-se com Cyril King, um indiano *mixed*, de quem teve um filho; passou a viver próximo de Takama, no Essequibo, onde H.P.C. Melville tinha uma propriedade. Margareth casou-se com Theodore Orella, um basco que já havia passado pela Venezuela antes de chegar ao Rupununi, com quem teve três filhos.

**QUADRO 02 – Diagrama de parentesco dos filhos de Melville com Janet**





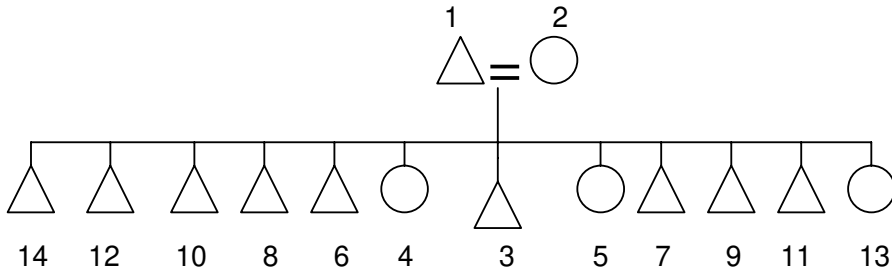
1. Gina
2. Cyril King
3. Deveth



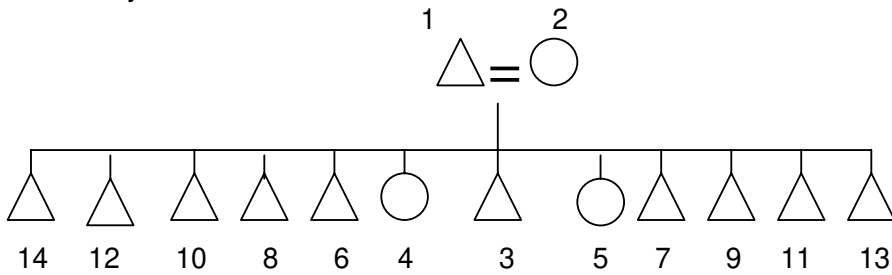
1. Maggie
2. Theodore Orella
3. Janeth
4. Louis
5. Maggie

Mary, sua segunda esposa, gerou seis filhos: Edward, Charles, Harry (Lallie), Eleonor, George e Evelyn. Edward casou com Julieta Macedo, filha de um cearense que havia se estabelecido nas proximidades do Rio Maú, tendo ao todo doze filhos. Charles casou-se primeiro com Alice Zane, e depois de ficar viúvo com Edwina Gordon, uma professora de Georgetown. Com a primeira esposa, teve cinco filhos, com a segunda, quatro. Eleonor casou-se com César Gorisky, um russo, e teve cinco filhos; um deles, Conrad Gorinsky, ficou conhecido por patentear, na Europa, uma solução medicinal dos índios Wapixana. George casou-se com Clotilde Almeida e teve quinze filhos. Evelyn casou-se com um brasileiro, Mário Quadros, porém perdeu a vida durante uma crise de apendicite, não deixando filhos.

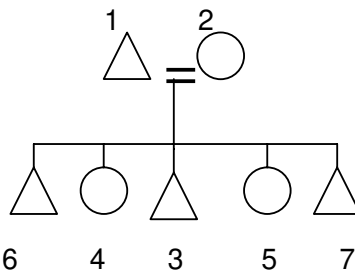
**QUADRO 03 – Diagrama de parentesco dos filhos de Melville com Mary**



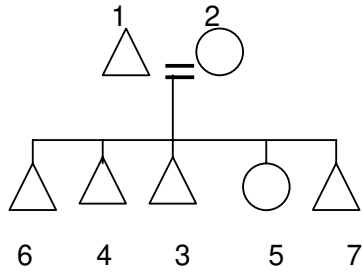
- |                   |            |
|-------------------|------------|
| 1. Edward         | 09-Wally   |
| 2. Julieta Macedo | 10-Kenneth |
| 3. Stanley        | 11-Bryan   |
| 4. Juanita        | 12-Juliet  |
| 5. Ian            | 13-Richard |
| 6. Iris           |            |
| 7. Harold         |            |
| 8. Tony           |            |



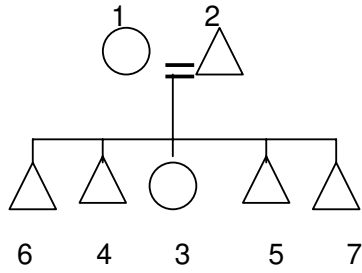
- |                  |                 |
|------------------|-----------------|
| 1. Lallie        | 09-Sidney       |
| 2. Hilda Almeida | 10-Patrick      |
| 3. Winston       | 11-John (Small) |
| 4. Elcy          | 12-David        |
| 5. Rita          | 13-Ernest       |
| 6. Michael       | 14- Percival    |
| 7. Yuan          |                 |
| 8. Henry         |                 |



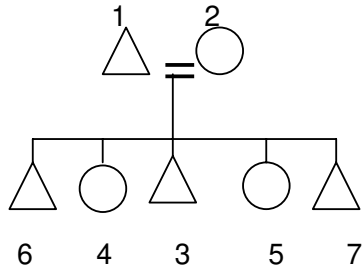
- |               |
|---------------|
| 1. Charles    |
| 2. Alice Zane |
| 3. Pierce     |
| 4. Dina       |
| 5. Ina        |
| 6. John (Big) |
| 7. Ronald     |



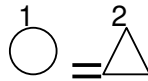
1. Charles
2. Edna Gordon
3. Charles
4. Don
5. Tondie
6. Yunie
7. Edward



1. Eleonor
2. Caesar Gorinsky
3. Peksie
4. Marck
5. Conrad
6. Christopher
7. Peter



1. George
2. Clotilda Almeida
3. Patrick
4. Kith
5. Claire
6. Michael
7. Collin



01- Evelylin  
02- Mario Quadros

Os casamentos foram uma instituição importante para que os Melville passassem a ocupar, definitivamente, as terras do Rupununi e envolvessem os índios como trabalhadores nas fazendas. Cada filho, depois de casado, recebeu como dote uma porção de terra e uma quantia de gado. Foi assim que John se estabeleceu no Wichabai; Amy, no Pirara; Gina, no Kwakwari, Berbice; Margareth, no Manari; Edward, no Wuruamã e São José; Harry (Lallie), no Maracanã e Cristal Spring; e Eleonor (Nellie), no Good Hope. Cada fazenda estava envolvida na criação de gado e ligada a um sistema de comercialização que a relacionava aos armazéns de Georgetown. Esse sistema passou a prevalecer em toda a região depois da Segunda Guerra Mundial.

#### **4- OCUPAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DO RUPUNUNI**

Antes dos aviões passarem a ser o transporte que viria integrar o Rupununi ao restante da Guina, o comércio do gado era bem mais difícil de se operacionalizar porque as reses tinham de seguir pela *Cattle Trail*. Com o tempo a *Cattle Trail* foi se tornando mais eficiente, chegou a funcionar até antes da Segunda Guerra Mundial. O sistema de clareiras e o aprimoramento das trilhas diminuíram a perda de gado e tempo, sendo usadas pelo menos três vezes no ano.

Depois do falecimento de H.P.C. Melville e a solução da pendência em torno da herança de suas terras, John passou a dedicar-se a um tipo de negócio rentável na época: a exploração de balata nas cabeceiras do Rupununi, Tacutu e Essequibo. Junto com Tiny, filho de Michael MacTurk, praticamente dominou esse tipo de negócio até meados da década de 40, quando houve um refluxo na demanda por balata no mercado internacional. Mas, mesmo assim, a produção seguiu até os anos 50, mas o gado já era nessa ocasião o grande atrativo comercial, facilitado pelo uso do avião.

Esse tipo de transporte começou a ser o mais utilizado no Rupununi, e quem o introduziu foi Arthur J. Williams, Major Williams (em Boa Vista há uma avenida com seu nome), que associado a John e a Tiny, passou a fazer o transporte da balata. O negócio foi tão rentável, que John se tornou um empresário bem sucedido, e Major Williams, proprietário da primeira empresa aérea a fazer a ligação do Rupununi com a capital da Guiana, chamada de *Guyana Airways*.

Após a Segunda Guerra Mundial, os fazendeiros, através das companhias: *Rupununi Development Company* e da *Guyana Meeting Market*, passaram a ter uma forma organizada de criação, abate e comércio de gado. A qualidade do rebanho foi melhorada com a introdução de matrizes européias (embora nas fazendas Pirara, Good Hope e Manari, o gado ainda era o pé-duro), e o abate era feito em um frigorífico em Lethen.

Desde o casamento de H. P. C. Melville com índias Atoraiú foi-se estabelecendo um tipo de aliança com índios que, praticamente, a ocupação das terras pôde se dar sem muitos obstáculos, uma vez que o Governo de Georgetown reconhecia as terras ocupadas pelos índios como sendo aquelas onde eles viviam, não onde perambulavam. Henfrey<sup>91</sup>, em viagem pela região, em 1962, encontrou os Wapixana confinados em apenas três reservas que não se estendiam para mais de 05 milhas quadradas.

De certa forma, foram as áreas de movimentação dos indígenas que ficaram livres para a ocupação com o gado. Depois também, devido às missões, que mantinham escolas para os índios, e as facilidades com transporte, atendimento médico, aquisição de suprimentos e comércio, os índios foram se aproximando das fazendas e inseridos na atividade pecuária, tornando-se uma fonte de mão-de-obra muito importante, facilitada pelo fato de a maioria dos fazendeiros falarem a língua dos índios e se dizerem parentes seus. Note-se, porém, que os filhos de H.P.C. Melville não se casaram com mulheres indígenas.

---

<sup>91</sup> HENFREY, Colin. *The Gentle People: a journey among the Indian tribe of Guiana*. London: The Travel Book Club, 1964, p. 171.

Talvez, a relação com os índios iniciada por Melville possa ser entendida dentro da cosmologia dos grupos tribais do sul da Guiana. Riviére argumenta que a aldeia é o centro das decisões políticas, baseada na relação vital entre a aldeia e o chefe<sup>92</sup>, e o espaço social é constituído na relação entre os de fora e os de dentro, todavia sem evidenciar uma relação de dicotomia entre as duas partes, que se estabelece de acordo com o contexto<sup>93</sup>. Isto é, uma comunidade da Guiana não teria uma existência isolada porque a comunicação entre aldeias é fundamentalmente importante para a sobrevivência do grupo. Portanto, por este ponto de vista, a sociedade indígena guianense é sobremaneira orientada por uma política de interesse econômico que a projeta para fora de seu espaço comunitário, o que pode ter causado sua aproximação com os fazendeiros. É certo que o objetivo de Riviére foi apontar o conceito de aldeia como unidade política autônoma como sendo uma ficção; e este debate não interessa aqui. Interessam os mecanismos que Riviére aponta para a redução do isolamento das aldeias: as cosmologias e os conceitos causais da região, que provocam conflitos internos, resolvidos através da migração<sup>94</sup>, isto é da busca de novas interrelações fora da aldeia, e nesse contexto, as fazendas e a criação de gado obstaculizaram o avanço dessa dinâmica interaldeia, impondo um novo modo de vida aos índios.

Porventura, fosse de se perguntar se é conveniente reduzir essas sociedades a uma base exclusivamente política e econômica. O próprio Riviére reconheceu esse exagero no prefácio à edição brasileira de seu livro. No entanto,

---

<sup>92</sup> RIVIERE, Peter. *O indivíduo e a sociedade na Guiana*. São Paulo: Edusp, 2001, pp. 105-106.

<sup>93</sup> Idem, p. 103.

<sup>94</sup> Riviére assim escreve: “Talvez mais eficazes do que a demografia e a economia como mecanismos para redução do isolamento sejam as cosmologias e os conceitos causais da região. O conflito e a migração dele decorrente, circunstâncias concomitantes inevitáveis dos conceitos nativos, mantêm a comunicação por meio da contínua redistribuição da população. Como mecanismo, o conflito é algo eficaz, pois não há como detê-lo ou contorná-lo, pois ele está incrustado em um sistema de conceitos e causas, dos quais o ameríndio provavelmente tem uma percepção pouco mais do que tênue. Que isso seja assim pode ser visto no fato de que a migração constitui uma negação declarada de sua crença tão cultivada, segundo a qual a comunidade se compõe de um grupo duradouro de parentela solidária. Essas duas facetas contraditórias da vida encontram solução na capacidade da comunidade em ratificar novamente suas fronteiras, após a partida daqueles que migraram”. (Idem, p. 120).



o que se deve reter aqui, é que foi através do movimento de dispersão e busca de novas alianças, que os Atoraiú chegaram até Melville, quem iniciou a ocupação sistemática das terras indígenas no Rupununi.

Na condição de fazendeiro da Guiana e, posteriormente, também *postholder*, administrador regional, Melville poderia ter sido fundamental para o que Riviére explica como gerenciamento das capacidades produtivas e reprodutivas dos indivíduos, tido como escasso na região, que em outras palavras significa a retenção dos recursos humanos, fonte de riqueza e prosperidade, pelo chefe da aldeia e seus seguidores<sup>95</sup>. Assim sendo, Melville poderia ter sido um importante agente de contato para os indígenas, por ter se constituído numa fonte de valor que poderia ser mobilizada em momentos de necessidade. Mas não se deve perder de vista que Riviére está operando este conceito de economia política relacionando-o tão só a pessoas, e não a bens. O que se quer dizer é que Melville logrou estabelecer-se junto aos índios pela aliança decorrente de casamentos.

Outro fator imperativo, é que depois da definição das fronteiras entre Brasil e Guiana, seguiu-se um intenso fluxo de grupos étnicos indígenas em direção à Guiana devido às condições econômicas vividas no vale do Rio Branco: extrativismo, garimpo e pecuária, esta última atividade passou a ocupar suas terras tradicionais nas regiões do Uraricoera e Amajari, Maú, Tacutu, Contigo e Surumu. A pecuária foi a ocupação que mais envolveu as populações indígenas do Rio Branco, sobretudo assentadas nas relações de trabalho profundamente desvantajosas para eles<sup>96</sup>. Santilli diz que, de acordo com cronistas da região e, especialmente, relatórios da Comissão Demarcadora de Fronteiras de 1927, até meados do séc. XX seguiu-se um “movimento migratório” constante em direção à Guiana em consequência de atos de violência praticados por fazendeiros brasileiros:

---

<sup>95</sup> Idem, p 130.

<sup>96</sup> Ver: DINIZ, Edson Soares. *Os índios Makuxi do Roraima*. Marília: Coleção Teses: 09, FFCL de Marília, 1972.

... os cronistas da região, em especial os relatórios da comissão demarcadora de fronteiras de 1927 (...), registram a ocorrência de um movimento migratório que parece ter-se mantido contínuo, desde meados do século XIX (... ) Tal êxodo teria sido provocado pelo processo colonizatório: o recrutamento forçado de mão-de-obra para o extrativismo vegetal, e, mais tarde, para o garimpo, aliado à ocupação dos campos pela pecuária, teria motivado a migração da população indígena em direção à margem esquerda dos rios Maú e Tacutu, território inglês<sup>97</sup>.

Certamente, Santilli refere-se a uma movimentação dos índios por seus territórios tradicionais - e não migração, como o próprio autor reconhece na conclusão do mesmo parágrafo -, ocupados por fazendeiros tanto no vale do Rio Branco como na região do Rupununi sob domínio inglês. A diferença é que a política dos ingleses para a região proclamava que sua administração na colônia protegia os índios.

De todas as maneiras, não se pode entender a movimentação dos índios em direção ao Rupununi apenas em função da situação em que eles se encontravam nas fazendas do Rio Branco. Havia vários interesses que os mobilizavam para aquela direção, entre eles a oferta de trabalho e o pagamento em dinheiro ou em crédito em armazéns, o que se distinguia do regime baseado na “sorte”, comum nos campos do vale do Rio Branco<sup>98</sup>.

Havia ainda fatores, como doença, interagindo também, por exemplo, a epidemia de 1909 no vale do Rio Branco<sup>99</sup>, ou ainda decorrente da influência da religião cristã<sup>100</sup>, em função da fundação da Missão de St. Ignacio nas proximidades do que é hoje Lethen. Comentando sobre as missões no Circumroraima, incluindo o Rupununi, Butt Colson, numa apresentação a um livro

---

<sup>97</sup> SANTILLI, Paulo. *Os Macuxi: história e política no séc. XX*. Campinas: Tese de mestrado, Unicamp, 1989, p. 91; *Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do Rio Branco*. São Paulo: Fapesp, NHII/USP, 1994, p. 91.

<sup>98</sup> RIVIÉRE, op. cit. 1972.

<sup>99</sup> HEMMINING, John. Indians, Cattle and Settlers: the growth of Roraima. In: FURLEY, Peter A. *The Forest Frontier: settlement and change in Brazilian Roraima*. New York: Routledge 1994, p. 43.

<sup>100</sup> BUTT COLSON, Audrey. *Fr. Cary-Elwes S. J. and the Alleluia Indians*, Georgetown: Georgetown Amerindian Reserch Unit, University of Guyana, 1998, pp. 09-24.

dedicado a Cary-Elwes, importante religioso para a influência do Alleluia<sup>101</sup> entre os índios, assim se refere:

Between 1908 and 1911 the situation underwent a transformation as other religious denominations began to focus their efforts on the circum-Roraima area. Fr Cary Elwes himself was an important part of the process, of proliferation. Up to the time of his arrival in the Rupununi in December 1909, as already described, the Roman Catholics in British Guiana had no Mission in the hinterland. They maintained a Mission at Santa Rosa, Moruca River, in the coastlands, which dated back to 1837 when a full-time priest was appointed there [Bridges n.d. 55 56] and there was it mission station at Morawhanna on the Barima River in the North West District where, as already noted, Fr Cary Elwes had worked prior to his arrival in the Rupununi. A second Roman Catholic presence, but amongst the Makushi in Brazil, began to be established at the time that S. Ignatius was being founded for the Makushi in British Guiana. Thus, in March 1909. Benedictines from the Abbey of São Bento in Rio de Janeiro arrived in Boa Vista, on the Rio Branco. Meeting a great deal of active hostility from some of the ranchers, they settled up river at Capela, just below the confluence of the Takutu with the Uraricoera, where they were visited by Kock Grunberg in June 1910 and shortly afterwards by Fr Cary Elwes both of whom described the buildings of San Bonifacio and the daily life and work of these Fathers [Koch Grunberg 1979:1,32 :33 and Cary Elwes Ms. 58 & 130 137]. They informed Fr Cary Elwes that they were about to begin a Mission amongst the Amerindians of the upper Surumu River<sup>102</sup>.

De acordo com Butt Colson, as missões estavam presentes em toda a Guiana, impondo ao índio a religião cristã, tanto que na primeira metade do século XX, praticamente já se havia definido espaços específicos da presença religiosa no Circum-roraima:

Permanent Missions in the hinterland began with the Anglican foundation of Yupukari in the North-east of the Ruptinuni, in 1908. The Benedictines and Jesuits entered in 1909, and soon began work in the Takutu, lower Ireng and Sururnu valleys, of the Rupununi and Rio Branco Savannahs. Finally, in 1911, a Seventh-day Adventist arrived at Roraima, just months before Fr Cary-Elwes first visit there. In the 1910-1921 period only the Anglicans and the Jesuits from British Guiana were able to maintain their Missions. The Benedictines

---

<sup>101</sup> Religião sincrética comum no circum-roraima, que agrega religiosidades tradicionais indígenas a valores cristãos. Para maiores esclarecimentos, ver: ABREU, Stela Azevedo. *Alleluia: o banco de luz*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1995, e BUTT-COLSON, A. Hallelujah among the Patamona Indians. *Antropológica*, 1971.

<sup>102</sup> BUTT COLSON, Audrey. *Fr. Cary-Elwes S. J. and the Alleluia Indians*, Georgetown: Georgetown Amerindian Research Unit, University of Guyana, 1998, pp. 18.

returned and began to work to the North of Boa Vista in 1923, and the Adventists established their Roraima Mission in 1927. Extensive areas in the Pakaraima Mountains, notably *in* the upper Mazaruni River basin, did not have mission villages until the 1930s, when the Seventh-day Adventists transferred their activities to the middle Kamarang River there, after Venezuela had expelled them from the Gran Sabana in 1931. Anglican and then Wesleyan Missions began in the upper Mazaruni in the 1940s and 50s. That the Jesuits were able, from 1910 on, to establish and extend their evangelization in the Rupununi savannas, both North and South, and up the Ireng valley, was in very great measure due to the energy and zeal of Fr Cary-Elwes, who pioneered his Church's first contacts with the Amerindians in those extensive, remote areas, and worked indefatigably to develop them in the succeeding years<sup>103</sup>.

Os índios com os quais os fazendeiros do Rupununi passaram a ter contato, já experimentavam, portanto, as influências das religiões cristãs, através da catequização e da educação escolar. Por essa realidade, o tipo de relação imposta pelos fazendeiros aos índios, praticamente os fez participarem de uma economia baseada no “individualismo da produção”, como menciona Cardoso de Oliveira<sup>104</sup>, somada à presença mais sistemática da religião. Assim, o conjunto de todos esses fatores: estabelecimento de Melville como *posholder*, casamentos e movimentação dos índios em função de compulsões no Brasil, serviu a um projeto de integração dos índios ao sistema de criação de gado das fazendas do Rupununi.

Após a Segunda Guerra Mundial, o afluxo de capital, em decorrência da dinamização da criação, abate e comércio da carne de gado, fez com que os fazendeiros estabelecessem os negócios em bases mais racionais. Cada criador livre passou a ter uma cota de gado que poderia ser abatido e comercializado. O frigorífico funcionava em Lethen, e praticamente todos os dias havia certa quantidade de gado a ser abatido. No auge da produção, nos anos cinquenta e sessenta, intensificou-se o número de vôos que transportavam carne bovina até Georgetown.

---

<sup>103</sup> Idem, p. 22.

<sup>104</sup> CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972, p. 53.

Os recursos provenientes da comercialização da carne de gado permitiram aos fazendeiros mandar seus filhos estudarem em Georgetown e, de quando em quando, também sair em viagens recreativas aos Estados Unidos e à Europa. Por outro lado, a concentração de capital entre os fazendeiros distanciou-os ainda mais da realidade social vivida pelos indígenas, operando um recorte social que separou, de um lado, o mundo dos *mixed*, com absoluta identificação com o mundo dos brancos; e, de outro lado, o mundo dos índios, que pelas compulsões sociais se viram na dependência do mundo dos *mixed*.

Eram dois mundos rigorosamente distintos, e na segunda geração dos Melville, e agora também dos Hart, Orella e Gorinsky, já não existiram casamentos com indígenas. As mulheres indígenas, que trabalhavam como babás e empregadas domésticas nas fazendas, tornaram-se, via de consequência, aquilo que Ribeiro chama de “pessoas transáveis”<sup>105</sup>. Muitos filhos foram gerados por este tipo de relação, e na maioria das vezes, não eram incorporados à família dos *mixed* e tampouco viviam as fases da educação de seus meios-irmãos, os filhos legítimos, que entre outras coisas pressupunha estudar em Georgetown. Existem um ou dois casos em que avós adotaram essas crianças, mas na maioria das vezes, era comum crescerem na fazenda e, posteriormente, serem incorporados como mão-de-obra mansa e condescendente.

## **5- PARENTESCO COM INDÍGENAS**

Em decorrência das relações de dependência estabelecidas com os *mixed*, os índios que viviam nas fazendas consideravam os Melville parentes seus, especialmente aqueles que tinham ligações com as esposas de H.P.C. Melville. Nilas, um indígena Wapixana de Achiwib que vive em Ciudad Bolívar casado com uma Macuxi da *Makuxi Village*, assim se expressou para justificar seu parentesco com os Melville:

---

<sup>105</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, pp. 81-82.

Teddy era nosso parente, sim. O meu pai era filho de um irmão de Mary, esposa de H.P.C. Melville. Então todos nós éramos parentes e trabalhávamos com Teddy. Eu e meu irmão Simón, que também vive aqui (Nilas John).

Violete, índia Wapixana que vive em Boa Vista, refere-se a Teddy como seu tio. Quando perguntado porquê, ela assim se referiu:

Janet e Mary são irmãs de meu bisavô. Nós somos parentes; eles eram Atorai. Teddy então é meu tio (Violete Laurentino).

Neste momento, uma pergunta pode ser colocada: qual o motivo de os índios reconhecerem os Melville como parentes? Uma resposta possível é que para os Wapixana a essência da relação entre eles e os Melville deve ser o conhecido, isto é, aquilo que já está dado factualmente e que é discursado no tempo presente. Para os Wapixana não interessa explicar os interstícios que estabeleceram o parentesco entre eles e os Melville, simplesmente porque o que importa é que eles são parentes e nada mais. Nadia Farage explica a narrativa Wapixana, dizendo ter ela especificidades discursivas que não permitem revelar a essência dos fatos históricos que são partes da memória, pois, contar o passado, de acordo com a cosmologia Wapixana, pode trazer complicações para a ordem do mundo presente:

... the Wapishana narrative genre is guided by an opposition between the experience of the senses and the experience of language. "You cannot see kotuanao with your yes" the saying goes. The central premise for such an opposition, as I argue in other works (...), derives from the Wapishana notion of death and the dead. For the Wapishana, the main attribute of a corpse and its specter or ghost (ma'chai) is deterioration or putrefaction, which it can spread among the living. The grief about dead ones, their memory, can make the living vulnerable to lethal ma'chai attacks. In order to avoid them, it is imperative to forget the dead ones: from the Wapishana point of view, forgetting is indeed the ideal attitude in the face of death and thus toward the past. Free from their once individual face, the dead can collectively reach the condition of old people, the *kotuanao*. Through the remoteness created by oblivion, they do not threaten anymore the time of the living. This same process of detachment works in the narrative genre. Thus vivid memories, experiences shared by so many living bodies and

individualities, like that of the 1969 uprising in all its consequences for the present existence, can not be told<sup>106</sup>

O fato de tudo ser parte do passado, um tempo muito distante que se remete a pessoas que já morreram, pressupõe que aqueles eventos do Rupununi não devem ser recordados sob o risco de violar a estabilidade do mundo presente<sup>107</sup>. Isso explica que a convicção, da parte dos índios, de que os Melville são parentes é inabalável diante das evidências, sendo desnecessária e perigoso buscar no passado explicação para essa relação. Para os Melville isso trouxe amplas vantagens, pois tornou possível a constituição de uma relação de subordinação com os índios, principalmente com os que viviam nas fazendas e delas eram empregados, ou seja, a ligação decorrente do parentesco constituiu-se num tipo de relação que mascarou a exploração conseqüente do aproveitamento dos índios como mão-de-obra do fazendeiro.

Também encontrei uma jovem índia Wapixana de Cladernawa, que vivera um tempo entre os Melville, em Bonfim, que fora adotada por um deles justamente com o argumento de ser uma parente. Tudo isso mostra que o parentesco com indígenas serviu para sustentar e naturalizar a dominação dos fazendeiros sobre os indígenas. Não obstante, em momento algum o parente indígena podia viver de acordo com o extrato social dos *mixed*: eram funcionários, empregados, vaqueiros ou domésticas nas fazendas, diferenciando-se daqueles que desfrutavam um outro *status*:

No Rupununi não havia uma elite, mas havia uma classificação, bastava olhar pra nós: tínhamos carros, conforto nas casas e outras coisas, os índios não tinham nada disso (Paul Hardy).

O parentesco não significou a fusão dos dois mundos, a do fazendeiro e a do índio, senão apenas serviu como estratégia para ter mão-de-obra à disposição, que foi mobilizada para a Revolta em 1969. Sanders argumenta que

---

<sup>106</sup> Farage, op. cit. 2003, p. 119.

<sup>107</sup> Aos Wapixana é bom não lamentar muito a perda de um ente querido sob risco de isto se tornar uma nostalgia letal, como no dizer de Farage: “ o *má'chai*... a saudade do morto – em duplo sentido, a saudade que sente e sua contrapartida, aquela que dele se sente – provoca nos vivos uma nostalgia letal (FARAGE, 1997, p. 92).

os índios apoiaram os fazendeiros brancos na rebelião contra o governo porque historicamente sempre tinham considerado os brancos como aliados e superiores<sup>108</sup>. De certa forma também é este o caminho da argumentação deste trabalho. Para Farage, as concepções de parentesco dos Wapixana conflitam com a noção de superioridade dos Melville, na primeira e na segunda gerações:

As we have seen, there was indeed alliance between the Melvilles and the Wapishana, but the alleged superiority is contradicted by the fact that the Melvilles - in their first and second generations - took Wapishana wives and, in Wapishana reasoning, would stand as debtors to themselves, as their affines<sup>109</sup>.

Em resumo, a relação de parentesco com indígenas se formou com o casamento de H.P.C. Melville com mulheres Atoraiú. As gerações seguintes, já *mixed*, manteriam apenas relações sexuais informais com indígenas; os casamentos passariam a ter outra direção: mulheres brasileiras, ou de Georgetown, secundariamente. Mas se os casamentos com indígenas não podem ser único parâmetro para explicar as relações de afinidade entre fazendeiros e índios, Farage traz um argumento consistente: a falta de solução ao problema da terra durante o período colonial:

Even so, this alliance politics still would have to be considered against the backdrop of party politics, as well as against the decolonization process, which did not assure Amerindian land rights, nor even a political place for the Amerindian population in the recently created nation. Such a line of interpretation is suggested by the Wapishana benevolent evaluation of British colonialism even to this day: "the Queen went away," says Ana, "but kept sending for the Wapishana tractors and other tools which never got to come to us."<sup>110</sup>

Como já se observou, os *mixed* ocuparam as terras tradicionais indígenas, afirmando não existir uma consciência étnica que os remetesse ao fato de que eles, os índios, eram os verdadeiros donos da terra. Os fazendeiros, que possuíam um elemento de distinção econômica baseado na criação de gado, passaram a ser vistos como benevolentes, como *panare* (amigo).

---

<sup>108</sup> SANDERS, 1972, *apud*. FARAGE, 2003, p. 114.

<sup>109</sup> Idem, *ibidem*

<sup>110</sup> Idem, *ibidem*.



## 5.1- REARRANJOS ESTRUTURAIS: FISSURAS NOS LAÇOS FAMILIARES

Um outro fator que forma essa complexidade da vida dos fazendeiros se expressa pela relação entre eles, aquelas que passaram a se constituir em torno dos anos cinquenta e sessenta, no Rupununi, quando as famílias Hart e Melville começaram a sofrer as primeiras fissuras nos laços familiares, ocasião que coincidiu com a morte de John Melville, Mary e Julieta, ocorridos que se tornaram importantes para situar a posição de seus membros no contexto da Revolta.

No caso de John, depois de sua morte, os filhos não lograram êxito em continuar os negócios do pai, num momento em que a balata deixou de ser a principal atividade econômica no Rupununi. Seu sucesso com a balata deveu-se às importantes companhias de comércio que intermediavam a coleta e comercialização deste produto, a *Garnet Company* e a *Day Light Company*. A primeira tinha como representante John Ogolvie, que se envolveu na exploração de balata na região do Orinduk, especialmente; a outra, tinha John Melville, que se dedicava à exploração das regiões do vale do Essequibo, na sua cabeceira.

Nesse tipo de atividade, os índios eram utilizados como coletores e como manufactureiros para a formação das bolas, que eram transportadas pelo Essequibo até Kurupukari, dali eram levadas até Rockstone, onde havia uma estrada de ferro que completava o transporte até Mackenzie, hoje Linden. Esse sistema de transporte praticamente foi desativado depois que apareceu o uso do avião. A exploração da balata no Rupununi, se comparada às outras forças econômicas da Guiana, foi residual, embora tenha servido como primeiro passo para integrar a região Sul à economia da colônia. Também se tornou o veículo, que, de forma mais sistemática, levou o mundo dos *mixed* para dentro da vida indígena<sup>111</sup>.

---

<sup>111</sup> Se for possível verificar o momento em que este mundo começou a entrar no mundo dos índios, pode-se afirmar seguramente que a exploração da balata, por ter o índio como mão-de-obra, foi a primeira incursão sistematizada sobre as terras indígenas do Rupununi, obviamente sem perder de vista que as missões foram outro fator integralizador por levar-lhes a religião cristã. A função de

Quando a balata deixou de ter mercado nos Estados Unidos e Europa, em função do fim do ciclo da borracha, perdeu importância econômica e praticamente levou à falência aqueles que nela estiveram envolvidos no Rupununi. A fortuna de John Melville acabou, e ele não conseguiu realizar a migração de seu capital para a criação de gado<sup>112</sup>. Foi quando o poder econômico no Rupununi passou a se concentrar nas mãos dos Hart e de Teddy Melville, num plano mais secundário; estes como criadores livres, porque a *Rupununi Development Company* continuava sendo a empresa que detinha a maior parte da comercialização de carne de gado no Distrito. Os demais irmãos de Teddy, juntamente com Orella e Gorinsky eram pequenos criadores.

Ao dar ênfase às relações familiares entre os Hart e os Melville, destaca-se principalmente a importância política das mulheres nesses grupos. Mary era filha de uma índia Atoraiú, e Julieta filha de índia Macuxi da aldeia Xumina. No caso dos Wapixana, sua cultura é formada por traços das tradições dos Macuxi por conta de especificidades decorrentes do encontro entre esses dois povos, e assim sua terminologia de parentesco não se diferencia substancialmente desses Macuxi. Segundo Diniz, eles classificam os parentes em cinco gerações, isto é, partindo de *ego*, duas ascendentes e duas descendentes: na geração de *ego*, “os primos paralelos são incluídos na categoria de *siblings*, e os primos cruzados são referidos diversamente daqueles e correspondem a cunhado e cunhada”<sup>113</sup>. Na primeira geração descendente: os filhos dos irmãos são considerados como os próprios filhos, já os filhos da irmã são equivalentes a

---

coletor, prestador de serviços e fabricante implicava o recebimento de salários e aquisição de bens que os índios não tinham contato, servindo para adequá-los a um certo modo de vida que muito bem servirá aos fazendeiros.

<sup>112</sup> Hoje os filhos de John se ressentem de um passado em que se podia estudar em Georgetown, viajar aos Estados Unidos e desfrutar de uma vida no qual o dinheiro significava uma vida confortável em Wichabai. Por isso, quando falam do passado, a ênfase é a superioridade social de John em relação aos outros e os privilégios de um grande comerciante de balata na Guiana colonial, que já não existe mais no tempo presente em função da nova realidade econômica vivida pela família depois de sua morte.

<sup>113</sup> DINIZ, Edson S. Terminologia de parentesco entre os Wapitxâna. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, 34, Belém: 1968, p. 04 e seguintes.

genro ou nora. Na primeira geração ascendente<sup>114</sup> “o irmão do pai é classificado como pai e a irmã da mãe como mãe, enquanto o irmão da mãe e a irmã do pai são distintos deles, classificados como sogro e sogra”<sup>115</sup>. Na segunda geração ascendente e descendente, “o pai do pai e mãe do pai são designados pelos mesmos termos correspondentes ao pai da mãe e à mãe da mãe. Os filhos e as filhas dos filhos recebem idênticos designativos aos filhos e às filhas das filhas”<sup>116</sup>.

Esse esclarecimento torna-se importante para compreender, primeiro, que o mesmo termo pode abranger mais de uma posição genealógica no mesmo sistema, o que significa várias parentelas relacionadas entre si, e, segundo, a relação de consangüinidade entre filhas e mães. Farage aduz que:

... filhas casadas preferem, quando possível, construir suas casas nas proximidades da casa materna (...). Junto à mãe, criam seus filhos, com elas partilham do trabalho e do alimento...<sup>117</sup>

Tais características evidenciam a importância da avó Wapixana no processo socializador dos netos, uma vez que eles são criados ao lado dela tornando-a uma referência em suas vidas futuras. No Rupununi, as casas em que Mary e Janet elas viviam eram aquelas que tinham maior importância social, lugar em que filhos, netos e outros aparentados afluíam constantemente. Pode-se indagar se essa estrutura era uma reminiscência Atoraiú ou decorrência de contatos com ingleses ou brasileiros da fronteira. Os ingleses e brasileiros que se estabeleceram na região ou proximidades eram aventureiros, não levaram mulheres para essa região, portanto não poderiam influenciar a formação de uma sociedade no qual as mulheres tornaram-se, via de regra, importantes na educação dos filhos. As famílias das primeiras gerações dos Melville foram concebidas, no que diz respeito à relação entre mãe e filhas, principalmente no comportamento entre as gerações, dentro das características da cultura Atoraiú.

---

<sup>114</sup> Idem, ibidem.

<sup>115</sup> Idem, ibidem.

<sup>116</sup> Idem, ibidem.

<sup>117</sup> FARAGE, 1997, p. 23..

Dentro deste contexto, as residências onde viviam Mary e a esposa de Teddy, Julieta; a esposa de John, Diva; e a esposa de Orella, Margaret, constituíram-se em referências espaciais e unidades de vínculos familiares. O falecimento das três primeiras mulheres levou à desarticulação dessas relações e ao solapamento da urdidura que garantia certa unidade morfológica à sociedade dos fazendeiros do Rupununi.

Os filhos de John mantiveram-se próximos da mãe até sua morte, em seguida, em função de desentendimentos entre eles, inclusive com conseqüências violentas<sup>118</sup>, a família começou a se desagregar, e em momento algum os filhos conseguiram qualquer êxito com negócios deixado pelo pai. Outro acontecimento que veio afetar a estabilidade entre as famílias está relacionado à ociosidade de jovens da terceira geração dos Melville, que os colocava, com freqüência, em disputas violentas por motivos banais. Tal situação levou à saída de um deles para Inglaterra, posteriormente sendo seguido por Conrad Gorinsky. Os motivos da saída de um Melville do Rupununi, assim foram explicados;

Um dia nós estávamos bebendo em Lethen. De repente vi [...] Melville surrando Luis Orella. Nessa hora entrou [...] Melville, que era muito forte, com braços largos, e perguntou por que [...] Melville não batia nele. O sujeito partiu para cima dele, e eu o vi batendo tanto nele que até hoje ele tem marcas no rosto. Eu separei a briga, e estava levando ele embora quanto Orella apareceu com uma faca na mão dizendo que ia esfaqueá-lo. Eu consegui tirar a faca de Orella e evitar uma tragédia. Desse dia em diante vi que nossas famílias já não eram mais as mesmas; decidi ir embora (Stanley Melville).

Poucos meses antes, os Hart haviam se enfrentado à bala, resultando ferimentos em dois deles. O motivo teria sido provocado por desentendimentos sobre a divisão das terras da fazenda Pirara. A família jamais se reestruturaria outra vez, evocando sempre este acontecimento para justificar seus desencontros:

Mamãe havia marcado reunião para sete horas da noite. Haveria a divisão das terras entre os filhos e a reunião foi marcada para saber quem ia ficar com o quê. A noite todos nós deveríamos estar lá. Todos estavam na sala, então entrou Elmond e começou a atirar. Quando Jimmy o viu armado tentou tirar a arma de sua mão, e ele atirou em Jimmy, deixando-o caído. Logo em seguida ele virou para Bendy e atirou outra vez, o tiro atingiu o pescoço. Depois o

---

<sup>118</sup> Um dos irmãos assassinou o outro numa discussão familiar.

desarmamos, socorremos os feridos levando até Lethen e de lá para Georgetown. Elmond tentou se matar, mas Harry tomou a arma de sua mão. Ele não concordava com a maneira como ia ser feita a distribuição, se considerava prejudicado, e planejou tudo isso. Mamão o deserdou, mas logo depois faleceu (Lawerence Hart).

Na década de sessenta, com o falecimento das mães das grandes fazendas do Rupununi, as famílias tiveram que se reestruturar em novas modalidades de relacionamento, sem as influências das avós e mães. Em relação à família de Teddy, Harold, passou a compartilhar com ele a administração dos negócios, que envolvia ainda um hotel em Lethen. Já no caso dos Hart, a administração da fazenda era alternada entre os filhos; o mais velho, Harry, casou-se com uma descendente de chineses de Georgetown, Valerie, que viria a ser personagem importante na deflagração da Revolta. Outros filhos de H.P.C. Melville, como Lallie e George não lograram êxito com a criação de gado, senão permaneceram apenas como pequenos criadores, vivendo em terras cedidas por irmãos ou cunhados.

A estrutura social que passou a vigor no Rupununi entre os anos cinqüenta e sessenta, bem como os extratos ocupados por fazendeiros e índios determinaram aqueles que deveriam e os que não deveriam ser convocados para a Revolta. Teddy, por exemplo, dos filhos de H.P.C. Melville foi quem participou efetivamente da Revolta, os demais irmãos – George, Charles e Lallie -, pela posição que ocupavam nesse sistema, não tiveram participação efetiva, implicando inclusive na permanência deles no Rupununi, embora a duras penas<sup>119</sup>, depois da Revolta. Os filhos destes, em função da proximidade e intimidade com os filhos de Teddy foram arrastados para dentro do movimento. Todavia, devido ao fato de os pais permanecerem no Rupununi, acabaram sendo capturados e levados para Georgetown pela *Guyana Defense Force*, permanecendo prisioneiros por algum tempo.

A conclusão é a de que a Revolta aconteceu no momento em que se deu a reestruturação familiar no Rupununi, deslocando o poder de decisão antes

---

<sup>119</sup> Os Melville que não participaram da Revolta e permaneceram na Guiana passaram a ser hostilizados pela GDF, através de ameaças e pressões psicológicas.

controlado pelas mulheres, para alguns dos Hart, Harry, Dick e Jimmy, e Teddy Melville, sendo eles os organizadores do movimento armado, reflexo de suas posições no Rupununi<sup>120</sup>. Como os Hart, os Melville também não viviam relações familiares simétricas em decorrência de conflitos intrafamiliares. George Melville, Lallie Melville e Olaf Melville não foram informados sobre o planejamento da Revolta. Quando se pergunta a Olaf porque não o avisaram, ele justificou que a sua condição de funcionário público o colocava em suspeição, daí o fato de não informá-lo sobre a Revolta.

A verdade é que o dinheiro conquistado com a venda de gado prometia uma vida proveitosa às famílias dos fazendeiros, com conforto nas casas e possibilidades recreativas somente acessíveis a eles devido à posição social diferenciada em relação aos índios peões e empregados nas fazendas. Eles tinham acesso a certas novidades tecnológicas que em Boa Vista, por exemplo, não existiam. Attenborough relata ter encontrado um dos filhos de Teddy Melville projetando filme de bang-bang para índios numa fazenda<sup>121</sup>.

Assim, com o falecimento das mães que asseguravam certa unidade familiar na região, a sociedade dos criadores de gado começou a fragmentar-se em núcleos com interesses individuais, determinando aqueles que poderiam e não poderiam participar da Revolta. A verdade é que tanto do lado dos Hart com dos Melville, havia pessoas as quais não se podiam confiar os planos do movimento. Lallie, George, Charles e Olaf não eram grandes fazendeiros como os Hart e tampouco comerciantes como Teddy. No contexto da Revolta, eram perfeitamente dispensáveis por serem suspeitos ou pouco confiáveis. Essas relações foram importantes para se definir a posição dos membros das famílias nos desdobramentos da Revolta.

---

<sup>120</sup> Lawrence Hart assim disse: “se mamãe estivesse viva, e tia Maggie não se encontrasse fora do Rupununi, a Revolta não teria acontecido”.

<sup>121</sup> Ver: ATTENBOROUGH, David. op. cit, 1956.

## CAPÍTULO III

### A REVOLTA DO RUPUNUNI

#### 1- A ORIGEM DA REVOLTA

Até aqui se mostrou de que maneira os fazendeiros do Rupununi, através da criação de gado, estiveram inseridos em uma estrutura social que passou a ficar em desacordo com o processo de guianização que Forbes Burnhan implantaria na Guiana, depois de sua vitória nas eleições de 1968. Não se pode esquecer que a guianização incluía, até então, apenas indoguianenses e afroguianenses, contudo, com o PNC no poder, passou haver uma maior participação dos afroguianenses na distribuição de poder, tanto que as posições administrativas e outras relativas à segurança nacional do país na Era Burnhan eram ocupadas preponderantemente por afroguianenses<sup>122</sup>. As contradições entre o processo de guianização e a posição dos fazendeiros do Rupununi aumentaram na mesma proporção em que a UF, devido a seu arranjo ideológico, afastava-se da coalizção com o PNC. Por outro lado, as relações entre indoguianenses e afroguianenses, os dois maiores grupos étnicos no país, foram se tornando cada vez mais dominantes, os demais, ou se inseriam nessa relação ou simplesmente deixariam de existir. No caso dos fazendeiros do Rupununi, isso significava o seu descenso como grupo social.

Pela peculiar particularidade social vivida pelos fazendeiros do Rupununi, a United Force – UF – era o partido que os representava, não obstante a própria base do partido, formada por europeus e chineses ricos da Guiana, era o contato comercial deles, e Peter D'Aguiar era amigo dos Melville e dos Hart. Os

---

<sup>122</sup> Os afroguianenses em função de estarem mais urbanizados em relação aos indoguianenses, sempre estiveram mais presentes nos serviços públicos. Malcolm Haripaul, numa página na internet intitulada *Historical Outline of the Security Forces in Guyana*, menciona que até em torno da Primeira Guerra Mundial, as forças de segurança da Guiana eram providas exclusivamente por afroguianenses, em função de os indoguianenses não terem grande estatura física. Mesmo depois da independência teria havido preponderância de afroguianenses como soldados, resultante de uma preocupação de Forbes Burnhan em manter uma ideologia do PNC para toda a Guiana. Ver: <http://www.guyanaundersiege.com/Other%20single%20pages/imbalance.htm>, acessado em 23 de janeiro de 2005.

armazéns portugueses, com os frigoríficos e o comércio de todo gênero, compravam e vendiam para os fazendeiros, que em decorrência dessa relação comercial, passaram a apoiarem sistematicamente a linha política da UF. Assim, quando a aliança de Peter D'Aguiar com Burnhan se desfez em 1967, os fazendeiros, sabendo que o programa político do PNC os excluía por serem grandes proprietários de terra, começaram a tomar iniciativas no sentido de se contraporem às suas diretrizes políticas: primeiro, através da tentativa de eleger Valerie Hart pela UF, como representante dos fazendeiros do Rupununi na Assembléia Nacional em 1968; segundo, pela criação da Associação dos Criadores de Gado do Rupununi (*Cattle Breeders' Association*), que teria por meta defender seus interesses na Guiana.

Assim, as influências e os valores que passaram a vigor na Guiana depois da independência, estavam em contradição com aqueles que os fazendeiros sempre tiveram como seus. A iminência de seu fim como grupo social levou-os a se aproximar da Venezuela, que mantinha uma pendência territorial com a Guiana em torno da região do Rio Essequibo. São exatamente tais relações imanentes no interior da estrutura social da Guiana que desencadearão a Revolta com apoio daquele país.

## **2- A PREPARAÇÃO**

Depois das eleições de 1968 na Guiana e a conseqüente vitória de Burnhan sobre o PPP, passaram a existir muitas desconfianças entre os fazendeiros do Rupununi, a respeito de seu futuro como classe social distinta no País. Naquela época, ainda não se havia planejado como enfrentar as pressões de Burnhan sobre as terras do Rupununi, embora emissários seus tenham andado pelas aldeias para saber como os indígenas estavam sendo tratados:

Em Janeiro [de 1968], Burnhan enviou gente para perguntar como nós estávamos vivendo. Se nos pagavam direito, quanto recebíamos. Queria saber se os fazendeiros estavam nos tratando bem. Tínhamos algum gado. Hoje fico triste em saber como nossos parentes estão vivendo. Já não há mais nada. Antes era bem melhor. Isso tudo eu fiquei sabendo, faz muito tempo que não volto para o Rupununi. Mas



eles queriam nos jogar contra os fazendeiros. Queriam todas terras, e isso nos deixou preocupados. (Nilas John)<sup>123</sup>.

Um outro evento definitivamente incitaria os fazendeiros a buscar soluções contra as diretrizes administrativas de Burnhan para o Rupununi. Quando aconteceu uma reunião de fazendeiros com representantes de Burnhan, depois das eleições, estes alertaram sobre os novos caminhos políticos para a Guiana, de acordo com a memória de um dos Hart e Teddy Melville:

Eu não me lembro direito, mas Burnhan enviou uma pessoa para falar conosco em Lethen. Tivemos uma reunião com ele, que nos disse que nós perderíamos toda a terra, porque não se podia mais ter fazenda. Burnhan era assim, meio louco (Lawrence Hart).

O primeiro contato que o pessoal do Rupununi teve com a Venezuela, foi em Santa Helena com brasileiros conhecidos em Lethen, compradores de diamante e ouro. Houve uma reunião na Guiana em junho de 1969, e eu estava presente; também outros como Maurice Michell, alguns jovens Hart e Charles Melville, sua esposa Edwina, Leonardo d'Aguiar, fazendeiros e outros interessados: Ministros de Georgetown e o PNC, que foram fazer visitas aos fazendeiros. Nessa reunião, o PNC não estava interessado, tivemos que esperar. Foram convidados o pessoal do Caribe, mas eles não foram para ouvir a posição dos fazendeiros. Eles não estavam interessados na posição dos fazendeiros, e nós ficamos muito desamparados. Eles não estavam interessados, e agora o que íamos fazer? Descobrimos que o prefeito do Rupununi estava de acordo com Burnhan (Teddy Melville)

Foi a partir desses encontros e da criação da associação que os fazendeiros decidiram procurar ajuda externa, na Venezuela e no Brasil. Em Boa Vista, o Sr. Adalberto Penteado, militar da reserva e vice-governador à época da eclosão da Revolta, disse que um Melville havia enviado uma carta ao governador Hélio Campos, solicitando ajuda para a causa deles no Rupununi:

Eu não me recordo o dia. Eu era Secretário Geral, uma espécie de vice-governador de Hélio Campos. Fui procurado por alguém do Rupununi [eu sugeri que poderia ter sido Teddy}, talvez Teddy Melville, com uma carta solicitando ajuda do Brasil em relação a situação que eles estavam vivendo no Rupununi. Disse que entregaria a carta ao

---

<sup>123</sup> As entrevistas foram dadas em espanhol, inglês e português. Para facilitar a interpretação todas foram traduzidas para o português.

governador e depois não soube mais o aconteceu com ela (Adalberto Penteado).

Tudo indica que a opção em solicitar ajuda aos venezuelanos ocorreu depois de se fracassar o contato com o Brasil, que havia deixado de se interessar por qualquer demanda sobre o Rupununi desde 1904, por conta do arbitramento internacional que encerrou a disputa pela região com a Grã-bretanha. A Venezuela, ao contrário, mantinha ativos seus interesses sobre a região do Essequibo, e os fazendeiros, dado o contexto político naquele momento, tornaram-se para os venezuelanos um grupo importante para empreender uma solução militar para a retomada da *zona en reclamación*.

Os fazendeiros procuraram a Venezuela em 1968, quando, por volta de meados de setembro, reuniões passaram a ocorrer entre representantes seus e do governo venezuelano. A origem dessas reuniões, segundo o General Yépez Daza deu-se nos Estados Unidos, quando Dick e Jimmy Hart procuraram a embaixada venezuelana naquele país para manifestar seus descontentamentos contra Burnhan:

Os Hart procuraram a embaixada venezuelana nos Estados Unidos e expuseram a situação que estavam enfrentando no Rupununi. Depois, ainda se encontraram em Georgetown. Aí então, depois de consultar o Presidente Leoni, através do Ministério do Interior, decidimos nos encontrar aqui em Caracas. Fomos recebê-los no aeroporto num carro especial, e o levamos para um lugar para conversar (Yépez Daza)

Teddy Melville teria sido incorporado a essa reunião quando se encontrava em Caracas fazendo visita aos filhos que lá viviam<sup>124</sup>.

Em setembro [de 1968] eu fui visitar um filho e uma filha na Venezuela. Quando estava lá, encontrei Dick Hart e M. Mitchell que chegaram de Boa Vista por Caracas. Eles queriam falar com um oficial venezuelano. Eles disseram, nós não sabemos nada ainda. Precisamos ter uma reunião com os venezuelanos. Esperaram uma semana. Depois de uma semana, eles fizeram uma reunião com oficiais da Venezuela; e por ser fazendeiro, fui convidado. Quando fui à reunião, encontrei um ministro que eu não sabia se era brasileiro ou não, cujo nome era

---

<sup>124</sup> A filha de Teddy, Edna, havia se casado com um descendente de chineses de Georgetown, e encontrava-se vivendo em Caracas, tendo o irmão menor, Richard, por companhia.

Orlando Garcia, e que falava inglês bem. Depois que o conheci, soube que era cubano, e que estava trabalhando para o governo da Venezuela e queria informações sobre os fazendeiros na Guiana. Ele queria saber como eu me sentiria se a Venezuela tomasse essa região. Ele queria saber se nós iríamos aceitar, se iríamos opor resistência. Eu disse: o Rupununi tem poucos policiais, eu nunca penso que podemos resistir a pessoas entrando com armas. Se vocês vierem tomar essa região, nos avise, nós temos muitas famílias, não queremos que matem nossos filhos. Se vocês vierem, nós vamos colocar bandeira branca. Eu disse isso na reunião. Estava Orlando Garcia, Dick Hart, Maurice Mitchell, Gilberto Penha, um senhor Martins [Daza], coronel ou major, que dizia poder ajudar a todos; ele estava cuidando da fronteira; padre Hermann que estava tomando nota; estava escrevendo a história da Venezuela; tinha três ou quatro ministros da Venezuela, que eu não me lembro os nomes. Tinha um ministro do interior, Leandro Mora; ele tinha uma posição alta no governo, queria ser o presidente da Venezuela. Esse partido [AD] estava nos convidando para fazer parte da Venezuela. Eu perguntei: e se vocês não ganharem a eleição? Eles disseram para a gente não se preocupar porque essa era uma política nacional para o Essequibo. Isso é o que disseram. Se eles viessem, eles trariam as armas deles; nós não poderíamos resistir a esses homens. Eu fiquei um mês na Venezuela. Meus dois amigos voltaram para a Guiana com uma mensagem de Martín, sobre o que se tinha que fazer; e eu não sabia de nada<sup>125</sup>.

Daza mencionou que Dick Hart e Maurice Mitchell eram os que estavam à frente dos contatos com os venezuelanos, embora outros informantes incluam Elmond, Jimmy e Valerie Hart. Dick era piloto de garimpo; Maurice Mitchell era de origem jamaicana, e fora levado ao Rupununi por Teddy para se dedicar à agricultura. Daza (Martín), durante a segunda metade do ano de 1968 até o seu final, havia sido designado pelo presidente Leoni e os Ministros General Ramón Florêncio Gómez, Ministro da Defesa, e Reinaldo Leandro Mora, Ministro das Relações interiores, para recuperar militarmente o Essequibo (ele e um outro militar, hoje coronel Roberto Luis Bello). Orlando Garcia Vasquez era cubano de Miami, supostamente ligado à CIA, na opinião de Taylhardat que disse também de seu envolvimento na invasão da Baía dos Porcos, em Cuba<sup>126</sup>. Ele havia sido indicado por Carlos Andrés Pérez para coordenar a parte de inteligência do movimento. Taylhardat, por sua experiência no Essequibo, fora designado para

---

<sup>125</sup> CARROL, op. cit.

<sup>126</sup> Cf. Torrealba, op. cit.

organizar o levante na região; todos estiveram diretamente relacionados à Revolta.

Depois desse encontro na Venezuela, Orlando Garcia teria aparecido em Lethen, para se reunir com os fazendeiros e discutir os detalhes da ajuda venezuelana, provavelmente, entre os meses de outubro e novembro de 1968, uma vez que Teddy mencionou ter ficado um mês na Venezuela. O encontro foi testemunhado pelos filhos de Teddy.

Eu estava abatendo gado, que era meu serviço. Então chegou Orlando Garcia no Hotel de meu pai. Eu não conhecia Orlando Garcia, nem sabia quem era ele. Ele veio se reunir com os fazendeiros, e eu não sabia de nada sobre a Revolta. Não havia ouvido falar, e meu pai me chamou para escutar. Foi aí que fiquei sabendo (Harold Melville).

Eu estive lá com ele, me chamaram para ajudar na tradução. Eles estavam no Hotel de meu pai. Então eu vi tudo, só não lembro o que conversaram (Edna Melville).

Orlando Garcia falava inglês muito bem, com um sotaque gringo (Richard Melville).

Em linhas gerais, Dick, Harry, Valerie, Jimmy e Elmond, do lado dos Hart, eram aqueles que diretamente estavam à frente do movimento e foram também seus idealizadores; tanto que foram eles que procuraram os contatos externos à Guiana. Teddy Melville e Maurice Mitchell posteriormente se juntaram ao movimento.

Não se deve perder de vista aqui, que o quadro político na Guiana sinalizava para o enfraquecimento do PPP por conta de sua derrota nas eleições, e o fortalecimento do PNC, de Burnhan, que, depois de 1968, poderia então governar sozinho, sem a necessidade de coligação com outros partidos. Nesse caso, a UF, dentro do espectro político guianense, devido a sua posição ideológica pró-colonialista e conservadora, era o partido que mais simpatia poderia ter com o movimento dos fazendeiros. Contudo, não há nenhuma prova que o relacione diretamente àquele evento, embora Lawrence Hart tenha mencionado encontros de seus irmãos em Georgetown com representantes da UF, para tratar de assuntos relacionados à Revolta:

Dick, Harry e Valerie estiveram em Georgetown e foram levados pela UF para falar com os representantes da Venezuela. Não sei do que trataram, mas foi a partir daí que a Venezuela passou a apoiar a revolução (Lawrence Hart).

O importante não é saber se a reunião aconteceu ou não, ou mesmo se a UF tenha apoiado o movimento, mas sim, ter em vista que não havia alternativa viável para os fazendeiros do Rupununi, diante do quadro político que passou a vigor depois da vitória de Burnhan. Em resumo, as opções eram bem limitadas: submeter-se às diretrizes políticas de Burnhan para a Guiana, que significaria a perda de suas terras e seus privilégios, ou aventurar-se em um movimento armado. Tanto assim que os rebelados foram os que possuíam as grandes extensões de terras no Rupununi: os Hart e Teddy Melville. Os Hart sozinhos controlavam mais de seis fazendas e *out stations*<sup>127</sup>; Teddy tinha, no mínimo, dois lotes, sem contar negócios em Lethen, e a intermediação mercantil relacionada à compra de produtos ingleses por brasileiros. Por essa época, era grande a quantidade de uísque que saía contrabandeada de Lethen para Boa Vista em aviões, e Teddy era o contato dos brasileiros para esse tipo de comércio<sup>128</sup>. Um de seus filhos, Stanley Melville relatou como a bebida era trazida para Roraima:

Nós vínhamos no inverno, descendo o Tacutu até Boa Vista. Papai, uma vez, me colocou para trazer um barco cheio de whisky que era vendido para o senhor [...]. Ele mandava esse whisky para o Rio de Janeiro. Então, no inverno, essa era a forma de ganhar algum dinheiro, trazendo em grande quantidade. Quando chegava perto de Boa Vista, a gente acendia uma fogueira e as pessoas iam até lá buscar a bebida (Stanley Melville).

Assim, se comparativamente Teddy tinha menos gado que os Hart, seus negócios prosperaram no Rupununi, embora tenha se deteriorado quando,

---

<sup>127</sup> Retiro, local separado da fazenda usado para cuidar do gado.

<sup>128</sup> Havia um intenso comércio de brasileiros com a Guiana, que durou até 1964, quando governadores indicados passaram a constranger essa relação comercial ilegal. O maior intermediário comercial em Lethen teria sido um chinês conhecido como “Nega Fogo”. Na Guiana, comprava-se de tudo: desde batata inglesa até motocicletas e mini-mooks, que inclusive eram levados para Manaus, que de certa aumentava a necessidade de três vôos semanais entre Georgetown e Lethen. A constituição da Zona Franca levou a repressão à esse tipo de negócio. Também a maior parte da gasolina consumida em Boa Vista era proviniente da Venezuela.

na condição de deputado, no início dos anos sessenta, segundo informação de um filho seu, passou a morar em Georgetown na companhia de uma namorada:

Papai passou a viver em Georgetown, por ser deputado. Foi muito ruim porque ele arranhou uma namorada lá e deixou de vir para Lethen, ficando sempre lá. Aí as coisas foram piorando, piorando, não eram cuidadas direito, ele já não tinha mais tanto interesse pelas coisas dele. (Harold Melville).

Seus negócios ficaram aos cuidados dos filhos e pouco a pouco foram perdendo vigor. Mesmo por essa situação, em relação a seus outros irmãos, sua posição econômica era a de maior prosperidade, e por isso, a iminência da perda de seus privilégios no Rupununi levou-o para próximo dos Hart, os mais interessados na defesa de suas terras.

Em nenhum momento, George e Lallie, e também Charles, irmãos de Teddy, foram incorporados à Revolta e às negociações com a Venezuela, pois ao movimento interessava-se apenas àqueles que diretamente seriam afetados pelas decisões de Georgetown. Nesse caso, Charles e Edwina tiveram participação apenas nos primeiros encontros em Lethen, depois se afastaram, outros Melville como Olaf, as filhas e filhos de John ficaram à margem do movimento. Em ordem de importância no contexto da Revolta, pode-se estabelecer a seguinte classificação:

(A-) Os Hart - eram aqueles mais interessados na Revolta em decorrência de suas terras no Rupununi;

(B-) Teddy – era fazendeiro, funcionário público da Guiana e comerciante, condição que o destacava em relação aos seus irmãos e parentes Melville, tanto que entrou no movimento por ver suas fazendas e seus negócios ameaçados pela política econômica de Burnhan; no entanto, só passou a participar efetivamente, depois de convencido de que não havia outra solução viável;

(C-) Maurice Mitchell - foi incorporado após a primeira reunião na Venezuela<sup>129</sup>;

(D-) os jovens Melville – os filhos de Teddy: Harold, Kenneth, Avarell, Bryan e Tony e os filhos de George e Lallie, formavam um grupo etário de jovens entre 15 a 18 anos, muito próximos em termos de afinidade, o que serviu para incluí-los na Revolta;

(E-) os índios - foram atraídos por serem parentes dos Melville, empregados nas fazendas, ou por estarem envolvidos nos negócios dos Hart e Teddy como funcionários.

Existiam de fato dois mundos paralelos entre os mixed: os Hart e Teddy, e os outros Melville. Em termos de posição social, os Hart e Teddy tinham interesses em comum, já os outros Melville por não terem grandes quantidades de terras não seriam totalmente afetados pelas decisões de Burnhan.

Com isso a situação econômica vivida no Rupununi determinou quem estaria incluído ou não à Revolta, pois existia um outro grupo que não era totalmente aceitável para o projeto da Revolta. Portanto, a classificação apontando a importância de cada um desses autores envolvidos no movimento permite compreender o próximo caminho que levou ao desencadeamento da Revolta: os treinamentos militares.

### **3- CAPACITAÇÃO MILITAR**

Depois das reuniões em Lethen, começaram os treinamentos militares na Venezuela. Uma casa foi alugada pelo Ministério das Relações Exteriores nas

---

<sup>129</sup> Sobre Mitchell, Harold Melville relatou que “ ele chegou ao Rupununi e se meteu nesse negócio de procurar diamante. Ele tinha uma máquina escavadeira e foi convencido por Gorinsky que havia uma área por onde antes passara o Tacutu, e que lá havia muito diamante. Ele passava o dia cavando buraco. Nunca encontrou nada”. Uma outra observação é que a posição de Mitchell no Rupununi não correspondia a de outros fazendeiros. Ele era praticamente um estrangeiro, não um *mixed*; não era resultado de casamento com indígenas como os outros, e, por consequência, não tinha vínculos diretos com a região. Sua adesão deve ter acontecido mais por uma aventura ou por outros interesses que poderiam estar relacionados a um possível sucesso da Revolta, do que propriamente por alguma pressão política.

imediações da Praça Simon Bolívar, em Tumeremo, servindo como escritório da operação. No entanto, a base de operação foi estabelecida na fazenda Santa Tereza, nas proximidades de Santa Elena de Uairén. Dali, o contato com o centro de treinamento era feito por avião, preferencialmente.

O primeiro grupo a ser treinado, não chegou a ir ao centro de treinamento, senão apenas recebeu instruções militares em relação ao manuseio de armas em Santa Tereza, que não durou mais de um dia. Esse primeiro grupo era formado pelos Hart que, devido à experiência militar adquirida nos Estados Unidos, tiveram essa modalidade de treinamento rápido, sendo, na verdade, mais uma apresentação de armamentos fornecidos pela Venezuela. Bryan Melville relata que “havia um primeiro grupo de treinados, os chefes, que receberam um treinamento *light* sobre armamentos, comando e comunicação, envolvendo especialmente os Hart”. Aliás, os Hart, segundo Taylhardat, foram considerados importantes para o sucesso da Revolta, dado o caráter violento, imanente a cada um deles:

Los Hart eran un grupo de personas sumamente agresivos. Elmo Hart, uno de los hermanos, le cayó a tiros en los hermanos e hirió el Harry Hart en el brazo e daño el codo i quedó inútil del brazo por el resto de la vida. Cuando se ponían a pelear no tenían nada que ver s eran hermanos. Eran sumamente agresivos; por supuesto contábamos con que esto iba ser provechoso.....<sup>130</sup>.

As armas levadas para Santa Tereza foram conseguidas por Martín (Yépez Daza), que diretamente foi o responsável pelos treinamentos em Tumeremo.

Depois que os Hart manifestaram seus interesses na Embaixada Venezuelana nos Estados Unidos, consultamos o Presidente Leoni que, através do Ministério do Interior, sugeriu levar a frente à ajuda às pessoas do Rupununi. Fui eu quem comprou as armas e conseguiu os locais para o treinamento. Depois chegaram outros mais, mas quem estava à frente era eu. Taylhardat estava concentrado com o pessoal do Essequibo, eu com o Rupununi. As armas que consegui foram para

---

<sup>130</sup> Idem, p. 274. Obs: Taylhardat se refere a um acontecimento que se deu nos finais dos anos 60, entre os Hart.



treinamento, não para serem usadas em batalha. Infelizmente foram essas as armas levadas para a Guiana (Yépez Daza).

Taylhardat sustenta ter treinado no Forte cerca de 30 indivíduos do Rupununi, a maioria deles da família Melville, em que desses, dezessete que eram mais jovens fizeram treinamento intensivo. O objetivo era treiná-los na Venezuela para que quando retornassem para o Essequibo/Rupununi, transmitissem o aprendizado aos outros:

O segundo grupo era para operar com armamentos leves e pesados, e treinar as outras pessoas que iam integrar a Revolta no futuro. Com essa finalidade, havia umas duas dezenas de instrutores venezuelanos. O lugar estava preparado para abrigar mais de cinquenta pessoas a serem treinadas. E do pouco espanhol que eu entendia na época, compreendi, pelo falar dos instrutores, que se esperava uma grande quantidade de pessoas do distrito do Noroeste. Parece que a Venezuela esperava uma Revolta geral no Território em Reclamação do Essequibo, do Noroeste em conjunto com o Rupununi. Mais tarde nos inteiramos que os venezuelanos tinham dificuldade em convencer seus contatos no Noroeste para realizar uma Revolta. Entendemos que éramos somente nós para essa grande tarefa. (Bryan Melville).

... eran alrededor de 30 dirigentes en total (...), y ellos los que iban hacer era entrenarse aqui y después de entrenar a los que estaban allá, cada uno partía para su zona a entrenar a su gente de otro lado, entonces llegado el momento, vendrían a tomar parte en el levantamiento en la zona cercana y los que estaban lejos harían su parte. Por ejemplo en Moruca habían 2; en Pomerón habían 3; en zona de Guainía habían 6 ó 7; pero la idea era que entrenaran a los otros...<sup>131</sup> (Taylhardat).

A idéia dos venezuelanos era aproveitar o conhecimento militar dos Hart e, sobretudo de um dos Melville que fora membro da GDF até o ano de 1967, Avarell Melville, para garantir um grupo de comando militar: Os venezuelanos contavam com esses conhecimentos e experiências militares para o sucesso do movimento armado.

Os jovens foram os próximos a irem para treinamento na Venezuela, e como não havia um clamor ideológico que levasse a se dirigirem voluntariamente para a causa da Revolta, muitos tiveram de ser convencidos de outra maneira:

---

<sup>131</sup> TORREALBA, op. cit., p. 275.

Lembro-me que meu tio [Lawrence] perguntou se nós queríamos ir a uma festa em Normandia. Eu disse que sim, afinal era uma festa. Então de tarde nos colocaram num avião pilotado pelo tio Dick, eu e Jonny (Small John) e saíram para nos levar a esse tal lugar, e percebi que nunca chegava. Foi então que me dei conta de que estavam nos levando para outro lugar. Foi assim que nós chegamos a Tumeremo (Bryan Melville).

O terceiro grupo a ser treinado era aquele formado por índios, que, entretanto recebeu outra modalidade de treinamento, quando por volta dos dias 22 e 23 de dezembro, realizou-se um grande encontro na fazenda Pirara, e toda a gente do Rupununi foi convidada. O Objetivo era explicar o porquê da Revolta e motivar os índios, principalmente, em relação ao pleito dos fazendeiros. Muitos deles foram treinados no Pirara durante três dias seguidos.

Havia muita comida, muita gente estava lá, a maioria, índio. Então eles falaram nesse negócio de revolução. Eu não entendia muito, trabalhava com Geórgia, mulher de Dick, no restaurante. Eu era empregada, mas tinha um noivo, um vaqueiro, Paul, que trabalhava no Pirara. Então, a Geórgia me convidou para ir para lá. Ela disse: vamos embora, vamos ver o que vamos fazer com esses pretos. Havia muita gente mesmo, os Hart e Harold. Então tio Teddy disse: mas Valerie, o que essa gente vai fazer, essa gente nunca foi soldado, como o Jimmy, o seu marido, o Lawrence. Eles só sabem montar a cavalo, só isso. Eles não sabem usar armas. Não, Valerie falou, mas já falei lá com o governo da Venezuela e nós vamos ensinar eles. Já tem gente desde julho treinando eles. Eles vão acabar com a gente, eu já falei com o governo (Violeta).

Teddy era nosso parente, um primo distante. Então ele pediu para nós ajudarmos na Revolta. Nós não estávamos satisfeitos com o governo, que queria tirar nossa terra. Em dezembro, eu não me lembro bem, fomos ao Pirara, e Jimmy nos deu armas e ficamos lá uma semana treinando. Eu tinha um fuzil M1. Quando explodiram a estação de polícia eu estava lá (Nilas John).

Naquele dia muita gente falou. Havia muitos índios das fazendas de todo o lugar. Eu falei mesmo. Eu disse que se fosse para fazer a Revolta, e que se não tivesse outro jeito, nós devíamos fazer. Mas quando eu falei, e eu sou um pacifista, eu disse que não haveria derramamento de sangue. E pedi que eles me prometessem isso. Eles prometeram, mas não cumpriram (Harold Melville).

O treinamento que se seguiu consistia em aprender o manuseio dos fuzis e a forma adequada de se atirar. Jimmy Hart fora quem ficara responsável

por ensinar aos índios como utilizar as armas que tinham sido deixadas no Pirara por um avião venezuelano.

Esses três grupos deveriam ser a base da Revolta: (a) os Hart se ocupariam da parte militar: Jimmy, Elmond e Avarell estariam à frente da ocupação de Lethen, Harry seria o responsável pela conquista de Good Hope, para posteriormente estabelecer uma base nas proximidades da aldeia Karasabay para a chegada da ajuda venezuelana, e Lawrence, Annai; (b) Teddy diretamente seria o responsável pelo contato com índios, para distribuir armas e impedir aviões de utilizar as pistas de pouso nas aldeias; (c) os jovens sustentariam a retaguarda do movimento; (d) e, finalmente, os índios, que se organizariam e resistiriam a partir das aldeias.

Quando o treinamento se desenrolava no Pirara, os venezuelanos já haviam retirado as crianças, mulheres e idosos para a base em Santa Tereza. Provavelmente, a proteção ao avião tenha sido a primeira operação militar dos revoltosos, de acordo com depoimentos:

Quando a gente estava no avião, e ele ia decolar, lembro de ter visto meus primos, e até o papai, escondidos com armas debaixo de caimbezeiros. Naquela época não entendia muito que estava acontecendo. Dentro do avião, conheci Orlando Garcia, que falou que nós estávamos indo para uma nova terra, uma nova vida (Ernesto Hart).

No dia 31 de dezembro, aterrissou no Pirara, um avião DC-3, que levou para a Venezuela as esposas e as crianças dos chefes do movimento; foi em dezembro antes de começar o movimento. O primeiro avião veio trazendo armas. Lembro-me que nesse dia vi Jimmy treinando umas pessoas, eles estavam disparando bem da ponta da pista. (Avarell Melville).

O Pirara tornou-se, assim, o quartel-general da operação do grupo de revoltosos: lá estavam as armas, e também era o lugar de onde deveriam sair os grupos para ocupar suas posições para o desencadeamento do movimento.

#### 4- DEFLAGRAÇÃO DA REVOLTA

De acordo com o plano da Revolta, o fundamental era a tomada do Distrito para posterior chegada dos venezuelanos que deveriam usar como base uma região acima da aldeia Karasabay evitando a utilização de território brasileiro. Assim, as atividades militares foram distribuídas de acordo com a experiência militar dos fazendeiros: Harry, Dick, Elmond, Jimmy, Lawrence e Avarell foram os que comandaram as ocupações dos prédios públicos e assumiram as posições tidas como importantes pelo grupo. Teddy, que não tinha nenhuma experiência militar, mas pela facilidade de comunicação com índios, ficou responsável pela distribuição de armas e munições às aldeias.

A ação militar deveria tomar os pontos considerados estratégicos na região. Na verdade não se esperava muita complexidade militar devido a pouca quantidade de policiais que guarneciam o Rupununi. A idéia era concluir toda a operação no mesmo dia.

Papai me disse que eu devia fazer a parte militar. Que os venezuelanos não podiam esperar mais. Que já vem, que já vem. Eu saí de uma reunião como o responsável pela parte militar, Elmond e eu. Ele e eu nos sentamos e passamos como dois dias, planejando e vendo como ia ser, como seria o dia D. Como seria o planejamento da reunião. Então chegou Dick Hart e perguntou, as coisas já estão prontas? Eu disse que não, ele disse que os venezuelanos não podiam esperar mais. Trabalhamos toda a noite revisando mapas, fazendo as coisas. De manhãzinha já estava feito um esboço, muito superficial. Chegou Dick, ele pegou o papel e se foi. Isso não era para entregar para as autoridades venezuelanas. E assim foi. Aí nós esperamos, até que me levaram para Santa Tereza. Cheguei lá e falei com um general, ele perguntou se eu podia levar a cabo o movimento. Depois ele me levou para um acampamento. Ele perguntou se era possível fazer tudo isso, eu disse que sim. O que eu soube é que haveria a ajuda com armas, com logística e soldados vestidos de civil, porque não podia entrar soldado vestido de militar. Eles disseram que estariam lá entre 2 e 3 da tarde. Ia demorar a ocupar tudo, a região era muito grande. Depois voltei com Dick, aterrissamos na pista do Murirú. E lá estava Gorinsky, com filho seu, Peter, ele não estava de acordo, que não ia fazer nada, e que ia Georgetown falar tudo. Pegamos o avião e voamos para Warumã, lá encontramos papai (Avarell Melville).

Os jovens que estiveram treinando na Venezuela haviam chegado na madrugada do dia 31 de janeiro, por volta das 5 horas, e logo em seguida saíram para ocupar suas posições. Às 8 horas o movimento foi iniciado com a ocupação do posto policial em Lethen:

Nós estamos escondidos sob a ponte do Igarapé Tabatinga, quando foi disparado por nós, acidentalmente, o primeiro tiro da Revolta (Bryan Melville).

Talman e eu [também Small John e um venezuelano chamado Pablo] éramos os responsáveis pela explosão do posto. Nós ficamos em pé, e atrás de mim havia um mini-mook com uma metralhadora pesada em cima. Os policiais estavam dormindo. Todos eram negros. Nós disparamos dois tiros. Talman carregou a bazuca. Entre oito e nove da manhã, disparamos. O primeiro tiro, Talman errou a janela e acertou o telhado. Abriu um buraco grande no zinco. Eu disse: Talman, você errou a casa? Ele disse: “então, arme outra vez”. Nós estávamos a menos de cinquenta metros. Acertamos o tiro. Queríamos evitar a morte de inocentes. Uma pessoa morreu com a explosão. Poderíamos entrar e prender todo mundo, mas quando vi estava Jimmy e Elmond atacando do lado esquerdo. Eu disse que a casa não estava tomada, eles lançaram uma granada incendiária - Elmond lançou - do outro extremo da casa. Começou a queimar. Eu não sabia que ele ia fazer isso. Havia três policiais. Um dos policiais estava tão assustado que os olhos pareciam duas bolas brancas, o outro estava nu no chão, quase nu, o outro correu e entrou no banheiro e ficou lá. Outro chegou, Mackenzie, correndo com um rifle. Então apareceu *Clint* [doravante todos os pseudônimos aparecerão em itálico] e começou a atirar. Então sobre a cabeça havia uma casa de caba que caiu, ele varreu Mackenzie. O outro que morreu saiu depois de Mackenzie, pulou pela janela e tentou pular a cerca, quando daí atiraram nele, *Sean* e um tal de *Paulo*, que era casado com uma índia do Napi. As pessoas não gostavam dele. Os outros policiais foram presos. Quando eu entrei vi uma foto de Burnhan e meti um tiro bem entre os olhos. Eu escolhi um lugar que guardava carne, não tinha janela, só tinha porta. Então eu prendi ali só aqueles que tinham relação com o governo. Quem devia cuidar de lá era Harold, mas por algum motivo ele não queria ficar lá. Lá prendemos todo mundo, todos os funcionários do governo (Avarell Melville).

Eu estava no Manari e aí apareceu o Harry e disse que eu tinha que ir para o Annai. Tinha começado o movimento.(Lawrence Hart)

Eu estava consertando um tanque de gasolina de um caminhão trazido por Lawrence quando ouvi um estrondo. Disseram que tinha começado um *uprising* e que eu devia sair dali. Mas eu não saí naquela hora. (Olaf)

O ataque ao posto foi concluído com a morte de três policiais. Depois de prenderem os sobreviventes, o *Post-Office* foi o próximo lugar a ser tomado.

Depois que avançamos até o *Post-Office*. Não me lembro quem estava lá. Foi quando *Theodor* matou o inspetor. Kenneth entrou com uma M-1 ao escritório para prender o inspetor, quando este lhe arrancou o rifle, e o usou para atacar-lhe o rosto com a ponta da arma. Ele ia matar Kenneth quando *Theodor*, que estava na janela, viu e atirou no inspetor. (Avarell).

Ao todo, quatro policiais haviam sido mortos durante o início da operação. Ainda na parte da manhã, um índio de nome, Victor Hernandez, o único civil morto, foi alvejado durante a tentativa de fuga por não obedecer à ordem de se entregar.

Depois que algumas pistas de aterrissagem foram fechadas por Teddy no sul do Distrito, o único lugar possível de desembarque para uma eventual repressão ao movimento era o Manari, e para protegê-lo havia sido designado um jovem com não mais de quinze anos, chamado Collins Melville. Pelos planos desenhados no Pirara, Lawrence Hart deveria controlar Manari, porém foi indicado por Harry para acompanhar Talman Davis ao Annai. Lá, na tentativa de controlar o lugar, o quinto policial foi morto; os demais (quatro) foram aprisionados. Para Lawrence, a recomendação para seguir em direção ao Annai era parte de um plano para assassiná-lo:

Eu não sei por que me mandaram para o Annai. Eu era para ficar no Manari, mas Harry disse que eu deveria ir para lá com Talman. Bem, eu fui, mas lá era o lugar mais perigoso, tinha muitos soldados e funcionários do governo. Nós tínhamos que fazer a todos prisioneiros. Chegamos lá quase meio-dia, a estrada era muito ruim, tinha que dirigir devagar. Rendemos os policiais [houve um morto na ação em Annai] e prendemos todos num quatinho com portas de madeira. Vimos que eles iam fugir dali. Distribuímos as armas entre os índios, e amarramos todos os negros dentro do caminhão. Eu os trouxe para Lethen e entreguei para Kenneth, que estava guardando o frigorífico. Depois não encontrei mais ninguém. Aí comecei a pensar: tudo era plano de Valerie para me matar. Ela não gostava de mim. (Lawrence Hart).

Até o meio-dia do dia 1º de janeiro de 1969, todos os representantes do governo da Guiana em Lethen já haviam sido presos no frigorífico,

transformado em prisão. Não obstante, devido à ausência dos venezuelanos, a Revolta passou a se desintegrar, dando início à retirada através do Brasil. Collins, segundo a versão de Avarell, devido a sua pouca idade e inexperiência, deixou-se convencer por um pastor sobre a liberação da pista, permitindo-lhe fazer uso do rádio de um avião e comunicar Georgetown dos ocorridos. À tarde do dia primeiro de 1969, oito policiais da GDF chegaram ao Manari; no dia seguinte, a eles se juntaram outros grupos, dando início ao movimento de repressão à Revolta.

O andamento da Revolta deixa evidente que não havia uma coordenação militar uniforme, pois, dentro das atribuições de cada revoltoso, cada qual agiu seguindo muito mais a intuição do que qualquer planejamento preestabelecido:

Esperamos Maurice Mitchell que operava o rádio. Aí vi que nada funcionava, nem os rádios e nem as armas, não havia detonador. Eu sabia que um aeroporto não estava fechado. Eu mandei Collins para lá, e Collins estava chorando. Eu disse: leve Collins para lá, ele era um curuminzinho. Quem abriu a pista foi Hockins, que era um pastor. Collins era muito pequeno. As armas não funcionavam e nós estamos no Manari, eu pensei: se o avião chegar vai nos matar, o que nós vamos fazer? Chegando lá, Winston me leva três carros de gente, e eu já estava ficando bravo. Estavam dois aviões, aterrissou um e aterrissou outro. Nós ficamos lá, olhando. Eu segurei um canhão sem recuo, chamei uns rapazinhos e estávamos a uns 200 metros. Quando eles aterrissaram foi em outro lugar. Winston que sempre viveu ali não sabia, me levou para um lugar errado. Aí um rapazinho atirou, mas não acertou. Harold estava do outro lado, mas não sabia usar o rifle. Depois disso, começamos a avisar todo mundo que era preciso fazer uma retirada (Avarell).

Não íamos impedir que o avião pousasse no Pirara, e ele sobrevoou o Manari, e nós estávamos lá. Quando Júnior foi disparar o tiro de bazuca, havia um dos nossos que não percebeu que arma liberava uma carga de gás com o tiro, e isso podia queimar alguém. Então, Junior, antes de atirar, tinha de ficar pedindo para que ele saísse de trás, com isso ele errou o tiro no avião (Bryan Melville).

Eu e Talman fomos para o Annai. E é muito longe para chegar até lá, mais ou menos uma 5 horas de carro, a estrada é muito ruim. Quando chegamos fizemos prisioneiros. Nós estávamos esperando um contato de Dick que chegaria de avião. Nós prendemos todos numa casa porque a porta era de madeira. Vimos logo que isso não ia segurar os prisioneiros. Dick passou com o avião e sinalizou que as coisas estavam bem. Como Dick não parou, eu disse pro Talman que

devíamos levar os prisioneiros para Lethen. Amarrados, e eu os coloquei no caminhão e segui para Lethen. Talman ficou (Lawrence Hart).

Fiquei no Annai com Lourenço. Por que eu fui para lá? O Harry mandou. Depois voltei para Lethen a pé, quando já não havia mais ninguém, só GDF. Aí saí para o Brasil (Talman Davis).

No dia do movimento vi Jimmy e Elmond com roupas militares. Naquele dia eu me vesti de branco, até o chapéu. Não era a favor de matar pessoas. Eu estava subordinado ao Jimmy, e ele me disse para guardar o frigorífico. Mas eu não fiquei muito tempo; saí quando vi dois índios armados vindo na minha direção. Pensei que eles pudessem me matar. Eu me escondi e eles passaram por mim sem me fazer nada. Não fiquei mais ali; Avarell me encontrou e me levou de Jipe (Harold Melville).

Não havia confiança na Revolta. Tivemos uma reunião, acho que foi na fazenda Mitchell, havia um jovem, Tony Hardy, que estava amarrado. Os venezuelanos haviam descoberto que ele era um espião, que havia vindo com Jimmy dos Estados Unidos. Então disseram que quem não estivesse de fato unido à Revolta, que então deixasse o movimento e fosse embora. Eu deixei meu rifle no chão e saí. Voltei porque meus irmãos disseram que os venezuelanos iam nos matar (Bryan Melville).

Por conta de tais características, hoje os revoltosos reconhecem a Revolta do Rupununi como um desastre militar e uma confusão em termos de organização e liderança.

## **5- RETIRADA PARA A VENEZUELA E BRASIL**

Na parte da tarde do dia do início da Revolta, começaram a circular informação entre os revoltosos dizendo que os venezuelanos não viriam<sup>132</sup>, e que todos deveriam se retirar para a fronteira do Brasil, para dali serem conduzidos para a Venezuela:

Harry, que eu me lembre, nunca participou de nada. Ele ficou responsável pelo Good Hope que só tinha um soldado. Logo que o movimento começou, ele e a mulher se retiraram para a Venezuela (Avarell Melville).

---

<sup>132</sup> Note-se que os líderes do movimento não transmitiram aos demais os motivos da ausência da Venezuela na Revolta.



Eu estava no Uarumã e um filho chegou à meia-noite dizendo que tinha uma má notícia: a Venezuela não viria mais, e a CIA sabia o que a Venezuela estava fazendo e disse para a Venezuela desistir, e que tinha que voltar com as armas. Sabe o que vamos fazer agora? Jogar todas as armas num poço mais fundo do rio. Se Burnhan souber vai ter problema, eu disse para jogar tudo. E o senhor o que vai fazer? Eu vou ficar, eu tenho minha fazenda, não vou sair por aí. Harold disse: não faça isso, papai. Eu sei o que vai acontecer contigo. Vão saber que seus filhos, todos estavam nessa Revolta, eles vão te matar, te bater. Então vá para o Brasil. E eu fui. Eu disse que a melhor coisa a fazer é fechar os aeroportos para não deixar ninguém aterrissar. Eu fui até Aisherton numa noite e voltei (Teddy Melville).

Eu fui para o Manari e tinha poucos quilômetros para chegar no Brasil. Tinha alguns GDF, mas dava para chegar à travessia. Estava com Jofrey Lomas, queria saber sobre gasolina para ir ao Brasil, e ele tinha uma motocicleta. Quando atravessei, os soldados [do Brasil] perguntaram: Teddy Melville? Eu disse: sou eu. Coloquei a mão para cima, e eles me revistaram. Com duas horas pegamos um avião para Boa Vista. Encontramos amigos brasileiros e venezuelanos. Eram dezesseis deles em poder do Brasil, por uma semana (Teddy Melville).

Quando cheguei a Lethen, entreguei os prisioneiros no frigorífico e Harold disse que tudo estava acabado. Então, decidi ir ao Pirara. Quando cheguei, logo chegou o Jimmy no caminhão que eu havia deixado em Lethen. Ele não sabia passar as marchas no caminhão. Eu pensei: o que vou fazer aqui, se todos já tinham ido para a Guanabara. Quando vi a todos, as filhas dele, os parentes da mulher, aí eu fui, não adiantava eu ficar lá. Eu cheguei ao Annai meio-dia, cheguei a noite e fui para o Pirara. Depois fomos para a Guanabara. Quando o avião chegou, estava Orlando Garcia e Harry, eu disse: por que você veio? Só para tomar lugar de outro? (Lawrence Hart).

Quando saí, Jimmy me deu uma granada e disse para eu lançá-la dentro do frigorífico. Eu não poderia matar pessoas. Jimmy me disse para eu ir para o Pirara por que lá se ia organizar uma resistência para enfrentar o GDF. Quando estava no mato escondido dos dois índios passou meu irmão Avarell e com ele eu cheguei ao Manari, mas já havia a ordem para todos nós sairmos. Então eu atravessei o rio e fui para uma fazenda; lá eles me receberam já de noite. Lembro que havia um forró e eu pensava na Guiana, no que nós havíamos feito, no meu pai. Não podia me divertir. Então saí para ver o tempo e ficar sozinho. Foi quando eu vi que aquela era uma noite de lua cheia (Harold Melville).

Assim, o dia 02 de janeiro foi o marco do fim da Revolta do Rupununi, quando Orlando Garcia foi escalado por Yépez Daza para a retirada dos revoltosos através do Brasil, em vôos clandestinos, levando-os para a Venezuela.

Mais ou menos em torno do final do mês de dezembro apareceu em Santa Teresa um militar de Caracas para me levar porque queriam o fim do movimento. Eu disse: não saio daqui enquanto não cumprir a missão da qual fui designado. Ele podia me prender ali mesmo, mas não o fez. Eu queria dar suporte para a retirada de todos que estavam no Rupununi; sabia do perigo que estavam correndo. Requisitei todos os aviões civis do Estado de Bolívar para a missão. Depois que a última pessoa estava em Santa Teresa, eu disse: agora pode me levar (Yépez Daza).

Como a maioria das armas leves não possuía nenhum número de série que pudesse denunciar a procedência, foram abandonadas pelo caminho. As pesadas que foram incorporadas ao arsenal, estas Orlando Garcia recebeu ordens explícitas de recolhê-las por pertencerem às forças armadas da Venezuela<sup>133</sup>. Byran conta que durante uma repreenda a ele e a *Small John*, inadvertidamente Garcia teria batido no chão o fuzil que segurava em uma das mãos, fazendo-o disparar: o projétil perfurou sua mão de uma ponta a outra, forçando-o a sair da operação de retirada para tratar-se em Caracas.

Eu estava atirando com minha arma no lavrado, no Boqueirão da Lua. Jimmy quando viu veio até mim e deu uma repreenda áspera, foi muito grosseiro. Falou coisas que até hoje eu não esqueço. Quando cheguei perto do avião Orlando Garcia estava segurando uma arma pelo cano, e zangado a bateu no chão quando estava falando comigo. A arma disparou, fazendo com que o projétil atravessasse sua mão (Bryan Melville).

Jimmy, Dick e Harry passaram, a partir do Boqueirão da Lua, a coordenar a evacuação dos soldados revoltosos. Aqueles que não conseguiram chegar ao lugar para serem resgatados pelos venezuelanos atravessaram o Rio Tacutu em direção ao Brasil. No segundo dia da Revolta, um pelotão da companhia de fronteira do Exército Brasileiro em Boa Vista foi deslocado para Bonfim, já no final da tarde, depois que um brasileiro havia saído de Bonfim, em uma motocicleta, para informar os militares do acontecimento na fronteira e sobre os refugiados que se encontravam na vila. Foi esse grupo de militares que capturou Edward E. Melville, Tonny I. Melville, Kenneth M. Melville, Olaf Melville,

---

<sup>133</sup> Muitas armas foram abandonadas, enterradas ou escondidas entre pedras pelos revoltosos. Poucos dias depois do fim da Revolta, segundo depoimento de Damásio Douglas, uma granada foi encontrada por índios nas proximidades do Boqueirão da Lua; na tentativa de abri-la por curiosidade, o artefato explodiu provocando a morte de sete deles.

Winston Melville, Ivan Melville, Ronald Melville, John A. Melville (Big John), Neville Júnior e Bendy Hart na margem esquerda do Rio Tacutu, e os levou para Boa Vista.

Todos os capturados foram levados a Boa Vista, por decisão do General Edmundo Costa Neves, na época o comandante do GEF – Grupamento Especial de Fronteira – sediado em Manaus, que viera a Roraima por conta da Revolta na fronteira com o Brasil. Em Boa Vista, no dia 03 de janeiro de 1969, pousou no aeroporto da cidade um avião guianense com 17 soldados armados, supostamente para resgatar os prisioneiros que haviam sido capturados pelo Exército Brasileiro. O avião ficou retido no aeroporto por soldados brasileiros e por membros da Guarda Territorial em cumprimento à decisão do General.

Nessa mesma ocasião, segundo informação de Damásio Douglas, encontrava-se em Georgetown um grupo de escoteiros de Boa Vista, que havia viajado para lá para conhecer as cercanias da capital. Justamente no momento do início da Revolta, encontravam-se em Bartica, quando foram avisados de que não poderiam retornar e que aguardassem autorização para retorno em um posto da GDF, em Georgetown. Em Boa Vista, as mães dos escoteiros pressionaram o general para que seus filhos pudessem retornar, temendo represálias do governo do Georgetown em função da retenção do avião. O argumento do comandante do avião foi o de que a aeronave que deveria trazer os escoteiros, dada a situação de emergência pela eclosão da Revolta, acabou sendo utilizada para transportar soldados ao Manari, e por um erro de percurso, veio parar em Boa Vista.

Se procede ou não a história, sabe-se que a presença militar em Roraima na ocasião limitava-se tão somente a um pelotão de fronteira, de tal maneira que justamente no dia da Revolta havia chegado de Manaus uma companhia de engenharia para ficar estabelecida em Boa Vista. Os guianenses certamente tinham conhecimento dessa realidade e planejaram o resgate dos prisioneiros prevendo a facilidade dessa ação. Por decisão do General, o avião pôde retornar para Georgetown e os escoteiros devolvidos através de Lethen.

No dia 05 de janeiro, chegou a Boa Vista um general de brigada, Rodrigo Otávio Jordão Ramos, comandante da 8ª. Região, com objetivo explícito de tomar conhecimento da realidade na fronteira. Foi dele a decisão de levar os revoltosos capturados a Manaus e depois para o Rio de Janeiro, onde foram liberados, como o caso de um Melville:

Eu estava trabalhando em Lethen, consertando um caminhão que tinha o tanque furado. Comecei a ouvir tiros e chegaram dizendo que era para eu ir embora. Eu saí para o Brasil, deixei tudo e fui de carona para Boa Vista. Não tinha um tostão no bolso, só a roupa do corpo, suja de graxa. Em Boa Vista, um amigo me emprestou roupa. Eu estava com medo de que me pegassem. Então chegou um avião da Guiana no aeroporto. Eu fiquei com medo, quando me levaram para o quartel com outros. Estavam Charles, Edwina, outros; depois para o Rio de Janeiro. Lá me deram documentos para eu viajar até a Venezuela. No Rio de Janeiro, um dia chegou lá Orlando Garcia e me deu dinheiro para comprar sapato, outras coisas. (Olaf Melville).

Uma parte permaneceu no Rio de Janeiro<sup>134</sup>, e outra retornou para Boa Vista, posteriormente seguindo para *Ciudad Bolívar* com ajuda do governo venezuelano. Os que tinham ascendência americana, logo se transferiram para os Estados Unidos, os outros, sobretudo os Melville, ficaram na Venezuela onde vivem até os dias de hoje. Um grupo de índios que acompanhou os fazendeiros deixou San Ignacio de Yuruani e retornou para Roraima (na mesma ocasião em Lawrence Hart também voltava para Boa Vista), criando a aldeia Raposa II, localizada no que é hoje o município de Normandia.

Das propriedades dos Hart e Melville no Rupununi, pouca coisa restou: os automóveis, tratores, edifícios foram todos incendiados pela tropa de Burnhan, com assaz interesse em eliminar qualquer possibilidade de reorganização dos fazendeiros. O gado, base da prosperidade dos *mixed*, espalhou-se pelo lavrado capturado por índios e oportunistas do lado brasileiro; estes últimos chegaram a formar pequena fortuna com esse espólio. Teddy Melville talvez tenha sido o único que conseguiu atravessar uma pequena parte do rebanho para a Serra da Lua,

---

<sup>134</sup> Alguns seguiram vivendo no Rio de Janeiro e São Paulo por algum tempo, retornando depois de anos para Boa Vista, como é o caso de Tony Melville. Big John trabalha até os dias de hoje como operário em uma fábrica no interior de São Paulo.

deixando-o aos cuidados de conhecidos. Uma outra parte significativa foi abatida por soldados da GDF nos campos, no mesmo instante da destruição das fazendas. Durante a Era Burnhan tentou-se reativar, em moldes estatais, a criação de gado na Fazenda Pirara, reconstruindo prédios, currais e adquirindo gado, porém em momento algum tal iniciativa logrou qualquer sucesso.

## **6- EXPRESSÕES DE UM JOVEM DO RUPUNUNI E AS IMPLICAÇÕES DAS FAMÍLIAS HART E MELVILLE NA REVOLTA.**

Rock é filho de uma índia que trabalhava no Pirara com Lawrence Hart. A mãe, quando o filho nasceu, deixou-o aos cuidados da avó, mãe de Lawrence. Depois de casar-se com uma brasileira, Lawrence passou a viver num lugar chamado Jauari, próximo da fazenda Pirara, dada por seu pai como herança. Tendo crescido na fazenda, Rock distanciou-se de qualquer relação com sua mãe indígena, cercado apenas da avó e da companhia de tios e primos nas fazendas. Depois do falecimento da avó, passou a ser criado por tios, irmãos de Lawrence. Quando em idade escolar, foi levado com outros dois meios-irmãos, filhos de Lawrence com a esposa brasileira, para a Ilha de Moruca, no Caribe, para estudar em regime de internato. Após um ano, retornou para a fazenda, e logo em seguida saiu para ser internado na Missão St. Ignacio.

Os relatos que se seguem contam a experiência vivida por ele na semana da Revolta.

“Era dezembro, acho que dia 22 por aí. As aulas haviam terminado, todo mundo já tinha ido embora. Eu fiquei esperando alguém me pegar, achei que meu pai fosse chegar. Ninguém apareceu. Todo mundo havia ido embora porque já eram férias. Eu já estava meio zangado e ninguém havia aparecido para pegar. Cadê meu pai? Aí apareceu o Winston, que perguntou: o que está fazendo aí Rock? Esperando. Ele disse: junta suas coisas e vamos lá pra fazenda. Aí fomos de avião. Quando eu estava lá ele chegou bravo comigo: junta suas coisas que vamos embora, vamos voltar! É que papai e meus tios ficaram sabendo que eu estava lá, e não gostaram: “Não! Traga ele de volta”, disseram. Winston ficou muito bravo. Veio me trazer e me deixou no aeroporto e foi embora. Eu fiquei lá sozinho, não apareceu ninguém. Eu já estava aborrecido quando apareceu tio Jimmy. Ele me levou para o Murirú, onde eu tinha uns primos. Vi o tio Jimmy com as armas, e ele me disse que eu ia ser seu guarda-costas. Disse: “olha, eu quero que você fique me vigiando, qualquer coisa você atira”. Então, ele saiu e eu fiquei. Ele estava querendo que o Winston deixasse o avião com ele. Winston

dizia: “Não! Esse avião é meu, não vou dar pra ninguém”. Meu tio queria o avião para a Revolta. Ele disse: “eu vou entrar no avião e se você quiser atirar, então, atira”. Ele saiu. Quando o avião já estava lá em cima, tio Jimmy atirou vários vezes. Acho que acertou o avião, porque ele deu uma entortada. Ele ficou zangado. Disse: “sobe aí no carro, Rock”. Ele me deixou lá no Pirara, e jogou uma arma na minha mão, e disse: “quando você for atirar, faz isso!”. Me ensinou a atirar ali. Aí ele saiu no Jipe. Foi até a beira do Maú. Não sei o que havia, mas ele estava zangado. Não me disse nada. Entrou no rio e atravessou para o lado, e foi embora. Eu fiquei ali sozinho, pensando: e agora? Entrei no rio e nadei para o outro lado. Não havia ninguém, meu tio havia sumido. Eu voltei lá para o Murirú e fiquei lá com meus primos. Então passou o natal, passaram os dias, e a Valerie me levou para o Pirara. Lá eu vi meus primos, e pensei: “puxa, mas todos eles estão armados!”. Aí todo mundo foi embora. Meu tio me levou de novo para o Murirú, mas não havia ninguém, estava tudo vazio. Eu ouvi umas explosões, tiros. Então fui até a beira do rio e atravessei para o outro lado. Não havia ninguém, eu caminhei, caminhei, não tinha água, nada. Então encontrei uma casa de brasileiros. Eu não sabia falar português, mas a mulher me deixou dormir ali. Noutro dia, bem cedinho eu voltei para a beira do rio e fui caminhando pelo lado do Brasil. Andei, andei, e aí ouvi uns barulhos de conversa. Eu fui ver, e eram meus primos, que quando me viram, gritaram: Rock, Rock. Vieram de barco me buscar, eles estavam tomando banho. Disseram: olha! Você fica escondido aqui debaixo do banco do Jipe, ninguém pode te ver. Eu não entendi por que. Aí fomos para o Murirú e dali saímos para a Venezuela”.

O relato deixado por Rock, preferencialmente, aponta para um aspecto importante da Revolta: a posição de Jimmy Hart no movimento. Os momentos mais traumáticos dos dias de Revolta foram produzidos pelas suas condutas destrutivas: a tomada do posto policial, a morte de policiais, a granada deixada por ele com Harold para ser lançada para dentro do frigorífico onde estavam os prisioneiros, e a idéia de que no Pirara se poderia organizar uma resistência à GDF.

Até os dias de hoje, quando alguns dos remanescentes revoltos mencionam sobre o futuro da Revolta, dizem que, se Jimmy não tivesse morrido no acidente nos Estados Unidos, os caminhos da Revolta seriam outros. De fato, já na Venezuela, Jimmy teria tomado iniciativas para reerguer o movimento.

Jimmy saiu uns dias e voltou. Nós estamos vivendo na *Vista Hermosa*. Ele trouxe umas armas, que eu acho que ele conseguiu com uns militares venezuelanos ou nos Estados Unidos, não sei. Ele levou essas armas lá para o conjunto. Ele chamou todos nós e disse: “essas

armas vão servir para retornarmos o Rupununi”. Achei tudo aquilo uma besteira. Mas Jimmy era assim mesmo. Ele disse que era para nós não falarmos com ninguém. Mas ele mesmo saiu contanto para todo mundo. Acho que era só para aparecer. A inteligência logo soube, e avisaram os policiais da Venezuela. Ele saiu correndo com as armas dentro de um carro e jogou todas no Rio Orinoco. Quando chegaram não encontraram mais nada (Lawrence Hart).

Quando a gente chegou a Santa Tereza, eu me lembro que havia muitas barracas armadas, parecia um acampamento militar. Aí foram nos chamando e Jimmy dizendo assim: “você quer voltar para resistir?”. Eu estava ali mesmo e disse: quero. Ele estava selecionando as pessoas, os que queriam voltar ficavam de um lado, os demais para outro. Sei que depois não ouvi mais falar sobre isso (Bryan Melville).

É importante situar que a Revolta tinha um interesse mais premente para os Hart do que efetivamente para os Melville. Para aqueles, a revolta significava a única possibilidade efetiva de o Rupununi continuar sob controle dos fazendeiros, o que explica as ações violentas de Jimmy Hart no transcorrer do movimento, como uma tentativa desesperada de assegurar, a qualquer custo, o sucesso da Revolta. Os Melville, por sua vez, estiveram representados exclusivamente por Teddy, que do mesmo modo tinha no movimento armado uma alternativa viável para enfrentar a guianização imposta por Burnhan. George e Lallie, por exemplo, mesmo tendo sido presos pela GDF, não o foram por participação na Revolta, mas por serem Melville. Devido a maior amplitude da família Melville na região, a referência da Revolta acabou dirigindo-se para todos eles.

Eu sempre pensei sobre a revolta como sendo mais uma iniciativa dos Hart do que dos Melville. Meu pai passou a fazer parte dela depois de ser convidado pelos Hart. Nenhum outro tio entrou de fato: George, Lallie, Charles, nenhum assumiu a revolta. Os filhos de Lallie: Patrick, Collin e Michael, por estarem muito próximos e quase viverem conosco foram os que assumiram de fato. Mas eles eram jovens como eu (Bryan Melville)

A verdade é que os Hart, em virtude de a família se resumir apenas em um núcleo familiar principal no Pirara, não foram totalmente afetados por acusações contra a segurança nacional da Guiana, especialmente por nenhum deles seguir vivendo no país. A família Hart é proporcionalmente pequena, o que fez com que as acusações sobre ela tenham poucos efeitos por não atingir um

grande número de pessoas; já no caso dos Melville, as acusações são mais sistemáticas em decorrência de a família ser bem maior. Os Melville que estavam em Georgetown e os que se encontravam no Rupununi, mas não tiveram relações diretas com a Revolta, em momentos diferentes foram obrigados a abandonar a Guiana. Ian Melville, residente em Georgetown, em nossas conversas sempre lamentou a dificuldade que tem sido sua vida na Guiana, simplesmente por ser Melville: não consegue trabalhar em repartições públicas e os filhos são protelados em todas suas iniciativas profissionais. Edward e Don Melville, em Lethem, quando tentaram reativar o prédio do hotel que antes pertencera a Teddy, disseram ter sofrido toda espécie de impedimento, tanto em decorrência do rigor burocrático, como pela ação policial direta, que os ameaçou retirá-los do lugar pelo uso da força. Ser Melville passou a significar identificação direta com aqueles que tentaram separar o Rupununi da Guiana.

## **7- REPRESSÃO AO MOVIMENTO REVOLTOSO**

Foram descritos até aqui os detalhes da Revolta, restando apresentar ainda sua repressão, iniciada no dia 03 de janeiro com o desembarque da *Guyana Defense Force*, liderada por Pope, Coronel Inglês que assumiu o comando da GDF após a independência. Até aquele momento, todos os fazendeiros haviam se retirado para a Venezuela e a repressão se dirigiu aos índios que permaneceram nas aldeias, alheios aos desdobramentos da Revolta, e a uns poucos jovens Melville, inclusive alguns que haviam sido treinados na Venezuela<sup>135</sup>.

---

<sup>135</sup> No site da *Government Information Agency Guyana – GINA*, em comemoração aos 35 anos de criação da GDF, a cronologia da Revolta é assim explicada: “The GDF has managed to control threats to national security. In January 1969, residents of the Rupununi area staged an uprising, demanding their Independence. The insurgents attacked the Lethem Police Station, killing five policemen and one Amerindian, a member of the Board of Directors of the Guyana School of Agriculture. Members of the Guyana Defence Force were flown into the area. The plane which carried the detachment of the soldiers, found the airstrip closed with trees and other obstacles. They landed at Moinari, 10 miles away. There was a confrontation with the insurgents and members of the GDF. The soldiers regain control of Karasabi, Lethem, Annai, and Good Hope. Four members of the GDF were seriously injured, but there were no fatalities. The rebels fled to Brazil after the coup failed. The retaking of the South West Region of Guyana was a brilliant GDF operation. Insurgents were captured and Guyana maintained its sovereign integrity” (Ver: <http://www.gina.gov.gy/index.html>, acessado em 25/09/2005)



Os Melville que foram levados presos não tiveram informações sobre a necessidade da retirada, dado o caráter desordenado da Revolta. Teriam sido eles que teriam dito à GDF sobre o treinamento na Venezuela, tanto que Burnhan, ao dirigir por rádio um comunicado à nação, no dia 04 de janeiro de 1969, a respeito da Revolta, expôs todos os passos da organização do movimento armado.

Andrew Sanders diz que cinqüenta e sete pessoas foram acusadas pelos seis assassinatos durante a Revolta, e que vinte e nove obtiveram asilo na Venezuela e no Brasil. Os vinte e oito que permaneceram, segundo Sanders, foram levados a Georgetown e posteriormente liberados, dez deles eram índios<sup>136</sup>. Na verdade, o Brasil não chegou a conceder asilo a revoltosos, senão apenas utilizaram o argumento de as mães serem brasileiras, para que alguns pudessem transitar pelo país; já o número de índios era bem maior: dos vinte e oito aprisionados, seguramente mais ou menos vinte eram indígenas surpreendidos pela GDF com armas distribuídas pelos revoltosos. Estes foram logo liberados, enquanto aqueles que receberam rudimentos de treinamento militar na fazenda Pirara, um total de dez deles, ficaram encarcerados durante um ano e meio na capital. Na ocasião, a defesa dos prisioneiros teria sido feita por um advogado inglês, que, de acordo com a suspeita dos que estavam sendo julgados, era um contratado dos venezuelanos, como lembra Patrick Melville.

Eu fiquei escondido no mato depois da chegada da GDF. Mamãe me disse para eu não aparecer. Mas eu ia a casa para comer, e a GDF estava me procurando, por isso escondi. Olha, se eles me pegaram foi porque eu quis. Um dia eu subi numa árvore eu os vi no mato me procurando. Eu estava com minha arma. Dali eu podia acertar todos eles, mas eu não quis. Eles chegaram, eu coloquei as mãos para cima e eles me levaram. Queriam saber se haviam armas escondidas. Eu não sabia de nada. Dali fui levado para Georgetown; me bateram muito, mas não sabia muita coisa. Aí ficamos lá, presos. Tinha julgamentos, e havia um advogado inglês que dizia ter sido contratado por venezuelanos para nos defender. Os julgamentos eram feitos em grupo. Eu fiquei preso dois anos. Eles maltratavam muito a gente. Depois disseram que a gente podia sair, mas que tivesse cuidado porque os parentes das vítimas queriam nos pegar. Eu e meu irmão ficamos muito assustados num hotel, esperando para ir embora. À noite, nem dormíamos. Aí

---

<sup>136</sup> SANDERS, A. Amerindians in Guyana. A minority group in a multi-ethnic society. *Caribbean Studies*, 1972, pp. 31-51.

chegamos ao Rupununi. Meu pai havia sido levado pela GDF também, mas depois o soltaram por que não estava envolvido. Ficou difícil viver na Guiana, aí nos mudamos para o Brasil (Patrick Melville).

Sobre os capturados pelo Exército do Brasil, Burnhan disse que negociações estavam em andamento no sentido de recambiá-los para a Guiana. Em sua fala à rádio, mencionou que a revolta começou no dia 23 de dezembro numa reunião na fazenda de Harry, de onde saíram os planos para treinamento na Venezuela. No seu ponto de vista, era uma guerra dos “Aristocratas das savanas do Rupununi”, manipulados por venezuelanos que queriam controlar o Essequibo.

The insurrection as we know was planned, organized and carried out by ranchers of Rupununi, - the savannah aristocrats. Such Amerindian citizens were involved were employed in a secondary capacity and appeared generally to have acted under duress and response to the orders of their rancher employers. Nevertheless, within a few hours of the attack on Lethen, the Venezuelans press and radio were reporting an Amerindian uprising in the Rupununi and suggesting that it arose out of the wish of these Guyanese citizens to come under the sovereignty of Venezuela<sup>137</sup>.

Por conta do movimento revoltoso no Rupununi, Burnhan havia adiado uma viagem que deveria fazer a Londres. No discurso à rádio, ele não poupou acusações à Venezuela que teria se aproveitado da insatisfação daqueles que não queriam aceitar os resultados das últimas eleições, por eles significarem a conclusão do processo de descolonização da Guiana.

Burnhan seguiu para Londres logo após, e deixou recomendações para que Ptolomy Reid, seu substituto, dirigisse protestos severos contra a Venezuela. No dia 08 de janeiro de 1969, uma nota de protesto foi entregue ao governo venezuelano. No dia seguinte, numa declaração a *Reuters*, Leandro Mora, Ministro do Interior, disse admitir que jovens guianenses tinham recebido treinamento militar na Venezuela, mas alegou que isso fora uma iniciativa deles próprios e não do governo venezuelano e que aqueles que foram para o seu país eram cidadãos venezuelanos porque habitavam a parte do território reivindicado pela Venezuela.

---

<sup>137</sup> BURNHAN, op. cit. pp. 174.

On the following day a *Reuter* report from Caracas revealed that the Interior Minister of Venezuela, Dr. Reinaldo Leandro Mora, had admitted that Guyanese youths had indeed received military training in Venezuela, but claimed that this was at the wish of their parents. However, he denied that the Venezuelan Government was in any way involved in the uprising. Dr. Leandro Mora also stated that the rebels who had fled to Venezuela were considered to be Venezuelan citizens since they inhabited part of the territory claimed by Venezuela, and that they would be given jobs and land in that country<sup>138</sup>.

Depois que a GDF assumiu o controle do Rupununi, passaram a chegar denúncias a Georgetown dando conta de uma brutal repressão aos índios da região, e àqueles da parte noroeste do Essequibo, nas regiões fronteiriças com a Venezuela. Apavorados, muitos índios teriam se refugiado no Brasil. Nessa ocasião, o bispo da igreja católica em Georgetown, R. L. Guilly foi autorizado pelo *Ministry of Home Affairs* a fazer uma visita de observação de quatro dias às savanas do Rupununi, na sua parte sul, para ver *in loco* as condições de tratamento dadas aos índios, embora não tenha permitido visitar a parte norte do Rupununi, onde se desenvolveu a Revolta. Já em Georgetown, o bispo teria informado que em St. Ignacio e na aldeia Macuxi, próximos de Lethen, os índios estavam assustados e muitos deles haviam fugido para o Brasil<sup>139</sup>.

No entanto, Jagan, na oposição, disse que o Rupununi, na parte norte, havia sido determinado como área restrita a não-índios, e uma permissão para visitar a área foi-lhe negada pelo *Ministry of Home Affairs*. Diante dessa recusa, o PPP decidiu enviar dois representantes do partido, Eugene Stoby e Basil James para o Rupununi pela Guyana Airways. Mas ao pousar no aeroporto de Lethen, os dois foram detidos pela GDF e enviados de volta a Georgetown no voo de retorno. Em Georgetown eles foram rigorosamente interrogados pela polícia, antes de serem postos em liberdade<sup>140</sup>. Depois desse incidente, Jagan passou a argumentar que o governo tinha algo a esconder sobre a repressão à Revolta no Rupununi, e que a GDF havia encontrado resistência, tanto que tiveram de queimar casas e edifícios.

---

<sup>138</sup> ISHMAEL, op. cit., Cap. XXVI, Parte 5, "Denial by Venezuela".

<sup>139</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>140</sup> Idem, *ibidem*.

De julho a setembro de 1969, no jornal do PPP, *Thunder*, Jagan acusou Burnhan de usar o caso da Revolta para militarizar a Guiana, argumentando que o movimento teria sua origem numa combinação de fatores: ressentimento da gente do Rupununi contra o governo do PNC em função de fraudes e exclusão da UF da coalizão; insatisfação e arbitrariedades de altos escalões do governo em relação às suas terras; e subversão praticada pela Venezuela para a formação de uma quinta coluna<sup>141</sup>. Tudo isso teria ocorrido com a anuência dos Estados Unidos, que teriam um grande interesse em prejudicar o PPP de todas as formas, inclusive acobertando as ações de Burnhan. No ponto de vista do PPP, os Estados Unidos fizeram vistas grossas às ações venezuelanas na Guiana porque sabiam que a derrota do movimento fortaleceria o PNC.

Até os dias de hoje, a ação da GDF no Rupununi tem gerado controvérsias e especulações sobre o que de fato aconteceu. Recentemente, em meados de 2005, a partir de Barbados a *Pan-Tribal Confederacy of Amerindian Tribal Nations*, divulgou notas sobre a história da repressão às populações indígenas do Rupununi por parte da GDF, nos momentos posteriores ao fracasso da Revolta. A iniciativa transformou-se em acusações contra a GDF, enfatizando não só a consequência da ação de Burnhan para a retomada do controle sobre a região, como também a necessidade de o Estado guianense reconhecer as atrocidades cometidas, naquela época, contra os índios<sup>142</sup>. Essa controvérsia mereceu artigos, cartas e réplicas nos principais jornais da Guiana: o *Stabroek News* e *Kaieteur News*, no mês de setembro deste ano.

---

<sup>141</sup> Idem, ibidem.

<sup>142</sup> Um artigo assinado por Seelochan Beharry (Ph.D), publicado no *Kaieteur Newspaper of Guyana*, no dia 26/08/2005, menciona que: "The Pan-Tribal Confederacy of Indigenous Tribal Nations commissioned a report by an investigative journalist (*article above*). This 6-year (1992-1999) study gave some numbers to the situation. The report states: " Finding the rebels beyond reach, the GDF commanding Officers and soldiers vented their rage on the innocent Makushi and Wapishana tribesmen and women left behind. (1) 53 Amerindian homes were burned. (2) 81 Amerindian girls and women were raped. This included the heinous gang-raping of a 12 year-old child who was left bleeding and unconscious. (3) 147 Makushi and Wapishana men and boys were arrested. (4) 326 Makushi and Wapishana men and boys between the ages of 14-61 were severely beaten, some into unconsciousness. (5) Some prisoners were locked-up with the corpses. (6) An estimated 500 head of Amerindian owned cattle were slaughtered." I was informed by the Confederacy that 70 - 100 Amerindian killed would be within their lower estimates".

Durante o mês de fevereiro de 1969, Burnhan submeteu à Assembléia Nacional, a *National Security Act*<sup>143</sup>, que de certa forma legalizava as ações de seu governo no Rupununi e restringia a circulação de pessoas, sob a justificativa de controlar a subversão no país. Os líderes da Revolta do Rupununi passaram a ser procurados na Guiana e tiveram suas fotos espalhadas pelo país. Os membros da oposição continuaram insistindo para Burnhan explicasse ao povo guianense as ações militares no Rupununi<sup>144</sup>, ainda assim, a *National Security Act* garantia-lhe relativa autonomia frente à Assembléia.

As acusações de Burnhan à Venezuela foram levadas à Assembléia Geral das Nações Unidas, em outubro de 1969, na qual o Ministro das Relações Exteriores da Guiana, Shridath Ramphal<sup>145</sup>, acusou a Venezuela e estrangeiros de tentarem dividir o país. A Venezuela respondeu ser a acusação nada mais uma tentativa de mascarar problemas internos vividos pela Guiana, alertando que seu país não aceitaria qualquer programa de desenvolvimento no Essequibo, por ser uma área que, num tempo não muito distante, voltaria a ser parte de sua nação. O PPP chegou a declarar que a *Union Carbide* teria encerrado suas atividades numa área do Essequibo em decorrência de pressões da Venezuela. Mas, a partir de março de 1969, a Venezuela passou a ser governada por Rafael Caldera que já não tinha interesse em militarizar a demanda pela região do Essequibo, iniciando

---

<sup>143</sup> A respeito desse assunto, Paul Hardy disse em entrevista: “Burnhan havia solicitado informações sobre o *National Security Act* três meses antes da revolta. Ele sabia que ela ia acontecer, e começou a ver nisso a possibilidade de ele assumir poderes absolutos no país. A revolta caiu como um presente nas mãos dele”.

<sup>144</sup> No *Kaieteur News de 23/09/2005*, Sasenarine Persaud, menciona que “During the debate in Parliament (on the National Security Act of 1969 to restrict the movement of persons within Guyana and to prevent Guyanese leaving the country), Opposition members pointed out that in the vast Rupununi area - following the short-lived uprising - the Government imposed administratively a complete ban on persons entering the area. The charge was made that the Government had something to hide; it was not telling the whole truth about the situation in the Rupununi - particularly with respect to the treatment of the Amerindians. There was much speculation as to the number of deaths”.

<sup>145</sup> Ramphal era um advogado indoguiense, que com independência do país tornou-se Ministro das Relações Exteriores de Burnhan, que “creó, prácticamente de la nada y en poco tiempo, un servicio diplomático, relativamente eficiente y de buen nivel, dentro de las obvias limitaciones de un pequeno estado em vías de desarrollo”. Ver: TURNO A., Sadio Garavini di. *Política Exterior de Guyana*. Universidad Simon Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1988, p. 65.

um período de congelamento das dissensões entre os dois países, levando ao Protocolo de Porto Espanha, em 1970 (ver anexos).

## **8- DISCURSO DE BURNHAN PELA RÁDIO**

No dia 04 de janeiro, depois que as forças de segurança da Guiana, tomaram conhecimento do movimento armado no Rupununi, Burnhan discursou à nação através de uma rádio, comentando sobre o “clima de desordem” que havia tomado conta das savanas do Rupununi, provocado pelas famílias de fazendeiros Hart e Melville,

The picture of the recent disorders in the northern Rupununi savannahs has now become sufficiently clear for me to place before the public the facts of these tragic and sinister so far unfolded.

On Thursday, - January 1969, at about eleven o'clock in the morning, the township of Lethem - which is the principal centre of government administration in the Rupununi district - came heavy gunfire attack. The main target of the attack was the police station which was manned by twelve members of the Guyana

Force and a number of civilian employees and which had radio communication with police headquarters in Georgetown. The station went off the air immediately after the attack began and before any about it could get through to it is now known that the attack made by a band of heavily armed ranchers of the Rupununi district drawn mainly, but not exclusively, from the Hart and Melville families<sup>146</sup>.

Em seguida, Burnhan mencionou a fazenda Pirara como o quartel general do movimento e as conseqüências “trágicas” e “sinistras” do ataque, como a morte de policiais, prisões e fechamento de aeroportos, e referiu-se aos revoltosos como terroristas, condição que doravante seriam conhecidos na Guiana.

The Hart ranch is at Pirara, 15 miles from Lethem, and was the control centre of the operation. It was from Pirara that the terrorists had set out earlier in the morning for Lethem. On arriving at Lethem they opened shellfire on the police station with bazooka and with bursts from automatic weapons. Policemen rushing out of the building were fired at and at least one was killed in this way. The attackers then entered the station and in the struggle that shot and killed three other policemen and one civilian employee, Victor Hernandez an Amerindian, who was at the time a member of the board of School of Agriculture. The senior police

---

<sup>146</sup> BURNHAN, Forbes. *A destiny to mould*. Trinidad and Jamaica: Longman, 1970, pp. 171-172.

officer at Lethem who was at the district commissioner's office at the time of the attack was shot and killed there.

Nor were the security forces the only object of attack. The government dispenser who came down to the police station when the firing began was shot at and wounded as he sought to take cover behind his car. The terrorists then rounded up the residents - including the district commissioner and his wife - and held them prisoners and hostages in the abattoir. Other persons were locked into their homes. At least \$10.000 (Guyana)<sup>147</sup> of government funds were taken.

One of the early acts of the terrorists immediately after their attack on the police station was to block the air strip at Lethem with seven ton trucks and other forms of obstruction, thus completely isolating Lethem except by a ground approach from some other points in the area. To make this isolation more effective the terrorist's simultaneously with the move on Lethem blocked other airstrips in the area at Good Hope, Karasabai, Karanambo and Annai. This left open only the grass strip at Manari, five miles from Lethem, and it seems that the intention of the terrorists was to use this strip themselves with light aircraft. In fact, certain missionary priests who were at Lethem when the attack occurred were allowed to leave by road for later on Thursday<sup>148</sup>.

Burnhan confirmou ter as forças de segurança, tomado ciência do movimento antes do almoço, provavelmente no dia 01 de janeiro de 1969. O contato, segundo depoimentos de revoltosos capturados teria sido feito do Manari, através do rádio de um avião, e seu autor teria sido um padre. Disse ainda que as forças de repressão desembarcaram no Manari e iniciaram o movimento de controle do Distrito:

Contrary, however, to the expectation of the terrorists, news of the attack at Lethem had reached Georgetown by lunch time on Thursday and the same afternoon a number of policemen and Guyana Defence Force personnel were flown into Manari by two Guyana Airways aircraft. Both planes were fired at on the approach to the Manari strip, but neither was hit.

Within the next eighteen hours a fully equipped and supplied contingent of the security forces was assembled at Manari and yesterday morning (Friday) they began to move on to Lethem. With the security forces advancing, the terrorists fled Lethem, probably for Pirara. On arrival at Lethem therefore, our armed forces were able to re assert lawful authority without any resistance. Their arrival confirmed the casualties earlier reported, and the wounded persons were immediately flown to Georgetown. The district commissioner is now engaged on assessing

---

<sup>147</sup> Os revoltosos ainda hoje fazem acusações sobre quem teria ficado com o valor que havia dentro do cofre.

<sup>148</sup> BURNHAN, Forbes. *A destiny to mould*. Trinidad and Jamaica: Longman, 1970, p. 172.

the damage, both of a public and private nature, and the security forces have been assisting in the return to normalcy<sup>149</sup>.

Os próximos passos, segundo Burnhan, foram o controle total de Lethem e a tomada de informação sobre a autoria do movimento. Afirmou ainda que sete “terroristas” teriam sido levados para o Brasil, sob custódia de autoridades brasileiras, e que negociações estariam acontecendo para que fossem entregues à Guiana. Os terroristas de que falou Burnhan seriam aqueles que foram capturados pelas forças armadas do Brasil e, posteriormente, levados para o Rio de Janeiro.

Meanwhile, the terrorist groups that had crossed the airstrips at Good Hope and Annai on the morning of Thursday 2 January had also overrun the small police contingents there and closed radio communications between these outposts and police headquarters, Georgetown. So far, as we know, there was no loss of life at either Good Hope or Annai, but at both places the policemen were tied up placed in trucks and driven off towards Lethem. By then, of course, Lethem was under the control of the security forces, and on discovering this on their return journey the terrorists abandoned the bound policemen and fled.

Today, the security forces have continued their operations to restore all points in the area to normal governmental control and to pursue and capture the criminal elements that are already responsible for the loss of nine lives. The police post at Annai and Good Hope have been relived and the centres of terrorist activity at Pirara, Good Hope and Sunnyside have been razed to the ground by our forces.

A number of persons have been arrested in the area and this afternoon word was received from the police authorities at Boa Vista that seven of the terrorists had been taken into custody there in their flight from Guyana. Steps are being taken to bring these fugitives to face trial under the criminal law of the land they have defiled and betrayed<sup>150</sup>.

Com base em informações fornecidas pelos revoltosos capturados, Burnhan narrou todos os passos da organização e o envolvimento da Venezuela:

On the basis of what I have already said the acts of insurrection and murder that I have narrated are of the most serious nature; but they are, in fact, even more serious and sinister than would appear on file surface. One of the terrorists who surrendered to the security forces, yesterday has given an account of the entire operation - an account which places it in a very different category from that of mere criminal terrorism. From this account, it is now known that there was a gathering of Rupununi ranchers on 23 December at the home of Harry Hart at Moreru in the northern savannahs. At this meeting a plan was unfolded

---

<sup>149</sup> Idem, pp. 172-173.

<sup>150</sup> Idem, p. 173.



for capturing the main government outposts in the Rupununi with assistance from the Venezuelan authorities and declaring the establishment of a separatist State in cessation from the rest of Guyana. On 24 December a group of ranchers and ranch-hands, numbering approximately forty were flown from the Hart ranch at Pirara to Santa Theresa in Venezuela where the party spent the night. On Christmas day, 25 December the group were driven to an airstrip at Santa Helena and air-lifted in a Venezuelan army aircraft to a Venezuelan army training camp at a point approximately two hours time away. They spent seven days, receiving intensive training in the use of weapons with which they were supplied, including automatic weapons, and bazookas. On New Year's Day 1 January, 1969 the group was flown back to Santa Helena, again by Venezuelan army aircraft. The following morning, at dawn, they were flown to the Hart ranch at Pirara in a DC-3 Venezuelan aircraft. Upon arrival at Pirara they set out immediately for Lethem and the acts of terrorism and murder I have already related<sup>151</sup>.

Após essa informação, pela primeira vez, Burnham mencionou os fazendeiros como os aristocratas das savanas, e disse que os índios, na condição de funcionários nas fazendas, teriam participado da revolta coagidos por eles. Segundo disse, a imprensa venezuelana teria se aproveitado dessa relação para sugerir que o movimento tinha como base ameríndios que queriam viver sob a soberania da Venezuela. Valerie Hart, teria, em seu argumento, tentado difundir a idéia de uma insurreição ameríndia, através de rádio, a partir de solo venezuelano, inclusive teria dirigido comunicações para os Estados Unidos:

The insurrection as we know was planned, organised and carried out by the ranchers of the Rupununi - the savannah aristocrats. Such Amerindian citizens as were involved were employed in a secondary capacity and appeared generally to have acted under duress and in response to the orders of their rancher employees. Nevertheless, within a few hours of the attack on Lethem, the Venezuelan press and radio were reporting an Amerindian uprising in Rupununi and suggesting that it arose out of wish of these Guyanese citizens to come under the sovereignty of Venezuela.

In addition, Vallarie Hart, the wife of one of the Hart brothers, and a candidate of the United Force, at the recent election, was taken to Venezuela by the aircraft that brought the armed gang. In Venezuela, Valerie Hart been provided with facilities for broadcasting appeals for assistance in support of what she describes as an uprising of the indigenous population. These appeals are beamed to the United States but call for assistance from all possible sources<sup>152</sup>.

---

<sup>151</sup> Idem, pp. 173-174.

<sup>152</sup> Idem, p. 174.

Para Burnhan, haveria um padrão da ingerência venezuelana em assuntos da Guiana, que teria começado pelo caso Taylhardat. A Revolta teria sido apenas um desdobramento dessa situação, culminando na manipulação da insatisfação de fazendeiros. Depois da independência da Guiana, ainda segundo Burnhan, que encerraria o processo de descolonização, a Venezuela passou a recrutar fazendeiros que julgavam ser os donos das savanas, excluindo todos os outros e até o próprio Governo da Guiana. Para o seu propósito, a Venezuela teria utilizado, continua Burnhan, como cenário desta campanha, uma parte da Guiana com qual não faz fronteira: a região entre os Rios Maú e Tacutu.

At the twenty-third session of the General Assembly in New York last October, Guyana warned of the massive effort being made by Venezuela `to subvert the loyalty of Guyana's indigenous Amerindian people. We pointed out that it was an effort that had no lack of resources and which functions through hand-picked and trained agents working under the direction of the Venezuelan authorities from bases situated on the Venezuelan side of the border.

Into the campaign of subversion the Venezuelan authorities have now recruited this group of Rupununi ranchers who have traditionally resented the authority of the central government, more especially since independence when that authority passed from British to Guyanese hands. The results of the recent general election, which have confirmed the process of descolonialisation was apparently the signal for insurrection among people who have induced in themselves a conviction that the grass lands of the Rupununi savannahs are theirs and theirs alone to the exclusion of all others, including the Amerindian people, and especially to the exclusion of the authority of the government of Guyana. No surprisingly, they have found common cause with the government of Venezuela who have once more - and again with a traditional clumsiness and indifference to Guyanese opinion - embarked on overt interference in Guyana's internal affairs with the object of advancing their territorial

Its perhaps not without significance that at the same, moment that Venezuelan representatives were sitting down with their Guyanese counterparts at a meeting of the mixed commission in Caracas between Christmas and New Year, Venezuelan army personnel were training and equipping saboteurs and terrorists and launching them on a campaign of insurrection in Guyana. Nor is it perhaps without significance that they chose for the scene of this campaign a part of Guyana which has a frontier not with Venezuela but with the friendly State of Brazil<sup>153</sup>.

---

<sup>153</sup> Idem, p. 175.

Por fim, Burnhan menciona a possibilidades de haver outras incursões semelhantes por parte da Venezuela, como “atos adicionais de intimidação e agressão desse novo imperialismo”:

I do, not where these events will lead us or what other excesses of armed interference Venezuela may way be poised to embark upon. This may well be the beginning of a series of similar incursions launched by the Venezuelan government and we must, therefore, expect further acts of aggression and intimidation from the new imperialism on our *western* doorstep. We must be ready a nation to meet all eventualities and we must prepare ourselves for further attacks upon our national integrity from the combined forces of Venezuelan military authorities and disloyal and subversive elements in Guyana<sup>154</sup>.

O discurso de Burnhan na rádio serviu para definir o tratamento que seria dado aos revoltosos e a maneira como doravante seriam vistos na Guiana. Os Hart e os Melville passaram a ser associados como inimigos da pátria guianense e, sobretudo, fazendeiros donos de grandes extensões de terras, contrários ao programa cooperativista que logo após seria implantando em todo país.

Todavia, a principal conseqüência da Revolta na Guiana decorreu de Burnhan usá-la para a implantação da política de guianização pela utilização da *National Security Act.*, imposta com objetivo de restringir a subversão no país. Sobre este assunto, Ishmael menciona que:

In the October-December 1969 issue of *Thunder*, under the article, "The Erosion of Civil Liberties", a leading Executive Member of the PPP, Ranji Chandisingh (who later defected to the PNC in 1976) commented on this Act and the aftermath of the Rupununi revolt: During the debate in Parliament (on the National Security Act of 1969 to restrict the movement of persons within Guyana and to prevent Guyanese leaving the country), Opposition members pointed out that in the vast Rupununi area - following the short-lived uprising -- the Government imposed administratively a complete ban on persons entering the area. The charge was made that the Government had something to hide; it was not telling the whole truth about the situation in the Rupununi - particularly with respect to the treatment of the Amerindians. There was much speculation as to the number of deaths. The PPP sent two of its Amerindian members - one an organiser, the other a Member of Parliament - to investigate. They bought airplane tickets from the Guyana Airways Corporation and duly boarded the plane. Shortly after

---

<sup>154</sup> Idem, pp. 175-176.

they landed, however, they were rounded up by police and sent back to Georgetown. Even priests who had served in the area were hustled out and prevented from returning. The Government had actually sealed off the entire area, long after there could be any military justification for this. Only Government officials and certain PNC activists were allowed in. At that time the Government was acting without any legal or constitutional authority. It was only subsequently that the Government - through this Act (National Security Act, 1969) -- gave itself legal authority for such action<sup>155</sup>.

Outro passo dado por Burnhan para eliminar qualquer possível influência política da Revolta do Rupununi na Guiana foi, logo dois meses depois da Revolta, convidar todos os ameríndios, através de seus tuxauas, para que de 28 fevereiro a 03 de março de 1969, se formulasse um programa de longo alcance para o desenvolvimento dos indígenas da Guiana. Ao término da conferência, os tuxauas, como forma de condenar a Revolta do Rupununi, assinaram a seguinte resolução:

Acknowledging our duties to the State of Guyana and prepared to share also with our brothers in Guyana responsibilities for the development and the defence of Guyana;

Concerned over the claims of Venezuela to that part of Guyana in which many of us live in peace and harmony with the other people of Guyana - hereby declare that we:

1. Pledge our whole hearted loyalty to the Government of Guyana which we consider our only Government;
2. Reject the unjust claims of Venezuela to any part of the territory of Guyana;
3. Deplore the action of those misguided persons who conspire with foreigners to the detriment of our State;
4. Condemn all persons who seek to overthrow by force the lawful authority of the Government of Guyana;
5. Call upon all Guyanese to resist by all means any attempt by Venezuela or any other State to take or gain control of any part of Guyana;
6. Inform all nations of the world that we will never agree to the destruction or division of our country or recognize the claim of Venezuela or any other nation to any of the territory of Guyana<sup>156</sup>.

A reunião foi uma tentativa de propor uma diretriz que tinha as seguintes linhas: os líderes indígenas deveriam recusar a proposição venezuelana de administração conjunta, em favor de um programa em que o país se colocava

---

<sup>155</sup> ISHMAEL, op. cit, Cap. 26, "The Rupununi Revolt".

<sup>156</sup> Idem, ibidem.

na obrigação de inserir as comunidades indígenas à sociedade guianense, ao mesmo tempo em que estes deveriam recusar também a ingerência estrangeira que pudesse levar à divisão da nação. Na verdade, isso significava não só a inserção das comunidades indígenas (não reconhecendo sua diversidade étnica pela imposição da categoria generalizante ameríndio) ao mosaico étnico da Guiana, também a imposição de uma diretriz política dirigida às comunidades indígenas que seria válida para toda a Guiana, evitando a eclosão de movimentos similares ao do Rupununi.

O Rupununi foi profundamente afetado com a nova reordenação política na Guiana, sem os fazendeiros. Após o discurso na rádio, os fazendeiros que participaram da Revolta passaram a ser vistos como terroristas e assassinos de policiais em Lethen. Cartazes com o rosto e nome de cada um deles foram afixados na maioria das repartições públicas da Guiana. Os Hart abandonaram definitivamente a região; os Melville, aqueles que permaneceram no Rupununi ou em Georgetown e não estavam implicados na Revolta, pouca a pouco foram deixando o país, e se estabelecendo, principalmente, em Roraima.

## **9- EXÍLIO NA VENEZUELA**

Depois da saída do Rupununi, os revoltosos foram levados para a Venezuela na condição de refugiados. No dia 31 de dezembro, as famílias que foram retiradas do Rupununi através da Fazenda Pirara, haviam sido levadas para a Fazenda Santa Tereza, nas proximidades de Santa Elena da Uairén; igual destino tiveram aqueles que saíram pelo Boqueirão da Lua.

Taylhardat, que havia prometido cidadania venezuelana aos revoltosos, incumbiu-se de conseguir, em *Ciudad Bolívar*, um lugar que lhes servisse de residência. Havia um prédio popular recém construído, *Vista Hermosa*, localizado perto do aeroporto de Ciudad Bolívar, que foi cedido para abrigá-los, embora o lugar fosse habitado também por moradores que não tinham relação nenhuma com a Revolta ou com o Essequibo.

Como todos os revoltosos foram classificados na condição de Ameríndios, cuja principal característica era a ocupação com o gado, Taylhardat planejou a construção de San Ignacio de Yuruani, perto de Santa Helena, para onde foram levadas “pessoas que tinham um nível social muito mais baixo”<sup>157</sup>, na sua maioria indígenas, como foi o caso de Nilas John:

Trabalhei um mês em San Ignacio, tínhamos que construir tudo, casas, tudo. Mas eu não quis ficar lá porque não tinha nada. A água era escura, não tinha peixe, não tinha nada. Não dava para viver naquele lugar (Nilas John).

O governo havia destinado doze milhões de bolívares para o projeto, e cerca de 2.000 cabeças de gado deveriam ser criadas no lugar, porém o projeto fracassou no governo Caldera, e praticamente foi esquecido. Nas proximidades dos Rios Venano e Cuyuni foi fundado o povoado de San Martín de Turumbang, ocupado com indígenas saídos da região do Essequibo. A construção das duas vilas foi planejada para que ficasse pronta antes da posse de Caldera, que já havia insinuado uma posição contrária à participação da Venezuela na Revolta do Rupununi, embora San Martín tenha sido concluído apenas no final de julho de 1969.

Os revoltosos, agora na condição de exilados na Venezuela, inicialmente eram providos de alimentação, vestuário e habitação pelo governo Venezuelano. Valerie Hart havia sido escolhida como representante deles na *Vista Hermosa*, e era ela quem organizava, todo mês, uma relação das principais necessidades de todos os moradores exilados<sup>158</sup>. No Rupununi, Valerie era considerada pelos outros como dotada de uma personalidade ambiciosa e de um amor próprio excessivo. Valerie era uma mulher numa sociedade de criadores em que os homens desempenhavam as funções de coordenação de todas as atividades, estando à frente das ligações políticas com Georgetown e na organização dos próprios criadores: representava a Associação de Criadores de Gado do Rupununi. Fora ela também quem teria feito os primeiros contatos com

---

<sup>157</sup> TORREALBA, op. cit. p. 273.

<sup>158</sup> As informações sobre o exílio, condições em que viviam na Venezuela e as expectativas em torno da suposta ajuda venezuelana aos exilados foram extraídas do diário de Dick Hart.

os Venezuelanos. Mas ela, por ser mulher numa sociedade cuja liderança sempre estivera sob controle dos homens, não era unanimidade. A maioria das famílias de fazendeiros não nutria grande simpatia por ela. Por causa disso, logo viria a ser substituída na liderança de *Vista Hermosa* por Dick Hart.

Valerie era uma pessoa muito estranha. Não quero afirmar nada, mas tem muita gente que ficou rica com os refugiados. Só nos davam comida e roupas. Valerie fazia uma lista de tudo que a gente precisava, aí os representantes do governo saíam para comprar. Era muita gente, então eles colocavam coisas a mais e depois vendia. Isso me dava revolta. Mas era só a comida, não tinha roupa, nada, só comida. Na minha casa não tinha nem onde sentar (Avarell Melville).

Valerie nunca foi aceita pelos Hart. Só que ela era bem posicionada em Georgetown, então confiaram nela, mas soube que ela estivera reunida com Burnhan uma semana antes do movimento (Paul Hardy).

Acho que o Harry e Valerie ganharam muito dinheiro. Nós não tínhamos roupas e sapatos para as crianças, nada. A gente colocava Xampu, por exemplo, ela tirava, dizia que a gente não precisava de Xampu. A gente se reuniu e tirou ela. Daí passamos a pedir produtos e depois trocar por roupas e outras coisas que a gente precisava. Mas ninguém tinha dinheiro; era a Geórgia quem passou a cuidar das compras. Mas as coisas foram ficando ruins, o governo venezuelano não nos ajudava em nada, só com comida. Aí eu e Dick saímos para San Ignacio de Yuruani (Lawrence Hart)

Cerca de um ano após a Revolta, os fazendeiros começaram a se dar conta de que estavam jogados à própria sorte. O governo, depois de março de 1969, passara a ser de Rafael Caldera, que não nutria simpatias pelo movimento do Rupununi. Sem suas propriedades no Rupununi, sem perspectivas na Venezuela, o grupo passou a se desarticular, e a vida que viviam na Venezuela em nada se parecia com a do Rupununi: sem dinheiro, sem as fazendas e sem influência política, cada qual passou a buscar seu próprio destino.

Uma vez chegou um domingo, e nós somos católicos, e pedimos uma missa de um padre, um capelão do Exército, o Padre Chaves, e chegou umas mulheres chorando, e então uma mulher me perguntou: por que vocês não dão sapato para seus filhos? [Avarell chora neste momento]. É porque nós não temos dinheiro. Não temos alpargatas. Isso doeu, e eu queria matar aquela mulher. Nós éramos tratados como num zoológico, como animais, fechados e vigiados (Avarell Melville).

Eu não agüentei mais viver no San Ignacio [de Yuruani]. Nós éramos vigiados dia e noite. Qualquer lugar para onde a gente ia, tinha de dar satisfação para o pessoal que nos vigiava. Eu tive que ir a Caracas para dizer que eu não queria ficar na Venezuela (Lawrence Hart).

Dick escreveu uma carta (anexo V) que não foi entregue em função de sua prematura morte, dirigida ao Coronel Llanvara, datada de 02 de março de 1982, na qual é narrada a situação de penúria vivida pelos revoltosos na condição de exilados na Venezuela. Também, em seu diário, escrito quanto vivia em Santa Elena, mencionou sua insatisfação à recepção na Venezuela:

I have been told by Venezuelans that the people who come were most ungrateful because they were offered free food and housing. Those who said that simply did not understand the situation, or, more important, did not understand the Guyanese. Yes, some did receive free food and housing for a while, but not all. We did not come to Venezuela looking for handouts. We were and still are, perfectly capable of feeding and housing ourselves if permitted to do so.

Entre os exilados, devido a maneira como vinham sendo tratados na Venezuela, passou a existir a convicção que estavam largados à própria sorte. Dick mencionou que:

Even to this day, people from these who come to Venezuela are being denied the right to be Venezuelans. Many are now beginning to believe that Venezuela does not consider them as Venezuelans...

Em consequência a essa situação, os Hart, beneficiando-se da cidadania americana migraram para os Estados Unidos, com exceção de Lawrence, que de San Ignacio de Yuruani transferiu-se para Boa Vista, onde passou a viver, e Elmond, que permaneceu em Ciudad Bolívar até alguns meses antes de falecer. Teddy Melville mudou-se para o Canadá e os demais Melville incorporaram-se à Venezuela. Atualmente, apenas duas famílias Melville vivem em *Vista Hermosa*: a Olaf e as filhas de Avarell.

As crianças, que provavelmente alheias ao destino dos pais, quando brincavam no parque do conjunto onde viviam, eram corrigidas por um dos vigias escalados para cuidar da segurança dos revoltosos exilados, com a seguinte frase: *donde está el sapato... Shoes!*, Numa referência àquelas crianças que se



encontravam com os pés descalços. Vivendo uma outra realidade na Venezuela, segundo Avarell, “os filhos de fazendeiros já não tinham sequer sapatos”. Essa referência serve para demonstrar como os “barões do gado”, como Burnhan os chamava, passaram a ser aqueles que, numa época em que a Venezuela vivia o seu milagre econômico, perderam a importância socioeconômica que desfrutavam no Rupununi.

Talvez, por viverem essa realidade adversa, ainda se ensaiou uma iniciativa para a retomada do Rupununi, liderada por Jimmy Hart, inclusive com a aquisição de armas, como já foi lembrado. Mas o governo de Caldera mantinha os revoltosos sob vigilância e a operação foi reprimida no início. A Venezuela de Caldera não queria se ver envolvida em outro incidente diplomático com a Guiana; os tempos eram outros.

## **10- IMAGINÁRIOS SOBRE A REVOLTA**

O fracasso da operação militar no Rupununi, o exílio na Venezuela e o posterior abandono pelo governo desse país, geraram, entre os revoltosos e aqueles que dela tomaram conhecimento, várias interpretações sobre o ocorrido em 1969 no Rupununi. Em Boa Vista, por exemplo, existem algumas versões sobre a Revolta, contadas por aqueles que a viveram de perto, por isso não guardam relação alguma com os fatos acontecidos no Rupununi.

Boa Vista era uma cidade relativamente distante de Bonfim, cujo acesso era possível somente por uma precária estrada que seguia pela Serra da Lua. Por isso, o contato de boa-vistenses com a Guiana era restrito a uns poucos fazendeiros de Roraima e a alguns negociantes que contrabandeavam produtos ingleses. Essa relação passou a ter início depois da Segunda Guerra Mundial, quando os aviões que transportavam carne para Georgetown, a partir de Lethen, serviam também para trazer mercadorias e pessoas, tanto que era comum a essa gente, dada a facilidade de locomoção proporcionado pelo avião, fazer viagens à capital da Guiana, às vezes para passeios, às vezes para tratamento médico ou negócios. Freqüentemente, aviões ocorriam a Lethen para trazer mercadorias contrabandeadas, contudo, devido à natureza desse empreendimento, as paradas

eram rápidas: os aviões chegavam, carregavam e retornavam; não havia, assim, um contato estreito do Rupununi com boa-vistenses. O que se quer afirmar é que a freqüência de brasileiros no Rupununi era reduzida, o que explica, por exemplo, na ocasião da Revolta, não haver pessoas de Roraima no Rupununi.

Durante a Revolta, as informações que chegaram a Boa Vista tinham como fonte pessoas que viviam na margem esquerda do Tacutu ou na margem direita do Maú. Geralmente, tais informações tinham um conteúdo fantástico, que colocava os Melville e os Hart como heróis de uma grande causa, “pessoas valentes” que enfrentaram com armas um governo de negros na Guiana, tal como uma história contada, sobre um dos Hart, visto transportando sobre caminhão, uma infinidade de cadáveres de soldados mortos por ele. Os brasileiros que viram a Revolta pela fronteira eram aqueles que tinham os fazendeiros do Rupununi como gente próspera economicamente, e algumas mulheres dessa região haviam se casado com eles. Essa relação levou-os a dar-lhes abrigo durante a retirada para a Venezuela e elementos que serviriam à elaboração de versões sobre o movimento. A verdade, é que jamais foi encontrado alguém em Boa Vista que soubesse, definitivamente, quais os objetivos da Revolta ou que pudesse, pelo menos em linhas gerais, contar algo sobre aqueles dias.

Pode-se indagar o porquê de a Revolta ter sido tão inexpressiva em termos de informações produzidas sobre ela. A resposta mais imediata e possível é a de que ela foi um movimento sem expressão política, sem causa e sem nome. Até hoje não existe um consenso sobre seus objetivos, por ter ela sido planejada a partir dos interesses de duas famílias aparentadas. O baixo impacto propagandístico em torno dela, deveu à sua natureza restrita e familiar, não havendo entre os revoltosos uma “ideologia revolucionária”, no sentido marxista do termo<sup>159</sup>. Aliás, os mais velhos jamais falam em Revolta, mas em revolução.

Sendo assim, através de um recorte entre passado e presente, cada revoltoso ficou livre para construir sua própria versão sobre o movimento de 1969

---

<sup>159</sup> Cf. CHAUI. Marilena. *O que é ideologia*. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 1984.

no Rupununi. Durante minhas entrevistas, era comum o conflito de informações, que muitas vezes se resumiam na seguinte frase: “isso não aconteceu assim”. Teddy Melville, por exemplo, nas mais de quatro horas de gravação com o padre Carrol, fala do Rupununi como um lugar autêntico, que deixou de sê-lo depois da Revolta, para Lawrence Hart no Rupununi existiu uma sociedade ideal que lhe deixou profundas recordações. Esse é, na verdade, o discurso mais recorrente entre todos os que entrevistei: (a) o Rupununi era um lugar assimétrico à Guiana de Burnhan; (b) um região de prósperos fazendeiros; e (c) um espaço social onde fazendeiros e índios construíram uma relação de interação. As versões configuram um passado imaginário que foi perdido com o fracasso do movimento dos fazendeiros:

Para o ano de 1968, o governo de Burnham estava tentando dominar a área do Rupununi. Esta área sempre foi considerada pelas pessoas do lugar, incluindo certos grupos de interesses em Georgetown, como um país dentro de outro país.

O acesso ao Rupununi se fazia somente através de transporte aéreo. Isto significava que grande parte das pessoas, tanto do Rupununi como da costa, não podiam custear essa viagem. Isso impedia a homologação da cultura e integração entre a população. Um reflexo disso se notava claramente na forma de falar. Em geral, o inglês que se falava no Rupununi era diferente, quanto à fonética e a forma de se expressar, ao inglês que se falava na costa da Guiana (Bryan Melville).

Obviamente, por acreditar ser o Rupununi um lugar fantástico, e que deixara de ser com o fracasso da Revolta, haveria tentativas de se ordenar o passado de forma que lhes parecia mais conveniente para poder expressar uma região extraordinária, inadequada à nacionalização de uma cultura guianense baseada nas interações entre afroguianenses e indoguianenses. Senão como explicar uma época em que eram “os barões do gado”, como Burnhan se referia, com a vida de exilados na Venezuela, em que a realidade econômica e social vividas estava totalmente distante de outrora? A resposta mais imediata é a que se necessitava uma explicação para ordenar um mundo que havia sido desagregado.

- Por isso, a Revolta e o seu fracasso passaram a ser entendidos como:
- (A)- uma traição de Orlando Garcia (ponto de vista de Harold, Lawrence e Small John Melville)<sup>160</sup>;
  - (B)- uma operação militar fracassada (ponto de vista de Avarell Melville);
  - (C)- uma decisão precipitada por parte dos fazendeiros (ponto de vista de Teddy Melville); e
  - (D)- falta de apoio da Venezuela (ponto de vista de Dick Hart).

O que é consenso para aqueles que falam sobre a Revolta, o motivo da derrota do movimento foi a falta de treinamento e planejamento adequados. Não havia uma coordenação ou um líder que tivesse a aceitação da maioria do grupo. Nesse caso, somente Avarell aparece na condição de coordenador militar da operação do Rupununi, segundo entrevista a Torrealba. Outro aspecto teria sido a premência da Revolta, e Teddy, por exemplo, se disse surpreso com a rapidez em que, das reuniões, saíram para o treinamento e em seguida para o movimento armado. Havia, é verdade, uma intensa preocupação em relação ao tempo, uma vez que Leoni teria de entregar o poder ao novo presidente eleito, o que aconteceria em março de 1969. Essa situação, somada à vitória de Burnhan na Guiana, também em dezembro do mesmo ano, levou ao apressamento da Revolta.

A retirada do apoio venezuelano num momento em que os líderes já estavam demasiadamente comprometidos com o movimento fez com que se lançassem sozinhos à aventura armada. Não obstante, mesmo quando já se percebia seu fracasso, no segundo dia, ainda chegaram armas da Venezuela, que, entretanto, não entraram no Rupununi devido à retirada apressada no dia 02 de janeiro. Tais armas foram apreendidas pelo Exército Brasileiro, em Normandia,

---

<sup>160</sup> Orlando Garcia foi apontado por quase todos como delator do movimento. Mesmo os jovens que na época foram receber treinamento em Tumeremo mencionam-no como o traidor da Revolta. Até Taylhardat o considerou como delator:

... El único que conocía a todos, con nombres y apellidos, a todos los que estábamos metidos allí, era García Vásques. Pra mi fue él quien delató la cuestión a la CIA. Él fue miembro de la CIA. Y seguirá siendo miembro de la CIA mientras viva (Cf. TORREALBA, op. cit. p. 277).

quando se esperava que também o Noroeste da Guiana, povoado, sobretudo por índios que estiveram sendo visitados por Taylhardat, se levantassem. Como isso não ocorreu, na opinião dos revoltosos, até mesmo a operação que levaria voluntários ao Rupununi fora abortada.

## 11- ESTRUTURAÇÃO DOS REMANESCENTES DA REVOLTA DO RUPUNUNI

Configurou-se no Rupununi, em decorrência da criação de gado, um sistema de relações sociais no qual os fazendeiros distinguiram-se do restante da Guiana em se tratando dos aspectos étnicos e sociais: não eram indianos, nem negros, nem ameríndios<sup>161</sup>, e sim *mixed* de brancos com índios, pretensos donos das maiores áreas de pastagem da Guiana:

Quando estava na *High School*, estavam falando da Guiana e seus seis povos. Então, me perguntaram: a que povo você pertence? Eu não soube responder. Quando cheguei em casa fui perguntar para o meu pai, e ele me disse: você é um *mixed* (Bryan Melville).

...esse negócio de raça na Guiana é muito difícil de entender: eles dizem que sou branco, mas na verdade sou *mixed*. Não sou o tipo branco europeu. Nas campanhas do GAP [*Guyana Action Party*], me tratam como branco, mas eu sou *mixed* (Paul Hardy).

Por fazerem parte de um sistema social e político, totalmente distante dos interesses e das inter-relações formados por indoguianenses e afroguianenses, e mais próximo dos índios pelo fato de seu estabelecimento na região ter estado condicionado à ocupação de suas terras, em todos os aspectos os *mixed* se distinguiram do restante da Guiana. Quando se deu meu contato com este mundo, em 1998, ele já havia se desintegrado por completo: o Rupununi tinha se tornado uma sombra pálida do que outrora fora. As fazendas haviam sido destruídas por Burnhan na onda de repressão que se seguiu à Revolta, e a criação de gado era apenas uma atividade de subsistência praticada por índios; do burburinho das festas religiosas, das corridas de cavalos, dos hotéis que serviam para abrigar comerciantes brasileiros em Lethen, pouca coisa ficara. Os

---

<sup>161</sup> Embora estivessem mais próximos destes últimos em função de casamentos estratégicos com mulheres indígenas, e em Georgetown mais próximos dos brancos em função de sua posição social no contexto guianense daquela época.

fazendeiros se espalharam, na condição de exilados, entre Venezuela, Brasil, Estados Unidos e Canadá e jamais suas vidas alcançariam a influência que haviam conseguido em outros tempos. Em 1998, Janet Jagan<sup>162</sup>, de passagem por Boa Vista, vindo de Brasília, teve um encontro com guianenses residentes na cidade. A senhora Jagan enfatizou na audiência, que na Guiana já não mais havia perseguição àqueles que fizeram a Revolta do Rupununi, podendo eles retornar ao país quando bem entendessem, mas até os dias de hoje nenhum deles retornou de fato.

### **11.1- GUIANENSES EM RORAIMA**

Até o presente momento ainda não foi realizado nenhum estudo sobre a população guianense que vive em Boa Vista. Mas é possível estimar que é um número bastante expressivo, provavelmente perto de cinco mil, considerando a população indígena oriunda da região do Rupununi, que por compulsões sociais e econômicas deslocam-se para as terras indígenas próximas do Tacutu e, muitas vezes, de lá para a periferia de Boa Vista. Aliás, são milhares de indígenas de outras localidades de Roraima vivendo em tal condição<sup>163</sup>.

Mais recentemente aconteceram duas reuniões na residência de Marlene Melville, uma descendente da família Melville do Rupununi, com objetivo

---

<sup>162</sup> Janet Jagan, esposa de Cheddi Jagan (falecido em março de 1997), fora eleita presidente nas eleições de dezembro, no mesmo ano. O PNC denunciou que a vitória fora conseguida através de fraudes eleitorais e boicotaram a posse às cadeiras na Assembléia Nacional. Depois de manifestações comandadas pelo PNC, em Georgetown, países caribenhos confirmaram, através de auditoria, os resultados conquistados pelo PPP. Janet Jagan tomou posse como presidente da Guiana, em junho de 1988. No entanto, seu governo seguiu sofrendo pesadas críticas por parte do PNC, que a acusava de governar contra os afro-guianenses. Em agosto de 1999, somando-se o agravamento das condições econômicas do país, Janet, alegando problemas de saúde afastou-se para tratamento nos Estados Unidos, deixando seu ministro de finanças, Bharrat Jagdeo, como seu substituto. O PNC continuou investindo contra o PPP de Jagdeo, que convocou eleições em 2001, logrando reafirmar o poder de seu partido.

<sup>163</sup> NAMEN e outros, numa apresentação feita à XX Reunião Brasileira de Antropologia, em 1996, utilizando dados da FUNAI, estimaram que cerca de “12.000 indígenas vivem em Boa Vista: principalmente, Macuxi, Taurepang, e Yekuana (Maiongong), falantes de língua Karib, e Wapixana, falantes de língua Aruwak, originários de áreas indígenas diversas do Estado” [Roraima]. In: XX Reunião Brasileira de Antropologia. Trabalho e marginalização indígena em Boa Vista. I Conferência: relações étnicas e raciais na América Latina e Caribe, Salvador, 14 a 18 de abril de 1996.

de fundar uma associação de amigos Brasil-Guiana, ocasião em que se comentou sobre a grande quantidade de guianenses vivendo em Boa Vista de forma clandestina<sup>164</sup>. Mas, sem dúvida, a expressão maior da presença guianense no Brasil é a cidade de Bonfim, localizada na fronteira com a Guiana, perto de Lethen. Nem a prefeitura do município sabe ao certo quantos eles são; só se sabe que são muitos, fazendo a língua inglesa disputar com a portuguesa a que é mais falada.

Depois da Revolta, os militares que governavam o Brasil passaram a demonstrar maior interesse por essa região de fronteira, criando destacamentos militares que vieram a ser permanente em Bonfim e em Normandia, logo transformados em pelotões de fronteira. Também estradas, como a BR 401 que liga Boa Vista a Normandia, assentamentos povoados a partir de migrações espontâneas, como os de Vila São Francisco, Vilena, Taboca, Surrão, Nova Esperança, entre outros, localizados na área do Município de Bonfim, consolidação de vilas como as sedes dos municípios de Normandia e Bonfim, comunicação e outras modernidades tecnológicas, entre elas rádio e televisão, passaram a ser direcionados para a região, dinamizando a ocupação e estruturação desta faixa de fronteira<sup>165</sup>.

No Rupununi, com o fracasso da Revolta e o fim das fazendas, e das relações de subordinação impostas aos índios pelos fazendeiros, não houve nenhuma ação governamental com vistas ao desenvolvimento sustentado das comunidades indígenas do Rupununi por parte dos governos da Guiana, atingindo

---

<sup>164</sup> O inglês foi a língua falada na reunião.

<sup>165</sup> Shiguenoli Miyamoto entende que projetos como o Tratado de Cooperação Amazônica e mesmo o Projeto Calha Norte tiveram por objetivo garantir militarmente a Região Norte devido a problemas em países vizinhos: Suriname e Guiana, bem como em decorrência de demandas territoriais como a da Venezuela em relação ao Essequibo. Ver: MIYAMOTO, Shiguenoli. Diplomacia e militarismo: o Projeto Calha Norte e a ocupação do espaço amazônico, In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, UnB, V. 1, nº 01, março de 1989, pp. 145-163. Porém, o caso específico da construção de estradas, como a BR-401, e o estabelecimento de pelotões de fronteiras, deram-se dentro do contexto do projeto de integração do Brasil durante o governo dos militares na década de setenta. (Ver: SILVEIRA, Izolda e GATTI, Marcelo. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. In: *Boletim do Museu Emílio Goeldi (Antropologia)* 4 (1): 43-64, Belém, 1988, p. 49.

principalmente a qualidade de vida nas aldeias. A respeito deste assunto, Nadia Farage observa que

The Burnham dictatorship would never recognize Amerindian lands. "We came for the salt," say the Wapishana today in Brazil, an oblique way of saying they fled from the extreme shortage of goods' suffered while in Rupununi. In Brazil, they also experienced adverse conditions: most of the time they sold their labor for degrading wages on the cattle farms of the region and had their names converted into Brazilian ones in order to avoid the accusation of secrecy<sup>166</sup>.

A verdade é que para muitos indígenas, dadas certas circunstâncias, o Brasil passou a ser um horizonte mais viável. Bonfim, por apresentar condições de vida melhores que Lethen e pelo fato de estar na fronteira com aquele país, acabou se tornando o município a concentrar um número maior de indígenas oriundos da região do Rupununi.

Por este caminho é possível classificar os guianenses em Roraima, em três categorias étnicas fundamentais:

a) a dos indígenas, estes compelidos à mudança para o Brasil devido à ausência de assistência fundamental na Guiana, ao passo que no Brasil encontram relativo apoio da FUNAI e de órgãos assistencialistas dos municípios, somando-se o fato de poderem se aposentar pelo INSS. Por outro lado, a rede de parentes espalhada entre as diversas aldeias fronteiriças garante a estes guianenses que chegam facilidades adaptativas. Os guianenses indígenas podem ser encontrados nos bairros afastados de Boa Vista, em Bonfim, na vila e nas aldeias, o que também se sucede em Normandia, se bem que em menor escala. Esta categoria de guianense não é o interesse específico desta tese;

b) a dos afroguianenses e indoguianenses, categoria pouco expressiva se comparada à primeira. Estes se dedicam à atividade comercial, principalmente, e aqueles ao trabalho menos qualificado. No entanto, é preciso lembrar que isso não reflete um padrão, embora seja difícil encontrar comerciantes negros, mesmo em Lethen;

---

<sup>166</sup> Farage, op. cit. 2003, p. 116.



c)a dos exilados, categoria mais bem interessante para esta tese, formada por descendentes dos Melville e dos Hart. Em nenhum momento, os exilados reconheceram-se em tal condição, ou seja, em nenhum instante foi dito em Boa Vista que determinada pessoa está exilada da Guiana em Roraima, senão reconhecem-se tão somente como guianenses. É necessário fazer este alerta, porque na Venezuela existem os guianenses do Rupununi que assumem abertamente sua condição de exilados. A tentativa em categorizar um grupo de pessoas em Roraima como exilado, decorre de uma necessidade classificatória com o fim de operacionalizar as três formas fundamentais de guianenses encontradas no Estado, nas quais a de exilados foi aquela que se revelou importante para conhecer a história em torno da Revolta do Rupununi.

Para diferenciar aqueles que assumem abertamente a condição de exilados daqueles que se dizem apenas guianenses em Roraima, será utilizada a categoria de guianenses proscritos, dada a necessidade que tiveram de emigrar em função dos fatos políticos pós-revolta. Os proscritos sequer conjecturam a condição de exilados por considerarem não terem tido participação direta na Revolta, ou ainda, se tiveram, isso teria se dado num plano absolutamente secundário que não os envolvia totalmente no contexto da Revolta: teriam se tornados proscritos por não conseguirem, no Rupununi, manter as mesmas condições sociais anteriores à revolta. Quando se pergunta por que, então, não voltaram para a Guiana, uma vez que sobre eles não pesa nenhuma acusação, a resposta é a de que a Guiana, especialmente o Rupununi, não oferece condições de vida adequadas devido à precariedade da economia da região. A verdade é que do ponto de vista formal, para a grande maioria, não há problema em retornar para a Guiana, a não ser possibilidades adequadas de sobrevivência. Por fim, tal categoria torna-se necessária para diferenciá-los dos emigrantes de fato, aqueles que abandonaram o país depois que as bases da criação de gado deixaram de existir.

São várias famílias em tal condição, a maioria ramificações, principalmente da família Melville, que saíram do Rupununi na ocasião da Revolta.

Mais recentemente, um dos filhos dessa família, Paul Hardy, lançou-se candidato à presidência da Guiana por um partido pretensamente formado por ameríndios, o *Guyana Action Party*. O resultado foi a conquista de duas cadeiras para a Assembléia Nacional: uma, com votos conseguidos em sua maioria no Rupununi, povoado hoje quase exclusivamente por indígenas, provando existir ainda um resíduo das antigas relações sociais que estiveram em vigência na época das fazendas.

Devido ao grande número de guianenses encontrado em Roraima, a categoria de proscritos é aquela que se caracteriza por três pontos fundamentais:

- a) a saída do Rupununi em conseqüência da Revolta;
- b) o fato de se reconhecerem como guianenses;
- c) a fala inglesa no meio familiar e em reuniões de confraternização.

#### **11.2- PROSCRITOS DO RUPUNUNI EM BOA VISTA E BONFIM**

A categoria de proscritos em Roraima passou a existir logo após o desfecho da Revolta, quando a ação da *Guyana Defense Force*, o exército da Guiana, levou à expulsão os últimos revoltosos e prisão de um grupo de jovens, no início do ano de 1969. A maioria dos revoltosos, principalmente os líderes e seus familiares, foram levados para a Venezuela e beneficiados com a cidadania venezuelana, com o argumento de um dispositivo da constituição venezuelana de 1961 garantia àqueles que viviam na *Zona* o direito à cidadania bolivariana<sup>167</sup>.

Aqueles que não conseguiram ser levados para a Venezuela e fugiram para o Brasil, terminaram sendo capturados pelo exército brasileiro e conduzidos ao Rio de Janeiro e lá liberados, seguindo posteriormente para aquele país; outros decidiram permanecer em Roraima, muitos inclusive passaram a gozar a cidadania brasileira, tornando-se até funcionários públicos. Todavia, nunca

---

<sup>167</sup> O dispositivo é o Artigo 7, que traz o seguinte texto: “El territorio nacional es el que correspondía a la Capitanía General de Venezuela antes de la transformación política iniciada en 1810, con las modificaciones resultantes de los tratados celebrados válidamente por la República”.

abandonaram os aspectos da cultura guianense, como o falar e hábitos alimentares, levando-os a serem identificados pelos brasileiros como guianenses.

Devido à situação política e econômica da Guiana, jamais retornaram e sobre muitos deles sequer pesa qualquer denúncia política conseqüente da Revolta. Simplesmente, são guianenses emigrados ou proscritos que expressam as categorias e os valores internos do guianense do Rupununi. Estes foram os que revelaram os detalhes iniciais da Revolta. Há ainda um terceiro grupo que pode ser incluído como proscritos, formado principalmente por jovens da família Melville que não fugiram para a Venezuela e Brasil durante a Revolta, e índios que foram armados pelos revoltosos; todos acabaram sendo capturados pela GDF e levados para Georgetown como terroristas e julgados como criminosos sob a acusação de atentarem contra a segurança nacional. Muitos destes, depois de libertos da prisão em Georgetown, passaram a viver em Roraima.

O grupo de proscritos, portanto, resume-se a quase duas famílias aparentadas: os Hart - no qual apenas Lawrence e Bendy Hart encontram-se vivos<sup>168</sup> - os Hart desistiram de viver na Venezuela, migrando para os Estados Unidos no começo dos anos setenta. Lawrence - que teve participação direta na Revolta - desgostou-se do programa de integração à vida venezuelana proposto por aqueles que ficaram responsáveis por todos revoltosos depois do colapso da Revolta, e junto com as famílias de Junan (Junior), um *mixed* de traços indianos, e de Talman Daves, indígena de Tokan, que foram levados para San Ygnácio de Yuruani, vila próxima de Santa Elena do Uairén, criada para abrigar revoltosos do Rupununi, retornou para Roraima passando a viver em Boa Vista; os Melville são uma família bem maior em Boa Vista, distribuindo-se por mais de quatro grupos familiares: os filhos de Teddy: Juanita, casada com um Irlandês que havia se radicado no Rupununi, e Tony, que retornou do Rio de Janeiro e se estabeleceu em Boa Vista; a filha de Olaf, atualmente envolvida na criação da Associação de

---

<sup>168</sup> Existe ainda Zita Hart, irmã dos Hart, atualmente vivendo nos Estados Unidos, porém, devido ao fato de, desde jovem morar fora do Rupununi não teve relação com a Revolta.

Amigos Brasil-Guiana; o filho de Charles Melville, Edward, que mora em Bonfim (seus dois irmãos, Don e Charles vivem em Lethen); os filhos de John, Desmond, que reside em Boa Vista, Sylvia, Olga e Doris, que moram em Bonfim; e os filhos de George, que na ocasião da Revolta foram capturados pela GDF e levados para Georgetown; Patrick, Colin e Michael vivem hoje entre Boa Vista, Pacaraima e Normandia, respectivamente.

**QUADRO 02- MELVILLE, HART E OUTROS EM BOA VISTA**

<b>Juanita</b> – casada com Ernest Hardy e filha de Teddy Melville
<b>Antony Melville (Tony)</b> – filho de Teddy Melville
<b>Marlene Melville</b> – filha de Olaf Melville, exilado na Venezuela
<b>Desmond Melville</b> – filho de John Bentley Melville
<b>Patrick Melville, Colin e Michael</b> - filhos de George Melville
<b>Lawrence Hart</b> – irmão dos Hart que lideraram a revolta e que já não mais vivem.
<b>Junan e Daves</b> – indiano mestiço e indígena do Caraçabay, respectivamente.

**MELVILLE EM BONFIM**

<b>Edward Melville</b> – filho de Charles Melville
<b>Sylvia – Doris e Olga</b> – filhas de John Bentley Melville

De todos eles, apenas Tony, Talman Daves, Patrick, Colin e Michael tiveram participação ativa na revolta. Tony, com o pai, Teddy, na época esteve distribuindo armas pelas aldeias e fechando pistas de aterrissagem de avião no sul do país. Patrick, Colin e Michael chegaram a ser levados como prisioneiros para Georgetown. Talman foi para a Venezuela, retornando um tempo depois. Juanita e seu marido irlandês permaneceram no Rupununi até certo tempo após o fracasso da Revolta, e em momento algum estiveram diretamente implicados no movimento; dificuldades decorrentes do processo de guianização iniciado por Burnhan os forçaram a sair para Boa Vista. As demais famílias, do mesmo modo não tiveram participação efetiva no movimento. Charles e sua esposa, Edwina Gordon, chegaram até a retornar para o Rupununi depois da Revolta.

Este foi o primeiro grupo de informantes. Com exceção de Lawrence Hart, Tony, Talman, Patrick. Colin e Michael, todos os outros não viveram a experiência da Revolta, mas encontram-se na condição de proscritos devido ao fato de outros Melville terem sido muito ativos no movimento, afetando-os por ressonância; ser um Melville tornou-se um estigma político sentido até os dias de

hoje. A Revolta tornou-se um fator que veio definir uma nova estrutura social no Rupununi, tornando-se um marco temporal a reorientar a vida daqueles que dela participaram, inclusive nas falas e biografias Wapixana, como salienta Farage:

The time when the Teddies uprose," or "the time of Teddy's war," an expression that encapsulates the Melville family, is an important temporal reference in many biographies among the Wapishana in Brazil today. It marks [...] the beginning of a time of shortage, political persecutions, and consequent population movements<sup>169</sup>.

A política oficial da Era Burnhan - tempo em que Burnhan permaneceu no poder, de 1964 até 1985, mais de 20 anos - sempre procurou associar os nomes Melville e Hart ao desencadeamento da Revolta do Rupununi.

### 11.3- EXILADOS DO RUPUNUNI NA VENEZUELA

O segundo grupo de guianense a se ter contato vive em Ciudad Bolívar, Venezuela: trata-se de membros da família Melville, índios do Rupununi e da *Zona en Reclamación*, levados por venezuelanos depois do fracasso da Revolta.

Inicialmente, todos os que saíram do Rupununi para a Venezuela foram abrigados num conjunto popular, chamado *Vista Hermosa*, formado por quatro andares que mais lembram os prédios da COHAB em São Paulo. A distribuição dos revoltosos pelo conjunto obedeceu à importância que cada um tinha no Rupununi: os melhores apartamentos foram reservados aos fazendeiros e aos líderes do movimento. Foram levados para Ciudad Bolívar: Teddy Melville e os filhos, Bryan, Kenneth, Harold e Avarrell; Olaf Melville, *Small* John Melville, Maurice Mitchell; Dick Hart, Harry e Valerie Hart, Lawrence Hart, Jimmy e Bendy Hart, e um grupo de índios, que no total somava algo em torno de cem pessoas.

Depois de pouco mais de um ano, os revoltosos, na condição de exilados, frustraram-se com a acolhida venezuelana por serem praticamente abandonados à própria sorte, levando-os a buscar outros países para viver, porém

---

<sup>169</sup> Idem, *ibidem*.

uma parte permaneceu na Venezuela: Olaf, Bryan, Kenneth, *Small John*, Avarell, M. Mitchell, Nilas John, Harold e índios de San Ignacio de Yuruani. Foi esse grupo de exilados (exceção a M. Mitchell, já falecido, e aos índios de Yuruani) que me deu esclarecimentos preliminares sobre a deflagração da Revolta.

O que é dado a perceber é que mesmo na condição de venezuelanos, os revoltosos continuaram mantendo a identidade guianense do Rupununi, podendo ser vista pelo recorrente uso do inglês na comunicação entre eles, culinária específica e, sobretudo memórias dos dias de esplendor no Rupununi. Nas reuniões nas quais eu os encontrava, as comidas servidas durante os almoços, por exemplo, eram oferecidas como sendo tipicamente guianense: *roti*, *curry* e *chow mein*, tudo perfeitamente envolvido com muita conversa que nem de longe lembrava o inglês falado em Georgetown. Na condição de exilados, tais comidas são um fator de identidade, pois só são consumidas em reuniões familiares, isto é, certos pratos que antes eram consumidos por aqueles que eram os fazendeiros do Rupununi, foram refocalizados, como postula Balandier, tornando-se elemento de coesão do ser guianense:

Do lado de dentro, são as práticas dos atores sociais (individuais e coletivos) que "interpretam" e solicitam, utilizam e manipulam, tentam orientar, segundo seus interesses e seus valores, os sistemas de relacionamento sociais de que participam. Do lado de fora, é a interferência "daquilo que rodeia a sociedade" no plano internacional que engendra pressões (e dominações) e contaminações; que favorece, também, o aparecimento de novas alternativas<sup>170</sup>.

A refocalização faz com que as sociedades construam sobre si, ainda de acordo com Balandier, versões concorrentes. Muitos exilados venezuelanos, quando estão no Brasil, gostam de enfatizar sua preferência por farinha de mandioca e carne-de-sol, porém sem que isso seja usado como elemento integralizador de uma identidade, senão apenas uma forma de expressar seus vínculos culturais com o Brasil da região fronteira. Assim, a comida tipificada como guianense e o falar<sup>171</sup> fortalecem a identidade guianense

---

<sup>170</sup> BALANDIER, G. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel, 1976, p. 301.

<sup>171</sup> Quando eles se referem ao inglês falado na Guiana, a pureza do inglês falado por eles sempre é exaltada; o *creole*, como eles chamam a maneira do guianense comum falar, é tratado de forma

do Rupununi para aqueles que se ressentem da condição de exilados, tanto no Brasil como na Venezuela<sup>172</sup>.

Na reunião para a fundação da sociedade de amigos Brasil - Guiana, antes comentada, falou-se da necessidade de fortalecer os laços de identidade de guianenses em Boa Vista, demonstrando uma preocupação em assegurar a permanência do ser guianense. Hoje muitos dos remanescentes do Rupununi se ressentem de os filhos não falarem inglês e demonstrarem pouco interesse “pelas coisas da Guiana”. No entanto, existem aqueles, que mesmo casados com pessoas fora da Guiana, insistem em ensinar aos filhos o inglês e preparar iguarias tidas como guianenses em ocasiões especiais.

---

pejorativa e bizarra, tanto que é motivo de riso quando um guianense diz: *Wha you do, man? Ah deh*. O inglês falado no Rupununi pelos revoltosos lembra de perto o inglês britânico, portanto relacionado à língua falada pelo colonizador, tornando-se uma relação de distanciamento com os grupos étnicos na Guiana, falantes *creoles*. O que se quer afirmar é que esses componentes são mobilizados no exílio para formar uma identidade guianense do Rupununi, que tem o falar como categoria identificatória.

<sup>172</sup> Esclarecimentos consistentes sobre identidade nacional podem ser encontrados em: HABERMAS, Jürgen. “Identidad Nacional y Identidad Postnacional – entrevista con J. M. Ferry.” In. *Identities Nacionales y Postnacionales*. Madrid: Tecnos, 1998. ORTIZ, Renato. “Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional”. In. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003. THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales. Europe XVIIIe – XXe siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

## CAPÍTULO IV

### A VENEZUELA E A REVOLTA

#### 1- UMA QUESTÃO HISTÓRICA

O apoio da Venezuela à Revolta do Rupununi decorreu da atualidade de uma disputa histórica pelo controle de territórios na região do Rio Essequibo, cuja origem remonta-se ao final do Século XIX. Devida a magnitude dessa questão, que envolveu um complexo jogo de relações diplomáticas ao longo do séc. XX, as linhas principais em torno da chamada *Zona en Reclamación* merecem ser consideradas, sujeitas a sucessivas reinterpretações e que ainda não foram totalmente esquecidas.

Foram os trabalhos de Schomburgk<sup>173</sup> que ampliaram as pretensões britânicas sobre a Guiana, cuja exploração restringia-se até então à região costeira, por uma possível linha de fronteira da colônia com o Brasil e a Venezuela<sup>174</sup>. No caso do Brasil, a disputa envolveu a chamada Questão Pirara<sup>175</sup> em torno da região dos rios Rupununi, Cotingo, Tacutu e Maú, decidida em 1904; no caso da Venezuela, a solução para região do Essequibo seguiu sendo contestada pelos governantes venezuelanos até o início dos anos setenta<sup>176</sup>, quando se deu, formalmente, o fim das tensões entre os dois países. Tais tensões

---

<sup>173</sup> Robert Schomburgk fora chamado para definir as fronteiras coloniais da Guiana. Schomburgk era um naturalista nascido em Freyburg del Unstrect, Saxônia Prussiana, em 1804, cujo pai era pastor luterano. Havia sido educado para dedicar-se ao comércio, tal como era a tradição da família. Depois de viajar aos Estados Unidos, e se envolver num negócio malsucedido com uma fábrica de tabaco, seguiu para Porto Rico e depois para as Ilhas Virgens; em Anegaga dedicou-se a estudar, por suas próprias custas, as correntes marinhas para saber por que ocorriam tantos naufrágios nos lugar. “Ao cabo de três meses tinha estudado a corrente marítima que em direção a noroeste levava os barcos de proa contra os arrecifes. Este intento garantiu-lhe, por parte da *Royal Geographical Society de Londres*, a exploração do interior da Guiana (Ver: OJER, op. cit. p. 15).

<sup>174</sup> A iniciativa de delimitar a região partiu da Inglaterra, baseando-se nos trabalhos de levantamento cartográfico realizados por Robert Schomburgk entre 1835 e 1838. As pretensões britânicas logo foram contestadas pelo Brasil e Venezuela.

<sup>175</sup> A fronteira entre Brasil e o território britânico da Guiana foi arbitrada pelo Rei Victor Emanuel III da Itália, garantindo à Guiana a área do Rupununi. A fronteira assim estabelecida foi aceita por ambas as partes.

<sup>176</sup> As disputas entre Venezuela e Guiana foram objeto do chamado Laudo de Paris de 1899, que garantiu aos britânicos a região do Essequibo. A definição de fronteiras daí resultante não foi bem aceita pelo lado venezuelano, que se considerou prejudicado pelo laudo, dando origem a um contencioso que ao longo dos anos ora permaneceu dormente ora foi reativado.



alcançaram seu ápice no apoio da Venezuela à Revolta do Rupununi<sup>177</sup>, região que, no entanto, não deveria fazer parte das pretensões do país, por, no século XIX, ter sido objeto de disputa entre Brasil e Inglaterra.

## 1.2 - POSIÇÃO DA VENEZUELA ANTE A INDEPENDÊNCIA DA GUIANA

Depois que o governo do PPP passou a se empenhar mais sistematicamente para a independência da Guiana, a Venezuela começou a manifestar preocupações em relação aos pleitos sobre a região do Essequibo, considerando o fato de que o fórum de debate a respeito do assunto já não contaria mais com a Grã-bretanha, única e principal interlocutora até então. A independência significaria também o reconhecimento das atuais fronteiras da Guiana por todos os países que reconhecessem o novo Estado como livre e soberano, ainda mais pelo fato de a Guiana interessar-se em fazer parte da organização dos países caribenhos, o que demandaria o reconhecimento de seus limites. Mas como se colocar contra a independência de uma colônia, dada a história anticolonial da Venezuela, desde Bolívar, conhecido como o libertador da América? A solução seria tentar resolver o imbróglio fronteiriço antes da independência.

No início do ano de 1960, Rigoberto Henríquez expôs a uma delegação parlamentar do Reino Unido, na Câmara de Deputados da Venezuela, que uma mudança de *status* na Guiana Inglesa não poderia invalidar as justas aspirações do povo venezuelano, e que, portanto se buscasse equiparar de maneira equitativa os prejuízos que o país sofreu com o Laudo de 1899 (Laudo de Paris)<sup>178</sup>. Em 1961, no dia 28 de agosto, o jornal *El Nacional* publicou um artigo, dando a conhecer aos venezuelanos a farsa que teria sido o Laudo de Paris, e

---

<sup>177</sup> A retomada dessa tensão diplomática fora resultado na iminente independência da Guiana.

<sup>178</sup> Os *experts* venezuelanos assim informaram: “Un cambio de status en la Guayana Inglesa no podrá invalidar las justas aspiraciones de nuestro pueblo de que se reparen de manera equitativa, y mediante cordial entendimiento, los grandes perjuicios que sufrió la nación en virtud del injusto fallo de 1899, en el cual privaron peculiares circunstancias ocasionando a nuestro país la pérdida de más de sesenta mil millas cuadradas de su territorio”. In: Venezuela. *Informe de los expertos venezolanos para la cuestión de límites con Guyana Británica presentan al Gobierno Nacional*. Caracas: Ministério de relaciones Exteriores, República de Venezuela, 1967, p. 25-26.

que, sendo assim, este deveria ser invalidado, e o aceite venezuelano já não teria mais sentido, uma vez que os membros que elaboraram o Laudo não mereceriam credibilidade.

A nova Constituição Nacional, aprovada em 1961, no Artigo 7º, deixou mais evidente aquilo que vinha subentendido nas constituições anteriores: a reclamação da soberania Venezuelana no Essequibo. Assim consta a referência: “O Território Nacional é o que correspondia à Capitania Geral da Venezuela antes da transformação política iniciada em 1810, com as modificações resultantes dos tratados celebrados validamente pela República”<sup>179</sup>.

Por outro lado, a política externa guianense era vista com perplexidade pelos venezuelanos, pois no momento em que Betancourt enfrentava uma esquerda armada, supostamente apoiada por Cuba, e que levou a Venezuela a romper relações diplomáticas com este país, Jagan visitou Fidel Castro, dando a entender que Guiana e Cuba eram duas nações amigas. Para a política externa Venezuelana, isso significou que a Guiana, através de Jagan, apoiava as posições do bloco sino-soviético na América Latina, estando de acordo, portanto, com a posição da esquerda armada venezuelana<sup>180</sup>.

Mesmo antes da eleição de Betancourt como presidente da Venezuela, o Conselho de Ministros havia autorizado o Ministro do Exterior, Ignacio Luis Arcaya, a formular uma política dirigida ao problema da demanda

---

<sup>179</sup> VENEZUELA. *Constituição Nacional*, 1961. Sobre este artigo, Delgado analisa que seu último trecho pressupõe o não reconhecimento do chamado Laudo de Paris, por não ser um Tratado com validade assegurada pelo povo venezuelano e por estar eivado de erros, como descobriram os *experts*. Cf. DELGADO, Rafael Sureda. *Betancourt e Leoni en la Guyana Esequiba*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1984, pp. 21-22. Aliás, o resultado do exame desses *experts* foi o que definiu a política externa venezuelana em relação ao Essequibo.

<sup>180</sup> Ver: JOSEPH, Cedric L. *Anglo-American diplomacy and the re-opening of the Guyana-Venezuela boundary controversy, 1961-1966*. Georgetown: Free Press, 1998; Memorandum on the Guyana/Venezuela Boundary. Ministry Foreign Affairs Guyana. Georgetown: Guyana National Printers Company Ltd., 1981; KISSLER, Betty Jane. *Venezuela-Guyana boundary dispute, 1899-1966*. Texas: University of Texas, Ph. D. Tesis, 1971. Especialmente o Capítulo I, pp. 11-48; HUBBARD, H.J. M. *The Venezuelan border issue: a sell out by the coalition government in Guyana*. Georgetown: New Guyana Company Ltd., 1966, sobretudo as pp. 3-7.

venezuelana sobre o Essequibo<sup>181</sup>. Também, a Câmara dos Deputados, em março de 1962, por unanimidade aprovou o seguinte acordo:

Respaldar la política de Venezuela sobre el diferendo limítrofe entre la posesión inglesa y nuestro país en cuanto se refiere al territorio del cual fuimos despojados por el colonialismo; y, por otra parte, apoyar sin reservas la total independencia de la Guayana Inglesa y su incorporación al sistema democrático de vida.<sup>182</sup>

Nesse mesmo ano, o chanceler venezuelano, Marcos Falcón Briceño, levou o caso à ONU para que a Inglaterra aceitasse rever a questão do Essequibo, e um memorando sobre a posição circulou entre os membros das Nações Unidas. A partir daí decidiu-se designar uma comissão com representantes da Venezuela, Inglaterra e Guiana, que teria 04 anos para buscar uma solução pacífica para o caso. Briceño se reuniu, nesse mesmo ano, com o embaixador britânico, Sir Douglas L. Busk, para dar uma possível solução ao problema da disputa fronteiriça. Ainda neste mesmo tempo, o embaixador venezuelano Ignacio Iribarren Borges viajou a Londres para levantar documentos que pudessem justificar a demanda do país. Em meados de 1962, a questão da fronteira entre Venezuela e Guiana foi incluída na XVII Assembléia Geral da ONU<sup>183</sup>, justamente quando o país fora indicado como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, cargo que ocuparia até 1964<sup>184</sup>.

---

<sup>181</sup> *El Nacional*, 18/08/1965.

<sup>182</sup> VENEZUELA, M.R.E: *Reclamación de la Guayana Esequiba*, Caracas, Documentos, 1966.. DOC 006, p. 25.

<sup>183</sup> O grupo de *experts* venezuelanos era formado pelos padres jesuítas Hermann González-Oropeza (falecido em 1998), Harry S. Sievers e Pablo Ojer (falecido em 1996), que estiveram à frente da organização e preparação da Revolta do Rupununi.

<sup>184</sup> Praticamente, todos os textos escritos pelos *experts* são profundamente nacionalistas e com uma inclinação ideológica muito próxima da posição oficial do governo venezuelano sobre o assunto Essequibo. A explicação para este fato reside nas circunstâncias históricas e políticas da Venezuela nos anos 60. Não há dúvida de que havia o interesse de Betancourt em desviar a atenção dos problemas internos da Venezuela, apoiando-se numa ferida aberta no orgulho nacional venezuelano, ocasionada pela perda do Essequibo. Nesse sentido, os *experts* contribuíram muito para criar uma comoção nacional em torno da questão Essequibo porque tiram, como aludirá Delgado, a “reclamação” do claustro privado que representava o mundo oficial para transformá-la num entusiasmo nacional (DELGADO, op. cit, p. 70 e ss.). Será esse sentimento que garantirá, à princípio, o apoio à Revolta do Rupununi pela Venezuela.

O debate culminou com uma proposta de um exame tripartite da documentação, formado pela Venezuela, Inglaterra e um representante da Guiana Britânica, com a Inglaterra reclamando que a Venezuela não ofereceu alternativas de negociação, e não entregaria parte do território da Guiana e recorreria à ONU para garantir a integridade territorial de sua colônia<sup>185</sup>; e mais: Félix Cumming, representante de Jagan, dissera que a demanda venezuelana não se justificava e que a Guiana não cederia um palmo sequer de seu território. A Chancelaria venezuelana, através da *Casa Amarilla*, respondeu que toda a gestão sobre o Essequibo transcorreria junto à ONU, e que jamais suporia agir com perfídia em nenhum de seus atos. Após essa posição da Venezuela, Jagan se desculpou e disse que Cumming não era um representante legítimo do povo guianense, e que esta não era a posição oficial de seu governo<sup>186</sup>.

Na ONU, durante a 130ª Reunião da Quarta Comissão, em fevereiro de 1962, o embaixador Sosa Rodríguez justificou a demanda venezuelana, argumentando na Comissão de Administração Fiduciária e Territórios Não-Autônomos que a Venezuela fora “enganada”; que o Laudo resultou de uma “transação política”; e que “a fronteira [fora] traçada sem observar nada, nem os princípios do Direito Internacional”, que

“En virtud de que la Asamblea General de las NN.UU. examina problemas relacionados con la independencia de la Guyana Británica (...), el Gobierno de Venezuela, en defensa de los derechos del pueblo que representa, se há visto precisado a pedir que se tome también en cuenta sus justas reivindicaciones y que se rectifique em forma equitativa la injusticia cometida”<sup>187</sup>.

---

<sup>185</sup> *El Nacional* 02/02/1962; também em JOSEPH, op. cit., pp. 18-19.

<sup>186</sup> *La República*, 29/03/1962.

<sup>187</sup> Venezuela. *Livro Amarillo*, 1963, p. XXI, *apud* Delgado, Rafael Sureda. *Betancourt e Leoni en la Guyana Esequiba*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1984, p. 35. Também, na mesma direção está o discurso de Fálcon Briceño na ONU: “La existencia de estas buenas relaciones nos permite hacer a la Gran Bretaña y a la Guayana Británica este planteamiento: el de que, como amigos nos sentemos alrededor de una mesa donde podamos considerar, con ánimo desprevenido, la rectificación de la injusticia de que fue víctima Venezuela, en una hora infortunada que nuestro pueblo no puede olvidar, y se llegue a una solución que tome en cuenta los intereses legítimos de nuestro país y los de la población de la Guayana Británica” Ver: Venezuela, *idem*, Documentos, p.10. Na mesma comissão, o delegado britânico, Sir Hugh Foot, sustentou que a Venezuela havia aceitado integralmente a sentença do Laudo Arbitral de 1899, como sendo uma

Nesse contexto, ficou evidente que a Venezuela reconhecia o direito de independência da Guiana Britânica, mas sem abandonar em nada suas reivindicações sobre a região do Essequibo.

Numa mensagem ao Congresso Nacional, no início do ano de 1962, Betancourt deu mostra de que a solução do litígio fronteiriço se tornara, para o governo, um caso de soberania nacional, quando expressou que “jamais a Venezuela admitiu e nem admitiria que tão extensa porção de seu território, legitimamente sua, deixe de estar enquadrada dentro de sua geografia”. Argumentou ainda que a Venezuela buscasse o caminho da paz, a gestão diplomática para as suas justas aspirações sobre o Essequibo<sup>188</sup>. Havia uma apreensão de que o problema se resolvesse antes da independência da Guiana, embora isso jamais tenha sido colocado oficialmente.

Delgado apontou que o embaixador venezuelano nos Estados Unidos, dissera a um repórter do *New York Times*, que o conveniente seria “solucionar essa questão antes da concessão da independência”. Também Forbes Burnham compartilharia da mesma opinião, e um dissidente do PNC, teria dito, segundo Delgado, que “como podem os políticos atrever-se a discutir a independência frente à pretensão da Venezuela, se não foram resolvidas nem a questão da Venezuela e nem a do Suriname”<sup>189</sup>. Delgado conclui que provavelmente deve ter havido um acordo secreto no qual a Venezuela reconheceria a independência da Guiana Britânica, independente da solução sobre o Essequibo. Se a suspeita é justa ou não, difícil responder, uma vez que nada se conhece sobre este possível acordo. No entanto, ainda no mês de março, o Congresso Nacional aprovou

---

solução perfeita e completa, e que a reclamação Venezuelana colocava em ameaça um país pequeno e indefeso, e mais que isso: significaria o não reconhecimento de tratados internacionais, uma vez que a questão havia sido submetida a um tribunal legitimamente constituído. Telegrama confidencial enviado aos representantes britânicos na ONU pelo *Foreign Office*, 1962. Ver: JOSEPH, Cedric L. *Anglo-American diplomacy and the re-opening of the Guyana-Venezuela boundary controversy, 1961-1966*. Georgetown: Free Press, 1998, p. 20.

<sup>188</sup> BETANCOURT, Rómulo. Cuarto Mensaje Presidencial al Congreso Nacional. *Tres años de Gobierno Democrática*, 1959-1962, t.II, p. 328, *Apud*: SUREDA, Rafael. *Betancourt e Leoni en la Guyana Esequiba*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1984, p. 38.

<sup>189</sup> DELGADO, op. cit. p. 43.

integralmente a resolução que respaldava o Governo Nacional em suas gestões junto ao Grã-bretanha, reconhecendo a diferença sobre limites entre as possessões inglesa e venezuelana, ao mesmo tempo aprovando sem reservas a independência da Colônia<sup>190</sup>. Aliás, o assunto sobre a independência da Guiana, na visão de Joseph<sup>191</sup>, era algo muito delicado para a política externa venezuelana, de maneira que o embaixador britânico na Venezuela, Busk, alertou Betancourt que o não reconhecimento da independência da Guiana poderia estimular Jagan a buscar armas com Fidel Castro, para que através da luta armada se conquistasse a soberania do país. A preocupação com a segurança pressupunha ter em Jagan uma fonte de perigo constante, dado as suas relações com Cuba. Havia um temor militar de que Jagan pudesse abastecer a guerrilha venezuelana com armas e oferecer-lhe o território como base de operações. Os britânicos sustentaram persistentemente que o temor venezuelano não tinha fundamento<sup>192</sup>.

Por fim, a Venezuela decidiu acatar a sugestão inglesa tirada na ONU, que propunha não uma discussão da validade do documento, mas o encaminhamento de conversações que pudessem buscar uma solução para o problema mediante negociações, considerando o interesse da colônia vizinha. Assim foi sugerida, como o principal ponto do acordo, a revisão documental que serviu de base ao Laudo<sup>193</sup>.

---

<sup>190</sup> VENEZUELA. *M.R.E: Reclamación de la Guayana Esequiba*, Caracas, Documentos, G-1, 1962-1967.

<sup>191</sup> JOSEPH, op. cit. p. 22

<sup>192</sup> Record of Conversation, NJA Chhethan, datado de 13 de setembro de 1962, CO 1031/3879. apud Joseph, op. cit. p. 29. Havia por parte da Grã-Bretanha o temor que a independência da Guiana sob Jagan pudesse fomentar uma outra Cuba, desta vez na América do Sul. Esse assunto foi discutido com Kennedy, através do Primeiro Ministro Inglês, Harold Macmillan, onde se sugeriu a imposição de um sistema representativo proporcional, o que eliminaria o peso e importância política de Jagan, evitando um outro regime comunista no hemisfério. Ver: JOSEPH, op. cit. p. 33. Dois anos depois, um dos membros do grupo de notáveis criados pelo venezuelano para examinar a questão do Essequibo, Padre Hermann Gonzáles-Oropeza, pronunciou que próximo da fronteira venezuelana "atuavam forças do comunismo", e que para a Venezuela "era mais perigoso um Jagan na Guiana Britânica do que um Fidel Castro em Cuba" (*El Universal*, 27/08/1964).

<sup>193</sup> Papel que caberia aos experts, que disseram ter encontrado no laudo muitos equívocos e que ele não possuía nenhuma sustentação jurídica. Esses esforços, no entanto, não levaram a um acordo entre as partes e a Venezuela manteve seu contencioso. No mês de novembro de 1962, a

## 2- NACIONALIZAÇÃO DA DEMANDA VENEZUELANA SOBRE A REGIÃO DO RIO ESSEQUIBO.

Leoni assumiu o governo prometendo dar prosseguimento à demanda pelo Essequibo, e para tanto nomeou Iribarren Borges, como Chanceler da República, estando diretamente relacionado ao grupo de *experts*, especialmente depois que a *Oficina para la cuestión de límites con la Guyana Británica*, formada por especialistas (colocados na condição de assessores), foi elevada à situação de Diretoria vinculada ao Ministério das Relações Exteriores – M.R.E.

Também, é com Leoni, referendado pelo saber de especialistas, que a propaganda em torno da reclamação venezuelana se tornou mais efetiva, chegando mesmo a se transformar num frenesi nacional, quando o Congresso Nacional aprovou, em fevereiro de 1965, um novo mapa oficial do país onde a área do Essequibo passou constar oficialmente como “*Zona en Reclamación*”, provocando o protesto do governo inglês. Ao apresentar o mapa no Palácio Miraflores, Leopoldo Sucre Fugarella, Ministro de Obras Públicas<sup>194</sup>, assim disse:

Que se ha querido dar especial significación a la Zona en Reclamación, región que aunque incorporada a la Guayana Británica por el Laudo de 1899, debe ser considerada por antecedentes históricos, como parte integrante del territorio nacional y cuya devolución gestiona nuestro gobierno ante el Reino Unido, em nombre del derecho y em forma amistosa y cordial<sup>195</sup>.

Ainda em 1965, dentro do projeto de intensificação da propaganda sobre o Essequibo, os correios passaram a utilizar, nas correspondências internacionais, um selo que trazia o novo mapa acompanhado da frase: “*hacia la*

---

delegação venezuelana encontrou-se em Londres com a inglesa, mais a presença do Governador da Colônia, numa reunião de três dias, em que no último dia, o ministro venezuelano entregou o resumo histórico sobre o território em reclamação, organizado pelo grupo de especialistas venezuelanos. Esse relatório foi chamado de *Aid-Memoire* e serviu como base para a demanda venezuelana sobre a região do Essequibo. Cf. DELGADO, op. cit. pp. 55-57 (Sobre os pontos tirados pelos venezuelanos em Londres, consultar <http://www.mre.gov.ve/index>, acessado em 12/09/2003). A Grã-bretanha seguiria insistindo que a demanda venezuelana não procedia, e que tudo era parte de um interesse eleitoral de Betancourt para influenciar as eleições em andamento no país.

<sup>194</sup> O mapa foi organizado e publicado pela cartografia nacional del Ministério de Obras Públicas.

<sup>195</sup> DELGADO, op. cit. p. 72.

*reconquista de la Guyana Esequiba*”, e naquelas que iam para o interior do país, uma outra frase: “*Guyana Esequiba es Venezolana*”<sup>196</sup>; outra vez, tal iniciativa sofreu persistentes protestos ingleses.

Mapa 02- Venezuela, com destaque para a *Zona en Reclamación*



<sup>196</sup> Idem, p. 75.



Outra frente explorada pela propaganda governamental foi a educação primária e média, quando o ensino sobre história fronteiriça da Venezuela passou a ser estimulado através de uma circular do Ministro da Educação, Siso Martinez, cujo teor, profundamente patriótico, exortava todos os venezuelanos a desenvolver nas crianças o interesse pelos valores pátrios e conhecimento das fronteiras do país. Tanto isso é verdade que, no saguão principal da *Universidad Central de Venezuela*, existem mapas desenhados na parede com objetivo explícito de mostrar a autenticidade da demanda Venezuelana sobre a região do Essequibo. O mais curioso, é que o mapa de 1965 incluía a região do Rupununi, que fora palco de disputa entre Brasil e Grã-bretanha.

Ainda, o ano de 1965 foi também marcado por um excessivo otimismo em torno da questão Essequibo, que envolveu partidos políticos, intelectuais, estudantes, sindicatos, igrejas, culminando na criação de comitês pró-Essequibo, organização de jovens, organização de mulheres anticomunistas e, sobretudo, a imprensa. Delgado afirma que:

En los últimos meses de 1965, se publican 150 artículos de prensa, incluyendo algunos editoriales, la mayoría de ellos, si no todos, a favor de la posición mantenida por el Ejecutivo, evidenciando así el interés que despertó la controversia a nivel nacional: cerca de la mitad de esos artículos periodísticos aparecieron en las páginas de los diarios durante el mes de octubre<sup>197</sup>.

A soma de tudo isso gerou muita expectativa entre os venezuelanos, que passaram a acreditar que a retomada do Essequibo era apenas uma questão de tempo. Mas no plano diplomático, entretanto, não havia progresso algum nas conversações. À Grã-bretanha, naquele momento interessava apenas continuar os intercâmbios, mas sem fazer qualquer concessão; procuravam apenas dar uma satisfação à Venezuela. Não obstante, no calor patriótico que varreu a Venezuela naquele ano de 1965, as pressões para resultados passaram a se intensificar, e cogitou-se, inclusive, caso fracassassem as negociações em Londres, uma invasão militar ao Essequibo<sup>198</sup>. O fracasso era iminente diante da resistência dos

---

<sup>197</sup> Idem, p. 91.

<sup>198</sup> Idem, p. 111.

ingleses que pediam que a Venezuela renunciasse a demanda e reconhecesse as fronteiras do novo país ou recorresse à ONU. Como exemplo, os ingleses utilizaram o caso da Antártida, em que os países renunciaram os direitos sobre suas possessões até que se buscasse uma solução sobre as soberanias naquele lugar<sup>199</sup>.

Daí por diante, o governo venezuelano passou a ver que a solução para o Essequibo deveria vir antes da independência da Guiana. Herrera Campíns, do COPEI, e Baldo Casanova, por exemplo, passaram a insistir para que a solução para o imbróglia fronteiro deveria vir antes de ser outorgada a independência à Colônia<sup>200</sup>. Nesse momento, foi apresentada pela Venezuela a proposta de uma administração conjunta sobre o Essequibo, com um período de transição para uma administração venezuelana. Talvez fosse a consequência mais clara do que ficou chamado, na época, de “solução prática”, aquela em que se buscava um caminho que estivesse de acordo com a ordem política mundial<sup>201</sup>. A proposta, sugerida por Iribarren Borges, foi rechaçada mesmo dentro da Venezuela, por ser considerada antipatriótica e anticonstitucional. Mais que isso: demonstrou aos venezuelanos que a posição oficial inclinava-se até por uma

---

<sup>199</sup> Na ocasião, a resposta de Iribarren foi a seguinte: No encuentro ninguna conexión entre el caso de la Antártica y el de nuestro problema con el Reino Unido. La Antártica no forma parte de la unidad nacional o territorial de varios Estados signatarios de ese Tratado como es el caso de la Gran Bretaña. En cambio, el problema de Venezuela con el Reino Unido en relación con la Guayana Británica se refiere a un territorio que forma parte del territorio venezolano. Está situado en el límite mismo de la Guayana Británica con Venezuela, no se trata de un territorio de ultramar. Por consiguiente, este problema no puede ser resuelto de la manera del Tratado sobre la Antártica; es un problema que de no encontrarse una solución satisfactoria, continuará siendo causa de fricciones entre Venezuela y la Gran Bretaña y la Guayana Británica. Ver: VENEZUELA. *M.R.E: Reclamación de la Guayana Esequiba*, Caracas, DOC. 004.

<sup>200</sup> Herrera Campíns assim afirmou: “... o problema da Venezuela é com a Grã-bretanha e não com a Guiana inglesa, por isso é preciso que, antes que seja outorgada a independência total a essa Colônia, fique acertado o assunto, já que, do contrário, será mais difícil chegar a uma solução no futuro”. Baldo Casanova, por sua vez, mencionou que “... nessa situação – a chegada da independência – muda radicalmente o *status* da Guiana Inglesa, pois já é um país a caminho da independência que suscita grande interesse no chamado terceiro Mundo, pelo importante setor hindu que ali comanda Cheddi Jagan; a outra parte da população guianense (...) conta também para o importante setor africano desse Terceiro Mundo, que no encaminhamento do problema entre a Venezuela e o novo país, criará uma situação lesiva para a nossa Pátria, por considerações de pura índole política, pois com a independência nós seremos o país grande e antipático, e o novo país será a vítima. Ver: DELGADO, op. cit., p. 112 -113.

<sup>201</sup> Em 1960, Leoni chamou esse caminho de “Fraternidade Americana”. Ver: LEONI, Raul. Documentos presidenciais, p. 206.

solução negociada na qual a Venezuela faria algumas concessões<sup>202</sup>. Os próximos passos diplomáticos demonstrariam essa mudança.

Em nova rodada de negociações em Londres, onde estiveram presentes Iribarren Borges, Forbes Burnhan, L. A. Luckhoo e o Procurador da Guiana Britânica, S.S. Ramphal tirou-se o seguinte comunicado:

1. Además de considerar los informes de Expertos en el material documentario relativo a la Decisión de 1899, los Ministros discutieron caminos y procedimientos finalmente para a la controversia que amenaza romper las relaciones tradicionales y cordiales entre Venezuela, en un lado, y Reino Unido y Guayana Britanica, para otro;

2. Se intercambiaron las ideas y propusieron para un arreglo práctico de la controversia. Se despertó a que algunos de ellos deberían si somete la consideración extensa y que los Ministros deben continuar las discusiones de los regalos durante la semana que empieza el 13 de febrero de 1966, en Ginebra, con el objetivo de considerar tales propuestas, así como otro con que podría sugerirse de acuerdo se refirió su calendario. Por no haber sido capaz al ninguna de las partes aceptar las conclusiones de los Expertos designados por la otra, el punto un no será considerado. Se despertó, así, que pronto los empleados de los gobiernos interesados empezaron las conversaciones preparatorias<sup>203</sup>.

Isso significava o fracasso momentâneo da reclamação venezuelana, uma vez que não havia ocorrido progresso algum em favor do país, desde 1962. Isso frustrou as expectativas de muitos venezuelanos, e outra vez a imprensa voltou-se contra o governo Leoni, acusando-o de ocultamento do que se passou em Londres, naquele dezembro de 1965.

Naquele momento a posição inglesa era clara: não se podia devolver parte de um território que estava próximo de se tornar independente. Por outro lado, o Embaixador Sosa Rodríguez renunciou ao seu posto, a princípio sem qualquer motivo aparente. Rodríguez era remanescente de 1962 e poderia não estar em consonância com Iribarren Borges, politicamente muito próximo de Leoni.

---

<sup>202</sup> Parece que atualmente, diante da impossibilidade de uma solução política ou militar, a diplomacia venezuelana aposta na “solução prática” como a única via que restou para a Venezuela recuperar a região do Essequibo. Ver, por exemplo, *El Universal*, 10/02/1999, C. 1, p. 02.

<sup>203</sup> VENEZUELA. *M.R.E: Reclamación de la Guayana Esequiba*, Caracas, Documentos, 1966, p.66.

Outras baixas se seguiriam na equipe da política exterior da Venezuela, supostamente em decorrência de discordâncias com o Chanceler Iribarren Borges.

Em fevereiro iniciaram-se as conversas em Genebra, sob os efeitos do aniversário do Congresso da Declaração de Angostura, onde estiveram reunidos os representantes das Assembléias Legislativas dos Estados venezuelanos. A Declaração, também chamada Declaração de Bolívar, em alusão à Ciudad Bolívar, trazia, em linhas gerais, o seguinte conteúdo:

... fuera de impresión todas las administraciones diplomáticas, sin obtener la solución positiva sobre la queja puesta, ella procederá a la aplicación de las sanciones baratas más enérgicas en el género y las propiedades de asuntos ingleses que hay en el país y que se toma las medidas que es considerado conveniente en el orden político, conduciendo la recuperación definitiva y total de la Guayana Essequiba<sup>204</sup>.

Em Genebra, a Grã-bretanha propôs uma Comissão mista que estudaria um plano de fomento econômico para a Guiana Britânica, de 1966 a 1972, somado a um projeto de cooperação econômica entre os dois países, sem que se perdesse cada qual a sua soberania, e renunciando nesse prazo as reclamações por demandas territoriais, com validade de 30 anos. A Venezuela não aceitou a sugestão britânica, mas sugeriu o congelamento de suas reivindicações territoriais, se se discutissem as bases de um acordo de desenvolvimento conjunto da região num prazo de 10 anos, que em um ano antes de esgotado seria submetido à arbitragem.

Do resultado da proposta britânica e venezuelana, foi que se originou o chamado *Acuerdo de Ginebra* (veja anexos) firmado em 17 de fevereiro de 1966, que segundo Iribarren Borges “leva a uma nova situação as posições extremas de quem exige a devolução do território usurpado em virtude de um Laudo nulo”<sup>205</sup>.

---

<sup>204</sup> Idem, DOC. G. 03.

<sup>205</sup> BORGES, Iribarren. Exposição ao Congresso Nacional. In: Venezuela. *M.R.E: Reclamación de la Guayana Essequiba*, Caracas, Doc. 04, 1966.

### 3- RADICALIZAÇÃO DA POSIÇÃO VENEZUELANA

Em linhas gerais, o Acordo pressupunha encontrar soluções satisfatórias para a controvérsia entre Venezuela e Grã-bretanha em decorrência da contestação venezuelana ao Laudo Arbitral de 1899, através de uma comissão mista de limites, que teria um prazo de quatro anos para encontrar uma solução adequada à disputa territorial. Depois desse prazo, se não fosse encontrada uma solução, as Nações Unidas seriam fórum decisório.

Em abril, o Congresso Nacional e o Senado aprovaram-no com o argumento de que ele representou um avanço da Venezuela para a recuperação do território reclamado, muito embora tenham surgido, no meio político, contestações ao seu conteúdo, por não representar o verdadeiro interesse da sociedade venezuelana<sup>206</sup>. La Torre alude o fato de o *The New York Times* ter publicado, na ocasião, um extenso comentário num editorial destacando que o acordo serviria para fortalecer o governo de coalizão de Forbes Burnhan, esvaziando a possibilidade de um retorno ao poder de Cheddi Jagan, que poderia converter a Guiana numa base para a subversão marxista<sup>207</sup>.

Na Guiana, o Acordo foi recebido com ceticismo pelas lideranças políticas. Jagan, por exemplo, disse que o Acordo serviu para conceder reconhecimento a reivindicação espúria da Venezuela sobre o Essequibo<sup>208</sup>. Para o *Working People's Alliance* (WPA), o governo guianense cometeu um sério erro ao assiná-lo<sup>209</sup>. Fora das casas legislativas, os jornais estamparam várias notícias de políticos e intelectuais sugerindo uma ação armada no Essequibo, como alternativa ao Acordo, tido como fraco e distante dos interesses do país<sup>210</sup>.

---

<sup>206</sup> Ver: *El Nacional*, 20/02/66; *El Universal*, 02/04/66.

<sup>207</sup> LA TORRE, op. cit. pp. 73-74.

<sup>208</sup> JAGAN, Cheddi. *The west on trial*. London: Michael Joseph, 1966, p. 395.

<sup>209</sup> Working People's Alliance, Statement. *On the Statement of the Venezuelan Ambassador*. June 23, 1982, Georgetown, June 30, 1982, *apud* TURNO A., Sadio Garavini di. *Política Exterior de Guyana*. Universidad Simon Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1988, p. 69.

<sup>210</sup> Delgado cita a opinião do padre Maldonado, que diz: "... o que não se conseguiu em tantos anos durante os quais uma potência estrangeira usurpou a soberania nacional e feriu os sentimentos

É claro que a opção armada significaria a violação de pactos regionais, entre eles o Pacto do Rio de Janeiro. Mas o que teria levado a diplomacia venezuelana a assinar o acordo? Guerón sustenta que o acordo foi facilmente assimilado pelo governo venezuelano, por acreditar que as boas relações entre Betancourt e John Kennedy pudessem levar uma situação favorável à Venezuela, uma vez que o país era visto pelo presidente americano como exemplo da democracia em solo sul-americano<sup>211</sup>. Mas as etapas posteriores das ações venezuelanas no Essequibo demonstrariam um outro tipo de opção, o de que os acordos poderiam ser rompidos pela Venezuela, como forma de fazer valer suas pretensões territoriais. Foi quando se iniciou a fase da diplomacia agressiva da Venezuela em relação ao Essequibo.

### 3.1 - O CASO ANACOCO

Na Guiana, a receptividade do Acordo esteve também dividida entre os líderes do país. Burnhan o considerou “totalmente perfeito e conclusivo<sup>212</sup>”, Jagan o contestou justificando sua invalidade de acordo com as leis internacionais, por proceder a revisão de fronteiras nos termos em que a Venezuela propunha.

No dia 26 de maio de 1966, a Venezuela emitiu uma nota de reconhecimento ao novo Estado da Guiana, que se tornara independente, porém ressaltando os aspectos do Acordo de Genebra. Isto é, a Venezuela reconhecia a

---

patrióticos do povo venezuelano, não vai agora conseguir em tão reduzido tempo (...) e por isso nosso exército está em capacidade militar de fazê-lo, e deve ocupar o território que nos pertence”. Também assim opinaram os deputados Amado Cornielles, do OPINA, Pedro Amare del Castillo e Miguel Zuñiga Cisneros. Ver: Delgado, op. cit., pp. 148-149. Ver também o artigo de Marcos Falcón Briceño, publicado no *El Nacional*, que alega ser o Acordo anticonstitucional e faz críticas ao Chanceler Iribarren Borges (*El Nacional*, 05/04/1966) e o de Jaime Lusinchi, que diz que o Acordo é a coroação dos pleitos venezuelanos sobre o Essequibo (*La República*, 12/04/66 – ambos artigos foram reproduzidos em Delgado, op. cit.).

<sup>211</sup> GUERÓN, Eva Josko de. Cambio y continuidad en la política exterior de Venezuela: una revisión. In: ROMERO, Carlos A. *Reforma y política exterior de Venezuela*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1992, pp. 48-50.

<sup>212</sup> Burnhan insistiu, depois de justificar os direitos da Guiana, que a Venezuela deve obedecer às leis internacionais, e que a tradição bolivariana não a empurraria para uma pretensão neocolonialista sobre a Guiana. Ver: BURNHAN, op. cit. Parte IV – “A Nation Besieged”.

independência da Guiana, todavia em conformidade com os acordos da Comissão Mista.

Destarte, ainda sob o calor do Acordo de Genebra, no dia 14 de outubro de 1966, portanto nove meses depois de sua assinatura, na ocasião da reunião da Comissão Mista, chegaram informações de que a Venezuela havia invadido a Ilha de Anacoco, na confluência dos Rios Wenanu e Cuyuni, e ocupado a sua metade<sup>213</sup>. Em resposta à invasão da Ilha, o consulado venezuelano em Georgetown foi tomado por manifestantes e uma bandeira do país foi queimada. Logo se seguiram pedidos de desculpas da Guiana que fora acusada pela Venezuela de o Governo Burnhan ter estimulado a invasão ao consulado através de um programa de rádio. O líder guianense havia relatado que a invasão à ilha fora uma violação ao Acordo de Genebra, e solicitou a imediata saída dos invasores dos limites soberanos da República da Guiana.

A invasão à ilha serviu para demonstrar que a Venezuela manteria com a Guiana uma política de distensão, e que o governo faria uma leitura bastante particular do Acordo de Genebra, uma vez que ele possibilitava interpretações. Pelo menos, segundo Hubbard<sup>214</sup>, essa era a leitura que se fazia na Guiana diante dos fatos.

### **3.2 - O CASO TAYLHARDAT**

Em 1967, no dia 14 de abril, o Governo da Guiana denunciou que um diplomata venezuelano e um britânico organizaram uma reunião de tuxauas em Kabakaburi, no rio Pomeron, na qual o objetivo era instigar os índios a assinar

---

<sup>213</sup> A invasão, que aconteceu após a segunda rodada de conversações da Comissão Mista, foi antecedida pela admissão formal da Assembléia Legislativa do Estado Bolívar, em 13 de dezembro de 1965, que Anacoco era parte de seus limites. Segundo Singh, que procura mostrar a versão guianense do Laudo Arbitral, os venezuelanos tinham conhecimento de que a ilha estava dentro das fronteiras guianenses, “el limite de Ankoko como está demonstrado (...) fue realmente reproduzido en mapas venezolanos, publicados em 1911 e 1917. El primero fue publicado bajo autoridad expresa de la administración del general Gómez, entonces presidente de Venezuela (Idem, p. 67).

<sup>214</sup> Cf. HUBBARD, Henry J. Makepiece. . Venezuelan Border Issue and Occupation of Ankoko: A Sell-out by the Coalition Government. Georgetown: publicação do PPP, 1967.

uma resolução de desenvolvimento comum na região do Essequibo. O Presidente da *Amerindian Association*, Stephen Campbell, que supostamente teria organizado a reunião, era membro do parlamento pela UF. A ação foi negada por ele, mas a relação entre o Governo e a UF, por conta deste incidente, ficaria maculada, doravante. O diplomata venezuelano era Leopoldo Taylhardat, vice-cônsul na guiana; e o inglês, Michael Wilson, que acabou sendo expulso do país sob acusação de desenvolvimento de atividades antiguanenses, e o vice-cônsul, convidado a abandonar a Guiana.

Assim, através dessas incursões na região do Essequibo, Taylhardat tomou contato com os Hart e soube deles a indisposição em relação a Burnhan. A insatisfação foi justificada a Taylhardat pela política de terras de Burnhan, que já não mais contemplaria latifúndios na Guiana (e os Hart eram proprietários de grandes extensões de terra) e pela orientação cooperativista, ou guianicista de seu governo, que não incluía grupos sociais fundiários como os do Rupununi.

A insatisfação dos Hart e dos Melville pareceu adequada para os objetivos de Taylhardat no Essequibo. Contudo, sua idéia original era a de que os indígenas fossem inseridos como parte do processo que desencadeou, a partir dessa insatisfação, a Revolta. Isto é, o Congresso Ameríndio de Cabacabure, em 1966, havia tirado uma proposição em que sustentava a requisição venezuelana do desenvolvimento conjunto:

Cuando llegué a Guyana, empecé a buscar contactos con los amerindios; Yo había leído algo sobre sus costumbres, sus ideas, y sabian que era una población que estaba en situación de tercer nivel, ni siquiera ciudadanos de segundo nivel, sino de tercer nivel, descuidados por los gobierno, y que eran venezolanos porque nacieron en Esequibo, y ellos eran buenos para llevar adelante unas acciones prácticas a favor de la reclamación.....<sup>215</sup>.

Taylhardat pensou poder unir a insatisfação dos fazendeiros do Rupununi à requisição tirada no Congresso Ameríndio para satisfazer as demandas venezuelanas naquela ocasião, em relação à reivindicação sobre o

---

<sup>215</sup> Idem, p. 271.



Essequibo<sup>216</sup>. O Congresso acabou se tornando o embrião do *Guyana National Party*, que seguindo a tendência da etnização da política na Guiana, seria o partido que expressaria a vontade dos ameríndios. Taylhardat esteve presente na organização do partido, inclusive quando James Lowe foi eleito secretário geral. Taylhardat assevera que,

James Lowe era un mestizo del Pomeron que fue electo como la secretaria general del Partido Ameríndio, y quien estuvo en el contacto conmigo todo tiempo. Nos reunimos en la Gran Savana, en algun sitio de la Gran Savan, en el Barima, en el Amacuro. Entonces me conocia a mi unicamente y eso porque yo estaba en el consulado y yo no ocultaba mi identida (...) <sup>217</sup>.

Foi a partir do Congresso que os fazendeiros, para os venezuelanos, passaram a ser identificados como ameríndios, como uma estratégia de Taylhardat para inseri-los dentro do projeto da administração conjunta, que seria uma passo importante para efetiva recuperação da região do Essequibo pela Venezuela.

As ações venezuelanas na região do Essequibo estavam supostamente direcionadas para reforçar a etnicidade dos índios, na contramão da história se comparado ao Brasil, por exemplo, ou a toda América Latina, que desenvolvia um tipo de relação com as populações indígenas baseado na subordinação social e cultural. É preciso ter em vista, que tal intento esteve sempre associado aos interesses político-estratégicos da Venezuela; não era de forma alguma o reconhecimento da etnicidade *per se* das populações indígenas

---

<sup>216</sup> O Congresso, segundo Taylhardat, fora um desdobramento da Associação dos Ameríndios que havia se convertido em partido. Na verdade, a *Amerindian Association of Guyana*, ligada a UF, foi fundada em 1963, por “algunos pocos ameríndios altamente aculturados de Georgetown, y limitada en su constitución a ameríndios y personas vinculadas con ellos, com rasgos parecidos a un conjunto de asociaciones similares que, em esos años, van surgiendo en distintos países americanos”. In: Serbin, op. cit. 1980, p. 72. Ishmael aduz que: Nothing more was heard about the Venezuelan threat until the 14 April 1967 when the Guyana Government announced that a meeting of Amerindian Chiefs held at Kabakaburi on the Pomeroon River (in the western Essequibo area claimed by Venezuela), a Venezuelan diplomat and the British husband of a Guyanese Amerindian participated and carried out subversive activities relating to the border controversy with Venezuela. The announcement claimed that the Chiefs were influenced by these persons to move a resolution in favour of "joint development" by Guyana and Venezuela of the area claimed by the latter". ISHMAEL, op. cit, Cap. XXI.

<sup>217</sup> TORREALBA, op. cit., p. 277.

do Essequibo, de tal modo que em momento algum tais iniciativas chegaram a se formar um movimento indígena com bases próprias. Serbin argumenta:

que el transito de los ameríndios de una ideología étnica difusa, reforzada por el proceso de aculturación europea, a una ideología étnica vinculada com una estrategia política (que se inicia con las primeras asociaciones ameríndias y culmina com la constitución de un partido ameríndio), no dejó de estar signalado por la carga ideológica anti-africana y anti-índia [indo-guianense] que le confirieron los europeos<sup>218</sup>.

Isso sugere um breve parêntese; se os ameríndios passaram a ter uma participação mais efetiva na Guiana na década de setenta, mesmo sob influência de uma ideologia européia, como sugere Serbin, é preciso dizer que a definição conceitual dos índios como ameríndios tem mais objetivos políticos integracionistas do que propriamente uma concepção efetivamente etnicista. Dentro desta conceituação toda a diversidade étnica estaria plasmada num só conjunto étnico, seguindo a esteira dos outros grupos étnicos na Guiana, objetivos pretendidos por Burnhan.

A Venezuela, ao propor o projeto de administração conjunta, o fez destinado a desenvolver economicamente a área do Essequibo, ocupada exclusivamente por indígenas, considerada desassistida pela Guiana. Assim, não teria sentido a Venezuela prestar ajuda a um grupo de pessoas que formava uma elite na Guiana, sendo que a assistência só deveria ser prestada a ameríndios, por isso a necessidade de incluí-los nessa categoria como parte de um interesse com vistas a dilatar esta conceituação dada aos indígenas da Guiana. Para isso, foram utilizados, como pressuposto essencial, a ascendência e o convívio dessa gente com os indígenas. Praticamente, todos os fazendeiros falavam a língua dos índios com fluência, o que acabou sendo um fator positivo para a inclusão deles na categoria de ameríndios.

---

<sup>218</sup> Idem, p. 75.

Portanto, Taylhardat estaria no Rupununi em contato, não com fazendeiros abastados, mas com ameríndios, e este contato parecia-lhe essencial. Teddy conta que:

Em Lethen tinha muito movimento de mini-mooks [um tipo de carro pequeno que praticamente se transformou no transporte mais requisitado no Rupununi, dado ao seu tamanho e robustez]. Quando eu vi esse movimento, vi um índio andando no mini-mook. Eu pensei como ele ganhou dinheiro para comprar isso? Esse dinheiro veio da Venezuela, de um partido político interessado em ganhar votos, eles achavam que na outra eleição, ela já seria na Guiana da Venezuela. O índio disse que eu devia ajudá-lo, pra eu falar bem no partido venezuelano. Eu vi muito índio do lado de Burnhan querendo carro também (Teddy Melville).

As viagens de Taylhardat pelo Rupununi evidenciaram-lhe o descontentamento dos fazendeiros contra Burnham. No seu ponto de vista bastava transformar esse descontentamento numa arma de guerra. Todavia, o Congresso Ameríndio, que interessava mais a Venezuela do que aos índios, tornou-se conhecido através da imprensa pela publicação da Declaração dos Ameríndios, uma proposta dos índios para a administração conjunta no Essequibo, levando Taylhardat a ficar exposto, e a inteligência do governo guianense tomar conhecimento de suas atividades. Taylhardat havia estado nas áreas do Essequibo em contato com os índios, conclamando-os de que a Venezuela, diante da situação de abandono em que se encontravam, era uma saída daquela situação.

Para a Guiana, isso significava que a Venezuela estava pronta para invadir seu território, o que criava uma situação diplomática muito delicada, e como os guianenses não haviam ainda deferido a carta patente de Taylhardat, decidiram por negá-la, o que em si representou-lhe a expulsão<sup>219</sup>. Taylhardat havia estado durante cinco meses no Essequibo, incluindo o Rupununi, período em que fez contatos com os fazendeiros, aproximando a demanda venezuelana à insatisfação dos fazendeiros, que assumiu uma proporção bem maior quando aconteceu a visita de um ministro de Burnhan ao Rupununi, aludida anteriormente.

---

<sup>219</sup> TORREALBA, *idem*, p. 280.

Foi a partir dessa reunião que ficou evidente que se necessitava de uma ação mais eficaz contra Burnhan, a via armada. Neste caso um evento foi muito importante para empurrar os fazendeiros para esta solução: a exclusão da participação do Partido Ameríndio nas eleições de 68. Taylhardat aduz que

.... . el Partido Ameríndio había sido excluido o prohibido para actuar en las elecciones guyanesas; fue cuando hicieran contacto conmigo James Lowe, que era el secretario general, quien me dijo: " Esta gente no nos permiten ir a las elecciones, nosotros estamos dispuestos a levantarnos en armas, usted nos ayudaran? Bueno espere llevar esa pregunta a las Relaciones Exteriores; en varias reuniones que sostuvimos, se decidió que se les iba ayudar... [con] armas, apoyo táctico y entrenamiento....<sup>220</sup>.

No geral, os fazendeiros do Rupununi não estavam inseridos na rede de relações políticas com a região do Essequibo, formavam um mundo quase hermético, baseado na subordinação das populações indígenas do Rupununi. Portanto, associá-los a “ameríndios” serviu aos interesses estratégicos da Venezuela naquele momento.

### **3.2.1- REPERCUSSÕES DO CASO TAYLHARDAT**

Se no campo diplomático a ação da Guiana passou a ser mais ostensiva, as conseqüências dessa iniciativa seriam amplamente manipuladas pela Venezuela. A expulsão de um estrangeiro acusado de instigar índios e a saída de um diplomata em decorrência de envolvimento com indígenas, indicavam que havia problemas com índios no Essequibo, e que a Venezuela estava mais presente do que a Guiana na região. Este assunto apareceu quando a Guiana solicitou à Venezuela abandonar suas pretensões territoriais em relação ao Essequibo, para que o país pudesse fazer parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) -, cujo principal ponto prevê que países com pendências territoriais não podem ser incluídos em seus quadros. A recusa da Venezuela

---

<sup>220</sup> idem, pp. 274-275.

inspirou o *The Guardian*, um jornal de Trinidad a trazer um editorial sobre a soberania da Guiana no Essequibo<sup>221</sup>, enfatizando a sua frágil presença na região.

Um outro evento contribuiria para acirrar o jogo diplomático entre os dois países. Em 1967, Peter D'Aguiar anunciou que visitaria a Venezuela, e o PPP respondeu que, naquelas circunstâncias, a visita seria uma vergonha. Através do *The Sun*, D' Aguiar respondeu que o temor da Venezuela e toda a sua reclamação aconteciam pela posição do PPP a favor de Cuba e da União Soviética, que ofereciam bolsas para guianenses estudarem em seus países esperando o momento de eles voltarem para casa e assumirem o governo. Concluiu dizendo que Jagan era um problema eterno para a Guiana<sup>222</sup>. O PNC, também por seu jornal, o *New Nation*, disse que qualquer um que reclamasse metade de sua casa não poderia ser considerado amigo<sup>223</sup>. Diretamente, isso foi um recado de Burnhan para D' Aguiar. Mas tanto para o PPP, como para o PNC, a UF estaria fazendo vistas grossas às aspirações da Venezuela.

### **3.3 - O DECRETO DA PRETENSÃO VENEZUELANA SOBRE AS ÁGUAS TERRITORIAIS DAS ÁGUAS CONTÍGUAS ATÉ À BOCA DO ESSEQUIBO**

O clima de distensão entre os países se tornou mais acirrado quando o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela anunciou ao *London Times*, no dia 15 de julho de 1968, que o governo Venezuelano não reconhecia nenhuma concessão outorgada pela Guiana para o Essequibo<sup>224</sup>. Isso significava que a Guiana não poderia autorizar qualquer ação de desenvolvimento econômico para a região, o que, segundo a Guiana, representava uma violação ao Acordo de Genebra. A iniciativa venezuelana decorreu da recusa da Guiana em realizar um

---

<sup>221</sup> *The Guardian*, 03/05/1967.

<sup>222</sup> "It is no secret that the Venezuelan claim to this country is made out of fear of Jagan and his friends in Cuba with their terrorist bombs, and their friends in the Soviet Union with their rockets, plus addition to the vast army of socialist "scholarship winners" training in the Soviet Union, and awaiting their chance to come home and take over. Jagan is a perpetual embarrassment to the people of Guyana". *The Sun*, 19/05/1967.

<sup>223</sup> ISHMAEL, op. cit.

<sup>224</sup> FENTY, Allan A. *An Introduction to the Position of Guyana on the Guyana/Venezuela Controversy*. Edição revisada, Georgetown: Ministry of Outer Relations Takuba Lodge, 2001, pp. i-15.

plano de desenvolvimento conjunto no Essequibo, que foi a principal pauta na Segunda Reunião da Sub Comissão Mista.

Pouco antes, no dia 09 de julho, Leoni havia mandado publicar no Diário Oficial a pretensão de anexar parte das águas territoriais e zonas contíguas à costa da Guiana até a boca do Rio Essequibo, solicitando às forças armadas o domínio venezuelano sobre a região. Através de protestos, a Guiana alegou ser o ato uma violação da Constituição das Nações Unidas, e que a solução desse problema transcendia as discussões fronteiriças devendo ser levado ao Conselho de Segurança da ONU, posição persistentemente defendida por Jagan. Burnhan expôs o problema à Assembléia Nacional, argumentando que todo o país tem soberania total sobre a sua costa, e que essa era uma outra tentativa de a Venezuela se apoderar do Essequibo fora das negociações da Comissão Mista, que ela própria havia feito frustrar dias antes. A Assembléia, por unanimidade, condenou o Decreto Presidencial venezuelano.

A primeira reunião da Comissão Mista, após o decreto de Leoni, aconteceu em Georgetown, no dia 26 de setembro de 1968. A juventude do PPP recebeu a comissão venezuelana com um protesto contra a ineficácia das reuniões e as iniciativas de agressão contra o território guianense.

Naquele momento, Leoni estava experimentando os últimos dias de seu governo. Rafael Caldera, da COPEI, vencera as últimas eleições e daria início ao processo de incorporação da esquerda armada ao espectro político venezuelano, reconhecendo o Partido Comunista que havia sido proscrito por Betancourt, inaugurando uma nova fase da vida política, inclusive dando outro rumo às pendências territoriais com a Guiana.

#### **4- A REVOLTA DO RUPUNUNI E A VENEZUELA: O PONTO DE VISTA DA IMPRENSA**

Um dia após o término do movimento armado no Rupununi, 04 de janeiro, circulou a primeira notícia no *El Nacional* - jornal de maior circulação na Venezuela - a respeito da Revolta. A notícia destacou a morte de

aproximadamente 20 pessoas e a ligação da Revolta com a política externa da Venezuela, especialmente aquela destinada aos seus interesses sobre a região do Essequibo.

Versiones sin confirmar que circularan en esta noche dan cuenta de que un avión venezolano había aterrizado con soldados en la finca Pirara, cerca de 40 km de Lethen ... y que en semanas recientes fueran llevados por venezolanos, armas y abastecimiento<sup>225</sup>.

Nesta primeira informação sobre a Revolta em um jornal da Venezuela há a menção de três policiais e dois civis mortos, e Collin Melville foi apontado como o líder do movimento (Collin tinha então quinze anos). Citando uma fonte do governo guianense, o jornal informa que Burnhan teria dito que quatorze pessoas morreram e vinte teriam ficado ferido. Pela primeira vez apareceu o objetivo da Revolta, ainda segundo a versão dada por Burnhan: “anexar a região ao Brasil”. Isso em um momento em que o Brasil estava completamente alheio ao que ocorria na fronteira com a Guiana.

No dia seguinte, 05 de janeiro, o *El Nacional* destacou o rechaço da Venezuela às acusações sobre sua colaboração com a Revolta, e também Valerie Hart foi apresentada como Presidente do Governo Provisório da região sublevada. Outra vez, houve a menção de um porta-voz do governo guianense dizendo que os fazendeiros teriam se reunido no dia 23 de dezembro, na fazenda de Harry Hart, e de lá teriam sido levados para Santa Tereza, na Venezuela.

No dia 06 de janeiro, as informações no *El Nacional* passaram a dar um tom heróico à Revolta, mencionando a repressão que se seguiu à saída dos revoltosos, em toda a Guiana Essequiba, entre selvas e savanas. Jim (Jimmy) Hart foi apontado como chefe da Revolta, nomeado como um pára-quedista do Exército Americano. Elmond Hart apareceu como cidadão americano, e Valerie Hart como ex-candidata da *United Force*. Pela primeira vez se falou do silêncio guardado por Raul Leoni, mandatário do governo venezuelano, sobre o apoio da Venezuela à Revolta.

---

<sup>225</sup> *El Nacional*, 04/01/69, p. c-4.

No dia 07 de janeiro, noticiou-se que o chanceler Ignacio Iribarren Borges não atendeu às súplicas de Valerie, no sábado. No dia seguinte, o *El Nacional* noticiou que o governo venezuelano não prestaria ajuda militar aos rebeldes da Guiana, porém daria asilo político aos revoltosos. O mesmo jornal, no dia 09 de janeiro, destacou que 100 refugiados foram levados de Santa Elena do Uiarén para Ciudad Bolívar, numa operação dirigida pelo “Dr. Fautino Pulgar”. Também foi o dia em que a Guiana protestou oficialmente à Venezuela.

No dia 10 de janeiro, o *El Nacional* destacou o protesto da Guiana através do embaixador Eustace Braithwaite. Também trouxe uma narrativa heróica daqueles que viviam no Pirara, destacando a chegada de Ben Hart ao lugar, em 1914. Valerie Hart falou ao jornal que a GDF atirou em crianças correndo, assustadas. Na primeira foto de um dos revoltosos, apareceram Harry Hart e sua esposa, Valerie, junto aos filhos, Sharon, Zony, Nigel, Ingrid e Suzanne; esta última apareceu em destaque, dizendo que estaria disposta a fazer treinamento militar e voltar para o Rupununi com o objetivo de recuperá-lo.

No dia 11 de janeiro, deu-se o último destaque pelo *El Nacional* à Revolta. Outra vez o tom foi o de uma guerra heróica, destacando a retirada dos revoltosos entre lavrados, sob fogo do inimigo, num artigo assinado por Nestor Mora. Comentou-se que a retirada por 10 km através do lavrado salvou a vida dos rebeldes do Rupununi, sob fogo inimigo. Disse ainda que a Revolta aconteceu porque Burnhan poderia suspender as licenças sobre terras, dadas por um ano, depois que passassem para o Estado. Narrou a história da Revolta: a captura da rádio, prisão dos soldados, captura das pistas de pouso de avião. Aludiu ainda que eram 40 contra 200, que tiveram de enfrentar inclusive a utilização de lança-chamas pela GDF. Finalizou o artigo dizendo que ocorreram 27 baixas em Lethen e que um estudante foi capturado vivo<sup>226</sup>.

---

<sup>226</sup> Idem, pp. C-D.



## 5- ASPECTOS SUBJACENTES À REVOLTA DO RUPUNUNI: A AÇÃO DOS VENEZUELANOS

A Revolta do Rupununi foi um movimento que despertou grande interesse entre a intelectualidade e os militares venezuelanos: o Rupununi seria o primeiro passo para a conquista efetiva do Essequibo. Dentro deste interesse se pode ser pensada a presença de historiadores como Oropeza e Ojer, de funcionários graduados de Estado como Iribarren Borges e Taylhardat, ou ainda de militares como Daza. Todos compartilhavam de uma mesma aspiração: a conquista do Rupununi, e em comum tinham a juventude e ambição por reconhecimento. O sucesso na conquista do Essequibo asseguraria, sem dúvida, uma memória gravada em placa de cobre na *Plaza de los Próceres*, onde estão representações de heróis da história venezuelana em Caracas, lugar de desfiles militares e palco da exposição de presidentes da República em dias cívicos.

A busca por glórias da parte dos nacionalistas pró-essequibanos se somava à ambição de militares zelosos em garantir a continuidade de seus privilégios no governo de Leoni. Essa é uma possível análise da situação, considerando-se que Anacoco e o Decreto sobre o Mar Territorial foram ações mínimas para um projeto maior que era a conquista efetiva do Essequibo. Nesse sentido, a demanda dos fazendeiros do Rupununi encaixava-se perfeitamente nos projetos da reconquista desta região pretendida pela Venezuela. Além desse aspecto, há também uma explicação relevante dada pelo Coronel do Exército Venezuelano, Miguel Higuera Loreto, a Torrealba, e que Daza também apontou em conversas que tivemos: a de que os comandos militares da época estariam em combinação com os governantes a fim de que o movimento do Rupununi servisse como jogada política para que Leoni não entregasse o poder a Caldera:

En esos días se coló la información que, paralelamente al Movimiento Del Rupununi, los mandos militares de la época en combinación con los gobernantes de turno estaban haciendo un movimiento o jugada para justificar que el gobierno de Leoni no le entregara el poder a Caldera; sin embargo, se pude conocer que el Presidente Leoni no aceptó y aseguró que él entregaría el cargo a quien ganó las elecciones. Después que se supo esa versión ocurrieron muchas cosas; entre otras

eso hizo que le quitaran el armamento colectivo, lanza-cohetes y ametralladoras a los que estaban entrenado<sup>227</sup>.

Mas a desistência do apoio venezuelano, não desmobilizou o movimento. Taylhardat disse que os “ameríndios” decidiram levar adiante a Revolta, com seus próprios esforços, coincidindo outra vez com a afirmação de Daza, quando argumentou que os fazendeiros continuaram a Revolta por suas próprias iniciativas. Possivelmente, os revoltosos entenderam que já não podiam mais retroceder na decisão que haviam tomado, porque as armas já se encontravam no Pirara e as condições para a Revolta já tinham sido preparadas.

Portanto, o tempo entre o dia 26 de dezembro (23, de acordo com Daza), quando se passou a informação para se abortar o movimento, até o dia 01 de janeiro, data do início da Revolta, seria perfeitamente suficiente para desmobilizá-la. Mas, por que isso não ocorreu? Por que os treinamentos continuaram em Tumeremo? O depoimento de um jovem treinado no Forte traz a seguinte informação:

Fomos recebidos no Forte Turumbay [Tarabay?] por um capitão do exército que nos disse que dali em diante, ele e os outros 18 ou 20 seria o encarregado de nos instruímos no uso de diferentes tipos de armas de guerra e que depois viriam outros grupos de aprendizes. Durante o jantar, em uma casa desocupada numa praça de Tumeremo, onde passaríamos a noite, deram instruções de carregamento e descarregamento de fuzis, revólveres e pistolas. Fomos levados no dia seguinte e durante 05 dias consecutivos, à savana para praticar com diferentes tipos de armas, quando no último dia fomos avisados pelo capitão [certamente, Yépez Daza] que o Governo venezuelano havia sido avisado pela CIA sobre o que ocorria conosco e que deveria ser suspenso todo tipo de ajuda; havia-se comprometido o treinamento e que deveríamos abandonar o país o mais rápido possível. No dia 31 de dezembro todo o grupo foi levado (com armas de guerra e munições dadas pelo capitão), em avião do exército, até Santa Elena. No dia 01 de janeiro, durante a madrugada, tomamos um avião DC-3 que nos levou à Fazenda Pirara, no Rupununi, onde nos esperavam as famílias envolvidas na Revolta. Mantivemos ali uma reunião para discutir as estratégias, onde se decidiu proceder a tomada de Lethen, capital do Distrito de Rupununi, assim como outros povoados, de maneira escalada até controlar todo o território, assim como o Distrito Noroeste, também reclamado pela Venezuela. Em alguma hora da manhã

---

<sup>227</sup> TORREALBA, idem, p. 266.

chegamos a Lethen com o propósito de tomar os escritórios da polícia (*Small John Melville*).

Mais uma vez, o que deve ter se sucedido, é que o projeto de levar adiante a Revolta era parte da ambição pessoal, ligada ao nacionalismo em torno da Questão Essequibo, por parte de Taylhardat e os militares que conduziam o treinamento em Tumeremo. A verdade é que essa questão era tida como uma espécie de orgulho ferido de intelectuais<sup>228</sup>, militares e políticos das décadas de 60 e 70, e que foi se tornando mais ostensiva com a democratização da Venezuela iniciada por Betancourt, de tal forma que mesmo depois do fracasso da Revolta e a assinatura do Tratado de Porto Espanha, em 1970, sinalizando o fim da operação militar para a conquista do Essequibo e o congelamento por 12 anos na demanda venezuelana, grupos Pró-Essequibo floresceram na Venezuela, como a FUNDEFROBOL – *Fundación de Desarrollo Fronterizo Del Estado Bolívar* -, o *Movimiento Essequibo 02 de Enero*, *El Frente Patriótico Nacional*, e outras organizações ciosas em preparar eventos e comemorações a favor da região do Rio Essequibo, demonstrando que este problema sempre fora emblemático para os venezuelanos.

Depois que o governo tirou seu apoio, aqueles que conduziam os treinamentos e a estrutura militar da Revolta decidiram continuá-la, o que explica, inclusive, o carregamento de armas destinado aos revoltosos, enviado no dia 02 de janeiro, quando praticamente já estavam deixando o Rupununi. Daza disse ter sido ele quem enviara um pacote de armas modernas para substituir aquelas que eram exclusivas para treinamento. Taylhardat argumenta, por sua vez, ter sido esta uma iniciativa sua, como último aceno de ajuda aos revoltosos em debandada pela fronteira do Brasil. Aqui não importa quem tenha sido o autor da remessa de armas, o fato é que mesmo depois da sinalização para abortar o apoio

---

<sup>228</sup> Num ato, talvez, de desespero, padre Hermann González-Oropeza tentou envolver três jovens num incidente diplomático em Anacoco. Segundo Bryan Melville, padre Hermann levou-o de avião, com sua irmã Edna e Rock Jo, até Anacoco e os abandonou próximo da linha que divide o lado venezuelano do lado guianense. Para Bryan, padre Hermann desejava que eles fossem capturados pelos soldados guianenses por serem filhos de Teddy Melville, o que causaria um incidente diplomático da Guiana com a Venezuela, uma vez que os revoltosos passaram a ter cidadania venezuelana. Os três foram resgatados pelas freiras que mantinham uma missão no lugar e devolvidos, posteriormente, para os seus pais.

venezuelano à Revolta, ele continuou a existir através da livre iniciativa daqueles que estiveram liderando a organização do movimento em solo Venezuelano.

Um outro fator importante para se compreender o fato de a Revolta ter ido adiante mesmo depois da retirada oficial do apoio venezuelano, encontra-se na própria situação política no Rupununi: Valerie Hart saíra derrotada nas eleições de dezembro, pela UF, ocasião em que Burnhan havia sido reeleito. Nessa mesma época, começaram as denúncias de fraude eleitoral pela *United Force* (UF), principalmente depois de ser apresentado num canal de televisão de Granada, a *Granada Television*, no programa *World in Action*, o assunto: *The Trail of the vanishing voter*, no dia 09 de dezembro de 1968<sup>229</sup>. No programa, D'Aguiar denunciou a fraude dos eleitores “*overseas*”, como uma maneira de Burnhan ter vantagens eleitorais. Por outro lado, o próprio D'Aguiar vinha acusando Burnhan de aparelhar o Estado e usá-lo em benefício de suas ambições políticas na Guiana. A vitória de Burnhan significou o aumento da pressão para a estatização das terras do Rupununi. Essa situação, em específico, não deixava muita alternativa aos fazendeiros, o que em si explicaria os atos de violência contra os escritórios do governo em Lethen, e a morte dos cinco policiais.

Colina, numa monografia que segue a mesma linha de interpretação da maioria dos trabalhos escritos por venezuelanos sobre a disputa fronteira entre Venezuela e Guiana, invariavelmente marcados por um profundo teor nacionalista, diz que o conflito teria tido origem em função dos direitos constitucionais dos fazendeiros do Rupununi não terem sido respeitados por Burnhan, que além de racista, também estaria intimidando-os. Assim ele se refere:

Como se sabe Guyana pertencía a la Corona Británica, al ocurrir la independencia, las tierras pasaron a ser propiedad del Estado y quienes estaban asentados en ellas, se les permitía usarlas pero no las poseían legalmente. De esta forma, las tierras son otorgadas a través de licencias con una vigencia de un año, lo que le permite al gobierno desalojar a los ocupantes cuando así lo crea conveniente. Según Mora,

---

<sup>229</sup> Granada Television: *World in Action* transcripts: Guyana Election, 1968. CODE: ICS 23. No dia 06 de Janeiro de 1969 foi apresentado, no mesmo programa, o assunto *The Making of a Prime Minister*. Ver também em Spinner, op. cit, pp. 125-126.

los dueños de las haciendas existentes en la región sabían que Burnham tenía entre sus planes el de eliminar dichas licencias pues lo había expuesto en su programa político de las últimas elecciones<sup>230</sup>.

O próprio Burnham parecia saber os efeitos dessa situação: o controle militar do Rupununi foi rigoroso. No período que durou a Era Burnham, até 1985, o Distrito do Rupununi viveu sobre administração ostensiva da GDF. Edward Melville, filho de Charles e Edwina, relatou-me os incidentes que teve de enfrentar com a polícia depois de sua família conseguir retornar para Lethen: “havia muita perseguição, como se sentissem raiva dos Melville”.

Assim, um fator e outro empurraram os fazendeiros para a Revolta, mesmo sem o apoio oficial da Venezuela, que àquela altura já havia cedido um avião (comprado da *Rupununi Development Company*), utilizado no transporte de fazendeiros e jovens que iam ser treinados, armas e rádios de comunicação. Mesmo assim, muitos dos que estavam nela envolvidos e que foram treinados antes do dia 26 (23?) de dezembro, quando se deu a saída oficial da Venezuela de sua preparação, não sabiam que este país já não mais os apoiaria. A profunda ausência de comunicação entre os líderes e os revoltosos, somada à falta de motivação ideológica, precipitaram o fracasso da Revolta e o derrocamento dos fazendeiros como classe social no Rupununi.

Em momento algum, os ideais do movimento conseguiram influenciar os revoltosos, restringindo-se tão somente aos interesses daqueles diretamente afetados pela política de Burnham em relação às terras: os Hart, principalmente. Os jovens levados para treinamentos em Tumeremo, foram praticamente forçados a aderir ao movimento:

No começo eram quinze pessoas do Rupununi, dos quais acredito recordar os seguintes: Kenneth Melville, Ulric Ruffino, Bryan Melville, John Melville (Small John), Michael Melville (Catman), Colin Melville, Alan Davis, Loxley Davis, Ancil Singh (Talman), Dick Davis e Snake. Todas essas pessoas foram desinformadas, para não dizer enganados para entrar no avião que ia levá-los a Venezuela. Uns foram convidados para participar de uma pesca, outros para ir a uma festa,

---

<sup>230</sup> COLINA, op. cit.

etc. Uma vez no avião fomos informados do plano para desencadear a Revolta ( Bryan Melville).

No dia 23 de dezembro chegamos a casa vindo de Georgetown, meu irmão Michael e eu para as comemorações de natal, quando fomos convidados por Lawrence Hart a uma festa no Brasil. Fomos levados num Jipe até o Murirú, fazenda de Harry, onde passamos a noite. Ali nos embarcaram num avião, no dia 24 dezembro, pilotado por Dick Hart com destino ao Brasil. Durante o vôo fomos informados que se tratava de um plano revolucionário contra o governo da Guiana, e o destino a que nos levava era o acampamento de treinamento militar de Santa Elena... (Small John).

Mesmo os que diretamente estavam ligados aos líderes não tiveram um convencimento muito diferente daqueles rapazes:

Em dezembro, eu acho, meu irmão Harry me chamou para conversar e disse que tinha que ser uma conversa particular. Eu estava perto do frigorífico e respondi por que não poderia ser ali mesmo. Então nos afastamos um pouco e ele me falou sobre a organização da Revolta. Eu disse: mas por que isso? Ele respondeu que eu teria de decidir e poderia morrer muita gente. Eu pensei um pouco e disse que não queria minha família envolvida. Ele disse: que bom que você decidiu assim, porque caso contrário nós íamos de amarrar e te levar à força. Naquela hora pensei em desistir só pela maneira como ele falou comigo (Lawrence Hart).

Antes de chegar ao Rupununi, quando voltei para o natal, uma semana antes, não encontrei ninguém dos meus filhos em casa. Foram para a Venezuela, em um posto militar, levaram os rapazes; surpresa para mim. Eles deviam estar voltando para escola para estudar. Dois dias antes do ano novo eu não vi meus filhos. Os filhos depois chegaram reclamando que foram maltratados pelos militares. Ensinaram usar metralhadores, bazucas todas as coisas que utilizam na guerra. Agora sim, levam meus filhos, se Burnhan souber que meus filhos foram treinar em outros pais, é o nosso fim. Eu não sabia o que fazer. Eu falei com os filhos: o que vamos fazer. Eles disseram: temos que brigar; os aviões já estavam pousando no Pirara. Eu notei que lá era mesmo um lugar bom. Lá tem um grande cajueiro, eles estavam escondendo as armas lá (Teddy Melville).

Portanto, não havia uma convicção revolucionária ou um ardor patriótico pró-Rupununi, e mesmo os índios envolvidos na Revolta, assim fizeram por serem empregados nas fazendas, também não foram levados para treinamento na Venezuela, embora na concepção dos venezuelanos, aqueles que estavam sendo treinados eram ameríndios. Por isso, essa categoria tem mais a ver com a manipulação política feita por eles para os objetivos da Revolta, do que

propriamente uma realidade em si. Eles próprios jamais se reconheceram como indígenas, tanto que em *Ciudad Bolívar*, durante nossas conversas, isso era motivo de risos. Um deles chegou a me dizer: “Olha o exagero, até Maurice Mitchell foi considerado ameríndio”, mencionando o fato de ele não ter nenhuma característica física indígena.

Quando a Venezuela, através de assessores e militares, pensou beneficiar-se da insatisfação dos fazendeiros para a conquista do Essequibo, os revoltosos viram isso como a única alternativa viável que poderia assegurar suas permanências e suas propriedades no Rupununi: o jogo de interesses aproximou-os dos venezuelanos e vice-versa. Mas a Venezuela, devido a uma situação diplomática muito delicada em função de sua reclamação sobre o Essequibo, e concomitante ao andamento das negociações diplomáticas com a Guiana, em momento algum assumiu ter contribuído com os revoltosos. As acusações realizadas pelo Governo da Guiana sobre a sua suposta participação na Revolta do Rupununi foram rechaçadas a todo o momento pelo governo de Leoni. Tanto que o Ministro das Relações Exteriores, Ignacio Iribarren Borges, na análise de Colina, expressou à imprensa que a Venezuela não prestaria ajuda militar aos sublevados do Rupununi como havia solicitado Valerie Hart. Não obstante concedeu asilo político a mais de 100 refugiados guianenses, e a todos deu carteira de identidade venezuelana, bem como facilidades para trabalhar no país. Assim, tudo isso - a falta de ideologia política, a revolta contra Burnhan em decorrência da fraude eleitoral, a derrota de Valerie Hart, a iminência da perda das terras - esteve em andamento quando a Revolta se iniciou no dia 1º de janeiro de 1969.

Um caso que serve para corroborar a linha de raciocínio que se desenvolve aqui aconteceu entre as várias visitas minhas à Venezuela, quando comentava sobre o absurdo diplomático que a Venezuela se envolveria caso houvesse sucesso do movimento revoltoso. A região do Rupununi já havia sido arbitrada em 1904 (embora o Laudo de Paris de 1899 tenha dado à Grã-bretanha toda a região do Contestado), e que pelo tratado que definiu o divisor de águas

como a linha do limite entre os dois países - propósito levado adiante pelo coronel Xavier Lopes de Araújo, em 1882, que por seu trabalho recebeu o título de Barão de Parima -, as fronteiras do Brasil com a Venezuela iam da Serra do Imeri até o Monte Roraima, não se estendendo, portanto, até o Essequibo em decorrência do litígio com a Grã-bretanha. Então, se a Venezuela tivesse sucesso em sua demanda territorial, o divisor de águas continuaria sendo a linha para o limite fronteiro entre os dois países, o que colocaria o Rio Rupununi como fronteira oriental do Brasil. No entanto, uma vez que a Questão Pirara foi arbitrada colocando como limite oriental do Brasil o Rio Tacutu e não o Rio Rupununi, não teria sentido a Venezuela reivindicar e inclusive colocar essa região como parte da *Zona en Reclamación*.

A verdade é que havia entre os venezuelanos uma perfeita ignorância sobre a posição do Rupununi no contexto geopolítico da região, que dizia ser o lugar uma área que não poderia ser reivindicada por eles. Pode-se mencionar que o movimento secessionista pretendia criar um novo país, a República do Rupununi, mas para os venezuelanos o Rupununi era sim, parte do Essequibo, consequência de uma leitura literalista do Laudo de Paris. Mas, atualmente, ativistas pró-Essequibanos reconhecem o equívoco na interpretação das fronteiras entre Venezuela, Guiana e Brasil, no que se relaciona ao Rio Rupununi, e apontam-no como a fronteira oriental no litígio com a Guiana. Por isso, é comum hoje entre eles a frase: “conquistaremos o Essequibo e devolveremos o Rupununi ao Brasil”, dita por Torrealba e Daza em conversas<sup>231</sup>.

A partir desse raciocínio, a Revolta foi também uma consequência do fracasso da diplomacia venezuelana que levou ao Acordo de Genebra. A radicalização da reivindicação sobre o Essequibo com a invasão da Ilha de Anacoco, o Decreto sobre a faixa do mar guianense e o caso Taylhardat demonstraram a opção pelo caminho do acirramento diplomático, e quiçá, também militar. O caso Taylhardat, por exemplo, segundo Ishmael, serviu para mostrar que as autoridades venezuelanas estavam manipulando a comunidade de índios

---

<sup>231</sup> Um político do Rupununi me disse algo parecido: “vamos conquistar o Rupununi para nós”.



guianenses para promover uma “reivindicação espúria” sob a região do Essequibo da Guiana. No seu ponto de vista, esse tipo de ação parecia obedecer a uma seqüência de atos, como a tentativa abortada de estabelecer e financiar um partido de índios guianenses e uma variedade de outras formas para promover um movimento indígena favorável às ambições territoriais da Venezuela. Assim, ele alude:

The pattern of this Venezuelan involvement is easy to discern. Going back to the Talyhardat incident, the Venezuelan authorities have sought to manipulate the Guyanese Amerindian community to promote the spurious claim to the Essequibo region of Guyana. This was followed more recently by the abortive attempt to establish and finance a Guyanese Amerindian Party and in a variety of ways to promote an Amerindian movement favorable to Venezuela's territorial ambitions<sup>232</sup>.

Em função dessa situação, os fazendeiros do Rupununi passaram a ser interessantes para a Venezuela diante do objetivo da conquista da região do Essequibo. Mas, quais seriam os objetivos da Revolta? Não se duvida do fato de haver um interesse venezuelano em relação às insatisfações dos revoltosos. Porém não se deve perder de vista o quadro político que passou a predominar na Guiana depois de 1968, pois foi a partir dele que os interesses decorrentes dessa nova realidade social-política, passaram a estar em contradição com o dos fazendeiros, tornando mais sólidos os objetivos da Revolta.

## **6- A PARTICIPAÇÃO DA VENEZUELA: APOIO E RECUE**

Um artigo de Carlos Edsel, publicado no jornal *El Nacional* do dia 17 de fevereiro de 1999, intitulado “A 30 años de la rebelión del Rupununi”, procura esclarecer, através de depoimentos de Germán Gonzáles Oropeza e com uma entrevista com Rafael Caldera, os passos da organização da Revolta na Venezuela e a vinculação do Presidente Leoni à causa dos revoltosos. Diz ele:

Fueran realizadas innumeradas reuniones con Mora y la cancillería venezolana. Fueron revisadas una e otra vez los pormenores del plan. Finalmente, con la visa del presidente Raúl Leoni, se tomó la decisión de llevar adelante la iniciativa. (...) Para tal fin, los diplomáticos venezolanos en Guyana hicieron innumerados contactos con líderes

---

<sup>232</sup> ISHMAEL, idem, parte 5, “Venezuelan pattern of hostility”.

adversos al gobierno de Burnhan y partidarios de la integración a la nación bolivariana, así con las familias más prominentes familias, a través de Jimmy y Valerie Hart<sup>233</sup>.

Edsel deixa evidente uma situação que depois se tornaria amplamente conhecida: a participação do governo venezuelano na preparação e organização da Revolta, como prosseguimento da diplomacia agressiva de Leoni.

Durante el año de 1968, el gobierno venezolano empezó el plan de aliciamiento de los residentes de la área del Rupununi. Para tal fin, los diplomáticos venezolanos establecidos en Guyana hicieron innumerables contactos confidenciales con dirigentes adversos al gobierno del primer Ministro de Guyana, Forbes Burnhan, y simpáticos a la causa de integrarse a Venezuela, así como las familias más prominentes y empresarios del Rupununi. Por intermedio de los Hart - Jimmy e su esposa Valerie [Valerie era esposa de Harry Hart e não de Jimmy] - el Gobierno venezolano estableció los contactos con las familias políticamente más influyente en Rupununi, tal como Melville y Davies, y ellas por su vez extendieron entre los obreros de sus fincas y de sus empresas, y después entre la gran mayoría de los habitantes de la región, la idea libertadora de separarse del gobierno despótico y racista de Burnhan<sup>234</sup>.

O planejamento, como demonstra o autor, decorreu da interferência do padre Hermann, que foi um dos *experts* chamado pelo governo venezuelano para revisão documental sobre o Essequibo, tanto que Teddy encontrou-o fazendo anotações durante a reunião em Caracas. Edsel inclui ainda o padre del Rey:

Los dos jesuitas, José del Rey y Germán Oropeza, después de varios meses de cuidadoso planeamiento de la acción, la propusieron formalmente al entonces Ministro de las Relaciones Interiores de Venezuela, doctor Reinaldo Leandro Mora. Después de innumerables reuniones entre la Cancillería y el MRI, estudiando los pormenores de esa audaz acción, y, finalmente, con la aprobación del entonces Presidente Constitucional de la República, Raúl Leoni, se la determinó ejecutarla<sup>235</sup>.

Valerie Hart, segundo Edsel, ao deixar o Rupununi no dia 01 de janeiro de 1968, quando a ajuda venezuelana não chegou, dirigiu-se a Caracas com objetivo de insistir por ajuda como forma de evitar o “massacre” contra os

---

<sup>233</sup> Idem, ibidem.

<sup>234</sup> Idem, ibidem.

<sup>235</sup> EDSEL, idem.

revoltosos pelas tropas de Burnhan. Na ocasião teria feito um pronunciamento, na condição de Representante do Governo Provisório, aos meios de comunicação da Venezuela:

Nosotros, habitantes del Rupununi de la Guiana Esequiba y en consecuencia, venezolanos por nacimiento, secundo el Artículo V [VII] de la Constitución Nacional, hacemos un llamado al pueblo e a las fuerzas armadas de Venezuela para que nos ayuden a impedir que las hordas del Primero Ministro de Guiana nos masacren<sup>236</sup>.

Ainda na mesma linha de raciocínio, o pedido de Valerie não teria encontrado o apoio esperado, sobretudo junto a *Confederación de Trabajadores de Venezuela*, Fedecámeras e partidos políticos, devido à conjuntura política da ocasião. A CTV, através de seu presidente, Gonzáles Navarro, teria dito que

... que el inconveniente que geraria para la estabilidad democrática, el retorno del Rupununi de un general victorioso, que después de recuperar ese territorio para nuestro país, tenia tanto prestigio entre los venezolanos que pondría en peligro la democracia partidaria, el cual se entraría en el mundo de los arreglos y de la corrupción que caracteriza el sistema político venezolano de nuestros días, en cual los dirigentes parecen apreciar mas la concupiscencia del poder de que la integridad territorial de nuestra patria<sup>237</sup>.

Entre outros motivos, havia certa resistêcia ao movimento do Rupununi por temor às pressões externas que a Venezuela poderia sofrer. Edsel diz que a Venezuela “não apoiou o levante porque teve medo da forma como os organismos internacionais julgariam seus atos; teve medo de que a chamassem de imperialista e expansionista”<sup>238</sup>.

Naquela época, a Venezuela vivia uma conjuntura política de transição, em que a AD deixava de governar. As iniciativas da diplomacia agressiva não valeriam mais no governo de Rafael Caldera, da COPEI que havia optado pela diplomacia prática, em que as soluções para o Essequibo se dariam no âmbito da Comissão Mista que culminou no chamado *Protocolo de Puerto*

---

<sup>236</sup> EDSEL, op. cit. p. 42. O assunto também foi comentado em *El Globo*, 18/08/1995.

<sup>237</sup> EDSEL, idem.

<sup>238</sup> Idem, ibidem.

*España*, congelando a reclamação venezuelana por 12 anos. O próprio Caldera manifestou sua posição a respeito do movimento a Carlos Edsel:

Rafael Caldera, líder social cristiano, en una fiesta de final de año, en 1987, dije que Raul Leoni lo informó de los pormenores de la Revuelta que se preparaba. Y Caldera no quiso ver la Venezuela envuelta en un conflicto internacional que dificultase su gobierno. Y Caldera dije que lo departamento de Estado Norte-Americano manifestó que los Estados Unidos no estarían dispuestos a permitir que se alterase la paz e la orden geopolítica de la región. Y el Brasil había mencionado que se haría presente en la zona de conflicto, caso los venezolanos interviesen, por consideraren la región parte de sus intereses geopolíticos en el continente<sup>239</sup>.

Portanto, segundo Edsel, é dentro de um quadro de interesses da geografia política da região, que se pode entender a ausência militar da Venezuela na ocasião da Revolta do Rupununi. Edsel alude que “a Venezuela lançou a pedra e escondeu a mão”, numa referência à sua desistência em apoiar os revoltosos:

En la verdad, la Venezuela, en el momento en que se produzco el levante del Rupununi, tenían todo a su favor para recuperar ese territorio, ya que el Rupununi, situado en la frontera con Brasil, es una zona asolada, sin vías de comunicación terrestres y fluviales, lo cual se llega solo por avión. Esa condición geográfica, que había sido tan bien aprovechada por la Venezuela para apoyar la gestación del levante, no fue el mismo cuando estero la Revuelta. En realidad, el gobierno de Dr. Raúl Leoni temió cuando el gobierno guianense respondió con sangre a la Revuelta, el escándalo que provocaría en organismos internacionales, y tal vez su condenación por los países del tercer mundo...<sup>240</sup>.

A realidade é que bem antes da Revolta iniciar, já não havia disposição da Venezuela em apoiá-la. Então, se havia a convicção de que a ajuda venezuelana não chegaria, qual então o motivo de prosseguir com o movimento? A única resposta possível é a de que os venezuelanos esperavam que os revoltosos tivessem sucesso no desencadeamento da Revolta, em primeiro lugar, e que pudessem, com suas próprias forças, ocupar militarmente todo o Rupununi, em segundo lugar. Por outro lado, havia a firme convicção de que a Revolta arrastaria a população do Essequibo para os seus objetivos, o que não aconteceu.

---

<sup>239</sup> Idem, ibidem.

<sup>240</sup> Idem, ibidem.

Como houve fracasso militar e não se deu a esperada adesão das comunidades indígenas do Essequibo, então os venezuelanos preferiram assistir à distância e ver os fazendeiros sofrerem as conseqüências do movimento. Por isso, entre os revoltosos existem muitas especulações a respeito da desistência da ajuda venezuelana, pois fora este país que conspirou para que ela acontecesse, como pretexto para a ocupação do Essequibo.

As características que cercaram o movimento produziram tais efeitos, e nenhum dos revoltosos pôde, por isso, construir uma imagem sólida da Revolta, transformando-a numa espécie de movimento misterioso. Nenhum revoltoso entende a derrota da revolta, ligando-a ao fracasso da Venezuela em recuperar militarmente o Essequibo ou ao descenso das famílias Hart e Melville no Rupununi, senão mencionam tão somente à ação da CIA, à astúcia de alguns membros das famílias envolvidos no movimento e interesses de Burnhan.

Existem, por isso, várias conjeturas sobre a ausência na Venezuela no movimento por parte dos revoltosos: muitos dizem que os chefes da Revolta traíram o movimento, principalmente Harry Hart, ou que Valerie teria ficado com o dinheiro do financiamento da Revolta; outros, que havia um interesse e participação de Burnhan, em associação com Valerie, desde o início para tirá-los da região; e ainda existem aqueles que dizem que a Revolta fracassou pelo fato de a CIA ter descoberto os planos. A verdade, é que até hoje não lhes foram esclarecidos os motivos da decisão venezuelana em apoiá-los e tampouco justificativas que os levou a abortar o apoio ao movimento no dia 23 de dezembro de 1968.

## CAPÍTULO V

### A GUIANA E OS DESDOBRAMENTOS DA REVOLTA

#### 1- INFORMAÇÕES PRELIMINARES

No dia 26 de maio de 1966, a Guiana Britânica tornou-se um país independente, e Forbes Burnhan fora conduzido à condição de Primeiro Ministro do novo Estado. Cinco anos antes, Cheddi Jagan havia viajado a Londres e a Nova Iorque com objetivo de conquistar adesão da comunidade internacional à causa da independência da Guiana. Jagan e Burnhan estiveram juntos no PPP, nas eleições de 1957, quando o partido conquistou 09 das 14 cadeiras do Conselho Legislativo. Burnhan, alegando que 40% do eleitorado não haviam votado, criou o PNC, depois das eleições. Por essa época, o Rupununi ainda não vivia uma situação de confronto com Georgetown, dado o fato de a colonização ser apropriada ao contexto social vivido pelos fazendeiros.

Jagan e Burnhan tornaram-se personalidades proeminentes no pós-guerra e fundamentais para conduzir o processo de independência da Guiana, num momento em que se iniciava a descolonização do mundo, num ambiente, político e ideológico dominado pela Guerra Fria. Nesse contexto, novas demandas políticas deram uma outra face à Guiana Britânica, pela emergência de segmentos sociais que puderam encaminhar suas reivindicações político-econômicas, todavia num ambiente profundamente marcado pela disputa étnica que polarizou dois destacados grupos político-étnicos: Indoguianeses e Afroguianeses; e Cheddi Jagan<sup>241</sup> e Forbes Burnhan representavam esta polarização, respectivamente. A partir deste momento os fazendeiros passaram a participar da vida política na colônia, através da UF - fundada em 1960 por comerciantes brancos e constituída de homens de negócios da Guiana -, representante do *status quo*.

---

<sup>241</sup> Jagan teve uma origem humilde, seu pai era motorista, e seu baixo extrato social lhe permitiu uma penetração entre os indoguianeses pobres, destarte conduzindo-o também a abraçar o marxismo, sobretudo depois dos contatos políticos, quando estudou em Georgetown e, posteriormente, nos Estados Unidos, onde se graduou em odontologia, ocasião também em que se casou com Janet Rosenberg. (Ver: SIMMS, Peter. *Trouble in Guyana*. London: George Allen & Unwin Ltd., 1966, p. 81).

## 2 - CHEDDI JAGAN E O PPP

. Somente após a Segunda Guerra Mundial foi que se sistematizou na Guiana o caminho para independência,<sup>242</sup> que passou a ser associada ao nome de Cheddi Jagan. Em 1943 Jagan tornou-se tesoureiro do *Man-power Peoples Citizen Association* (MPCA) -, criado em 1937, em sua maioria, formado por trabalhadores indoguanenses da cana-de-açúcar<sup>243</sup>.

Mas Jagan, assumidamente marxista, estava insatisfeito ante a ausência de uma proposta de reforma política econômica na Guiana, somado ao acirramento dos movimentos de trabalhadores ligados ao PAC e a *Guyana Industrial Working Union* - GIWU, de acordo com Huntley, fundou o PPP, em 1950, cuja base era o PAC. Huntley<sup>244</sup>, numa das biografias de Jagan, diz que o PPP foi o primeiro partido político moderno a ser formado no país por fazer campanha em nome de uma nova forma de votar e nova constituição. De fato seus objetivos propunham uma ampla reforma na Guiana: o manifesto de sua fundação pregava o fim do sistema colonial e o direito ao voto depois da idade dos 18 anos, posições que forçaram aqueles relacionados ao sistema colonial a criar a UF, partido ao qual os fazendeiros do Rupununi estariam relacionados.

Em 1953, o Governo Britânico suspendeu a constituição e fechou o escritório do PPP sob a acusação de que o partido desejava introduzir na Guiana uma ditadura comunista, mesmo que sua principal bandeira não tenha sido a

---

<sup>242</sup> Forbes Burnham veio de uma família de três filhos. Seu pai era diretor de uma escola metodista o que lhe possibilitou uma boa educação na colônia. Concluiu seus estudos em Londres, onde se graduou em direito. Porém, Burnham, diferente de Jagan que fora afetado pela pobreza, era parte de um extrato social discriminado, no qual os *coloreds*, da *League of Colored People*, formavam a elite mestiça.

<sup>243</sup> Em 1946, ele, sua esposa e outros, formaram o *Political Affairs Committee* (PAC), que passou a promover idéias marxistas e a defender a descolonização e independência da Guiana. Janet Jagan, junto com France Stafford e Winifred Gashin fundaram, também em 1946, a *Women's People Economic Organization* (WPEO), uma frente na qual as mulheres podiam fazer parte dos assuntos relativos à política do país. O PAC participou das eleições de 1947 através do Partido Trabalhista, de J. B. Singh, de ideologia de centro direita, e permitiu a Jagan uma cadeira no Parlamento.

<sup>244</sup> HUNTLEY, Eric L. *The life and times of Cheddi Jagan*. London: bogle L'ouverture Press Ltd., 1994, pp. 75-76.

ditadura do proletariado, mas sim a independência nacional. Para Jagan<sup>245</sup>, a suspensão da Constituição decorreu da pressão dos Estados Unidos para que o PPP se conformasse à sua política anticomunista para a América do Sul. Dizia que quem estava sendo julgado não era o comunismo, mas a democracia<sup>246</sup>.

Em agosto de 1961, a Guiana passou a ter uma nova Constituição, e nas eleições que a seguiu o assunto político em destaque foi a independência do país, e Jagan, saindo vitorioso das urnas, submeteu à Assembléia Legislativa a moção de independência da Guiana, que foi aprovada por 31 votos favoráveis, contra 04 da UF, de Peter D'Aguiar, ocasião em que Teddy Melville era um dos representantes deste partido na Assembléia..

## **2- FORBES BURNHAN CONTRA CHEDDI JAGAN**

No período que antecedeu a independência da colônia, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, havia uma profunda ausência de lideranças entre os afroguianenses, e Burnhan despertou na política para preencher esse vazio nos anos 40.

O PPP fundado por Jagan defendia ideais multiétnicos e de esquerda, o que inquietava o governo britânico e todos aqueles relacionados a ele, num momento em que se consolidava a prosperidade da criação de gado na região do Rupununi. Enquanto Jagan era o defensor do PPP no parlamento, Burnhan tornou-se seu presidente. Nas eleições municipais de 1950, Janet Jagan fizera-se vitoriosa, sendo esta a primeira vitória de fato do PPP. Embora Burnhan não tivesse sido eleito, sua voz ecoou profundamente entre os afroguianenses de

---

<sup>245</sup> JAGAN, Cheddi. *The West on Trial. My Fight for Guyana's Freedom*. London: Michael Joseph, 1966, p. 107.

<sup>246</sup> Idem, *Forbidden Freedom: the story of British Guiana*. International Publishers Co. Inc, 1954, p. 95. Também Um ano antes, um dos mais fortes opositores de Jagan, Lionel Luckhoo, descendente de uma família indiana de negociantes ricos, membro do Conselho Legislativo e que em 1953 havia fundado com John Carter, um proeminente advogado negro, o *National Democratic Party* (NDP), para ser uma organização multirracial, declarou que o PPP era “dominado pela linha soviética comunista”. O NDP era constituído de membros da *League of Colored People*, formado por afroguianenses de classe média, portugueses e indoguanenses (Cf. SPINNER JR., Thomas J. *A political and social history of Guyana, 1945-1983*. Colorado: West view Press, 1984, p. 35.)



Georgetown. A partir de 1950, a guisa do processo de descolonização que se seguia pelo mundo, a Inglaterra recomendou o sufrágio universal na Guiana, o que em si permitia ao PPP participar da eleição nacional e também formar um governo, embora o poder ainda permanecesse em mãos britânicas.

Nas eleições de 1953, o PPP, de base popular, somado ao apoio de setores de outros grupos étnicos, possuía coeficiente eleitoral substancial para sagrar-se vencedor nas eleições nacionais, embora grupos mais conservadores acusassem-no de comunista, mesmo sendo sua plataforma basicamente nacionalista<sup>247</sup>. O *Nacional Democratic Party*, o *United Party* e o *United National Party* foram duramente derrotados pelo PPP, que ficou com 18 cadeiras, contra quatro de outros partidos, fazendo de Jagan o Primeiro-Ministro e levando Burnhan à condição de Ministro da Educação. Mas Burnhan almejava bem mais do que a posição de uma estrela pálida no espectro político guianense, queria ser o único líder do PPP, e o ameaçava com uma dissidência, situação que foi superada com a distribuição de cargos entre seus partidários.

A vitória do PPP levou Jagan a ser acusado de comunistas por forças conservadoras na Guiana, tanto que para justificar a decisão britânica da Casa dos Comuns de suspender a Constituição, a vinculação de líderes guianenses às ideais comunistas foi usada como justificativa para a intervenção na colônia:

What emerges from British Guiana is a coherent picture of ministers dominated by communist ideas, who are ... threatening the order of the colony, threatening the livelihood of its inhabitants and undermining not only its present economic stability but also chances of building it up...

---

<sup>247</sup> A aproximação do PPP com a *Guyana Industrial Working Union*, provocou acusações por parte da administração colonial de que existia uma tentativa de controlar a vida econômica da colônia, visto como um desafio à autoridade do governador colonial. Jagan foi acusado de radicalismo pelos setores conservadores da sociedade guianense, por tentar dar ao seu programa de governo um ritmo acelerado para ampliar a presença do Estado na economia. A resposta veio com uma greve convocada pela GIWU em defesa de Jagan, e no dia 03 de outubro de 1953, Wiston Churchill suspendeu a nova Constituição da colônia, influenciado pelo Governador da Guiana Britânica, Sir Alfred Savage - que antes estivera administrando Barbados -, sob a acusação de que Jagan estaria levando a Guiana para a influência dos Russos. Smith aduz que para acalmar os distúrbios decorrentes da greve foram enviadas tropas para debelar os manifestantes (Cf. SMITH, op. cit. pp. 163-169. Ver também WOOLFORD, Hazel. *A history of political alliances in Guyana: 1953-199*, In: *Guyana Chronicle*, abril de 2000, pp. 37-39).

they are unfortunately all part of the deadly design to turn British Guiana into a totalitarian state dominated by communist ideas<sup>248</sup>.

Até 1957, a Guiana Britânica fora governada por interinos, e neste período se acentuou as diferenças políticas entre Jagan e Burnhan. As acusações de devoção ao comunismo feitas por Burnhan contra Jagan eram acompanhadas por sua defesa em favor do nacionalismo, o que se exacerbou em 1955, quando conseguiu derrotar Jagan nas eleições internas do PPP. A vitória de Burnhan tornou evidente a fissura experimentada pelo PPP, que diretamente passaria a simbolizar a divisão étnica na Guiana que doravante o país viveria.

Justamente esse PPP dividido foi às eleições de 1957, para revisar a constituição da Guiana e estabelecer um governo limitado, controlado pelo conselho legislativo. As duas alas do PPP recorreram ao discurso étnico para garantir posições nas eleições. O PPP saiu vitorioso, sobretudo apoiado pelos indoguianenses que formavam a maioria do eleitorado. Não obstante, Burnhan, em decorrência dos resultados obtidos nas eleições, percebeu que teria de atrair a classe média negra, e não poderia fazê-la estando tão próximo dos ideais socialistas de Jagan. Mas como conciliar algumas plataformas nacionalistas e socialistas com os interesses da classe média, que se assustava com suas posições pró-socialistas? As eleições de 1957 indicariam o caminho que Burnhan seguiria: os apelos étnicos, que para Bartels<sup>249</sup>, transcenderam os interesses de classe entre os negros e amalgamaram-se num só interesse<sup>250</sup>.

Burnhan, então, aproveitando-se da insatisfação entre os negros em relação ao PPP, aproximou-se do *United Democratic Party* (UDP) e criou uma

---

<sup>248</sup> NASCIMENTO, Kit e BURROWES, Reynold, "Introduction", in: BURNHAN, Forbes. *A destiny to mould*. Trinidad and Jamaica: Longman, 1970, p. XIX.

<sup>249</sup> BARTELS, Dennis. Class conflict and racist ideology in the formation of modern guyanese society. In: *Canadian Review of Sociology and Anthropology*. Toronto, 1977, pp. 396-404.

<sup>250</sup> Um outro evento colaboraria para afastar os afroguianenses de Jagan, fazendo fracassar seu ideário de criar um país multiétnico. Foi quando as colônias do Caribe estiveram empenhadas em formar uma Federação do Caribe, e a união do Caribe e Guiana era uma das bandeiras do PPP. Mas indoguianenses viam com maus olhos essa associação temendo sofrer concorrência nos empregos por conta do grande número de afroguianenses miseráveis nos países caribenhos, que poderiam ocupar postos de trabalho na Guiana, que eram até então de indoguianenses. O veto de Jagan à formação da federação, definitivamente distanciou os afroguianenses do PPP.

nova organização, o PNC, sete anos depois de criado o PPP. Segundo Hantley<sup>251</sup>, a população da Guiana sentiria o fim da sociedade entre Burnhan e Jagan, porque ela teria sido um meio de unir as duas maiores comunidades da Guiana, e de conciliar suas diferenças para a luta pela independência da colônia em relação à Grã-bretanha.

Com a criação do PNC, definitivamente o ideário de uma Guiana multiétnica havia fracassado. Na avaliação de Smith, Burnhan passou a depender do eleitorado negro urbano e, muitas vezes, para reforçar sua aproximação com os afroguianenses, juntou-se a grupos antiíndianos<sup>252</sup>. Como recorda Bartels<sup>253</sup>, a polarização política entre Jagan e Burnhan, doravante não deixará de ser ideologicamente étnica.

Quando a UF passou a fazer parte da coalizão com PNC, as acusações contra o esquerdismo de Jagan, experimentavam seu ápice, ocasião em que Burnhan apresentou-se como uma opção à possibilidade de se instalar na Guiana um governo alinhado a Cuba e aos soviéticos. No Rupununi, a iminência de um governo comunista assustava os fazendeiros, zelosos em conservar seus privilégios em relação à posse da terra. Embora, muitos fazendeiros experimentassem preconceitos contra os negros, Burnhan pareceu-lhes viável para se opor a Jagan, posição da UF, de quem os fazendeiros eram aliados.

#### **4 - ASCENSÃO DE BURNHAN E A INDEPENDÊNCIA DA GUIANA**

O PNC de Burnhan e a UF, de Peter D'Aguiar, argumentavam que Jagan, do PPP, não fora eleito pela maioria do eleitorado nas eleições de 1957<sup>254</sup>. Mesmo depois de Jagan, após a Conferência Constitucional de 1960, ter oferecido quatro postos ministeriais ao PNC, Burnhan seguiu empenhado em invalidar as eleições em que o PPP saíra vitorioso. A discussão a respeito da proporcionalidade nas eleições acabou por retardar a independência, e para

---

<sup>251</sup> HANTLEY, op. cit. 81.

<sup>252</sup> SMITH, op. cit. pp. 182-183.

<sup>253</sup> BARTELS, op. cit. pp. 396-400.

<sup>254</sup> SPINNER, op. cit. p. 75.

Jagan tudo era um jogo para tirá-lo do poder em função de suas posições socialistas e nacionalistas, que diretamente contrariavam os interesses britânicos para a Guiana<sup>255</sup>.

A posição de D'Aguiar, declarado oponente do PPP e aliado dos fazendeiros do Rupununi<sup>256</sup>, estava próxima daquela tida pela igreja católica, insatisfeita com as idéias socialistas de Jagan, e era também simpática às organizações indígenas, que não viam com bons olhos o programa de distribuição de terras sugerido pelo PPP. Jagan, por sua vez, argumentava que forças externas pretendiam sua destruição, tanto que durante o ano de 1961, a campanha eleitoral foi monitorada pela CIA, que, entretanto, não conseguiu afetá-lo diretamente<sup>257</sup>.

Na avaliação de Woolford<sup>258</sup>, certamente, em função da ideologia do PPP e PNC, havia interesse na formação de alianças mútuas, porém o fator da distribuição desigual de poder continuaria dificultando-as. Todavia, Burnhan passou a cultivar a imagem de um político de posições moderadas, totalmente contrária às idéias socialistas de Jagan. Insistia na necessidade de desenvolver a Guiana, sem confiscar ou expropriar, mas levar a “guianização a todos os setores da sociedade guianense”<sup>259</sup>.

---

<sup>255</sup> Nas eleições de 1961, o PPP teve de travar uma árdua batalha em todas as frentes: primeiro tendo de enfrentar um PNC, praticamente tido como unanimidade entre os afroguianenses de diversas classes sociais; segundo, internamente por sua posição ideológica, em que Jagan era um mentor socialista, tendo que fazer frente aos partidos conservadores, especialmente a UF, de Peter D'Aguiar, que representava os interesses de grandes comerciantes portugueses e fazendeiros, entre eles os do Rupununi.

<sup>256</sup> Ishmael diz que algumas das pessoas da UF eram membros da Cruzada Anticomunista Cristã, baseada nos EUA, que viajava pelo a Guiana organizando reuniões e distribuindo a propaganda anti-PPP. Os membros desta organização também deram apoio, de diferentes formas, a favor da UF, e se autodenominavam Defensores da Liberdade. Ver: Ishmael, op. cit.

<sup>257</sup> Spinner diz que “...During the 1961 election campaign, they were joined by the CIA, but a sustained campaign to remove Jagan had not been mounted. Washington's distaste for Jagan, however, was ultimately decisive - the marxism must be ousted prior the independence. There would required exploration. One very promising approach to subversion might be the black-controlled trade unions the Georgetown.”. (op. cit. p. 91).

<sup>258</sup> WOOLFORD, op. cit.

<sup>259</sup> A “guianização” significava uma alternativa ao socialismo de Jagan e ao capitalismo de D'Aguiar. Significava o cooperativismo socialista, que envolveria a produção e a distribuição de

A eleição de 1961 era vista pelos partidos como o retorno da autonomia conquistada no ano de 1953, só que desta vez sob uma constituição reformada, que introduziu o sistema bicameral constituído por 35 cadeiras, somado a um senado de 13 membros designados pelo governador. O cargo de Primeiro Ministro deveria ser ocupado pelo partido que fizesse maioria na assembléia legislativa.

O PPP outra vez saiu vitorioso, conquistando 22 cadeiras contra 11 do PNC e 4 da UF, dentre elas, uma passaria a ser ocupada por Teddy Melville. Contudo, as marcas de uma eleição profundamente étnica não foram apagadas, e ainda, Jagan aproximou-se mais do bloco soviético e de Cuba, tendo logo após a eleição, visitado este país, acentuando ainda mais a crise política na colônia. Situação que fora agravada pela posição contrária dos EUA em relação ao governo de Jagan, num cenário de luta contra os comunistas em toda a América Latina, especialmente depois do fracasso da invasão da Baía dos Porcos<sup>260</sup>. O PPP passaria a enfrentar uma forte campanha de desestabilização de seu governo, financiada pela Grã-bretanha e pelos Estados Unidos<sup>261</sup>.

---

riqueza em toda a Guiana. Depois da nova constituição em 1970, Burnham impôs à Guiana seu projeto de guianização, baseado no cooperativismo. Em discurso em uma rádio em 1961, Burnham apontou o projeto do político do PNC para a sociedade guianense:

"To have a properly planned programme of industrial development and to avoid wastage certain institutions are necessary:

a- An Economic Planning Unit staffed with economists, statisticians and other experts for the collection, analysis and collation of relevant data.

b- An Industrial Development Corporation to secure the rationalization of existing industries and the development of new ones.

c- A Finance Corporation for the financing on various projects, and

d – A Central Bank, coordinating banking policy and regulating local and foreign currency

The direction and content of the programme must be the sole and undisputed responsibility of the government. On this, there can be no compromise. In this context private enterprise can and will be encouraged to make a contribution. We will not seek to confiscate or expropriate; we shall merely firmly insist on proper labour practices and the observance of the principle of Guianisation at all levels and all times". In: BURNHAM op.cit. p.11.

<sup>260</sup> De acordo com Walton, o governo dos EUA havia decidido subverter as eleições na Guiana para impor uma alternativa a Jagan, que estaria colocando o país na órbita do Bloco Soviético. Ver: WLATON, 1972, pp. 210-212, *apud* SPINNER op. cit., p. 85.

<sup>261</sup> Ver: Inter-American Defense College. *Country Study: The Republic Cooperative of Guyana*, 2002, p. 16 e também os relatórios do Foreign Relations of the United States, 1961-1963, Volume

O PNC e a UF, os maiores opositores de Jagan, não lhe dariam trégua. Burnhan argumentava que as eleições não foram legítimas porque se deram com base na raça<sup>262</sup>, “africanos votaram nele, os indianos no PPP e os portugueses na UF”<sup>263</sup>, e os distúrbios em Georgetown tornaram-se freqüentes entre os anos de 1962 e 1963. No ano de 1964, Jagan provavelmente tenha enfrentado a maior campanha de desestabilização de seu governo. O MPCA, apoiado por PNC de Burnhan, decretou uma greve de 11 dias; o PPP, através da União dos Trabalhadores Agrícolas (*Guiana Agricultural Workers Union - GAWU*) organizou uma marcha em Georgetown a favor de novas leis trabalhistas, desafiando a organização do MPCA. A capital tornou-se uma praça de guerra entre os partidários de Jagan e os partidários de Burnhan. O próprio Jagan descreveu o resultado dos confrontos:

The pickets of 1964 became a nightmare. Approximately, 2.668 families that involved 15.000 people were forced to abandon their houses and to settle in the communities of the own ethnic groups... More than 1.400 houses were destroyed by the fire. A total of 176 people was died and 920 wounds. The damages to properties arrived to the figure of \$4.3 million, approximately. More than 1.542 people lost their jobs<sup>264</sup>.

Uma greve geral, no dia 18 de abril de 1964, levou o governador a declarar estado de emergência, o que não foi suficiente para serenar os ânimos

---

XII - American Republics. Washington: United States Government Printing Office, 1996, onde se encontram vários relatórios que deixam evidente uma inquietação com as posições políticas de Jagan.

<sup>262</sup> Raça aqui é uma categoria étnica, freqüentemente utilizada na Guiana. Ver por exemplo, o capítulo “Racial Warfare and Foreign: Intervention”, do livro de SPINNER, *A Political and social history of Guyana 1945-1983*, pp. 80-112. Ver também a mesma discussão no artigo de Paul N. Tennessee, intitulado GUYANA THE RACE PROBLEM 1965-1992, disponível na rede mundial no endereço [http://www.guyanajournal.com/race1\\_pt.html](http://www.guyanajournal.com/race1_pt.html), acessado em 23/06/2005; o discurso de embaixador Odeen Ishmael na abertura do Fórum sobre a diáspora na Guiana, realizado na Howard University, Washington DC, em 14 de dezembro de 2002, ou ainda as teses do simpósio sobre etnicidade e integração realizado na University of Guyana Hindu Society (UGHS), Georgetown, entre os dias 29 e 30 de abril de 2004.

<sup>263</sup> Burnhan mencionou que: “...by and large the voting was on the basis of race, more so in the case of the People’s Progressive Party, as most of us can recognize how few Indian votes the People’s National Congress did succeed in getting. The United Force ... got the bulk of the Portuguese and the PNC the bulk of the African vote”. (Ver: Burnhan, op. cit.p.15). A respeito, confira também Spinner op. cit., p. 90.

<sup>264</sup> JAGAN,op. cit. pp. 296-297.

entre os partidários das duas facções, sobretudo quando a GAWU conclamou os trabalhadores de açúcar para o movimento marcado para janeiro de 1964. Jagan quis liderar um grupo desses trabalhadores, aguçando ainda mais o clima de tensão. Por conta dessa situação, o governador colonial solicitou intervenção de tropas britânicas para restaurar a ordem, suspendendo também todos os direitos políticos, levando à detenção de 32 ativistas do PPP, inclusive um deputado<sup>265</sup>, pois, como aludiu um artigo do *The Washington Post*, a Grã-bretanha passou a considerar a greve geral como pró-comunista<sup>266</sup>.

Os partidos políticos, na avaliação de Hope, para restabelecer a ordem passaram a exigir uma reforma na constituição, de maneira a permitir uma representação mais proporcional, e colocar fim ao sistema bicameral<sup>267</sup>. Mesmo contra a vontade do PPP, as reformas foram encaminhadas e novas eleições convocadas, em outubro de 1964. O PPP de Jagan, que considerou as eleições fraudulentas, conseguiu 24 cadeiras, e o PNC, 20 cadeiras; a UF, 11 cadeiras. O PNC e UF formaram uma coalizão para conseguir a maioria na Assembléia, e Burnhan fora feito Primeiro Ministro.

Com a vitória, Burnhan conseguiu pacificar a colônia e afastar o perigo comunista rompendo relações diplomáticas com Cuba e instituindo políticas mais favoráveis ao mundo ocidental<sup>268</sup>, e, por outro lado, soube aproveitar os investimentos estrangeiros no país em infra-estruturas. A colônia, com Burnhan, do ponto de vista da Grã-bretanha estava pronta para a independência.<sup>269</sup> Uma conferência constitucional acontecida em Londres marcou o dia 26 de maio, de 1966, para a efetiva independência da Guiana.

---

<sup>265</sup> Idem, p. 363.

<sup>266</sup> *The Washington Post*, 22/03/1964.

<sup>267</sup> HOPE, Kempe Ronald. Electoral Politics and Political Developmen in Post-Independence Guyana. In: *Electoral Studies*, 4, 1985., pp. 57-68.

<sup>268</sup> Inter-American Defense College, op. cit. pp.16-17.

<sup>269</sup> Porém, cada qual buscava, à sua maneira, a forma mais adequada para se chegar à independência. D'Aguiar acreditava que o melhor caminho era através de um referendun; para Burnham teria de ser imediatamente, mas com um sistema de representação proporcional; e Jagan, uma independência imediata e sem concessões (cf. Foreign Relations of United States (1961-1963), Vol. XII, p. 588).

Mas, depois da independência, Burnhan teve de enfrentar as demandas fronteiriças com a Venezuela (e também com o Suriname), que em 1962, já havia dito não reconhecer o tratado de 1899, e estenderia sua pretensão para todo o território à oeste do Essequibo. Em 1966, a Venezuela ocuparia a metade da ilha de Ankoko (Anacoco para os Venezuelanos), como o primeiro passo da diplomacia agressiva, que culminou com o suporte militar à Revolta do Rupununi, em 1969.

Depois das eleições de 1964, Burnhan passou a governar com UF, mas tudo indicava não ser uma aliança duradoura, uma vez que a UF, junto com o PPP, acusavam-no de usar a máquina do Estado a favor do PNC. Por outro lado, ficou visível a inclinação centralizadora de Burnhan, ao manipular o processo eleitoral e controlar a burocracia do Estado para beneficiar seu partido, numa sociedade em que os indoguianeses eram a maioria no espectro étnico da Guiana.

**QUADRO 3 . Proporção entre os grupos étnicos da Guiana.**

GRUPO ÉTNICO	TOTAL	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO
Indianos	320.070	50,2
Africanos	199.830	31,3
Mestiços	75.990	11,9
Portugueses	6.380	1,0
Chineses	3.910	0,6
Europeus	2.420	0,4
Ameríndios	20.430	4,6

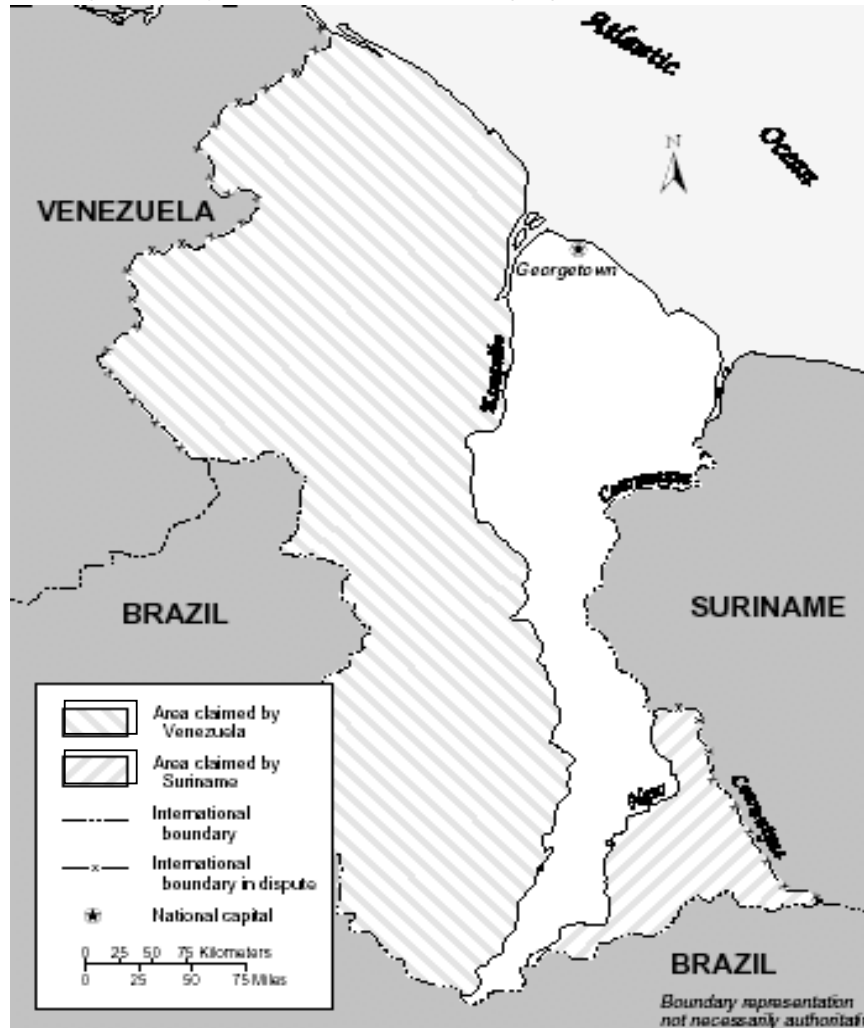
Fonte: *Report of the British Guiana Commission of Inquiry*. Outubro, 1965.

Jagan jamais aceitou a aliança entre dois partidos absolutamente diferentes em suas ideologias. Seu argumento era o de que a UF dava glórias ao capitalismo, e o PNC dela se aproximou, movendo-se da defesa de um socialismo demagógico para o anticomunismo, uma inclinação para uma democracia consultiva e para um sistema de livre-empresa. Isso teria sido uma falácia para iludir o proletariado da Guiana<sup>270</sup>.

<sup>270</sup> JAGAN, op. cit., 1966, p. 411.



Mapa 03 – Regiões da Guiana reivindicada por países vizinhos



Para os afroguianenses, o pendor esquerdista de Burnhan era balanceado por um empenho que ia de encontro ao controle indoguianense do Estado, o que lhe permitiu estender sua simpatia entre os afroguianenses.

De acordo com Tennessee:

The PNC-UF Coalition disintegrated within three years. No clear-cut policy was developed nor implemented to dismantle institutional racism which was prevalent during colonialism. No systematic effort was made to heal the wounds which were caused by inter-racial conflicts which preceded political independence. The PNC and UF carried out an additional modification of the electoral system by giving Guyanese

overseas the right to vote, allowing proxy voting and the padding of voters' lists.<sup>271</sup>

As diferenças entre o PNC, de Burnhan, e a UF, de D'Aguiar, ficaram evidenciadas quando foi encaminhada à Assembléia Nacional a moção que declarava a Guiana uma república. A UF opôs-se à moção, que foi aprovada por 46 votos contra dois, e em outubro de 1968, um pouco antes das eleições, D'Aguiar retirou a UF da coalizão, acusando Burnhan de tentar estabelecer a ditadura de um partido único na Guiana<sup>272</sup>. Após as eleições que se seguiram, a UF somou força ao PPP, que dizia ser a vitória de Burnhan resultado da corrupção do PNC, por ter listado eleitores fora da Guiana, eleitores que não estavam qualificados para votar, no qual 25% dos registrados não foram encontrados nos endereços mencionados na ficha eleitoral, 41% não foram encontrados em suas residências, e 1% não era guianense, isso num universo de 1.000 eleitores. Esses resultados foram explorados por D'Aguiar num canal de TV de Granada, no dia 19 (11) de dezembro de 1968<sup>273</sup>.

Nessa primeira eleição após a independência, o PNC de Burnhan não dependeu de alianças com outros partidos para governar. De um total de 369.088 eleitores, 314.246 votaram, e o PNC obteve 174.339, contra 113.991 do PPP, e 23.162 da UF<sup>274</sup>. Burnhan conseguiu obter 27 cadeiras contra 26 da oposição. A oposição - PPP e UF - acusou o PNC de ter conseguido a vitória com os votos dos eleitores que viviam fora da Guiana. Dos 68.000 mil cidadãos guianenses que viviam fora da Guiana, 36.000 estavam aptos para votar; desses o PNC recebeu 34.000 votos e a oposição apenas 1.000. O exagero na proporção levou D'Aguiar a afirmar que a fraude lançaria a Guiana nos braços dos comunistas<sup>275</sup>.

---

<sup>271</sup> TENASSEE, op. cit., espec. parte II.

<sup>272</sup> NATH, op. cit. p. 148.

<sup>273</sup> SPINNER, op. cit. p. 125.

<sup>274</sup> Fonte: *Enciclopedia Electoral Latinoamericana y del Caribe*, 1989.

<sup>275</sup> D'Aguiar assim afirmou a *Granada Television*, no programa *World in Action*: "The worst thing you can do is to give the communists a valid excuse for a violent revolution. And I can't think of a better excuse than a fraudulent election, than a partisan government that lives it up at the expense of the people. These excuses are being presented on a platter to the communists in Guyana. Ver: SPINNER, op. cit. p. 128.

Para Burnhan, as eleições de 1968 haviam mostrado para o mundo que o processo eleitoral guianense amadurecera e os resultados das eleições confirmavam que o problema étnico tinha atenuado e já não era tão agudo, desde 1964. Todavia Burnhan fora eleito utilizando o discurso do perigo que Jagan representava dadas as suas posições político-socialistas, de tal forma seu slogan de campanha era: *Vote Rite PNC Against Communism*<sup>276</sup>. Mais ainda, o PNC propagava que se Jagan fosse eleito, a Venezuela, que enfrentava uma luta armada em várias frentes, invadiria a Guiana por não aceitar que sob Jagan, a região se tornasse base para a esquerda armada. Então, contra o comunismo e para evitar uma invasão venezuelana, Burnhan se colocava como a única solução política para aquele momento, e em sua visita a Washington, em maio de 1962, deixou a impressão de que a Guiana independente, sob seu nome, causaria muito menos problemas do que uma Guiana Britânica com Jagan no poder<sup>277</sup>.

A política de terras de Burnhan apontada num discurso de comemoração de sua vitória nas eleições de 1968, no *Independence Square, Georgetown*, no dia 22 de dezembro<sup>278</sup>, dizia da necessidade de se evitar a transferência de terras para elas não caírem em mãos de especuladores, prevenindo-se contra a emergência de uma classe de latifundiários. Essa posição veio afetar diretamente os fazendeiros do Rupununi. O impacto dessa política fundiária se faria sentir profundamente na região devido à concentração de terras em mãos de poucos fazendeiros. Um estudo do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento<sup>279</sup> contabilizou que os fazendeiros e a *Rupununi Development Company* possuíam 2.405.500 acres de terras, por 6.000 milhas

---

<sup>276</sup> Segundo Ishmael, as camisetas foram doadas por anticomunistas venezuelanos. Ver: Ishmael op. cit. Em 1976, contrariando essa linha ideológica, Burnhan se declarou marxista-leninista, porém com uma ressalva contra a ortodoxia do PPP (ver SERBIN, op. cit. pp. 214-215).

<sup>277</sup> SEHLENSINGER, Artur. *A Thousand Days*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1965, pp. 778-779, *apud* TURNO A., Sadio Garavini di. *Política Exterior de Guyana*. Universidad Simon Bolívar, Instituto de Altos Estudos de América Latina, 1988, p. 51.

<sup>278</sup> - Speech at mass open air meeting on winning the 1968 General Election, Independence Square, Georgetown, 22 December 1968, In: BURNHAN, *Op. cit.* p. 58.

<sup>279</sup> International Bank for Reconstruction and Development. *The economic development of British Guiana*. Oxford, London: John Hopkins Press, 1953, pp. 174-176.

quadradas nas savanas do Rupununi, com mais de 43.000 cabeças de gado, sendo que, desse total, 25.000 pertenciam às corporações de desenvolvimento.

Burnhan não sabia que no Rupununi havia um segmento social que praticamente distinguia-se do restante da Guiana, tanto que enquanto se comemoravam os resultados da eleição de 1968, uma insurreição estava em andamento. Sobre esse assunto, Spinner diz que, um século antes, alguns fazendeiros se estabeleceram na remota região do Rupununi, onde índios haviam sido convertidos ao catolicismo através de missionários. Ele ressalta que os Melville conseguiram estabelecer uma grande família na região, transformando-se nos mais importantes fazendeiros, num processo de intercasamento com os indígenas, que envolvia o aventureiro Ben Hart<sup>280</sup>. Por isso que, com apoio da UF, de Peter D'Aguiar, insatisfeito com Burnhan - e que havia abandonado o cargo de Ministro das Finanças, pondo fim à coalizão PNC-UF -, os Melville e os Hart enfrentaram Georgetown, planejando uma insurreição para promover um novo Estado na Guiana com apoio da Venezuela.

Na realidade a estrutura social em andamento no Rupununi estava em total desacordo com a política cooperativista de Burnhan, que previa a auto-ajuda entre os guianenses como forma de prosperidade social. A cooperação, de acordo com o PNC, era considerada fundamental no dia-a-dia de cada indivíduo, e estaria entre as tribos indígenas, que operariam internamente tendo como objetivo a cooperação, entre os escravos africanos livres, que usavam o sistema de mutirão nas vilas e entre os indianos onde a família extensa seria a base para a cooperação<sup>281</sup>.

Portanto, o sistema social em vigência no Rupununi teria de ser revisto como forma de se enquadrar à política cooperativista e à revolução cultural, que Burnhan acabou por estabelecer na Guiana. Isso gerou um clima de intranquilidade entre os fazendeiros do Rupununi, que se viram na iminência de

---

<sup>280</sup> SPINNER, op. cit. p. 133.

<sup>281</sup> GREEN, M.P.H. Self-help and co-operatives. In: *Guyana: a decade of progress*. 10th anniversary of the People's National Congress in Government. Georgetown, 1974, pp. 113-123.

perder as terras que seriam submetidas ao Estado e aos planos cooperativistas de Burnhan. A resistência pareceu como uma alternativa que poderia assegurar a permanência das fazendas e dos próprios fazendeiros.

## 5- A ERA BURNHAN: A GUIANIZAÇÃO DA GUIANA

A partir de 23 de fevereiro de 1970, a Guiana foi transformada de acordo com as aspirações de Burnhan: uma nova Constituição fora estabelecida por uma Assembléia Constituinte, que criou o cooperativismo na Guiana, de difícil definição, mas que de acordo com o Artigo 16 dessa Nova Constituição, o cooperativismo colocaria em prática o princípio dinâmico da transformação socialista e deveria penetrar e transformar todas as inter-relações na sociedade. Dizia-se mais: que o cooperativismo seria natural porque já se encontraria arraigado na experiência histórica dos guianenses, capaz de liberar todas as energias produtivas das pessoas, servindo ao princípio unificador do desenvolvimento total da nação<sup>282</sup>. Na seqüência, o dia 23 de fevereiro foi proclamado como o *Independence Day* da Guiana, coincidindo com a comemoração da revolta dos escravos em Berbice, em 1863, e Cuffy (líder da revolta de escravos de 1763, nas plantações do Berbice) foi elevado à categoria de Herói Nacional da República Cooperativa.

Sem as forças de direita, sem a UF e sem os fazendeiros do Rupununi, e com o PPP controlado por uma estrutura partidária de aparelhamento do Estado pelo PNC, Burnhan tornou o cooperativismo numa espécie de culto. Propaganda e produção de manuais serviam de instrumentos de catecismo aos estudantes, como o item de um dos livros distribuídos em escolas, que segue abaixo:

What does a loyal Guyanese do at all times?  
I am always loyal to my country and I will do these things:

---

<sup>282</sup> Assim diz o Artigo: "Co-operativism in practice shall be the dynamic principle of socialist transformation and shall pervade and inform all interrelationships in the society. Co-operativism is rooted in the historical experience of the people, is based on self-reliance, is capable of releasing the productive energies of the people, and is a unifying principle in the total development of the nation". (The Constitution of the Co-operative Republic of Guyana, 1970).

- a - Co-operate with my Government;
- b - Respect my leaders;
- c - Learn the co-operation and to join a co-operation;
- d - Work hard and take part in self-help work;
- e - Help to feed, clothe and house our people in every way I can;
- f - Defends my country;
- g - Love Guyana<sup>283</sup>.

A nova era iniciada por Burnhan significou uma guinada à esquerda na política interna da Guiana, que em termos econômicos colocou o cooperativismo como estrutura fundante no ordenamento do desenvolvimento do país, impondo a quase total estatização da economia, nacionalizando empresas como a *Demerara Bauxite Company*, uma subsidiária da ALCAN, e o conglomerado açucareiro *Bookers*. No plano político, depois da Revolta, já não havia a oposição da UF e com ela, da elite da Guiana. Por outro lado, em nome da segurança nacional, o PPP, tal como pretendia Burnhan, pôde ser calado em função da *National Security Act*, contudo Jagan e seus partidários não foram totalmente paralisados, tanto que, a respeito do Essequibo, proclamaram que o *Protocolo de Puerto España* servia mais aos interesses da Venezuela, por manter uma situação de pendência, permitindo-lhe invadir a Guiana sempre que se sentisse ameaçada por forças progressistas<sup>284</sup>. Por esta concepção, para a Venezuela seria melhor um Burnhan no poder do que Jagan, do PPP.

Logo após a revolta, as fazendas tiveram suas sedes destruídas, parte do gado morta, índios e jovens Melville, suspeitos, foram presos e levados a Georgetown para julgamento. Nos anos que se seguiram, sem os fazendeiros, Burnhan praticamente manteve o lugar como área restrita até 1974, impondo ao uma nova diretriz administrativa à região com a criação do Distrito do *Upper Takutu-Upper Essequibo*, remodelando as relações sociais dentro de um sistema de base cooperativa. Os fazendeiros jamais puderam retornar à região devido a

---

<sup>283</sup> ADAMS, Iyaluua. *A primer for Young Patriots*. Georgetown: Book one, 1975, p. 18. Ver também outros manuais que foram fartamente distribuídos nas escolas, como o de CAMPBELL, Nestor P. *The A B C of Guyana's Essequibo Territory: History Law Justice*. Georegetown: The Publications Division, 1981; e o Ministry for National Commitment. *A Primer for National Commitment*. Georgetown: Office of the General Secretary, PNC, 1974.

<sup>284</sup> ISHMAEL, op. cit. Parte 5, Cap. XXVIII.

medidas policiais restritivas com vistas à prisão dos que estiveram à frente do movimento armado e dos que assassinaram os policiais durante os combates. Doravante os Hart e os Melville passaram a ser formalmente acusados pela Revolta e impedidos de viver na Guiana, e oficialmente incluídos como terroristas.

As terras das fazendas foram recuperadas pelo Estado, e dentro do projeto cooperativista de Burnhan, lugares como o Pirara tornaram-se embriões de projetos para a criação de gado, porém os resultados jamais foram satisfatórios. O novo modelo administrativo implantado na região rompeu definitivamente com a relação entre os fazendeiros e os índios, e em momento algum se conseguiu na região viabilizar um modelo econômico que pudesse incluir as aldeias, tanto que nos anos vindouros deu-se um movimento de indígenas para as regiões vizinhas no Brasil dadas as condições sociais difíceis que passaram a viver na Guiana.

Até o momento presente não houve uma anistia formal aos revoltosos, embora Janet Jagan, quando presidente, tenha sinalizado com essa possibilidade, mas após sua saída do governo, nada mais tem sido mencionado a respeito. Por causa disso, muitos deles relutam em viajar à Guiana, temendo conseqüências de uma história que ainda não acabou.

## **6- O PROTOCOLO DE PUERTO ESPAÑA E OS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS PROVOCADOS PELA REVOLTA**

Rafael Caldera havia conseguido uma vitória exígua contra Gonzalo Barrios, da AD, nas eleições de dezembro de 1968: 1.082.941 e 1051.870 votos, respectivamente. Também enfrentou uma Assembléia formada pela oposição, em sua maioria<sup>285</sup>. No plano geral, conseguiu impor a pacificação ao país iniciada por Leoni, reconhecendo o Partido Comunista e trazendo os guerrilheiros para a legalidade. Mesmo assim, devido à divisão das forças políticas na Venezuela, Caldera não logrou alianças sólidas e praticamente teve de governar sozinho.

---

<sup>285</sup> MORÓN, Guillermo. *Breve história contemporânea de Venezuela*. México: Fondo de Cultura Económico, 1994. pp. 288-289.

Todavía, foi na política exterior que se viu o seu maior empenho e um sucesso relativo, que inclusive lhe garantiu certa tranqüilidade interna. Diferente dos gobiernos da AD, Caldera buscou promover a Venezuela no exterior<sup>286</sup> através da retomada das relações diplomáticas com Cuba, abertura para o Caribe e a assinatura do Pacto Andino, em 1973. O fundamental aqui, para esclarecimento da demanda entre Venezuela e Guiana em torno da questão do Essequibo, é que Caldera assinou o Protocolo de Puerto España, em 17 de fevereiro de 1970, depois de 17 reuniões da Comissão Mista, no qual se firmou um documento em que não se faria mais nenhuma reclamação que surgisse da contenção referente ao artigo 1º do Acordo de Genebra (ver anexos) e se suspenderia os efeitos do artigo 4º do mesmo Acordo, congelando por 12 anos a reivindicação venezuelana. Ao subscrevê-lo, Caldera mencionou que o Protocolo:

... teine, por una parte, el mantenimiento de nuestros derechos em toda su integridad. Aquí tengo, por ejemplo, el artículo 4º del mismo, que dice lo siguiente: “la celebración y la vigencia del presente Protocolo, no podrán interpretarse, em ningún caso, como renuncia o disminución de derecho alguno que cualquiera de las partes pueda tener para la fecha de la firma del mismo, ni como reconocimiento de ninguna situación, uso o pretensión que pueda existir para esa fecha”. Además, el artículo 3º del Protocolo al establecer el plazo de doce años, dice lo siguiente: En la fecha em que este Protocolo deje de tener vigencia, el funcionamiento de dicho artículo – es decir el artículo 4º del Acuerdo de Genebra- se reanudará em el punto em que há sido suspendido”; es decir, como si el informe final de la Comisión Mixta hubiera sido presentado em esta fecha. A menos que – es muy interesante, esto que se agrega aquí – el Gobierno de Venezuela e el Gobierno de Guyana hayan antes declarado conjuntamente por escrito, que han llegado a um acuerdo completo para la solución de la controversia a la que refiere el Acuerdo de Ginebra o que han convenido em uno de los medios de arreglo pacífico previsto em el artículo 33 de la Carta de las Naciones Unidas. Es decir, que la tesis de la congelación no es correcta, porque el Protocolo prevé, como es lógico y cónsono com la posición de Venezuela, que dentro de la vigencia del mismo, las partes se acercarán y em um tono de mayor cordialidad tratarán de mejorar sus relaciones y de perseguir por medio de negociación directa – y que a nuestro modo de ver es, em este momento, el más conveniente para los intereses de Venezuela... El Protocolo representa, pues, para Venezuela, algo muy positivo. Es el mantenimiento de nuestros derechos, fuera de los riesgos que, em el

---

<sup>286</sup> DICÓN, Delia. *História de la diplomacia Venezolana*. Caracas: Univerdad Católica Andrés Bello, 1999, pp. 220-225.



momento actual, podrían ser inconvenientes para el país, y, al mismo tiempo, la apertura de un clima distinto para con un pueblo que nosotros no podemos considerar como inimigo, y que, hasta ahora, frente a Venezuela, está em situación tal que cualquier venezolano em Guyana há visto como um peligro su propia existència, como uma manifestación de enemistad permanente, hasta el punto de hacer imposible todos os nexos y todas las relaciones que tiene que Haber entre dos países tan cercanos.<sup>287</sup>

Assim, com a assinatura do Protocolo encerraram-se as hostilidades da Venezuela contra a Guiana, que já duravam quase uma década. O acordo afetou diretamente a pretensão dos revoltosos em retornarem para o Rupununi com apoio daquele país, obrigando-os a se adaptar a uma vida que de perto não era tão cheia de densidade como a do Rupununi.

---

<sup>287</sup> SINGH, Jai Narine. *Diplomacia o guerra: analisis de la controversia fronteriza entre Venezuela e Guiana*. Caracas: Eduven, 1982, p. 138.

# CONCLUSÃO

## 1- APRECIÇÕES SOBRE A REVOLTA DO RUPUNUNI

Para se entender a Revolta do Rupununi, procurou-se analisá-la nos seus aspectos inter-relacionais, principalmente apontando que a participação da Venezuela foi um elemento agravador, que, somado às clivagens étnicas da Guiana, explodiu na Revolta do Rupununi. A compreensão histórica desse processo demonstrou como tais fatores tornaram-se efeitos e causas do processo desencadeador deste movimento. Porém, certos detalhes de sua realidade continuaram a existir no tempo, gerando efeitos, como o caso da relevância deste movimento para redefinir a paisagem étnica do vale do Rupununi no momento em que foi destruído o processo de subordinação dos índios em relação aos *mixed*, reorientando o movimento de grupos indígenas por suas terras tradicionais, ou mesmo ativando um jogo de acusações sobre pessoas em Georgetown com vistas a desenhar um cenário para as eleições presidenciais em 2006 na Guiana (ver posfácio).

A verdade é que a Revolta deixou marcas que se fazem sentir até os dias de hoje, através de elementos atualizados que sugerem a possibilidade de vê-la como pano de fundo para uma variedade de situações sociais na região de fronteira entre Guiana, Brasil e Venezuela, contudo seja um assunto ainda a ser explorado em trabalhos vindouros.

No capítulo sobre a Revolta do Rupununi, especificou-se o apoio indígena dado aos fazendeiros para o movimento de 69, como decorrente de relações de subordinação construídas a partir da chegada de H.P.C. Melville ao Rupununi e seu casamento com mulheres Atoraiú. Seus descendentes, diretamente ligados às fazendas, socialmente mais próximos dos brancos do que dos índios, configuraram a categoria social que se aproximou dos venezuelanos para o desencadeamento da Revolta. Tratava-se, assim, de uma sociedade cuja elite econômica era exercida pelos chamados ingleses, assim caracterizados mais

pelo fato de falarem inglês e menos pela origem nacional, muitas vezes autodefinidos como *mixed*.

As outras categorias sociais diziam respeito aos índios, majoritariamente Atoraiú; aos afroguianenses, que caracteristicamente ocupavam posições no serviço público, como policiais, agente de correios e outros; aos indoguianenses, chamados *coolies* na região, que se destacavam nos cargos de gerência dos serviços públicos; e finalmente, a uns poucos brasileiros e venezuelanos, ocupados como vaqueiros ou na exploração de diamantes.

Todos estavam relacionados à estrutura social regional em posições específicas de interdependência. Em Lethen e nas fazendas, era onde se podia ver esse tipo de relação em andamento: pelas poucas e tortuosas ruas da pequena vila, os fazendeiros circulavam em seus carros, geralmente, mini-mouks, uma espécie de jipe pequeno, que pela rusticidade foi o tipo de transporte preferido no Rupununi até a Revolta. Os índios e vaqueiros andavam a pé ou a cavalo; os afroguianenses e indoguianenses, pelas características de suas ocupações, moravam em prédios públicos e circulavam em carros oficiais, geralmente *Land Rover*.

As fazendas eram o espaço onde fazendeiros e índios formavam um corpo social com maneiras específicas de se comportar. Os índios vaqueiros, cujas atividades eram restritamente ligadas ao gado, eram aqueles que desde as primeiras horas do dia dedicavam-se à faina com o gado, que tinha de ser alimentado, vacinado de tempo em tempo, marcado a ferro, diariamente ordenhado e constantemente vigiado no campo. Por esses trabalhos, recebiam um salário em dinheiro e tinham direito a três refeições diárias na fazenda. À noite dormiam fora da casa, geralmente num galpão no qual várias redes podiam ser estendidas. Esse tipo de atividade era essencialmente masculina, e por isso muitos índios traziam suas mulheres para desempenharem o trabalho doméstico nas fazendas, cozinhando, lavando e cuidando dos filhos dos fazendeiros. Dessa atividade, participavam, também, mulheres índias solteiras, muitas delas criadas pelas esposas dos fazendeiros. Assim, as mulheres índias, pela condição de

trabalhadora doméstica, eram aquelas que estavam em contato direto com a família dos fazendeiros. As meninas índias criadas nas fazendas, não gozavam do mesmo status das filhas dos fazendeiros, forma esta de mascarar uma relação de dependência à casa da fazenda, condição que se estendia até o casamento da jovem, embora fosse comum a consorte continuar trabalhando na fazenda.

Os fazendeiros eram, preponderantemente, católicos e por isso mantinham pequenas capelas nas fazendas que eram utilizadas nas ocasiões de festas religiosas, batismos, novenas e missas mensais. A prática religiosa católica foi trazida por missionários e ensinada aos índios na missão St. Ignacio, em escolas e igrejas. H.P.C. Melville converteu-se ao catolicismo no Rupununi<sup>288</sup>, e pouco a pouco sua religião foi também envolvendo os índios, cujas crianças eram batizadas nessas capelas e recebiam nomes ingleses, quase sempre relacionados àqueles tidos pelos fazendeiros.

A condição de *mixed*, o convívio com os índios e a facilidade em se falar a língua indígena permitiram aos fazendeiros estabelecer certo tipo de relação com o tuxaua na aldeia, em que o gado podia ser criado em suas terras, através de uma compensação que lhes era dada na forma de gado, possibilitando-lhe formar pequenos rebanhos. Também, falar a língua dos índios, mesmo que grande parte destes conseguisse se comunicar em inglês, tornava possível a existência de uma instituição social que não afastava o *mixed* do convívio com o mundo indígena, absorvendo inclusive algumas de suas cosmologias, como a figura do canaimé (espíritos opressores e violentos, muito difundidos entre os índios do Circum-roraima), temido por muitos fazendeiros, e designação de termo de parentesco, como “coco” para se referir à vovó, por exemplo, sempre que se referem à Janet e Mary<sup>289</sup>.

---

<sup>288</sup> Existe uma história que circula entre os parentes de H.P.C. Melville que conta que, ele não encontrando anglicanos para batizar seus filhos, decidiu procurar os padres da Missão, iniciando assim sua conversão ao catolicismo.

<sup>289</sup> Tais referências ocorriam apenas em relação às duas índias casadas com Melville, reconhecidamente Atoraiú; quando os netos se referem a Amy, por exemplo, a palavra usada é *granny*.

Igualmente, o convívio de crianças *mixed* com crianças índias era marcado por jogos tipicamente indígenas, como flechar, caçar pequenos animais e explorar igarapés e rios, sem que, entretanto se criassem dois mundos contíguos ou justapostos; ao contrário, o mundo dos *mixed* era antagônico ao mundo dos índios em função de interesses específicos daqueles, sobretudo em relação à criação de gado. Na fase de estudos, esses mundos eram separados pela educação formal a que eles tinham de se submeter fora do Rupununi, ampliando o distanciamento entre um e outro<sup>290</sup>.

Por essa forma de relação, em que os *mixed* eram fazendeiros, e os índios, vaqueiros e trabalhadores nas fazendas, uns e outros adaptaram seus comportamentos entre si, embora formassem dois grupos sociais bem distintos. Foi, portanto, esse tipo de relação que empurrou os índios a colaborarem com a Revolta de 1969, e também um grupo deles a seguir os fazendeiros para a Venezuela. Assim, as relações sociais entre os dois grupos, tecidas no espaço das fazendas, firmaram certa estrutura social no Rupununi, que não incluía nem os afroguianenses, nem os indoguianenses, por não estarem envolvidos diretamente na vida das fazendas. Os afroguianenses eram aqueles que cuidavam da segurança da região, principalmente em relação ao roubo de gado; dos correios e de outros serviços públicos em geral. Os indoguianenses, comparados aos afroguianenses formavam um grupo muito reduzido no Rupununi, dedicado aos trabalhos administrativos do governo colonial.

No contexto geral, além da diferenciação de cor e grupo étnico, no tocante à cooperação, esses dois grupos tinham pouca importância na vida dos fazendeiros, e, especialmente os negros eram vistos com uma forte margem de preconceito por eles. Lawrence Hart, um dos meus principais informantes, várias vezes citado, enfatizou a ojeriza que seu pai tinha em relação aos negros, a ponto

---

<sup>290</sup> O caso de Conrad Gorinsky é emblemático para entender essa relação. Nascido no Rupununi, filho de Nellie e Caesar Gorinsky, conviveu com índios até sair para estudar na Inglaterra. Depois de formar-se em bioquímica, decidiu patentear em seu nome dois processos químicos chamados *cunaniol* e *rupununies*, conhecido por ele em função do convívio com os Atoraiú, que faziam a utilização medicinal do *cunani*. Tal situação evidencia o tipo de subordinação imposta aos índios por essas pretensas relações de parentesco.

de compartilhar a mesma mesa com eles durante as refeições. Quando a Revolta aconteceu, a morte violenta de policiais afroguianenses por parte dos revoltosos teve apoio nesse preconceito com os afroguianenses, sempre vistos com grande desconfiança pelos fazendeiros.

De outro lado, existiam ainda os brasileiros como um grupo diferenciado. Eram vaqueiros, alguns deles remanescentes daqueles aventureiros que viviam na região até a solução do litígio, no entanto era um grupo bem pequeno. Uma importância especial, no contexto das fazendas, tinham as mulheres brasileiras, por passarem a ser uma opção de casamento para os filhos dos fazendeiros do Rupununi. A partir da segunda geração, os fazendeiros *mixed* já não se casaram mais com índias, marcando a distância hierárquica que se consolidara entre os dois mundos. Como fruto dessa outra realidade, as mulheres índias nas fazendas continuaram gerando filhos de *mixed*, em decorrência de relações extraconjugais ou da iniciação sexual de jovens das fazendas.

A região de confluência entre os rios Maú e Tacutu, no lado brasileiro, era ocupada por algumas fazendas que serviam para ocasiões de festividades religiosas, quando se reuniam famílias inteiras do Rupununi. Tais eventos prestaram-se para aproximar as famílias, tanto que muitos laços de afinidade foram estabelecidos através do compadrio com esses brasileiros. Também era o momento em que os jovens do Rupununi se encontravam com as moças brasileiras, dançavam com elas em bailes vigiados pelas mães e tias estóicas.

O casamento com brasileiras levou os *mixed* a se comunicarem com relativa facilidade em três línguas: inglês, português e Atoraiú (mais restrita aos velhos). Durante as entrevistas que realizei com eles, dependendo das circunstâncias, eram dadas, ora em português, quando tinham de me convencer que sabiam falar português, sobretudo os da Venezuela, ora em inglês, quando consultavam um ao outro durante as falas. Quanto ao Atoraiú, pude vê-lo sendo usado para comunicação quando Nellie, que casou com Cesar Gorinsky, conversava com índios numa residência no Manari. Ela e Charles Melville, filho de

Charles e Edwina, residente nas proximidades de Lethen, são provavelmente os únicos que ainda falam o idioma.

Portanto, a estrutura social no Rupununi ordenava, assim, as atividades ligadas ao trabalho, bem como às políticas, às religiosas e às ecológicas, que impunham a criação ultra-extensiva, dada a qualidade dos solos, sempre associada aos rigores das duas estações definidas durante o ano: o verão e o inverno.

Essa estrutura estava relacionada à distribuição de poder na capital da colônia, Georgetown. O poder colonial estava nas mãos dos ingleses brancos, mas uma classe de brancos, especialmente portugueses das Ilhas de Madeira e Açores, ligada ao comércio e negócios bancários, passou a emergir na Guiana desde o início do séc. XX, associando-se a eles e se relacionando aos interesses da administração colonial. Na década de sessenta, os brancos passaram a ser representada por um partido político chamado *United Force*, que ainda incluía chineses abastados da capital. O certo é que os partidos políticos representaram os grupos étnicos da Guiana no início dos anos sessenta. A UF - comparativamente bem menor do que os demais partidos - despontou como uma agremiação de ideologia conservadora, colonialista e de direita, a princípio nada simpática à idéia de independência da colônia em relação à Inglaterra. Os fazendeiros do Rupununi tinham-na como a instância de sua representação política. Justamente a partir do início da década de sessenta, quando surgiu a UF, os partidos passaram a representar o mosaico étnico da Guiana: os indoguianenses tinham o PPP, os afroguianenses, o PNC. Mas no geral, a estrutura política formal da Guiana pouca influência tinha no Rupununi.

Na totalidade da economia da Guiana, a pecuária não era uma força econômica significativa e muito menos predominante em todo o país. Mas para o Rupununi, em função dos recursos advindos da criação de gado estarem concentrados em mãos de duas famílias de fazendeiros, a pecuária tornou-se uma atividade de grande concentração de capital, e não obstante a principal diligência de integração econômica na região. O gado era criado extensivamente, e a matriz

que o originou foi aquela que esteve presente durante a existência das Fazendas Nacionais do Rio Branco. Não se sabe ao certo como esse tipo de gado foi parar nas savanas do Rupununi, provavelmente, uma parte deve ter sido levada por brasileiros, quando essa região pertencia ao Brasil; uma outra parte seguramente foi levada por H.P.C. Melville, a partir da Serra da Lua, lugar em que chegou a ter uma fazenda. Ele mesmo conseguia enviar gado, através de batelões, pelo Rio Branco, até a cidade de Manaus, e sua permanência no Rupununi deveu-se, sobretudo, à criação de gado. Quando a Rupununi Development Company passou a se estabelecer no Rupununi, em torno dos anos 20, reprodutores puros foram importados, mas o gado pouco melhorou em termos de qualidades genéticas apropriadas para o mercado consumidor. A base do plantel do Rupununi seguiu sendo o gado rústico, criado solto e aclimatado às savanas.

Parece ter sido o H.P.C. Melville, o primeiro a buscar o mercado de Georgetown como alternativa de comercialização em relação à Manaus, especialmente, depois de ter enfrentado contratempos com a polícia daquela cidade, em função da disputa fronteira entre Brasil e Grã-bretanha. A chamada *Cattle Trail* supostamente teria sido iniciada por ele, como forma de levar o gado até o Rio Berbice, e dali para New Amsterdam.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os aviões passaram a ser utilizados para levar a carne de gado diretamente para Georgetown, o que implicou a necessidade da construção de um matadouro e a implantação de um frigorífico em Lethen, principalmente devido à quantidade de gado vendida pela RDC a *Meeting Market*, quando os fazendeiros passaram a ter uma cota semanal de carne de gado para a comercialização. Nos anos 50 e 60, experimentaram o ápice de sua glória como criadores de gado. O dinheiro fluiu abertamente, enriquecendo-os, permitindo-lhes desfrutar daquilo que o dinheiro podia comprar: carros, aviões, geladeiras, fogões e viagens de passeio por Georgetown e para fora da Guiana.

Não se pode precisar em números o quanto o gado foi importante para a permanência dessa estrutura social no Rupununi, porque são poucas as



informações a respeito. Mas como evidência do fluxo de riqueza trazido pelo gado, pode-se destacar o número de vôos semanais com objetivo explícito de transportar carne para Georgetown: no início da década de sessenta, eram três vôos de aviões cargueiros, que supriam também produtos comprados ilegalmente por donos de comércio em Boa Vista. Até 1969, este sistema funcionou perfeitamente no Rupununi. Quando a Guiana tornou-se independente, começaram os abalos nessa estrutura em função dos novos rumos da política em Georgetown, e mais do que isso, quando as disputas étnicas passaram a se refletir no mundo político, vieram para afetar extraordinariamente todo o Rupununi.

A subordinação política do Rupununi ao *status quo*, à administração colonial, somada à vinculação com o domínio branco, foi duramente afetada com a subida ao poder de Forber Burnhan, tido como a expressão da vontade dos negros da Guiana. Podem-se ainda especular quais seriam os rumos da política no Rupununi se Jagan governasse a Guiana na pós-independência. Qualquer que seja a resposta, a estrutura social em andamento no Rupununi sempre se adaptou convenientemente à situação colonial, por isso, provavelmente não se adaptaria à vontade socializante de Jagan como não se adaptou ao cooperativismo de Burnhan. Talvez isso explique, em parte, as iniciativas separatistas que formavam o ideário da Revolta. Os *mixed* jamais se envolveram diretamente nas lutas pela independência da Guiana, como também jamais manifestaram qualquer sinal de cooperação com afroguianenses ou indoguianenses.

A diferenciação entre eles e outros grupos não estava só na atividade política ou cultural, mas também era uma diferenciação de natureza ecológica: o Rupununi é uma área cuja fisiografia se distingue do restante da Guiana, onde a criação extensiva de gado possibilitou aos fazendeiros terem grandes quantidades de terra. No contexto fundiário da Guiana, isso soava como uma aberração, tanto que Burnhan se referia a eles como os *Cattle Barons*.

Por causa dessa contradição, todas as relações entre fazendeiros e afroguianenses/indoguianenses foram afetadas, e quando o jogo de forças começou a se alterar com a independência, trazendo uma nova realidade política

e a subida ao poder de um representante negro, a estrutura social em vigência no Rupununi foi afetada. Se os fazendeiros aceitassem ser absorvidos dentro desse novo contexto, por conseqüência deixariam de ser os *Cattle Barons*, implicando o seu fim como classe social e conseqüentemente no solapamento da estrutura social em andamento na região, por isso discutiram a possibilidade de lançarem-se numa aventura separatista.

Ainda, um outro aspecto da estrutura de relações sociais no Rupununi eram os venezuelanos, envolvidos na exploração diamantífera em rios da região, uma atividade econômica periférica no Rupununi. Esse tipo de ocupação era realizado também no Brasil, na área do Rio Cotingo, e na Venezuela, onde hoje se encontra a cidade de Santa Elena do Uairén. Quando as grandes distâncias passaram a ser cobertas por avião, o contato entre essas três regiões passou a ser mais estreito e a relação entre guianenses do Rupununi e venezuelanos interessados no contrabando de diamante, bem mais próxima. Por essa época, era comum a ida de guianenses do Rupununi à Venezuela.

Nos anos 60, quando o governo da Venezuela decidiu transformar sua demanda pelo Essequibo numa questão nacional, já havia uma relação de proximidade de fazendeiros do Rupununi com os venezuelanos por conta desse tipo de relação, de tal modo que, no momento da Revolta, dois filhos de um dos fazendeiros estavam vivendo em Caracas. Assim como, também, a base de operação da Revolta foi a Fazenda Santa Tereza, pertencente ao senhor Peña, conhecido garimpeiro que iniciou a cidade de Santa Elena de Uairén, amigo dos Melville e dos Hart.

Por outro lado, a UF, partido do qual os fazendeiros do Rupununi se aproximavam, não escondia suas simpatias pelo governo venezuelano da AD, principalmente pela sua luta contra o comunismo. Não se deve esquecer que as inclinações socialistas de Jagan e Burnhan assustavam os fazendeiros, que os viam como uma ameaça pairando sobre suas terras no Rupununi. Com isso a Venezuela passou a ser bem mais do que o país no qual se podiam contrabandear pedras preciosas, passou a ser, também, referência política e,

provavelmente, econômica, pois o país vivia um período de grande crescimento econômico em decorrência do petróleo.

Assim, existiam contatos freqüentes dos fazendeiros com os venezuelanos que serviram de caminho para o apoio da Venezuela à Revolta. Quando se sistematizou, em função de certa conjuntura política, a reivindicação sobre o Essequibo, isso se somou aos interesses dos fazendeiros do Rupununi, levando-os à Revolta e produzindo conseqüências sociais sobre os que viviam na região, conseqüências que podem ser mensuradas por quatro circunstâncias que passaram a se fazer presentes depois do movimento:

(A)- modificação na estrutura social na Guiana, uma vez que os grandes proprietários de terras deixaram o país. Burnhan com isso pode consolidar sua política cooperativista sem nenhum grande obstáculo;

(B)- a Revolta estimulou a Venezuela em direção à diplomacia prática, que a levou ao acordo de Porto Espanha em 1970;

(B)- a Guiana passou a ter um argumento sólido para se aproximar dos países caribenhos<sup>291</sup>;

(D)- no Brasil, a presença das forças armadas em Roraima passou a ser mais sistemática<sup>292</sup>.

Através desse exame, pode-se explicar o movimento das inter-relações sociais em andamento no Rupununi, mobilizado para desencadear a

---

<sup>291</sup> O aparecimento de bandos armados, infiltração com vistas a desestabilizar governos e a rebelião do Rupununi levaram à criação da “Organización de Estados del Caribe Oriental”. Ver: “Aspectos bilaterais y subregionales de la seguridad hemisférica: enfoques sobre seguridad en la región del Caribe. Consejo permanente de la Organización de los Estados Americanos”, CP/CSH/INF.14/02 add. 2, 30 octubre 2002

<sup>292</sup> Sobre este assunto, em artigo recente no *Kaieteur Newspaper of Guyana*, intitulado “Brazil was firmly opposed to a Venezuelan invasion of Guyana”, M. Samaroo alude que “... the only reason Guyana was (and has not been yet) been invaded by Venezuela (and for Essequibo still remaining in Guyanese hands) was the firm opposition, by the Brazilian Government, to the Venezuelan invasion of Guyana. As a matter of fact, when advised by the Venezuelan Government (in 1969) of the impending Venezuelan troop movements (sanctioned by the US) in the Venezuela/Brazil/Guyana borders (i.e. the Rupununi area), the Brazilian Government deployed troops and its fighter squadrons to its Boa Vista airbase and essentially told Venezuela it would repel any Venezuelan invasion of Guyana. That was the only reason the outcome became what it is today. We do owe a lot of gratitude to Brazil for standing up for us” (ver: *Kaieteur News*, 11/09/2005).

Revolta. Entende-se por movimento das inter-relações sociais, a maneira como certos grupos de pessoas, ao se relacionarem acabam influenciando a formação de novos arranjos, seja através da cooperação, seja através da diferenciação social ou até mesmo étnica. O resultado é a elaboração de um novo contexto social decorrente de um movimento dialético, que pode explicar a aproximação ou distanciamento entre os grupos sociais envolvidos. O exame do movimento das inter-relações sociais que esteve imperando no Rupununi até a Revolta de 1969, justamente mostra sua estreita implicação com o levante armado que durou não mais que três dias. São relações densas e amplas, podendo ser compreendidas se se compreender também suas múltiplas correlações, que principalmente apontam que as disputas étnicas na Guiana transbordaram em direção aos fazendeiros que recorreram à Venezuela para encetar um movimento separatista, culminando no seu exílio e no fim daquelas relações sociais no Rupununi.

A Revolta do Rupununi não tinha um projeto ideológico e muito menos político, que servisse para mobilizar as massas, os índios, principalmente. Sua preparação, organização e execução estiveram restritas a um grupo de pessoas, que expressava a hegemonia do poder dos fazendeiros *mixed* do Rupununi. Os índios que aderiram à Revolta agiram de acordo com sua posição dentro dessa estrutura. Em momento algum foram mobilizados por um fervor político, ideológico ou carismático. Em consequência, depois do fracasso da Revolta, um grupo de índios seguiu os fazendeiros para o exílio na Venezuela, retornando quando os Hart passaram a deixar a Venezuela.

A idéia foi mostrar como um grupo social se estabeleceu junto a outro através de certas condições específicas. Fazendeiros e índios formavam unidades diferenciadas e absolutamente distintas entre si, no qual os primeiros - *mixed* - exerciam a dominação sobre os segundos, tanto através da exploração de seu trabalho, como ainda pelo uso extensivo de suas terras. Mesmo que a ascendência do fazendeiro fosse indígena, isso não implicava para o índio a mesma identidade dos *mixed*; ao contrário, a condição de fazendeiro era uma

prova verdadeira de que eles formavam um outro grupo social, distinto não só daqueles, mas também dos afroguianenses e indoguianenses.

Mas a Revolta lançaria também sua expressividade em outras direções. Primeiro, porque ela foi um movimento que serviu, em parte, para amadurecer a democracia na Venezuela, porque talvez seu sucesso tivesse tentado Leoni a permanecer no poder, não entregando o governo ao presidente eleito; segundo, porque depois da assinatura do *Protocolo de Puerto España*, iniciou-se um intenso movimento pró-Essequibo na Venezuela, inclusive com criações de vilas estrategicamente localizadas na fronteira, com vistas a criar uma base de povoamento em direção ao Essequibo<sup>293</sup>, embora já não fosse mais uma iniciativa de Estado, mas de setores nacionalistas da sociedade venezuelana; terceiro, na Guiana, a Revolta prestou para Burnhan apoderar-se do Rupununi sem nenhuma oposição, e por outro lado fornecer-lhe base suficiente para que seu governo pudesse aparelhar cada vez mais o Estado, restringindo as ações da oposição através do *National Security Act*.

## **2- POSSÍVEIS ILAÇÕES**

Apontaram-se aqui e ali os liames que prendiam e se subjaziam à Revolta do Rupununi, mostrando sua vinculação com a história política da Venezuela e da Guiana e se evidenciaram suas conseqüências nas três fronteiras: Venezuela, Guiana e Brasil. Para o caso da Venezuela, devido à sua conjuntura político-histórica, o movimento foi planejado e financiado como a última efetiva possibilidade do país recuperar o Essequibo e, provavelmente, assegurar prestígio e sobrevivência ao Governo da AD. Pode-se dizer que o planejamento da Revolta na Venezuela foi uma conseqüência também do nacionalismo que perpassou a classe política e de intelectuais, sem, entretanto, tornar-se um clamor popular. Durante minha pesquisa de campo na Venezuela, um fato ficou evidente: aqueles que estiveram envolvidos na preparação da Revolta se diziam profundos

---

<sup>293</sup> O Coronel Torrealba, em 2001, hasteou a bandeira nacional venezuelana e cantou o Hino Nacional de seu país diante de seis pessoas, ao fincar o marco de criação da Ciudad Puerto Esquivel, localizada às margens do Rio Venano.

conhecedores das histórias de fronteiras venezuelanas, inclusive com cursos específicos em universidades. Oropeza e Ojer, por exemplo, escreveram suas versões em defesa da demanda venezuelana; Daza doutorou-se em geografia e é professor da *Universidad Central de Venezuela, a UCV*.

Assim, os grupos e comitês pró-Esequibo que se formaram no país depois da assinatura do *Protocolo de Puerto España* são constituídos, em sua maioria, por intelectuais, políticos e militares, que têm uma visão acadêmica da questão. Em instante algum, percebe-se a massificação da causa Essequibo, porque o venezuelano pouco interesse tem em relação ao assunto. Em Tumeremo, conheci um velho soldado que estivera na invasão da Ilha de Anacoco em 1966, e até o dia de hoje pouco conhecimento tem sobre a reivindicação venezuelana.

Em minhas idas à UCV, que no saguão de entrada tem um mapa onde está incluída a *Zona en Reclamación*, perguntei às pessoas o significado da área hachurada; pouquíssimas sabiam dar uma explicação que estivesse de acordo com a história dos *experts* venezuelanos, o que mostra o baixo alcance desse tipo de reivindicação. Seria correto ainda – mas isso mereceria um estudo mais específico – verificar se a demanda venezuelana pró-essequibo não estivera relacionada a interesses e jogos da política do país, numa possível tentativa de desviar a atenção de problemas tangíveis da sociedade venezuelana. Isso porque nos governos de Betancourt e Leoni a demanda pelo Essequibo assumiu proporções de Estado, e justamente foram os governos mais abertos à democracia e ao mesmo tempo os que mais experimentaram ranhuras em suas gestões, somada a uma forte oposição da esquerda armada. Seria de se examinar se a questão Essequibo, que culminou no apoio à Revolta do Rupununi, não teria sido uma forma de criar um sentimento nacional para mascarar a realidade política da ocasião.

Do lado da Guiana, que sempre se colocou, depois da independência, como vítima da ambição territorial venezuelana, a questão Essequibo só se tornou um interesse premente depois da assinatura do Tratado de Genebra (ver anexos).

Até então, a luta pela independência e pela organização do país através das principais forças políticas, o PPP e o PNC, que opunham Jagan e Burnhan, respectivamente, parecia estar em um plano mais imediato. Depois da independência, após o rompimento da coalizão PNC-UF, é que o problema se tornou parte de um debate nacional, principalmente no período que antecedeu a eleição de Burnhan, na qual o PPP acusava o PNC de fazer o jogo dos interesses venezuelanos. Depois da eleição em que Burnhan saiu vencedor, embora debaixo de acusações persistentes de fraude eleitoral, o problema deixou de ser uma questão de soberania nacional para ser de segurança nacional. A Revolta do Rupununi está vinculada a esse último período, isto é, àquele em que a UF abandonou a coalizão e, depois das eleições, tornou-se o principal acusador contra Burnhan. É nesse momento que a idéia da Revolta no Rupununi chega à sua maturidade, quando as pretensões venezuelanas, somadas à situação política enfrentada por Leoni, junto com o momento político da Guiana precipitaram a Revolta dos fazendeiros.

Nota-se que os fazendeiros se revoltaram justamente no momento em que agitadores venezuelanos esperavam também o levantamento dos ameríndios do Essequibo. Teria sido um erro de avaliação dos venezuelanos ou uma precipitação dos fazendeiros? Possivelmente, nem uma coisa, nem outra. Os venezuelanos sabiam que apenas naquele momento poderiam lançar mão de um movimento armado, e que hipoteticamente poderiam contar com o apoio de algumas lideranças indígenas da região de Barima, Mazaruni e Cuyuni, até mesmo alguns índios dessas regiões estiveram recebendo treinamento no Forte Tarabay, em Tumeremo. A situação de Leoni permitia tais iniciativas porque as eleições aconteceram em 01 de dezembro de 1968 e o planejamento da Revolta em meados deste ano.

Depois que fora derrotado por Caldera, membro de um partido de oposição, toda a preparação tivera de ser desmobilizada por se acreditar que o apoio incondicional à Revolta do Rupununi seria parte de uma conspiração para manter Leoni no poder, mesmo que o movimento já tivesse sido iniciado no

Rupununi com treinamentos de índios na Fazenda Pirara. Burnham, em pouco tempo, mesmo que toda a operação fosse desmobilizada, teria sabido de todo planejamento dos fazendeiros. Isso se somou ao fato de os próprios fazendeiros não terem perspectivas diante do governo de Burnham, recém-reeleito, lançando-os, tenazmente, numa última tentativa desesperada de permanecerem no Rupununi. Destarte, auxiliados por nacionalistas pró-Essequibo, o movimento aconteceu sem o apoio formal da Venezuela. Durou apenas três dias, e o próximo passo, depois do fracasso do movimento, também em ritmo apressado, foi a retirada dos fazendeiros para a Venezuela.

A verdade é que o movimento foi derrotado pelas circunstâncias que o envolveu na Venezuela e na Guiana, levando os fazendeiros revoltosos para a condição de exilados neste país, para nele serem tão somente ameríndios, uma classificação não étnica, mas estratégica, para justificar-lhes a ajuda na organização e preparação da Revolta. Circunstâncias que são bem visíveis: a falta de apelo popular que envolvia apenas alguns fazendeiros e uns poucos índios; ausência de uma organização militar formada a partir das bases, e não centralizada na experiência militar de alguns fazendeiros; e uma causa que servisse para cimentar os interesses em torno da Revolta.

### **3 - AMERÍNDIOS DO RUPUNUNI: UMA CATEGORIA ÉTNICA GENÉRICA PARA MANIPULAÇÃO POLÍTICA**

A respeito do conceito de Ameríndio, comumente utilizado pela Venezuela como forma de justificar o apoio à Revolta, e pela Guiana para diferenciar os grupos indígenas dos *West Indians*, impõe-se aqui a necessidade de algumas considerações. Do lado brasileiro, guianense e venezuelano, a questão central sempre foi a utilização das populações indígenas para assegurar o controle da região amazônica. Os ingleses, por exemplo, segundo Nabuco, argumentaram que a amizade entre Ajuricaba e os holandeses era uma prova de que estiveram na região bem antes dos portugueses, e que, portanto, eles, os



ingleses, por serem herdeiros dos domínios holandeses, poderiam requerer direitos sobre a região, dada essa circunstância histórica<sup>294</sup>.

Nabuco, na sua interpretação da história da Amazônia para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, argumenta ainda que a maioria das populações indígenas do Rio Negro alimentava profundas simpatias pelos portugueses, relação que facilitou o estabelecimento de diversos povoados na margem desse rio<sup>295</sup>. Os espanhóis também não agiam de outra forma: os estabelecimentos de missões lideradas por missionários capuchinhos da região que ia do Essequibo ao Orinoco tinham o interesse explícito de assegurar o domínio espanhol na região contra os holandeses.

É claro que subjacente a tais relações estava a disputa pela região, e as populações indígenas eram vistas como obstáculo para o sucesso da conquista. Mas não há dúvidas de que os indígenas foram utilizados para garantir a posse colonial da região. Whitehead menciona que o sucesso ou fracasso do empreendimento colonial dependeu muito da ajuda ou colaboração dos índios<sup>296</sup>. É nesse contexto que se podem entender as relações estabelecidas pelos venezuelanos com as populações indígenas do Essequibo nos anos 60: mais do que qualquer outro interesse, o que se pretendia era amalgamar as populações indígenas da região numa única categoria, a de ameríndios, para justificar certa unidade étnica que pudesse ser traduzida como “o povo do Essequibo”. A própria palavra Ameríndio, consoante a Riley<sup>297</sup>, tem uma conotação profundamente ideológica por significar aquele que ficou à margem do processo de

---

<sup>294</sup> MREB. *Second Mémoire*, Vol. I, 1903, p. 281. Os Manaos eram vistos com inimigos dos portugueses, como se pode atestar numa matéria da *Revista Almanach*, de 1884: “Ajuricaba, que agia com instintiva perfídia, empreendeu a aniquilar estabelecimentos portugueses, estimulando a insurreição e a devastação por mãos dos próprios súditos rebelados. Agredia as missões do Rio Negro e arrastava seus neófitos pelo Rio Branco às possessões holandesas”. (Ver: *REVISTA ALMANACH*. História da Província do Amazonas, 1884, p. 09).

<sup>295</sup> MREB. *Second Mémoire*, idem, pp. 284-285.

<sup>296</sup> WHITEHEAD, N. L. . *Lords of the tiger spirit: a history of the Caribes in colonial Venezuela and Guyana* (1498-1820). Providence – USA: Foris Publications, 1988.

<sup>297</sup> RILEY, Mary. Guyanese History, Makuski Historicities, and Amerindian Rights. In: WHITEHEAD, N. L. (Ed). *Histories and historicities in Amazonia*. University of Nebraska Press, Lincoln and London, 2003, p. 147.

desenvolvimento da sociedade guianense, que, para o caso do Essequibo, foi uma categoria apropriada pelos venezuelanos envolvidos na disputa com Guiana, visando à posse da região. Assim, os Ameríndios seriam aqueles desprovidos de uma “cultura urbana”, e por isso teriam de viver sob a tutela do Estado. Para a Venezuela, incorporar os fazendeiros nessa categoria facilitaria e justificaria a ajuda militar dada para a Revolta.

Mesmo no caso da Guiana, a partir de 1961, a população indígena da colônia passou a ter uma maior participação política em função dos maiores partidos políticos passarem a se interessar pelos seus votos, embora ainda não houvesse nenhuma expressão exclusivamente indígena que pudesse plasmar os interesses dos indígenas da Guiana. Em toda década de sessenta, os indígenas da Guiana continuariam ainda a sentir profundamente os efeitos da exploração de seus recursos naturais por empresas florestais e minerais, e da condição de mão-de-obra de criadores de gado para o caso do Rupununi. Foi por esta via, somada a influência de missionários católicos, que a UF começou a captar seus votos, fortalecendo este partido nas eleições de 1964<sup>298</sup>.

Em 1963, foi criada a *Amerindian Association of Guyana*, que poderia significar um primeiro passo na organização política dos indígenas se não permanecesse em mãos de S. Campbell, representante da UF na Assembléia<sup>299</sup>, mesmo que em 1968, o *National Guyana Party*, preponderantemente indígena, tenha tido iniciativas no sentido de criticar a manipulação política por outros partidos sobre os eleitores indígenas. O que vale destacar para o caso da Guiana é que apenas depois da Revolta do Rupununi, os chamados ameríndios lograram relativa participação política, quando para atraí-los, Burnhan firmou com eles um pacto de defesa da soberania do país. Outra vez foi utilizada uma estratégia, muito

---

<sup>298</sup> SERBIN, op. cit. pp. 71-72.

<sup>299</sup> Idem, p. 72.

freqüente na colonização, quando se pretendia a defesa territorial: a utilização do indígena como guardião das fronteiras nacionais<sup>300</sup>.

A categoria ameríndia, por isso, dadas as circunstâncias políticas na Guiana, sempre foi muito difusa a ponto de poder ser manipulada por grupos políticos e fazendeiros. Se hoje os indígenas se ressentem de uma política nacional integracionista, sua estrutura social sobrevive como o elemento importante de sua identidade, embora sigam sendo o grupo étnico mais discriminado na atual Guiana.

#### 4- UMA ÚLTIMA PALAVRA

Certa vez, conversando com um militar que estivera na fronteira no segundo dia da Revolta, ele me assegurou que com a qualidade das armas enviadas pelos venezuelanos seria possível, com soldados bem treinados, controlar o Rupununi em dois dias contra os 500 soldados que a GDF possuía na época, em toda a Guiana; um argumento que reforça a idéia de que a Revolta no Rupununi fracassou exatamente porque as circunstâncias daquele tempo não produziram um amadurecimento ideológico em torno do movimento, tornando-o tão só uma iniciativa de duas famílias que não queriam perder seus privilégios sobre as terras da Guiana.

Durante o período em que convivi com remanescentes da Revolta, pude ouvir que muitos deles não falam em Revolta, muito menos em *uprising*, mas em revolução. Se se pensar dentro do que, por exemplo, Florestan Fernandes definiu como revolução, sendo uma “palavra que se aplica para designar

---

<sup>300</sup> Serbin argumenta que embora o *National Guyana Party* tenha ido às eleições em 1968, a UF continuou a ter maioria nos distritos eleitorais do interior, todavia com uma diminuição de votos de 20%, se comparado às eleições de 1964. In: Serbin, op. cit. p. 73. Vale consultar também, a título de informação, a idéia de que os índios, para o caso do Brasil, ao invés de serem tidos como guardiões da fronteira, passam a vistos, no final da década de 80, por parte dos militares, como empecilhos, “porque [o índio] não pensa na categoria Estado, ou seja, as lealdades indígenas não passam pelo Estado, mas sim pelas tribos, existindo uma lealdade tribal” Ver: MIYAMOTO, Shiguenoli. *Amazônia, militares e fronteiras*, p. 53. In: João Pacheco de Oliveira (org) *Antropologia e Indigenismo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1999.

mudanças drásticas e violentas na estrutura da sociedade”<sup>301</sup>, ou mesmo, seguindo os passos de Hannah Arendt<sup>302</sup>, cuja definição diz ser a revolução uma mudança, então esta é mesmo a palavra mais adequada. A Revolta provocou, indiretamente, mudanças importantes na Guiana e Venezuela, e diretamente na vida daqueles que a viveram. Todavia vale um alerta: se a Revolta, não chegou a fissurar a estrutura social em andamento na Guiana, serviu, no entanto, para radicalizar o cooperativismo que Burnhan implantou na Guiana, através do cooperativismo. A saída dos fazendeiros permitiu-lhe transformar as *Crown Lands* em *Government Lands*, inclusive as terras indígenas, e impor a guianização à região, forçando o deslocamento de grupos indígenas para o lado da fronteira do Brasil. Nesse contexto, e tão somente por ele, é possível falar em revolução.

Vendo por esse lado, a estrutura social do Rupununi, baseada nas fazendas, nos frigoríficos, nas companhias e na mão-de-obra indígena, foi totalmente desmontada depois da Revolta. Os fazendeiros foram ser ameríndios para os venezuelanos, passando a viver em prédios populares em Ciudad Bolívar. Os índios, uns poucos do Rupununi e outros tantos da região dos Rios Barima, Mazaruni e Cuyuni, foram viver em Santo Ignacio do Yuruani e em San Martin de Turumbang. A mudança que a Revolta causou na vida dessa gente, explica, em parte, a emoção nas conversas com os remanescentes revoltosos quando o assunto é a Revolta. Muitos deles não gostam de falar sobre o problema, e quando o fazem é com reserva, justamente porque existem marcas e até traumas existenciais provocados pela Revolta e o seu conseqüente fracasso. Por causa disso, existe uma rede de acusações muito consistente entre eles, que gira em torno da seguinte questão: nós estamos aqui e assim por quê? Quem é o culpado? A resposta para essas questões é o que mobiliza a rede de acusações, que ora recai sobre os Hart, principalmente Valerie, vista como a única beneficiada

---

<sup>301</sup> FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. SP: Brasiliense, 1981, pp. 7-8.

<sup>302</sup> ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Atica, UnB, Série Temas, Vol. 5, Estudos Políticos, 1988, p. 28.

com a Revolta<sup>303</sup>; outro momento a culpa recai sobre Orlando Garcia e a CIA: o primeiro, por ter delatado o movimento à CIA, e a segunda, por pressionar Leoni para retirar o apoio da Venezuela à Revolta. Outra, dada por Daza, recai sobre Carlos Andrés Pérez, que teria sido autor da conspiração que envolvia a Revolta do Rupununi para segurar Leoni no poder contra a vitória de Caldera nas urnas. Existe ainda uma última, que menciona ser a Revolta um plano conjunto de Valerie e Burnhan para tirar definitivamente os fazendeiros do Rupununi, defendida por alguns descendentes dos revoltosos que vivem em Boa Vista.

Ainda dentro dos desdobramentos da Revolta, no Brasil, seus efeitos também se faziam sentir. Se antes, as autoridades ligadas ao governo militar em vigência na época foram informadas dos desdobramentos no Rupununi<sup>304</sup>, depois do evento, o exército passou a se fazer mais presente em Roraima, através do estabelecimento de pelotões de fronteira em Bonfim e Normandia e pela criação de batalhões e brigadas em Boa Vista. A BR 401 foi aberta para ligar Boa Vista à fronteira com a Guiana, estimulando o crescimento do Município de Bonfim.

Por fim, fica a sensação de que muito pode ainda ser dito. O Rupununi não tem mais as companhias, as fazendas de criação de gado, o burburinho das grandes reuniões de confraternização entre fazendeiros em datas religiosas, e mesmo Lethen tornou-se uma pálida lembrança do que fora outrora; também na região do Brasil que faz fronteira com a Guiana, desenhou-se uma nova rede de relações, cujos antecedentes encontram-se na Guiana, como o caso das Terras Indígenas Moskow, Manoá/Pium, Jacamin, Muriru, nas regiões entre o Igarapé Arraia e o Rio Tacutu; e mais ao sul, Jacamim e Wai-Wai. No baixo Maú, as

---

<sup>303</sup> Aliás, essa concepção impediu que Valerie me revelasse o seu lado da história; mas uma frase sua foi fundamental para compreender essa relação: “a Revolta foi uma revolução em nossas vidas, tudo foi mudado, e as pessoas não entendem isso, ainda guardam muita mágoa”.

<sup>304</sup> Corroborada pelo caso da informação trazida pelo Sr. Adalberto Pentado a respeito da carta de um Melville ao governador Hélio Campos, solicitando ajuda para a causa dos revoltosos do Rupununi. Também Avarell menciona que seu pai havia feito contato com autoridades brasileiras, e que inclusive haviam oferecido 12 mil soldados para apoiá-los (In: TORREALBA, op. cit. p. 237). Mesmo considerando o exagero em relação ao número de soldados e ao possível apoio do Brasil, num momento em que se vivia uma profunda ignorância a respeito dessa área de fronteira, a carta deve ter existido, porém, se foi enviada, isso aconteceu já nos momentos finais da preparação da Revolta, quando a Venezuela havia retirado a sustentação militar e política ao movimento

aldeias Cedro, Patativa, Jibóia e Santa Cruz; e no lavrado, a Raposa II. Isso só para mencionar alguns casos que merecem ser mais bem estudados.

Nesse sentido, a trajetória seguida por esta tese pode indicar que a Revolta do Rupununi afetou diretamente ou indiretamente a vida social daqueles que viviam dentro e fora das fronteiras da Guiana, constituindo-se no que foi chamado aqui de movimento das inter-relações sociais. Explorá-lo a partir da Revolta poderá trazer sólidos esclarecimentos do tempo pretérito e do tempo presente dos índios e daqueles que ainda vivem na região, podendo elucidar também uma parte importante da história política da Venezuela e da Guiana.

## POSFÁCIO

### ATUALIDADE DA REVOLTA DO RUPUNUNI

Acontecimentos políticos recentes na Venezuela, relacionados a procedimentos para se recuperar a Região do Essequibo por parte de grupos nacionalistas e a arranjos políticos com vistas às eleições de 2006 na Guiana, colaboram para atualizar o debate acerca da Revolta do Rupununi.

Na Venezuela, no ano de 2000, quando houve denúncias sobre instalação de uma base americana de lançamento de foguetes na *Zona en Reclamación*, circularam vários artigos em jornais, voltados para a história da região, com objetivo de enfatizar a historicidade da demanda venezuelana, argumentando que a presença de americanos no Essequibo contrariava os anseios patrióticos do povo venezuelano, a quem a região pertenceria desde Bolívar. Um ano antes, em 1999, Hugo Chaves, presidente da Venezuela, havia logrado aprovar na nova Constituição, o Artigo 10<sup>305</sup>, que, em linhas gerais reproduzia a mesma linha do Artigo 7 da Constituição de 1961(ver nota 161), mantendo ativa a reivindicação histórica do país sobre o Essequibo.

Diante dos acontecimentos, no ano 2000, a Venezuela retomou o fervor patriótico em torno da demanda pela região, a ponto de provocar uma reunião de chanceleres venezuelanos e guianenses em agosto daquele ano com a intenção de resolver “questões pendentes” (*El impulso*, 25/08/2000). No mesmo ano Hugo Chaves manteve encontros com o presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, em Brasília, no dia 1 de setembro.

A Questão Essequibo sempre esteve no imaginário patriótico venezuelano, provocando, por exemplo, o surgimento de movimentos como o *Movimiento Nacional al Rescate Del Esequibano e el Esequibo* (MNAREE), que tem como presidente, o Coronel Pompeyo Torrealba R., autor de um livro que traz

---

<sup>305</sup> Com o seguinte teor: “El territorio y demás espacios geográficos de la República son los que correspondían a la Capitanía General de Venezuela antes de la transformación política iniciada el 19 de abril de 1810, con las modificaciones resultantes de los tratados y laudos arbitrales no viciados de nulidad”.

um capítulo inteiro sobre a Revolta do Rupununi<sup>306</sup>, relacionando-a à reclamação venezuelana pelo Essequibo. Torrealba lista movimentos pró-essequibano ativos na Venezuela, que vêem a Revolta como uma oportunidade perdida pelo país para recuperar a região reclamada. Dentro do mesmo argumento, em 1995, o *El Globo*, um dos principais jornais da Venezuela, publicou um artigo intitulado: *30 años de la rebelión del Rupununi* cuja ênfase justamente alude ao erro da Venezuela em não ter dado o suporte necessário à Revolta do Rupununi, em 1969<sup>307</sup>. Por sua vez, grupos pró-essequibanos, embora limitados pela conjuntura histórica, estão ativos nas regiões de fronteira, transmitindo programas de rádio, arregimentando índios para organizá-los em torno do interesse venezuelano na região, criando cidades na fronteira e disseminando idéias de que o Essequibo é legitimamente parte da Venezuela nos Estados que fazem fronteiras com essa região. As Constituições de 2001 dos Estados Bolívar e Amacuro, por exemplo, dão ênfase à pendência territorial, provando ser uma reivindicação ainda viva entre os venezuelanos.

Entre agosto e setembro deste ano, vários artigos e cartas foram escritos no *Stabroek News* e *Kaieteur News*, sobre a participação da GDF, sob comando de Joe Singh, na repressão à Revolta do Rupununi, no qual mais de 70 pessoas teriam sido mortas<sup>308</sup>. Singh, que tem uma longa história como oficial e comandante da GDF, fora sondado para ser candidato da *Third Force*, um agrupamento de pequenos partidos que pretendem criar uma terceira via, uma alternativa aos partidos tradicionais, o PNC e o PPP, com propósitos transétnicos. As acusações a Singh teriam interesse de inviabilizar sua possível candidatura. Até hoje, na Guiana, quando o assunto é a Revolta, o pesquisador pode-se deparar com dificuldades ou pouco caso por parte de funcionários públicos. O tratamento fleumático que recebi na *National Library*, a dificuldade de informações junto a GDF e outros setores do governo corroboram o ponto de vista de que o

---

<sup>306</sup> Cf. TORREALBA, Pompeyo. *A um siglo de despojo: Esequibo, la historia de una reclamación*. Caracas: Torre-alba Ed, 2004, Título IV: Opiniones y Experiencias ,pp. 230-281.

<sup>307</sup> *El Globo*, 19/08/1995.

<sup>308</sup> Ver: <http://www.pantribalconfederacy.com/confederacy/report1.php>, acessado em 16 de outubro de 2005.



movimento armado de 1969 no Rupununi ainda é uma ferida não curada na história do país e que os ecos da Revolta ainda se fazem sentir, produzindo eventos que remontam aos dias em que a região do Rupununi foi envolvida no movimento armado dos fazendeiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Stela Azevedo. *Aleluia: o banco de luz*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1995.
- ADAMS, Iyaluua. *A primer for Young Patriots*. Georgetown: Book one, 1975.
- ALEXANDER, R. J. *The Venezuelan Democratic Revolution: a profile of the regime of Rómulo Betancourt*. New Jersey: Rutgers University Press, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Rómulo Betancourt and the transformation of Venezuela*. New Jersey: Transaction Books, 1982.
- AMERINDIAN RESEARCH UNIT (ARU), 'The material culture of the Wapishana of the South Rupununi savannas in 1989', University of Guyana. 1992.
- Ann. Rev. Anthropol.* 1982.
- ARENDR, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Atica, UnB, Série Temas, Vol. 5, Estudos Políticos, 1988.
- ATTENBOROUGH, David. *Zoo-quest to Guyana*. London: Lutterworth Press, 1956.
- AMODIO, Emanuelle. El Dorado Ilustrado: las expediciones españolas al Parime (Guayana). 1770-1777. in: *Revista de Índias*. Vol. LV. Enero-Abril, 1995.
- AMOROSO, M. R; FARAGE, N. *Relatos da fronteira amazônica no século XVIII*. São Paulo: NHII – USP; FAPESP, 1994.
- BALANDIER, G. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel, 1976.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. *Ocupação Humana em Roraima I. Do histórico colonial ao início do assentamento dirigido*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, 9, 1994.
- BARROS, Nilson C. C. *Paisagem e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul*. UFPE, 1995.
- BARTELS, Dennis. Class conflict and racist ideology in the formation of modern guyanese society. In: *Canadian Review of Sociology and Anthropology*. Toronto, 1977.

BARTH, Fredrik. *Selected essays of Fredrik Barth*. London: Routledge & K. Paul Ltd, 1981.

BETANCOURT, Rómulo. Cuarto Mensaje Presidencial al Congreso Nacional. *Tres años de Gobierno Democrática*, 1959-1962.

BOERSNER, Demétrio. "Cuba y Venezuela: conflicto y convivencia. In: SERBIN, Andrés. *Geopolítica de las relaciones de Venezuela con el Caribe*. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica, 1982/1983.

BORGES, Iribarren. Exposição ao Congresso Nacional. In: VENEZUELA. *M.R.E: Reclamación de la Guayana Esequiba*, Caracas, Doc. 04, 1966.

BRICEÑO, Marcos Falcón. *La cuestión de límites entre Venezuela y la Guyana Británica*. Caracas: Publicaciones del Ministério de Relaciones Exteriores, 1962.

BURNHAN, Forbes. *A destiny to mould*. Trinidad and Jamaica: Longman, 1970.

BUTT-COLSON, Audrey. Hallelujah among the Patamona Indians. *Antropológica*, 1971

\_\_\_\_\_. *Fr. Cary-Elwes S. J. and the Alleluia Indians*, Georgetown: Georgetown Amerindian Reserch Unit, University of Guyana, 1998.

\_\_\_\_\_. Routes of Knowledge: an Aspect of Regional Integration in the Circum-Roraima Area of the Guiana Highlands. *Antropológica*, 1985, 63-64 , 103-149.

CAMPBELL, Nestor P. *The A B C of Guyana's Essequibo Territory: History Law Justice*. Georgetown: The Publications Division, 1981.  
*Canadian Review of Sociology and Anthropology*. Toronto, 1977.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.

CARRICO, Christopher, disponível em  
<http://archives.econ.utah.edu/archives/marxism/2003w42/msg00043.htm>.

CRAPANZANO, Vincent. *Tuhami: portrait of a Moroccan*. Chicago e London: The University of Chicago Press, 1985.

CASTRO, E. V; CUNHA, M. C. *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: NHII/USP, 1993.

CENTURIÓN, M. *Carta a Gálvez*, 27 de julho de 1776, AGS, Estado, 1742.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 1984.

COLINA, Oswaldo Ramírez. *Guiana em 1969: la insurrección de Rupununi*. Disponível em <<http://www.monografias.com/trabajos/rupununi/rupununi.shtml>> . Acessado em 19 de agosto de 2004, 14:00.

CONDAMINE, M. de la Plata. *Relación abreviada de um viaje hecho por el interior de la América Meridional (desde la costa del Mar del Sur hasta las costas del Brasil y de la Guayana, siguiendo el curso del Rio de las Amazonas)*. Madri: Colpe, 1921 (séc. XVIII, 1774)

COUDREAU, Henri A. *La France Equinoxiale. Voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie*. Paris: Challamel, editeur Librairie Colonial, 1887.

CRAPANZANO, Vincent. *Tuhami: portrait of a maroccan*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

DÁVILA, L. Ricardo. *Imaginário político venezuelano: ensayo sobre el trienio octubrista*. Caracas: Alfadil Editora, 1920.

D'ALMADA, Lobo. Descrição relativa ao Rio Branco e seu território. In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1861.

DAZA, Yépes Jacob. *Geografía de Guyana*. Caracas: UCV, 1967.

DELGADO, Rafael Sureda. *Betancourt e Leoni en la Guyana Esequiba*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1984.

DICÓN, Delia. *História de la diplomacia Venezuelana*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1999.

DINIZ, Edson S. Terminologia de parentesco entre os Wapitxâna. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia*, 34, Belém: 1968.

DINIZ, Edson Soares. *Os índios Makuxi do Roraima*. Marília: Coleção Teses: 09, FFCL de Marília, 1972.

DONIS, Manoel. *Guyana: historia de su territorialidad*. Caracas: UCAB, 2002.

DREYFUS, Simone. Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e Corentino) de 1613 a 1796. In: CASTRO, E. V; CUNHA, M. C. *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: NHII/USP, 1993.

EDSEL, Carlos. A 30 años de la rebelión del Rupununi. In: *El Nacional*, 1999. Enciclopedia Electoral Latinoamericana y del Caribe, 1989.

FARABEE, William C.. *'The Central Arawaks'*. University of Pennsylvania Museum, Anthropological Publications, 1918.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: ANPOCS, 1991.

\_\_\_\_\_. *As Flores da Fala: práticas retóricas entre os Wapishana*. Tese de doutorado. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. *Rebellious Memories: The Wapishana in the Rupununi Uprising*, Guyana, 1969. In: WHITEHEAD, N. L. (Ed). *Histories and historicities in Amazonia*. University of Nebraska Press, Lincoln and London, 2003.

FAUCHILLE, Paul. *Conflit de limites entre le Brésil e la Grande-Bretagne e la sentence arbitrale du Roi D'Italie*. Paris: Editora A. Pedone, 1905.

FENTY, Allan A. *An Introduction to the Position of Guyana on the Guyana/Venezuela Controversy*. Edição revisada, Georgetown: Ministry of Outer Relations Takuba Lodge, 2001.

FERNANDEZ, Américo. *Cronologia de Venezuela*. Ciudad Bolívar: Tipografia Horizonte, 2000.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário do Rio Branco (1786). In: AMOROSO, M.R.; FARAGE, N. *Relatos da fronteira amazônica no século XVIII*. São Paulo: NHII – USP; FAPESP, 1994.

FIGUEIREDO, Napoleão. *Alexandre Rodrigues Ferreira. Naturalista da Amazônia no Século XVIII. In memoriam de Cristóvão Santos*. Braga, 1982.

FIGUEROA, Frederico Brito. *História econômica e social de Venezuela..* Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1996.

FOLHA DE SAO PAULO. *História do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 1997. 2ª ed, pp. 182-183.

FURLEY, Peter A (Ed). *The Forest Fronteir: settlement and change in brazilian Roraima*. New York: Routledge1994.

GAGE, Jack R. *The Johnson County War Is a Pack of Lies (The Barons Side)*. Flintlock Publishing Co: Cheyenne, WY, 1967

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. RJ: Zahar, 1978;

\_\_\_\_\_. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GIACALONE DE ROMERO, Rita. *Estudio histórico de la Guayana Británica ; del descubrimiento a la formación del movimiento independentista, 1499-1949*. Mérida, Venezuela: Corpo Andes, Fundacipol, 1982.

Granada Television: World in Action transcripts: Guyana Election, 1968. CODE: ICS 23.

GREEN, Frederick. Barclay. *The Family of twailing Amanda Green* s/d

GREEN, M.P.H. Self-help and co-operatives. In: *Guyana: a decade of progress*. 10th anniversary of the People's National Congress in Government. Georgetown, 1974.

GUERÓN, Eva Josko de. Cambio y continuidad en la política exterior de Venezuela: una revisión. In: ROMERO, Carlos A. *Reforma y política exterior de Venezuela*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1992.

*Guyana Chronicle*, abril de 2000.

GUYANA: *A decade of progress*: 10th anniversary of the People's National Congress in Government. Georgetown, 1974.

HABERMAS, Jürgen. "Identidad Nacional y Identidad Postnacional – entrevista con J. M. Ferry." In: *Identidades Nacionales y Postnacionales*. Madrid: Tecnos, 1998.

HENFREY, Colin. *The Gentle People: a journey among the Indian tribe of Guiana*. London: The Travel Book Club, 1964.

HARRIS , Sir Alexander; Villiers, Sir John Abraham Jacob de. *Storm van 's Gravesande; the rise of British Guiana*. London: Hakluyt Society, 1911.

HEMMINING, John. Indians, Cattle and Settlers: the growth of Roraima. In: FURLEY, Peter A. *The Forest Fronteir: settlement and change in brazilian Roraima*. New York: Routledge1994.

HERMANN, Lucila. "A Organização Social dos Vapidiana do Território do Rio Branco". In *Revista de Sociologia*, vol. VIII. nº 02.03 e 04.

HOLDRIGDE, Desmond. Na investigation of the prospect for white settlement in British Guyana. In: *Geographical Review*, Vol. 29, n. 04, oct., pp. 622-642, 1939.

HOPE, Kempe Ronald. Electoral Politics and Political Development in Post-Independence Guyana. In: *Electoral Studies*, 4, 1985.

HUBBARD, Henry J. Makepiece. *The venezuelan border issue: a sell out by the coalition government in Guyana*. Georgetown: New Guyana Company Ltd., 1966.

\_\_\_\_\_. *Venezuelan Border Issue and Occupation of Ankoko: A Sell-out by the Coalition Government*. Georgetown: publicação do PPP, 1967.

HUNTLEY, Eric L. *The life and times of Cheddi Jagan*. London: bogle L'ouverture Press Ltd., 1994.

IM THURN, Everard. *Among the Indians of Guiana*. Londres, 1883

INTER-AMERICAN DEFENSE COLLEGE. *Country Study: The Republic Cooperative of Guyana*, 2002.

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT. *The economic development of British Guiana*. Oxford, London: John Hopkins Press, 1953.

ISHMAEL, Odden. *The Trail Of Diplomacy: A Documentary History of the Guyana-Venezuela Border Issue*, 1988, disponível no site [http://www.guyana.org/features/trail\\_diplomacy.html](http://www.guyana.org/features/trail_diplomacy.html), acessado em 12/04/2003.

\_\_\_\_\_, *The Guyana Story*, 2002-2004.

JAGAN, Cheddi. *Forbidden Freedom: the story of British Guiana*. International Publishers Co. Inc, 1954.

\_\_\_\_\_. *The West on Trial. The Fight for Guyana's Freedom*. Berlin: Seven Seas Publisher, 1972.

\_\_\_\_\_. *The West on Trial. My Fight for Guyana's Freedom*. London: Michael Joseph, 1966.

JAGUARIBE, Hélio. *Um estudo crítico da história*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

João Pacheco de Oliveira (org.) *Antropologia e Indigenismo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1999.

JOSEPH, Cedric L. *Anglo-American diplomacy and the re-opening of the Guyana-Venezuela boundary controversy, 1961-1966*. Georgetown: Free Press, 1998.

KING, K. F. S. *Land and people in Guyana*. Commonwealth Forestry Institute the Oxford, papel, 39, 1968.

KISSLER, Betty Jane. *Venezuela-Guyana boundary dispute, 1899-1966*. Texas: University of Texas, Ph. D. Tesis, 1971.

LA TORRE, Carlos R. Arévalo. *El tratamiento periodístico em tres momentos de la controversia por el Esequibo*. Trabalho de Graduação, Caracas: UCV, 1985.

LAPRADELLE, A. de e POLITIS, N. *L'Arbitrage anglo-brésilien de 1904*. Paris: V. Giard & E. Brière, 1905.

LASMAR, Edison Netto. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Moskow – RR. FUNAI /BSB/ 3438/81. Vol. II.

LEE, Frantz. J.T., disponível em <http://www.franz-lee.org/files/coopguy.html>.

Leoni, Raul. *Documentos presidenciais*, 1960..

LEVINE, Daniel H. *Conflict and political change in Venezuela*. Princeton, Nueva Jersey: Princeton University Press, 1973.

LINTON, Ralpf. *O homem: uma introdução à Antropologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

LUTCHMAN, H. A.. *Interest Representation in the Public Service: A History of the Guyana Public Service Association*, 1973.

MANCHESTER, William. *Portrait of a President*. London: Michael Joseph. 1967.

MARCUS, E. G; CUSHMAN, D. Ethnographies as texts. In: *Ann. Rev. Anthropol.* 1982.

MACTURK, Michael. *Essays and fables in the vernacular*. Georgetown: The Daily Chronicle, 1949.

MATTOSO, Ernesto. *Limites da República com a Guyana Inglesa*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1898, pp. 19-20.

MEMORANDUM ON THE GUYANA/VENEZUELA BOUNDARY. Ministry Foreign Affairs Guyana. Georgetown: Guyana Nacional Printers Company Ltd., 1981.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Org. Nabuco, Joaquim. *Annexes du Premier Mémoire du Brésil*, Vol. I, Documents d'Origine Portugaise (Texte Portugais), Primeira série. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1903.

\_\_\_\_\_. *Annexes du Premier Mémoire du Brésil*, Vol. V. Documents Divers. Deuxieme Série. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1903.



\_\_\_\_\_. *Second Memoire*. Vol. I. La Pretention Anglaise.. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1903.

\_\_\_\_\_. *Second Memoire*. Vol. II. Notes sur la Premier Mémoire Anglaise. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1903.

\_\_\_\_\_. *Second Memoire*. Vol. III. La Preuve Cartographique. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1903.

\_\_\_\_\_. *Troisième Memoire*. Vol. I. La Construction des Mémoires Anglaise. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1904.

\_\_\_\_\_. *Troisième Memoire*. Vol. II. Histoire de la Zone Contestée selon le Contre-Memoire Anglais. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1904.

\_\_\_\_\_. *Troisième Memoire*. Vol. III. Reproduction des Documents Anglaise suivis de brèves observations. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1904.

Ministry for National Commitment. *A Primer for National Commitment*. Georgetown: Office of the General Secretary, PNC, 1974.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Amazônia, militares e fronteiras. In: João Pacheco de Oliveira (org.) *Antropologia e Indigenismo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1999, pp. 49-59.

\_\_\_\_\_. Diplomacia e militarismo: o Projeto Calha Norte e a ocupação do espaço amazônico, In: Revista Brasileira de Ciência Política, UnB, V. 1, nº 01, março de 1989, pp. 145-163

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MORÓN, Guillermo. *Breve história contemporânea de Venezuela*. México: Fondo de Cultura Economico, 1994.

MURZI, Alfredo Tarre. *Lópes Contreras: de la tirania a la liberdade*. Caracas: Editora Ateneo, 1982.

NABUCO, Joaquim. *O direito do Brasil*. SP: Editora Nacional, 1941.

NAMEM, Alexandro et al. XX Reunião Brasileira de Antropologia. Trabalho e marginalização indígena em Boa Vista. I Conferência: relações étnicas e raciais na América Latina e Caribe, Salvador, 14 a 18 de abril de 1996.

NATH, Dwarka. *A History of Guyana*. London, 1975.

OJER, Pablo. *Robert Schomburgk: explorador de Guayana y sus líneas de frontera*. UCV. Inst. de Estudos Hispano-americanos, Caracas, 1969.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. "Ocupação Humana", in: Salati, Enéas et al. *Amazônia : desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

ORTIZ, Renato. "Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional". In. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PIRES, J. M. e PRANCE, G.T.. The vegetation typis of the Brazilian Amazon. In PRANCE, G. T. et LOVEJOY, T. E. *Key environments Amazonia*. Pergamon Press. Oxford, 1985.

PORTILHO, Julio. Venezuela/Brasil – relaciones diplomáticas, 1842-1982. Caracas: Editorial Arte, 1983.

*Report and accompanying papers of the Commission appointed by the President of the United States to investigate and report upon the true divisional line between the republic of Venezuela an, 1896-97.*

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

RICOEUR, Paul. *Du texte a l'acton: essais d'herméneutique II*. Paris: Éditions du Seuil, 1986.

RIOS, Manoel Dónis. *El território de Venezuela: documentos para su estudio*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2001.

RIVIERE, Peter. *O indivíduo e a sociedade na Guiana*. São Paulo: Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_. *The forgotten frontier*. Holt, Rene Hart and Winston, Inc., 1972.

RODWAY, James. *Chronological history of the discovery and settlement of Guiana*. Georgetown, 1888.

ROMERO, Carlos A. *Reforma y política exterior de Venezuela*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1992.

SALATI, Enéas et al. *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do império*. São Paulo: TopBook, 2003

SAMPAIO, Ferreira Rodrigues. *Diário do Rio Branco*, 1986. D'ALMADA, Lobo. Descrição relativa ao Rio Branco e seu território. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, 1861.

SANDERS, A. *Amerindians in Guyana. A minority group in a multi-ethnic society*. Caribbean Studies, 1972.

SANTILLI, Paulo. *Os Macuxi: história e política no séc. XX*. Campinas: Tese de mestrado, Unicamp, 1989.

\_\_\_\_\_. *Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do Rio Branco*. São Paulo: Fapesp, NHI/USP, 1994.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da conquista: Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. EDUA, Manaus, 1999.

SCHLESINGER, Arthur M. *A thousand days, John Kennedy in the White House*. Boston: Houghton Mifflin, 1965.

SCHOENRICH, Otto. "The Venezuela-British Guiana Boundary Dispute". *The American Journal of International Law*. Vol. 43, July, 1949

SCHOMBURGK, Robert. Report N°3: Letter from Mr. Schomburgk to Governor Light, Demerara, 15 de Setembro de 1841. *Reports* de dezembro de 1841 a janeiro de 1843, disponível em [http://www.guyana.org/suriname/schomburgk\\_reports.html](http://www.guyana.org/suriname/schomburgk_reports.html).

\_\_\_\_\_. *A Description of British Guiana, Geographical and Statistical: exhibiting its resources and capabilities together with the present and future condition and prospects of the colony*. London: Frank Cass & Co. Ltd. 1970.

Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima, 2004.

SERBIN, Andrés. *Nacionalismo, etnicidad y política en la República Cooperativa de Guyana*. Caracas: Bruguera, 1980.

\_\_\_\_\_. *Geopolítica de las relaciones de Venezuela con el Caribe*. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica, 1982/1983.

SIMMS, Peter. *Trouble in Guyana*. London: George Allen & Unwin Ltd., 1966.

SINGH, Jai Narine. *Diplomacia o guerra: analisis de la controversia fronteriza entre Venezuela e Guiana*. Caracas: Eduven, 1982.

SMITH, Raymond T. *British Guiana*. London: Oxford University Press, 1964.

SPINNER JR., Thomas J. *A political and social history of Guyana, 1945-1983*. Colorado: West view Press, 1984.

SOUZA, Márcio Alves de. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Muriru. IN: FUNAI /BSB/ 3935/81.

TENNASSEE, Paul N. *The post independence era: Alienation and Insurrection*. Georgetown: Guyana Journal, s/d.

*The Washington Post*, 22 de março de 1964.

THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales. Europe XVIIe – XXe siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORREALBA, Pompeyo. *A um siglo del despojo*. Venezuela: Torre-Alba Editores C.A, 2003.

TURNO A., Sadio Garavini di. *Política Exterior de Guyana*. Universidad Simon Bolívar, Instituto de Altos Estudos de América Latina, 1988.

URBANEJA, Diego Bautista. *La Política Venezolana desde 1899 hasta 1958*. 2ª. Ed. Caracas: Fundacion Centro Gumilla, Cuadernos del Curso de Formación Sociopolítica, 2003.

VENEZUELA. *Constituição Nacional*, 1961.

\_\_\_\_\_. *Livro Amarelo*, 1963.

\_\_\_\_\_. *M.R.E: Reclamación de la Guayana Esequiba*, Caracas, Documentos, 1966.

\_\_\_\_\_. *Informe de los expertos venezolanos para la cuestion de limites com Guyana Britanica presentan al Gobierno Nacional*. Caracas: Ministério de relaciones Exteriores, República de Venezuela, 1967, p. 25-26

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. SP: Brasiliense, 1983.

WHITEHEAD, N. L. (Ed). *Histories and historicities in Amazonia*. University of Nebraska Press, Lincoln and London, 2003.

\_\_\_\_\_. L. *Lords of the tiger spirit: a history of the Caribes in colonial Venezuela and Guyana (1498-1820)*. Providence – USA: Foris Publications, 1988.

WAUGH, E. *Ninety-Two Days: A Journey in Guyana and Brazil*. Harmondsworth: P. Books, 1987.

WLATON, Richard J. *Cold War and counterrevolution*. New York, S. Ed., 1972.

WOOLFORD, Hazel. *A history of political alliances in Guyana: 1953-199*, In: *Guyana Chronicle*, abril de 2000.

## **JORNAIS CONSULTADOS**

El Globo  
El impulso  
El Mundo  
El Nacional  
El Universal  
Kaeiteurs News  
La República  
Stabroek News  
The Guardian  
The Nation  
The Sun  
The Thunder  
The Washington Post  
U.P.I.

## ANEXO I – ICONOGRAFIA DO RUPUNUNI

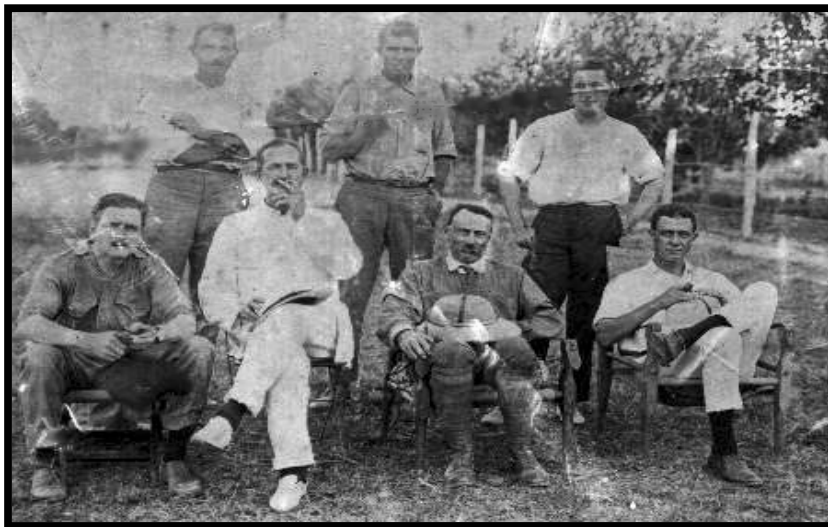


Foto 01 - H.P.C. Melville,  
de branco, sentado e  
fumando  
Em pé: Ben Hart, no meio.



Foto 02: Mary



Foto 03- Janet e netos



Foto 04- Primeiro automóvel no Rupununi (em destaque, Amy Hart)



Foto 05- Major Williams, a direita.



Foto 06- Casa Pirara



Foto 07- Casa Wichabay



Foto 08 – Fugitivos do Rupununi em Bonfim.





Foto 09– Fugitivos do Rupununi em Bonfim.



Foto 10– Soldados brasileiros com armas capturadas dos revoltosos (encontradas em caixas nas margens do Rio Maú)



Foto 11– Margem direita do Rio Tacutu, onde se localiza Lethen



Foto 12 – Avião venezuelano abandonado no Boqueirão da Lua.



Foto 13 - General do Exército Brasileiro em inspeção na fronteira no dia 03 de janeiro de 1969.



Foto 14 – Fazenda Muriru, destruída pela GDF



Foto 15 – Fazenda Pirara, destruída pela GDF



Foto 16 – Fazenda Pirara, destruída pela GDF



Foto 17 - Monumento em homenagem aos policiais mortos durante o trabalho, em frente ao *Officers Mess*. Georgetown, onde constam os nomes de aqueles que perderam a vida durante a revoltosa de 1969.

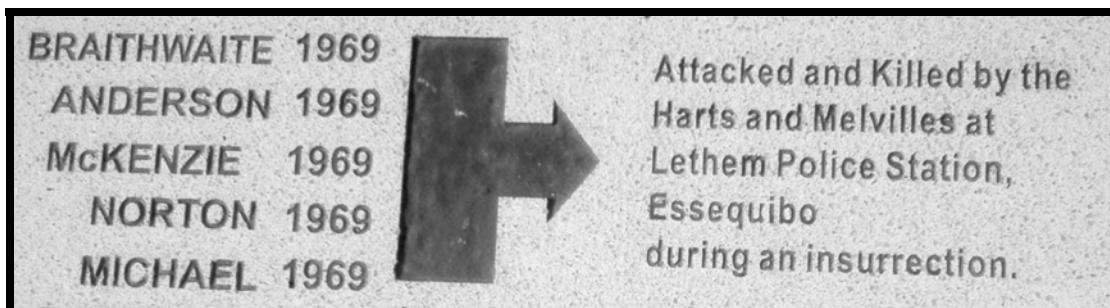


Foto 18: destaque em pedra com os nomes dos policiais mortos durante a Revolta, em frente ao *Officers Mess*.



Foto 19 – Urbanización Vista Hermosa em Ciudad Boliva, Venezuela.



Foto 20 – Vista Hermosa



Foto 21 – Vaqueiros brasileiros no Rupununi



Foto 22 - Festa de casamento no Brasil (Fazenda Conceição do Maú), freqüentada por fazendeiros do Rupununi

## **ANEXO II**

### **LAUDO DE PARIS**

El Presidente de los Estados Unidos de Venezuela, al señor José Andrade, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de Venezuela en los Estados Unidos de América".

Y su Majestad la Reina del Reino Unido de la Gran Bretaña e Irlanda al muy honorable Sir Julián Pauncefote, Miembros del muy honorable Consejo Privado de su Majestad, Caballero Gran Cruz de San Miguel y San Jorge, y embajador extraordinario y Plenipotenciario de su Majestad en los Estados Unidos.

Quienes habiéndose comunicado sus respectivos plenos poderes que fueron hallados en propia y debida forma, han acordado y concluido los artículos siguientes:

Art. 1º: Se nombrará inmediatamente un Tribunal arbitral la línea divisoria entre los Estados Unidos de Venezuela y la Colonia de la Guayana Británica.

Art. 2º: El Tribunal se compondrá de cinco Juristas: dos de parte de Venezuela, nombrados, uno por el Presidente de los Estados Unidos de Venezuela, a saber, el Honorable Melville Weston Fuller, Justicia Mayor de los Estados Unidos de América a saber: el Honorable David Josiah-Brewer, Justicia de la Corte Suprema de los Estados Unidos de América, dos de parte de la Gran Bretaña nombrados por los miembros de la Comisión judicial del Consejo Privado de su Majestad, a saber, el Muy Honorable Orden del Baño y el Honorable Sir Richard Henn Collins, Caballero, uno de los Justicias de la Corte Suprema de judicatura de su Majestad y de un quinto jurista, que será elegido por las cuatro personas así nombradas, o, en el evento de no lograr ellas acordarse en la designación dentro de los tres meses contados desde la fecha de canje de las rectificaciones del presente Tratado, por su Majestad el Rey de Suecia y Noruega. El Jurista a quien se elija será el Presidente del Tribunal.

Y por cuanto dichos Arbitros han empezado en debida forma el Arbitraje y han oído y considerado los argumentos orales y escritos de los abogados que respectivamente representan a los Estados Unidos de Venezuela y a su Majestad La Reina, y han examinado imparcial y cuidadosamente las cuestiones de la extensión de los territorios pertenecientes a las Provincias Unidas de los Países bajos o al Reino de España respectivamente, o que pudieran ser legítimamente reclamados por las unas y por el otro, al mismo tiempo de la adquisición de la Colonia de la Guayana Británica por la Gran Bretaña.

Por tanto, nosotros los infraescritos Arbitrarios, por la presente otorgamos y publicamos nuestra decisión, determinación y fallo sobre las cuestiones que nos han sido sometidas por el referido Tratado de Arbitraje, finalmente decidimos, fallamos y determinamos, por la presente, que la línea de demarcación entre los Estados Unidos de Venezuela y la Guayana Británica es como sigue:

Principiando en la costa ala Punta Playa la línea de demarcación correrá por la línea recta y la confluencia del Río Barima con el Río Mururuma, y continuará por el medio de la corriente de este río hasta su fuente, y de este punto a la unión del Río Haiowa con el Amacuro, y continuará por el medio de la corriente del Amacuro hasta sus fuentes en la Sierra Imataca, y de allí al Sudeste por las cimas más altas del espolón de la Sierra de Imataca, hasta el punto más elevado de la cordillera principal de dicha Sierra Imataca en frente de la Fuente del Barima, y de allí seguirá la cima de dicha cordillera principal, al Sudeste, hasta la fuente del Acarabisi, y de este punto, continuará por el medio de la corriente de este río hasta el Cuyuní y de allí correrá por la orilla septentrional del Río Cuyuní al Oeste hasta su confluencia con el Wenamy, y de este punto seguirá el medio de la corriente del Wenama hasta su fuente más occidental, y de este punto por línea recta a la cumbre del Monte Roraima y del Monte Roraima a la fuente del Coringa, y continuará por el medio de la corriente de este río hasta su unión con el Takutu, y seguirá el medio de la corriente del Takuto hasta su fuente, de este punto por la línea recta al punto más occidental al de la sierra Akarai, y continuará por la cúspide de la Sierra Akarai, hasta la fuente del Corentín llamado Río Cutiri. Queda

siempre entendido que la línea de demarcación establecida por este fallo existe sin perjuicio y con reserva de cualquier cuestión que ahora exista o que ocurriese para determinación entre los Estados Unidos de Venezuela y la República del Brasil o entre esta República y el Gobierno de Su Majestad.

Al fijar la mencionada línea de demarcación los Arbitros consideran y deciden que, en tiempo de paz, los Ríos Amacuro y Barima quedarán abiertos a la navegación de los buques de comercio de todas las Naciones salvo todo justo reglamento y el pago de derechos exigidos por la República de Venezuela y por el Gobierno de la Colonia de la Guayana Británica con respecto del tránsito de buques por las partes de dichos ríos que respectivamente les pertenecen, se fijen a la misma tasa para los buques de Venezuela y los de la Gran Bretaña, la cual no excederá a la que se exija de cualquier otra Nación: Queda también entendido que ningún derecho de aduana podrá ser exigido, ya por la República de Venezuela ya por la Colonia de Guayana Británica, con respecto de mercancías transportadas en los buques, navíos o botes pasando por dichos ríos; pero los derechos de aduana serán exigídoles solamente con respecto de las mercancías desembarcadas respectivamente en el territorio de Venezuela y en el de la Gran Bretaña.

Hecho y publicado por duplicado por nosotros, en París, hoy el día 3 de octubre de AD 1899 (L.S.) F. de Martens. (L.S.), Melville Weston Fuller, (L.S.), David J. Brewer.



## **ANEXO III**

### **MEMORÁNDUM MALLET-PREVOST**

El magistrado Brewer y yo nos embarcamos para Europa en enero de 1899 para asistir a la primera sesión del tribunal arbitral, que debía reunirse en París con el objeto de determinar la frontera entre Venezuela y la Guayana Británica. Los términos del Protocolo (firmado entre Gran Bretaña y Venezuela) exigían la reunión del tribunal en esa oportunidad. Sin embargo, como esta fecha resultaba incómoda para todos los que tenían que intervenir en el arbitraje, se decidió celebrar una simple sesión preliminar, para cumplir con los términos de Protocolo y levantar las sesiones para reanudarlas en fecha más apropiada.

Antes de ir a París, el juez Brewer y yo nos detuvimos en Londres, y estando allí el Señor Henry White, encargado de negocios de los Estados Unidos, nos ofreció una pequeña comida a la cual fue invitado el Lord Justicia Mayor Russel. Me correspondió sentarme junto a Lord Russel, y en el curso de la conversación me aventuré a expresar que las decisiones de los arbitrajes internacionales deberían fundarse exclusivamente en consideraciones legales. Lord Russel respondió inmediatamente: "Estoy enteramente en desacuerdo con usted estimo que los arbitrajes internacionales deberían ser conducidos por vías más amplias y tomar en consideración cuestiones de política internacional". Desde aquel momento comprendí que no podíamos contar con Lord Russel para decidir la cuestión fronteriza sobre la base de estricto derecho.

Cuando nos reunimos en París el 1º de junio siguiente conocía Lord Collins. Durante los discursos del Procurador General Sir Richard Webster y mío (los cuales duraron 26 días), apareció claramente que Lord Collins estaba sinceramente interesado en darse cuenta completa de todos los hechos del caso y en determinar la ley a estos aplicables. Lord Collins, por supuesto, no dio indicación acerca de cómo votaría en la cuestión; pero toda su actitud y las numerosas preguntas que formuló eran críticas de las pretensiones británicas y daban la impresión que se iba inclinando hacia el lado de Venezuela.

Después de que Sir Richard Webster y yo concluíamos nuestros discursos, el Tribunal suspendió sus sesiones para una corta vacación de dos semanas. Los dos árbitros británicos regresaron a Inglaterra y llevaron consigo al señor Martens.

Cuando entré al departamento en donde me esperaban los árbitros americanos, el juez Brewer se levantó y dijo muy excitado:

Mallett-Prevost, es inútil continuar por más tiempo esta farsa pretendiendo que nosotros somos jueces y usted abogado. El Magistrado Fuller y yo hemos decidido revelarles confidencialmente lo que acababa de pasar. Martens ha venido a vernos y nos informa que Russell y Collins están dispuestos a decidir en favor de la línea Schomburgk, que, partiendo de Punta Barima en la Costa, daría a la Gran Bretaña el control de la boca principal del Orinoco; y, que si nosotros insistimos en comenzar la línea partiendo de la costa en el río Moroco, él se pondría del lado de los británicos y aprobará la línea Schomburgk como la verdadera frontera ". Sin embargo añadió, él, Martens, estaba ansioso de lograr una sentencia unánime, y si aceptáramos la línea que él propone, el obtendría la aquiescencia de Lord Russel y Lord Collins a fin de llegar a una decisión unánime. Lo que Martens proponía era que la línea de la costa comenzara a cierta distancia al sudeste de Punta Barima, de modo de dar a Venezuela el control de la Boca del Orinoco, y cerca de 5.000 millas cuadradas de territorio alrededor de esa boca.

Esto es lo que Martens ha propuesto. El Magistrado Fuller y yo somos de opinión que la frontera en la costa debería indicarse en el río Moroco. Lo que tenemos que decidir es si aceptamos la proposición de Martens o suscribimos una opinión disidente.

En estas, circunstancias, el Magistrado Fuller y yo hemos decidido consultar con usted y ahora quiero hacerle saber que estamos dispuestos a seguir uno u otro camino, según lo que usted desee que se haga". Por lo que acababa de expresar el magistrado Brewer y por el cambio que todos habíamos observado en Lord Collins me convencí entonces, y sigo creyendo, que durante la visita de Martens a Inglaterra para decidir la cuestión en los términos sugeridos por Martens y que se había hecho presión, de un modo u otro, sobre Collins, a fin

de que siguiera aquel camino. Naturalmente, me di cuenta de que yo solo no podía asumir la enorme responsabilidad de la decisión que se me exigía. Así lo hice ver a los dos árbitros y les pedí autorización para consultar al General Harrison. Al obtenerla fui a su apartamento para tratarle el asunto.

Cuando revelé al General Harrison lo que acababa de pasar éste se levantó indignado, y caminando de un lado a otro, calificó la conducta de Gran Bretaña y Rusia en términos que es para mí inútil repetir. Su primera reacción fue la de pedir a Fuller y a Brewer que presentaran una opinión disidente, pero cuando se calmó y estudió el asunto desde un punto de vista práctico, me dijo: "Mallet-Prevost, si algún día se supiera que estuvo en nuestras manos conservar la desembocadura del Orinoco para Venezuela y que no lo hicimos, nunca se nos perdonaría. Lo que Martens propone es inícuo, pero no veo como Fuller y Brewer pueden hacer otra cosa que aceptar.

Estuve de acuerdo con el general Harrison y así se lo hice saber a los Magistrados Fuller y Brewer. La decisión del Tribunal fue, en consecuencia, unánime; pero, si bien es cierto que dio a Venezuela el sector en litigio más importante desde un punto de vista estratégico, fue injusta para Venezuela y la despojó de un territorio muy extenso e importante, sobre el cual la Gran Bretaña no tenían en mi opinión, la menor sombra de derecho.

Lo anterior ha sido dictado por mí y el 8 de febrero de 1944. Otto Schoenrich. Miembro de la firma Curtis, Malletv-Prevost, Colt y Mosle de Nueva York.

## **ANEXO IV**

### **ACORDO DE GENEVRA**

El Gobierno de Venezuela y del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte en consulta con el Gobierno de Guayana Británica.

Considerando:

La próxima Independencia de Guayana Británica;

Reconociendo:

Que una más estrecha cooperación entre Venezuela y Guayana Británica redundará en beneficio para ambos países.

Convencidos de que cualquier controversia pendiente entre Venezuela por una parte, y Reino Unido y Guayana Británica por la otra, perjudicaría tal colaboración y debe, por consiguiente, ser amistosamente resuelta en forma que resulte aceptable para ambas partes; de conformidad con la Agenda que fue convenida para las conversaciones gubernamentales relativas a la controversia entre Venezuela y el Reino Unido sobre la frontera con Guayana Británica, según el Comunicado Conjunto del 7 de noviembre de 1963, han llegado al siguiente Acuerdo para resolver la presente controversia:

#### **ARTICULO I**

Se establece una Comisión Mixta con el encargo de buscar soluciones satisfactorias para el arreglo práctico de la controversia entre Venezuela y el Reino Unido surgida como consecuencia de que el Laudo arbitral de 1899 sobre la frontera entre Venezuela y Guayana Británica es NULO.

#### **ARTICULO II**

Dentro de dos meses contados a partir de la entrada en vigor de este Acuerdo serán nombrados dos Representantes para que formen parte de la Comisión Mixta por los gobiernos de Venezuela y Guayana Británica. Estos pueden ser

reemplazados por incapacidad para actuar, bien sea por muerte, enfermedad, etc. Pueden designar expertos para que colaboren con ellos si lo creen conveniente.

### **ARTICULO III**

La Comisión Mixta presentará informes parciales a intervalos de seis (6) meses.

### **ARTICULO IV**

Si dentro de un plazo de cuatro (4) años la Comisión Mixta no hubiera llegado a un acuerdo completo para la solución de la controversia se lo referirá al Gobierno de Venezuela y al Gobierno de Guayana en su informe final. Dichos gobiernos escogerán uno de los medios pacíficos previstos en el Artículo 33 de la Carta de las Naciones Unidas. Si dentro de tres (3) meses los Gobiernos de Venezuela y Guayana no hubiesen llegado a un acuerdo lo referirán al órgano internacional apropiado y si no al Secretario de las Naciones Unidas. Estos escogerán otros de los medios de solución previsto en dicha carta y así sucesivamente hasta solucionar la controversia o haber quedado agotados todos los medios de soluciones pacíficas.

### **ARTICULO V**

Ningún acto o actividad que se lleve a cabo mientras se halle en vigencia este Acuerdo constituirá fundamentos para hacer valer, apoyar o negar una reclamación de soberanía territorial de los Territorios de Venezuela o Guayana Británica ni para crear derechos de soberanía en dichos territorios excepto cuando sea un convenio logrado por la Comisión Mixta y aceptado por escrito por el Gobierno de Venezuela y la Guayana Británica.

### **ARTICULO VI**

La Comisión Mixta celebrará su primera reunión en la fecha y lugar acordados entre los Gobiernos de Venezuela y Guayana Británica.

### **ARTICULO VII**

Este Acuerdo entrará en vigencia en la fecha de su firma.

## **ARTICULO VIII**

Al obtener Guayana Británica su independencia, el Gobierno de Guayana será en adelante parte del presente Acuerdo, además del Gobierno de Venezuela y del Gobierno del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte.

En testimonios de lo anterior, los suscritos, debidamente autorizados para ello por sus respectivos Gobiernos, han firmado el presente Acuerdo hecho en duplicado, en Ginebra el 16 de febrero de 1.966, en español e inglés, siendo ambos textos igualmente autenticados.

Por el Gobierno de Venezuela: (Fdo.) Ignacio Iribarren Borges, Ministro de Relaciones Exteriores.

Por el Gobierno del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte: (Fdo.) Michael Stewart. Secretario de Estado de Relaciones Exteriores.

(Fdo.) Forbes Burnham. Primer Ministro de la Guayana Británica

## **ANEXO V**

### **PROTOCOLO DE PUERTO ESPAÑA**

#### **ARTICULO I**

Mientras el presente Protocolo permanezca en vigor, el Gobierno de Venezuela y el Gobierno de Guyana, con sujeción a las disposiciones que siguen, explorarán todas las posibilidades de mejorar el entendimiento entre ellos y entre sus pueblos y en particular de promover su mejoramiento y con el objeto de producir un adelanto constructivo de las mismas.

#### **ARTICULO II**

1) Mientras este Protocolo Permanezca en vigencia, no se hará valer ninguna reclamación que surja de la contención a que se refiere al Artículo I del Acuerdo de Ginebra, ni por parte de Venezuela a soberanía territorial de Guyana, ni por parte de Guyana a soberanía territorial en los territorios de Venezuela.

2) En este Artículo, las referencias a los territorios de Venezuela y a los territorios de Guyana tendrán el mismo significado que las referencias a los territorios de Venezuela y a los territorios de Guayana Británica, respectivamente, en el Acuerdo de Ginebra,

#### **ARTICULO III**

Mientras el presente Protocolo permanezca en vigor, se suspenderá el funcionamiento del Artículo IV del Acuerdo de Ginebra. En la fecha en que este Protocolo deje de tener vigencia, el funcionamiento de dicho Artículo se reanudará en el punto en que ha sido suspendido, es decir, como si el Informe Final de la Comisión Mixta hubiera sido presentado en esa fecha, a menos que el gobierno de Venezuela y el Gobierno de Guyana hayan antes declarado conjuntamente por escrito que han llegado a un acuerdo completo para la solución de la controversia

a la que se refiere el Acuerdo de Ginebra o que han convenido en uno de los medios de arreglo pacíficos previstos en el Artículo 33 de las Cartas de la Naciones Unidas.

#### **ARTICULO IV**

1) Mientras el presente, protocolo permanezca en vigor, el artículo V del acuerdo de Ginebra (sin perjuicio de su aplicación ulterior después de que el presente protocolo deje de estar en vigencia) tendrá efecto en relación con el presente Protocolo en la misma forma en que lo tiene en relación con aquel acuerdo, sustituyéndose las palabras "Guayana Británica", donde quiera que aparezcan en dicho artículo, por la palabra "Guyana" y suprimiéndose en el párrafo 2) de dicho artículo, las siguientes frases:

a) ", excepto en cuanto tales actos o actividades sean resultado de cualquier convenio logrado por la Comisión Mixta y aceptado por escrito por el Gobierno de Venezuela y el Gobierno de Guyana ", y

b) ", ni se hará valer reclamación alguna sino en la Comisión Mixta mientras tal comisión exista".

2) La celebración y la vigencia del presente Protocolo no podrán interpretarse en ningún caso como renuncia o disminución de derecho alguno que cualquiera de las partes pueda tener para la fecha de la firma del mismo, ni como reconocimiento de ninguna situación, uso o pretensión que puedan existir para esa fecha.

#### **ARTICULO V**

1) El presente Protocolo permanecerá en vigor durante un período inicial de doce años, renovable con sujeción a los dispuestos en este Artículo, por períodos sucesivos de doce años cada uno.

2) Antes de la determinación del período inicial o de cualquier período de renovación, el Gobierno de Venezuela y el Gobierno de Guyana podrán decidir por acuerdo escrito que, a partir de la terminación del Período de que se trate, el Protocolo continúe en vigor por períodos sucesivos de renovación menores de



doce años cada uno, pero no inferiores a cinco años.

3) El presente Protocolo podrá ser terminado al finalizar el período inicial o cualquier período de renovación si, con seis meses por lo menos de anticipación a la fecha en la cual haya de terminar, el Gobierno de Venezuela o el Gobierno de Guyana hace llegar a los demás Gobiernos partes en este Protocolo una notificación escrita a tal efecto.

4) A menos que sea terminado de conformidad con el Parágrafo 3) del presente Artículo, este protocolo se considerará renovado al final del período inicial o al final de cualquier período de renovación, según el caso, de conformidad con las disposiciones del presente Artículo.

#### **ARTICULO VI**

El presente Protocolo al Acuerdo de Ginebra se conocerá como "Protocolo de Puerto España", y entrará en vigor en la fecha de su firma. En fe de lo cual, los suscritos, debidamente autorizados a tal fin por sus respectivos Gobiernos, firman el presente protocolo. Hecho en triplicado en Puerto España, Trinidad y Tobago, a los dieciocho (18) días de junio de 1970 en español y en inglés. Ambos textos tienen igual valor.

Por el Gobierno de Venezuela,  
Ministro de Relaciones Exteriores

Por el Gobierno de Guyana,  
Ministro de Estado,

Por el Gobierno del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte.  
Alto Comisionado del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte en Trinidad y Tobago.

## ANEXO VI

### CARTA DE DICK HART A MILITARES VENEZUELANOS

(os exilados mostram insatisfação com as condições vividas em Vista Hermosa)

01

2 March 1952

Col. Llavanara  
Santa Elena de Uairen

Sir:

In response to your request for my comments regarding the Essequiba and Venezuela claim to it, attached are some of my observations. I hope that they will be of some value to you.

I submit them with frankness and honesty and, in as much as possible, impartiality. I mention only the difficulties that face Venezuela, as I see them, and omit the favorable points. They are based on my personal experiences and, within the last few years, information supplied to me. Whenever an opinion is given, I have so stated.

It becomes difficult for me to understand what Venezuela is trying to do with respect to its claim. Venezuela is claiming the Essequiba ~~has~~<sup>as</sup> hers and in so doing is trying to gain the support of the countries of the world, or as much of them as possible. And it appears as if

Venezuela expects one of them to give it to her, the Essequiba to her, but I am not sure who is to do the giving. Surely England cannot because Guyana is now an independent country; England has nothing nor could do anything with her internal affairs. The only person who could is Burnham himself and he will not. I cannot therefore see how Venezuela expects to gain the Essequiba solely by popular support.

It seems to me that the future of the Essequiba rests solely with the people who live there. They are the ones who will, by action or inaction, decide what the future course will be. I do not believe that a decision made in England or Geneva or the United Nations or any where else could have any significant effect to the Essequiba without the consent of the people who live there. Yes, they could, it seems, even reject the Venezuela claim and make that rejection stand if they should so decide.

Therefore the key to the future of the Essequiba is only the popular support of the people who live there. This course of action Venezuela has completely ignored.

0:

There are much more to be said about  
the area, but such discussions will  
require a voluminous work for which I do  
not have the time nor the access to  
up to date information.

Respectfully,

R. Hard